

**Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras**



CONSTRUÇÕES DITRANSITIVAS NO PORTUGUÊS DE SÃO TOMÉ

Rita Margarida Gamito Gonçalves

Orientadores: Professor Doutor Tjerk Hagemeijer
Professora Doutora Maria Inês Pedrosa da Silva Duarte

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutor em Linguística,
na especialidade de Linguística Geral

2016

**Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras**



CONSTRUÇÕES DITRANSITIVAS NO PORTUGUÊS DE SÃO TOMÉ

Rita Margarida Gamito Gonçalves

Orientadores: Professor Doutor Tjerk Hagemeijer
Professora Doutora Maria Inês Pedrosa da Silva Duarte

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutor em Linguística, na especialidade de Linguística Geral

Júri

Presidente: Doutora Maria Cristina de Castro Maia de Sousa Pimentel, Professora Catedrática e Membro do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Vogais:

Doutor Javier Ormazabal Zamakona, Professor Titular

Department of Linguistics and Basque Studies, The University of the Basque Country (UPV/EHU)

Doutora Ana Maria Barros de Brito, Professora Catedrática

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Doutora Ana Maria Lavadinho Madeira, Professora Auxiliar

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Doutor Tjerk Hagemeijer, Professor Auxiliar

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Orientador

Doutora Nélia Maria Pedro Alexandre, Professora Auxiliar

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Doutora Maria Amália Pereira Mendes, Investigadora Auxiliar

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Instituição Financiadora
Fundação para a Ciência e Tecnologia
SFRH/BD/73839/2010

2016

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	6
ABREVIATURAS	9
LISTA DE TABELAS	10
LISTA DE GRÁFICOS	11
RESUMO	12
ABSTRACT	13
1. INTRODUÇÃO	
1.1 OBJETO DE ESTUDO.....	14
1.2 OBJETIVOS DO ESTUDO	15
1.3 QUADRO TEÓRICO	16
1.4 QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO.....	16
1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	19
2. O PORTUGUÊS DE SÃO TOMÉ	
2.1 INTRODUÇÃO.....	22
2.2 PANORAMA LINGÜÍSTICO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE.....	22
2.2.1 Do século XV ao século XX: uma contextualização histórica.....	22
2.2.2 O pós-independência: a emergência de uma variedade	25
2.3 CARACTERÍSTICAS DO PORTUGUÊS DE SÃO TOMÉ.....	32
2.3.1 Concordância nominal e verbal	34
2.3.2 Estrutura argumental dos verbos	35
2.3.3 Estratégias de anteposição de constituintes.....	38
2.3.4 Construções-Q: lexicalização do núcleo funcional C°.....	41
2.3.5 Objetos pronominais de 3. ^a pessoa	44
2.4 SÍNTESE.....	46
3. CONSTRUÇÕES DITRANSITIVAS NAS LÍNGUAS ROMÂNICAS	
3.1 INTRODUÇÃO.....	49
3.2 TIPOLOGIA DE LÍNGUAS	55
3.2.1 Línguas com CDOs simétricas e parcialmente simétricas	55
3.2.2 Línguas com CDOs assimétricas.....	61
3.2.3 Línguas com CDPs	65
3.3 AS LÍNGUAS ROMÂNICAS TÊM CDOs?	69
3.3.1 (As)simetrias na relação de c-comando	69
3.3.2 Passivização.....	75
3.3.3 (In)sucesso da transferência	78
3.4. AS LÍNGUAS ROMÂNICAS TÊM CDPs	85
3.4.1 (In)existência de movimento	85
3.4.2 Animacidade.....	91
3.4.3 Verbos plenos vs. verbos leves.....	95
3.4.4 Preposição a funcional vs. preposição a direcional	100
3.5. CDOs E/OU CDPs EM VARIEDADES NÃO EUROPEIAS DO PORTUGUÊS	109

3.5.1 Variedades com CDPs	109
3.5.2 Variedades com CDOs.....	120
3.6 Síntese.....	124

4. A ESTRUTURA DAS CONSTRUÇÕES DITRANSITIVAS

4.1 INTRODUÇÃO.....	128
4.2 A CDO E A CDP ESTÃO DERIVACIONALMENTE RELACIONADAS?.....	130
4.2.1 As análises clássicas: a concha de VP e a incorporação de P.....	130
4.2.2 Sobre o núcleo aplicativo	132
4.2.3 Diferentes ordens de palavras: diferentes estruturas de base	138
4.3 A CDO E A CDP PARTILHAM A MESMA ESTRUTURA	146
4.3.1 A reinterpretação dos clássicos.....	146
4.3.2 A CDO e a CDP com <i>core</i> (e <i>non-core</i>) <i>dative verbs</i>	150
4.3.3 A CDP com <i>non-core dative verbs</i>	154
4.4 SÍNTESE.....	155

5. METODOLOGIA:

RECOLHA E TRATAMENTO DE DADOS DO PST

5.1 INTRODUÇÃO.....	157
5.2 <i>CORPUS</i> DE PRODUÇÃO ORAL ESPONTÂNEA.....	157
5.3 JUÍZOS DE ACEITABILIDADE DICOTÓMICOS.....	162
5.4 SÍNTESE.....	167

6. A ALTERNÂNCIA DATIVA NO PST

6.1 INTRODUÇÃO.....	168
6.2 <i>CORPUS</i> DE PRODUÇÃO ORAL ESPONTÂNEA.....	173
6.2.1 Resultados globais.....	173
6.2.2 Distribuição de CDOs e/ou CDPs por informante.....	175
6.2.3 Estrutura interna do argumento dativo	176
6.2.4 Tipo de verbo ditransitivo	179
6.2.5 Animacidade do argumento dativo	183
6.2.6 Nível de escolarização.....	185
6.2.7 Síntese	187
6.3 JUÍZOS DE ACEITABILIDADE DICOTÓMICOS.....	189
6.3.1 Resultados globais.....	189
6.3.2 Distribuição de CDOs e/ou CDPs por informante.....	192
6.3.3 Tipo de verbo ditransitivo	193
6.3.4 Animacidade do argumento dativo	196
6.3.5 Passivas dativas.....	200
6.3.6 Nível de escolarização.....	202
6.3.7 Síntese	204
6.4. A ESTRUTURA DA CDO E DA CDP NO PST	207

7. OS EFEITOS DO CONTACTO LINGUÍSTICO

7.1 INTRODUÇÃO.....	213
7.2 CONSTRUÇÕES DITRANSITIVAS NO FORRO.....	214

7.2.1 CVS e/ou CDP? Sobre o estatuto de <i>da</i>	214
7.2.2 Alternância entre CDO e CDP?	221
7.2.3 Alternância entre CDO e CVS?	226
7.2.4 Síntese	228
7.3 VARIEDADES PÓS-COLONIAIS E CONTACTO LINGUÍSTICO	229
7.3.1 A perspectiva da aquisição de L2	229
7.3.2 A abordagem paramétrica no caso do PST.....	233
7.4 SÍNTESE.....	238
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	
8.1 SÍNTESE DOS RESULTADOS	239
8.2 INVESTIGAÇÃO FUTURA	247
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	252
ANEXO 1 (CORPUS: ESTRATÉGIAS DE REALIZAÇÃO DO ARGUMENTO DATIVO)	270
ANEXO 2 (PRODUÇÃO DO ARGUMENTO DATIVO POR VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS).....	278
ANEXO 3 (JUÍZOS DE ACEITABILIDADE DICOTÓMICOS POR VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS)	285

AGRADECIMENTOS

Foram várias as pessoas que, ao longo dos últimos anos, contribuíram, de diferentes formas, para a concretização deste projeto. A todos quero expressar o meu sincero agradecimento.

Em primeiro lugar, quero expressar a minha gratidão aos meus orientadores, Professor Tjerk Hagemeijer e Professora Inês Duarte, pelo rigor científico e pela exigência, pelas preciosas sugestões e pela permanente dedicação e disponibilidade para repetidamente ler e comentar tão detalhadamente as diferentes versões deste trabalho.

Ao prof. Tjerk Hagemeijer, agradeço ainda pela confiança que, ao longo destes anos, tem depositado em mim e no meu trabalho, pelo incentivo permanente, pela generosidade na partilha do estudo da realidade linguística de São Tomé, pela indispensável colaboração na análise dos dados do forro (e do PST) e pela constante disponibilidade para responder às minhas dúvidas. Agradeço igualmente por me ter desafiado a realizar trabalho de campo em São Tomé, permitindo-me viver uma experiência de trabalho (e de vida) verdadeiramente enriquecedora.

À prof. Inês Duarte, agradeço igualmente pela confiança tem depositado em mim e no meu trabalho, pelo incentivo constante, bem como pela paciência e disponibilidade para responder às minhas (por vezes, repetidas) dúvidas e inseguranças. Agradeço igualmente por ser uma inspiração enquanto professora, cultivando-nos permanentemente com os seus ensinamentos, inculcando-nos o desejo de querer saber e fazer sempre mais e melhor, tendo-me dado o privilégio de crescer pessoal e profissionalmente sob sua orientação.

À Fundação para a Ciência e Tecnologia, pelo apoio concedido entre abril de 2011 e abril de 2014. Ao abrigo da bolsa SFRH/BD/73839/2010, pude dedicar-me exclusivamente a este trabalho e realizar trabalho de campo em São Tomé em 2011.

À Amália Mendes e ao prof. Tjerk, investigadores responsáveis pelo Anagrama, pela autorização do financiamento das minhas deslocações a São Tomé em 2011 e 2012 e a várias conferências nacionais e internacionais. Ao prof. Tjerk tenho a agradecer ainda por me permitir colaborar, embora indiretamente, no seu projeto *The origins and development of creole societies in the Gulf of Guinea: an interdisciplinary study* e usufruir de financiamento para deslocações a conferências. A ambos devo igualmente um agradecimento por me terem integrado no projeto VAPOR, dando-me a oportunidade de gravar, transcrever e usar dados do *corpus* do português de São Tomé, enriquecendo a minha experiência com o trabalho de *corpora*. Agradeço igualmente à Amália pela anotação automática do *corpus* que usei neste trabalho e que muito facilitou o processo de extração das construções em análise, bem como ao Michel Génereux pela disponibilização do *corpus* na plataforma CQPWeb.

Aos membros do júri da prova intermédia, Professora Ana Maria Martins, Professora Anabela Gonçalves e Professora Nélia Alexandre, pelos preciosos comentários que em muito contribuíram para o repensar do meu projeto e para a reorientação das questões de investigação.

Ao Caustrino Alcântara, imprescindível companheiro de trabalho de campo, pela disponibilidade, interesse e precioso contributo na *conquista* dos informantes, por me ter dado a conhecer a cidade de São Tomé que não vem descrita nos guias turísticos e por ter suportado o *vir uma dona* (exigente e intransigente) *de Portugal mandar num homem de bigode!* Agradeço-lhe igualmente pelos juízos de aceitabilidade formulados sobre os itens do forro, bem como à Patrícia Pardal da Costa por ter abdicado de parte do seu (precioso) tempo de trabalho de campo, permitindo-me obter novos dados quase tão rapidamente quanto as minhas dúvidas se colocavam.

À Beatriz Afonso, pelo acolhimento em São Tomé, pelo interesse no meu trabalho, pela disponibilidade para responder às minhas dúvidas e colaborar na recolha de dados, pelos passeios de *pés zero* e pela amizade. Agradeço igualmente pelo convite que me fez em 2011 para apresentar publicamente a minha investigação no Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe, atualmente Universidade Pública de São Tomé e Príncipe.

A todos os falantes do português de São Tomé que gentilmente aceitaram ser entrevistados, em 2008, pelo prof. Tjerk, e em 2011 e em 2012, por mim, permitindo assim a constituição do *corpus* que serviu de base a esta investigação. A todos expresso o meu profundo agradecimento, pois sem eles este trabalho não teria sido possível.

A todos os alunos do Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe, atualmente Universidade Pública de São Tomé e Príncipe, que aceitaram responder às tarefas de elicitación em 2011 e em 2012, designadamente das turmas de Biologia (1.º ano), Relações Públicas (1.º ano) e Língua Portuguesa (4.º ano), e às professoras Paula Varela, Sónia Carvalho e Joana Castaño, por me terem cedido o seu tempo de aulas para a aplicação das tarefas. Agradeço igualmente aos alunos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa que, em 2013, responderam às tarefas de elicitación, e (uma vez mais) à prof. Inês Duarte por me ter cedido o seu tempo de aulas para a aplicação das tarefas, permitindo-me assim ter um grupo de controlo do PE. A todos expresso o meu sincero agradecimento, pois permitiram-me a recolha de dados essenciais à realização deste trabalho.

À Suzana, ao Nilton, ao Luís e ao Sr. Seriacó, por me terem acolhido tão generosamente em São Tomé e por, na sua companhia, me terem permitido conhecer geografica e culturalmente um pouco do seu país.

À Joana Castaño, que conheci em São Tomé em 2011 e, desde então, tem estado sempre por perto (apesar de estar sempre demasiado longe). Agradeço-lhe por tão amavelmente me ter recebido na sua casa em 2012, por me ter auxiliado com a aplicação das tarefas de elicitación, e pelo debate linguístico e não linguístico que ali começámos a desenvolver. (*Que deleite!*) Obrigada por acreditares em mim (muitas vezes mais do que eu própria), por suportares o meu feitio mais acre do que doce, e por,

naqueles momentos de *inquietação*, me lembrares que *não meti o barco ao mar / p'ra ficar pelo caminho*.

À Natasha Fabri e à Carla Azeda por me acompanharem desde 2011 em inglês, pelas aulas que gradualmente se revelaram espaços de convívio e de partilha de emoções, pela paciência para me ouvirem falar de ditransitivos e por me terem ajudado a autonomizar-me em inglês.

Aos colegas do CLUL (do complexo e da FLUL), pelo acolhimento, pela companhia e pela partilha de saberes (e de sabores).

Às minhas colegas de sala durante a maior parte deste projeto: à Valentina, pela preocupação e pelo encorajamento, e à Andreia, por me lembrar que as pausas são necessárias (apesar de calóricas) e por me fazer ver que, às vezes, é preciso retroceder para se conseguir avançar mais depressa. Obrigado a ambas por terem tolerado o meu rápido e ruidoso teclar, os meus suspiros e, acima de tudo, por terem compreendido a minha necessidade de afastamento no (longo) momento final.

À Naília, por comigo ter partilhado e discutido bibliografia (e inseguranças); à Sandra Antunes, por me ter auxiliado nas contrariedades informáticas e esclarecido dúvidas sobre a pesquisa nos *corpora*; à Rosabel, por me ter auxiliado com os dados do espanhol; à Catarina, por me ter auxiliado com os dados do grego. Ao Jorge, por pacientemente me ter ouvido em tantos momentos; à Nélia, pelo interesse mútuo pelas variedades não europeias do português, pela partilha de bibliografia e pelo incentivo; a ambos por me terem acolhido no ICLP, dando-me a oportunidade de pôr os meus conhecimentos ao serviço do ensino do PLE e de *sobreviver* financeiramente no último ano deste projeto.

Aos meus alunos do ICLP por me terem permitido vivenciar uma experiência além-tese (apesar de me terem roubado algum do precioso tempo da reta final).

A todos os outros que, não sendo aqui mencionados, também contribuíram, em momentos diferentes, para que este fosse um percurso menos solitário.

Aos meus pais, a quem dedico este trabalho, por serem sempre porto seguro, por tudo o que me deram e ensinaram (mesmo – ou especialmente – o ser exigente e perfeccionista), por terem abdicado tantas vezes do *ter* para que eu hoje pudesse *ser* o que sou. Ao meu irmão que muito antes de mim soube que este era o caminho, por estar sempre presente apesar de não o expressar(mos).

Ao Pedro, pelo amor que não se agradece, mas se vive, pela paz que me dá, pela compreensão, pelo apoio e pelo incentivo, e, sobretudo, pela capacidade de esperar pacientemente pelo *meu* tempo para a realização dos *nossos* sonhos. *Esta é a hora*.

ABREVIATURAS

ACUS	Acusativo
APL	Aplicativo
ART	Artigo
ASP	Aspeto
CDO	Construção de duplo objecto
CDP	Construção ditransitiva preposicionada
CDP₁	Construção ditransitiva preposicionada introduzida por uma preposição funcional
CDP₂	Construção ditransitiva preposicionada introduzida por uma preposição direcional
CL	Clítico
CO1	Concordância de objeto indireto
CO2	Concordância de objeto direto
CS	Concordância de sujeito
CVS	Construção de verbos seriais
DAT	Dativo
DEM	Demonstrativo
FOC	Focalizador
INDF	Indefinido
L1	Língua materna
L2	Língua segunda
LOC	Locativo
NEG	Negação
NOM	Nominativo
NP	Sintagma nominal
OD	Objeto direto
OI	Objeto indireto
PA	Português de Angola
PASS	Passiva
PB	Português do Brasil
PE	Português europeu
PL	Plural
PM	Português de Moçambique
POSS	Possessivo
PP	Sintagma preposicional
PRES	Presente
PROG	Progressivo
PSD	Passado
PST	Português de São Tomé
RED	Reduplicação
SG	Singular
VF	Vogal final
VP	Sintagma verbal
TMA	Tempo, modo e aspeto

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Número e percentagem de falantes por língua (RGPH – 1981-2012).....	27
Tabela 2 Percentagem de falantes por língua e por distrito (RGPH-2012).....	29
Tabela 3 Distribuição dos traços formais das preposições <i>a</i> e <i>para</i> no PE.....	109
Tabela 4 Distribuição de CDOs e CDPs por línguas tipologicamente distintas.....	125
Tabela 5 Distribuição de CDOs e CDPs por variedades do português.....	127
Tabela 6 Distribuição dos informantes do <i>corpus</i> por variáveis sociolinguísticas.....	159
Tabela 7 Etiquetas relevantes para pesquisa de CDOs e CDPs no <i>corpus</i>	160
Tabela 8 Distribuição das estruturas testadas na tarefa de elicitación por variáveis	163
Tabela 9 Distribuição dos informantes da tarefa de elicitación por variáveis sociolinguísticas.....	166
Tabela 10 Percentagem de informantes por CDOs e/ou CDPs (<i>Corpus</i>)	175
Tabela 11 Distribuição de ocorrências de verbos dativos por classe.....	180
Tabela 12 Percentagem de informantes por CDOs e/ou CDPs (Tarefa de Elicitación)	192
Tabela 13 Distribuição das estratégias de realização do argumento dativo no PST....	206
Tabela 14 Distribuição dos traços formais da preposição <i>para</i> no PST	207
Tabela 15 Distribuição de CDOs, CDPs e CVSS no forro por variáveis linguísticas..	228

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Percentagem de CDOs e CDPs no <i>corpus</i> , por NP pleno e pronominal (<i>Corpus</i>)	174
Gráfico 2 Estrutura interna do argumento dativo por CDOs e/ou CDPs (<i>Corpus</i>)	177
Gráfico 3 Percentagem de CDOs e CDPs por classe de verbos dativos (<i>Corpus</i>)	180
Gráfico 4 Percentagem de CDOs e CDPs por tipo de verbo e traço de animacidade (<i>Corpus</i>)	184
Gráfico 5 Percentagem de informantes por nível de escolarização (I) (<i>Corpus</i>)	185
Gráfico 6 Percentagem de informantes por nível de escolarização (II) (<i>Corpus</i>)	186
Gráfico 7 Percentagem de informantes por idade (<i>Corpus</i>)	187
Gráfico 8 Percentagem de aceitabilidade de CDOs e CDPs com NPs plenos (Tarefa de Elicitação).....	189
Gráfico 9 Percentagem de aceitabilidade de CDOs e CDPs com NPs pronominais (Tarefa de Elicitação).....	190
Gráfico 10 Percentagem de aceitabilidade de CDOs e CDPs por tipo de verbo (Tarefa de Elicitação).....	194
Gráfico 11 Percentagem de aceitabilidade de CDOs e CDPs por traço de animacidade (Tarefa de Elicitação).....	197
Gráfico 12 Percentagem de aceitabilidade de CDOs e CDPs por tipo de verbo e traço de animacidade (PST) (Tarefa de Elicitação).	198
Gráfico 13 Percentagem de aceitabilidade de CDOs e CDPs por tipo de verbo e traço de animacidade (PE) (Tarefa de Elicitação)	198
Gráfico 14 Percentagem de aceitabilidade de passivas dativas por tipo de verbo e grupo de informantes (Tarefa de Elicitação).....	201
Gráfico 15 Percentagem de aceitabilidade de CDOs e CDPs por nível de escolarização (Tarefa de Elicitação).....	204

RESUMO

Nesta dissertação analisam-se as construções ditransitivas no português de São Tomé (PST), uma variedade pós-colonial em avançado processo de nativização, cujas propriedades resultam de uma aquisição histórica como L2.

Começaremos por discutir dados das línguas românicas, propondo que o português europeu exibe duas construções ditransitivas preposicionadas (CDPs). Enquanto verbos como *dar* (*core dative verbs*) subcategorizam Recipientes [\pm ANIM], introduzidos pela preposição funcional *a*, verbos como *atirar/enviar* (*non-core dative verbs*) subcategorizam Alvos [+ANIM], interpretados como Recipientes, introduzidos pela preposição funcional *a*, e Alvos [-ANIM] introduzidos pela homófona preposição direcional *a*. Por sua vez, as variedades não europeias do português exibem igualmente construções de duplo objeto (CDOs) e/ou CDPs introduzidas por uma preposição funcional/direcional ou locativa, como *a/para* e *em*. Além disso, adotaremos um modelo de concha larsoniana para a estrutura das construções ditransitivas nas línguas/variedades em análise.

Na segunda parte da dissertação, analisaremos as estratégias exibidas pelo PST para a realização do argumento dativo: (i) a CDO; (ii) a CDP introduzida pela preposição funcional *a* (CDP₁); (iii) a CDP introduzida pela preposição direcional *para* (CDP₂) e mostraremos que a sua ocorrência está dependente do tipo de verbo. A CDO e a CDP₁ ocorrem apenas com *core dative verbs* e Recipientes [\pm ANIM], enquanto a CDP₂ ocorre tanto com *core* como *non-core dative verbs* e Recipientes/Alvos [\pm ANIM]. Além disso, mostrar-se-á que informantes mais escolarizados exibem alternância dativa entre CDOs e CDPs (ou apenas CDPs), enquanto informantes menos escolarizados apenas exibem a CDO e a CDP₁. Por fim, discutir-se-ão os efeitos do contacto histórico com o forro, o crioulo maioritário em São Tomé e Príncipe, e defender-se-á que a hipótese de *Full Transfer/Full Access* (Schwartz & Sprouse 1994, 1996) permite dar conta da ocorrência de CDOs no PST, refletindo o contacto com o forro, e da ocorrência de CDPs, refletindo o acesso à Gramática Universal.

Palavras-Chave: construções ditransitivas; *core* e *non-core dative verbs*; alternância dativa; variedades do português; português de São Tomé.

ABSTRACT

This dissertation focuses on ditransitive constructions in the Portuguese of São Tomé (PST), a post-colonial variety in the final stages of nativization.

We will start by discussing data from Romance languages, in particular European Portuguese (EP), the target-variety. EP exhibits two ditransitive prepositional constructions (DPCs). While verbs such as *dar* ‘give’ (core dative verbs) subcategorize Recipients [\pm ANIM], verbs such as *throw/send* (non-core dative verbs) subcategorize both [+ANIM] Recipients and [-ANIM] Goals. In addition, there are two homophonous prepositions *a* ‘to’: Recipients are introduced by a functional preposition while Goals are introduced by a directional preposition. On the other hand, non-European varieties of Portuguese exhibit a range of alternative strategies, namely double object constructions (DOC) and/or DPCs introduced by directional and locative prepositions, such as *para* ‘to/toward’ and *em* ‘in’. Furthermore, we will propose an adapted version of the Larsonian VP-shell to derive ditransitive constructions in the languages and varieties under discussion.

In the second part, we will analyze the dative strategies employed by the PST: (i) DOC; (ii) DPC introduced by the functional preposition *a* (DPC₁); and (iii) DPC introduced by the directional preposition *para* (DPC₂). Linguistic and extra-linguistic variables will be considered. The data show that DOC and DPC₁ occur with core dative verbs and Recipients [\pm ANIM], while DPC₂ occurs with both core and non-core dative verbs as well as with Recipients and Goals [\pm ANIM]. Moreover, informants with a higher level of education exhibit dative alternation between DOC, DPC₁ and DPC₂ (or only DPCs), whereas lower-educated informants only exhibit DOC and DPC₁. Finally, we will discuss the role of contact between PST and Forro, the dominant creole in São Tomé and Príncipe, and propose that an L2 hypothesis which accepts both transfer from L1 and access to Universal Grammar can explain the (co)occurrence of DOC and DPCs in PST.

Keywords: ditransitive constructions; core and non-core dative verbs; dative alternation; varieties of Portuguese; Portuguese of São Tomé.

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação constitui o resultado da investigação sobre as construções ditransitivas que envolvem um argumento dativo com o papel temático de Recipiente no português de São Tomé (PST). Neste capítulo introdutório, apresentaremos sumariamente o objeto de estudo (§1.1), daremos conta dos objetivos centrais desta investigação (§1.2), bem como do quadro teórico em que esta se inscreve (§1.3), e enunciaremos as questões de investigação a que esta dissertação procura responder (§1.4). Por fim, apresentaremos a estrutura da dissertação (§1.5).

1.1 Objeto de estudo

São Tomé e Príncipe destaca-se no quadro dos países africanos de língua oficial portuguesa por nele o português ser a L1 dominante da maior parte da população. Muito embora noutras ex-colónias portuguesas o português tenha sido igualmente adotado como língua oficial após a independência, e em algumas comece, cada vez mais, a adquirir um estatuto de língua maioritária, como em Angola e Moçambique, nessas, as variedades locais do português emergem principalmente nos centros urbanos. Por sua vez, de acordo com os dados mais recentes do Instituto Nacional de Estatística (2012), em São Tomé e Príncipe, o português é falado por 90% da população, constituindo a língua com maior expressividade em todo o país, ao passo que o forro, o crioulo dominante, é falado por 34% da população. Os restantes crioulos autóctones são falados por menos de 10% da população. O nosso objeto de estudo é, portanto, uma variedade do português em avançado estado de nativização cujas propriedades gramaticais refletem hoje a sua transição histórica de L2 para L1, designadamente a nível da expressão do argumento dativo.

1.2 Objetivos do estudo

Muito embora as construções ditransitivas constituam um tema recorrente na literatura sobre as línguas românicas, em particular sobre o português, e tenham sido tratadas inclusivamente no âmbito das suas variedades não europeias, com maior enfoque no português do Brasil (e.g. Torres Morais 2006, 2012; Torres Morais & Berlinck 2006, 2007; Torres Morais & Lima Salles 2010) e no português de Moçambique (e.g. P. Gonçalves 1991 e ss.), a sua análise no PST limita-se à apresentação das estratégias existentes (e.g. Afonso 2008; Lima Afonso 2009), com uma descrição mais aprofundada em R. Gonçalves (2010).

Como mostrado em R. Gonçalves (2010), além da construção ditransitiva preposicionada (CDP) introduzida pela preposição funcional *a* (cf. (1)), exibida pelo português europeu (PE), o PST exhibe igualmente a possibilidade de expressar o argumento dativo mediante uma construção de duplo objeto (CDO) (cf. (2)) ou uma CDP introduzida pela preposição *para* (ou pela preposição *a* quando envolvidos NPs pronominais) (cf. (3)).

(1)

- a. Dão dinheiro *às pessoas*.
- b. Dá um bom rendimento *ao país*.
- c. Eu pedi-*lhe* que me levasse para o mercado.

(2)

- a. Entrega *senhor* uma cerveja.
- b. Cavalo deu *leão* pontapé.
- c. Dou *ela* uns cinco contos.

(3)

- a. Isso cria problema *para homem*.
- b. Mãe tem um sobrinho que faz aguardente, vende *para ela*, ela volta a revender.
- c. Sempre digo *a eles* que é para esforçar.

O objetivo central da presente investigação é discutir se estas estratégias coexistem num mesmo falante e, desse modo, o PST exhibe alternância dativa, ou se estamos perante diferentes gramáticas em competição. Para tal, descreveremos o efeito de variáveis linguísticas e extralinguísticas nas estratégias exibidas por esta variedade e discutiremos em que medida o contacto linguístico com o forro e/ou o acesso a propriedades universais da gramática é determinante na expressão do argumento dativo do PST.

1.3 Quadro Teórico

Esta investigação inscreve-se no quadro da Gramática Generativa, em particular no modelo de Princípios e Parâmetros (Chomsky 1981, 1995). Assume-se, portanto, que a aquisição da linguagem é regulada pela Gramática Universal (GU), a qual inclui princípios invariáveis, presentes em todas as línguas, e parâmetros variáveis de língua para língua. A aquisição de uma determinada língua-I (Interna) faz-se mediante a exposição a dados linguísticos primários, a língua-E (Externa), que desencadeiam a fixação dos valores de parâmetro apropriados e/ou permitem, ao longo do tempo, a reestruturação da gramática como resultado do processo de aquisição.

Uma vez que atualmente o PST constitui maioritariamente uma L1 adquirida a partir de variedades interlinguísticas de L2 em contacto com línguas crioulas, a análise e discussão das propriedades desta variedade, comparativamente a outras línguas e/ou variedades linguísticas, envolverá igualmente aspetos da teoria do contacto linguístico, da mudança linguística e da aquisição de L2.

1.4 Questões de investigação

Tendo por base o resultado de investigação precedente (R. Gonçalves 2010) e a discussão teórica sobre as construções ditransitivas em línguas tipologicamente distintas, com maior enfoque no PE, procuraremos responder, no capítulo 6, às seguintes questões de investigação sobre o PST:

- (i) O PST exhibe alternância dativa ou diferentes gramáticas em competição responsáveis pela variação observada nas estratégias de realização do argumento dativo?

A resposta a esta questão implica verificar se há, por um lado, informantes que produzem apenas a CDO ou a CDP e, por outro, informantes que exibem verdadeiramente alternância dativa, *i.e.* informantes cuja gramática permite que o mesmo verbo ocorra tanto na CDO como na CDP. Para tal, serão considerados dados do *corpus* de produção oral espontânea bem como juízos de aceitabilidade dicotômicos.

- (ii) Tendo em conta o seu sistema de marcação casual, a que tipo de línguas pertence o PST?

O *corpus* do PST analisado em R. Gonçalves (2010) não apresenta evidência de ocorrência de passivas dativas, não obstante a frequência de CDOs. Porém, como discutiremos no capítulo 3, apesar de a possibilidade de uma língua exhibir passivas dativas ser indicativa da existência da CDO, não é imperativo que todas as línguas que exibem CDOs admitam a passivização do argumento dativo. A literatura dá conta da existência de línguas com CDOs simétricas e parcialmente simétricas, bem como de línguas com CDOs assimétricas. No sentido de verificar se a sua não ocorrência decorre do facto de o *corpus* ser pouco representativo ou da sua inexistência efetiva no PST, é necessário (i) contornar o problema da representatividade, recolhendo novos dados de produção oral espontânea que permitam ampliar o *corpus*, bem como (ii) elicitare a aceitabilidade de passivas dativas. Além disso, considera-se que não há forma de determinar se as passivas acusativas atestadas no *corpus* são produzidas por decorrere da CDO ou da CDP introduzida pelo marcador de Caso *a*, a menos que sejam produzidas por um grupo de informantes que use unicamente a CDO.

- (iii) O PST fornece evidência de que a CDO e a CDP partilham a mesma estrutura?

Uma resposta afirmativa a esta questão implica, desde logo, que o PST exhiba verdadeiramente alternância dativa e que esta seja determinada pela semântica dos verbos envolvidos. Especificamente, espera-se que: (i) a CDO e a CDP introduzida pela

preposição funcional *a* (CDP₁) ocorram unicamente com verbos que apenas envolvem a mudança de possuidor do Tema, *i.e.* verbos do tipo *dar* (*core dative verbs*); e que (ii) a CDP introduzida por uma preposição direcional *para* (ou *a*, no caso dos NPs pronominais)¹ (CDP₂) seja preferida com verbos que envolvem simultaneamente movimento e a mudança de possuidor do Tema, *i.e.* verbos do tipo *atirar/enviar* (*non-core dative verbs*) (e.g. Rappaport-Hovav & Levin 2008). Neste sentido, a CDO e a CDP₁ partilhariam a mesma estrutura, ao passo que a CDP₂ seria derivada de forma independente. Além disso, prediz-se igualmente que sejam registadas ocorrências de Recipientes [\pm ANIM] com *core dative verbs*, dependentes da ocorrência de um verbo pleno ou de um verbo leve, e que, pelo contrário, os Alvos subcategorizados por *non-core dative verbs* sejam exclusivamente [+ANIM], para poderem ser interpretados como Recipientes. Importa, portanto, analisar as produções do *corpus* e elicitar juízos no sentido de verificar se há distinção no tipo de verbos envolvidos em cada uma das estratégias de realização do dativo e na animacidade do argumento dativo.

- (iv) Qual o papel do contacto com o forro na expressão do argumento dativo no PST?

Embora constitua a L1 dominante em São Tomé, o PST resulta do contacto com línguas crioulas, de modo particular com o forro. Neste sentido, importa discutir em que medida as estratégias de realização do argumento dativo exibidas naquela variedade são um produto do contacto linguístico ou estão dependentes de propriedades gerais da Gramática Universal. A possibilidade de o contacto com o forro ser determinante para a ocorrência de CDOs e/ou CDPs no PST implica que: (i) as duas línguas exibam a mesma estratégia (dominante) de realização do argumento dativo; ou que (ii), a haver alternância dativa, esta seja exibida pelos mesmos verbos, nas suas formas correspondentes, nas duas línguas. Note-se, no entanto, desde já, que o facto de o PST exibir CDOs (R. Gonçalves 2010) é uma evidência positiva do contacto com o forro, uma vez que tal estratégia não é exibida no PE nem nas línguas românicas em geral. Porém, por outro lado, o forro é uma língua dita de serialização verbal, inclusivamente para a expressão de argumentos de *non-core dative verbs*, mas o PST, como vimos em

¹ No caso de o PST exibir verdadeiramente alternância dativa, a única forma de distinguir a CDP introduzida pelo marcador de Caso *a* da CDP introduzida pela preposição direcional *a* é analisar os contextos de NPs pronominais.

R. Gonçalves (2010), não exibe essa possibilidade. A discussão do papel do contacto entre o PST e o forro requer, portanto, uma análise das propriedades de realização do argumento dativo no forro, de que daremos conta no capítulo 7.

1.5 Estrutura da dissertação

A presente dissertação está estruturada em oito capítulos, cuja organização interna enunciamos em seguida.

No capítulo 2, ocupar-nos-emos da apresentação do português de São Tomé. Começaremos por discutir os fatores históricos e sociais que conduziram à hegemonia do português, em detrimento das línguas crioulas (§2.2.1), e por analisar dados estatísticos atuais que atestam uma mudança linguística no sentido da nativização em São Tomé (§2.2.2). Posteriormente, a partir da literatura existente e de trabalho realizado durante a presente investigação, enunciaremos algumas características do PST (§2.3).

No capítulo 3, dedicaremos a nossa análise às construções ditransitivas nas línguas românicas, em particular no PE e nas suas variedades não europeias. Começaremos por introduzir a problemática do tema em investigação, descrevendo propriedades gerais das construções ditransitivas e a sua distribuição por línguas tipologicamente distintas (§3.2). Em seguida, discutiremos a existência de CDOs nas línguas românicas (contra Demonte 1994, 1995, Cuervo 2003a, 2003b; Torres Morais 2006; Torres Morais & Lima Salles 2010; Pineda 2012, 2013, 2014, 2015, 2016) e mostraremos que os argumentos em favor dessa proposta podem, paradoxalmente, constituir um contra-argumento à sua ocorrência (§3.3). Posteriormente, descreveremos as propriedades das CDPs no PE, analisando o efeito de o argumento dativo com o papel temático de Recipiente poder ser introduzido por duas classes de verbos ditransitivos, a saber *core dative verbs* e *non-core dative verbs* (Rappaport-Hovav & Levin 2008) (§3.4.1), bem como a possibilidade de o traço de animacidade do OI estar relacionado com essas classes semânticas de verbos (§3.4.2) e/ou com a distinção entre verbos plenos e verbos leves (§3.4.3). Por fim, o estatuto da preposição que introduz as CDPs do PE será reavaliado (§3.4.4). No mesmo capítulo, e retomando a literatura existente, analisaremos ainda as estratégias usadas em variedades não europeias do

português, numa perspetiva contrastiva entre elas e entre estas e o PE, bem como entre elas e as línguas com as quais estão em contacto (§3.5).

No capítulo 4, discutiremos a estrutura das construções ditransitivas nas línguas românicas e germânicas, tomando como exemplos o português e o inglês. Começaremos por recuperar as análises clássicas propostas por Larson (1988) e Baker (1988), de acordo com as quais a CDO e a CDP estão derivacionalmente relacionadas: ambas envolvem uma concha de VP, sendo a preposição funcional incorporada no verbo na CDO (§4.2.1). Em seguida, mostraremos que as análises recentes que seguem uma abordagem não derivacional, postulando a existência de um núcleo aplicativo, para dar conta da CDO do inglês e da ordem V OI OD/V Cl_{dat} OD das línguas românicas não têm, na verdade, suporte empírico (§4.2.2). Além disso, apresentaremos contra-argumentos às análises que defendem que diferentes ordens de palavras no PE têm subjacentes diferentes estruturas de base, não obstante a existência de equivalência semântica (§4.2.3). Alternativamente, argumentaremos a favor de uma reinterpretação das análises clássicas. Nesse sentido, proporemos que a mesma estrutura sintática permite dar conta da ordem canónica V OD OI e da ordem não canónica V OI/Cl_{dat} OD com *core dative verbs* (e *non-core dative verbs* que selecionam Alvos [+ANIM]) e de que apenas as construções com *non-core dative verbs* que selecionam Alvos [-ANIM] são derivadas de forma independente, independentemente da ordem de palavras (§4.3).

No capítulo 5, ocupar-nos-emos da descrição dos procedimentos metodológicos seguidos para o tratamento das construções ditransitivas no PST. Começaremos por apresentar o *corpus* de produção oral espontânea, recolhido em São Tomé, no âmbito do projeto *Varietades Africanas do Português* (VAPOR) do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL), o qual serviu de base à presente investigação. Nesse sentido, em (§5.2), descreveremos os métodos de recolha, anotação, extração e tratamento dos dados. Em seguida, apresentaremos a tarefa de elicitación desenhada e aplicada com vista à obtenção de juízos de aceitabilidade sobre as diferentes estratégias de realização do argumento dativo atestadas no *corpus*, tendo-se estabelecido como variáveis o tipo de verbo e o traço de animacidade do argumento preposicionado de verbos ditransitivos (§5.3).

No capítulo 6, descreveremos e discutiremos as estratégias exibidas pelo PST para a expressão do argumento dativo com o papel temático de Recipiente em construções ditransitivas, tendo por base a análise de dados do *corpus* de produção oral espontânea (§6.2) e os resultados da tarefa de elicitación (§6.3). Posteriormente,

responderemos a três das questões de investigação, dando conta dos fatores que regulam a existência de alternância dativa no PST (§6.4). Por fim, discutiremos a estruturas da CDO e da CDP nesta variedade do português (§6.5).

No capítulo 7, analisaremos o papel do contacto entre o PST e o forro, o crioulo com o qual está maioritariamente em contacto, e responderemos à quarta e última questão de investigação. Neste sentido, uma descrição das propriedades das construções ditransitivas no forro será igualmente desenvolvida. Mostraremos que, distintamente da língua lexicadora descrita no capítulo 3, a estratégia dominante para a expressão do argumento dativo com o papel temático de Recipiente no forro é a CDO e que a CDP apenas é possível na expressão de Beneficiários (§7.2.1-7.2.2). Em (§7.2.3), mostraremos ainda que, quando envolvidos Alvos [-ANIM], com *non-core dative verbs*, a estratégia dominante é a construção de verbos seriais. Por fim, discutiremos em que medida os dados de variedades pós-coloniais podem ser analisados na perspetiva da aquisição de L2. Especificamente, proporemos que a hipótese de *Full Transfer/Full Access* de Schwartz & Sprouse (1994, 1996) permite dar conta da variação/alternância entre estratégias de realização do argumento dativo no PST, no sentido em que este apresenta evidência positiva do contacto linguístico com o forro (*Full Transfer*), bem como do acesso a propriedades gerais da gramática (*Full Access*) (§7.3).

No capítulo 8, apresentaremos uma síntese geral dos resultados desta investigação e enunciaremos as suas implicações em trabalho futuro.

2. O PORTUGUÊS DE SÃO TOMÉ

2.1 Introdução

Neste capítulo, ocupar-nos-emos do panorama linguístico de São Tomé e Príncipe, dando conta dos fatores históricos e sociais que estiveram na base da atual hegemonia do português. Começaremos por contextualizar a presença do português no arquipélago durante a primeira e segunda colonização para, em seguida, discutirmos dados estatísticos do período pós-colonial que documentam o incremento do uso do português em detrimento dos crioulos autóctones. Na verdade, não obstante ter sido adquirido primeiramente como uma L2, o PST é atualmente uma variedade num avançado processo de nativização. É nesse sentido que discutiremos, à luz da literatura existente para outras variedades pós-coloniais, as fases inerentes ao processo de nativização e procuraremos discernir aquela em que o PST se encontra. Posteriormente, partindo da literatura existente e de trabalho realizado durante a presente investigação, apresentaremos algumas características do PST, algumas das quais se interrelacionam com a expressão do argumento dativo, designadamente a reestruturação das grelhas argumentais dos verbos e a expressão dos objetos pronominais de 3.^a pessoa.

2.2 Panorama linguístico de São Tomé e Príncipe

2.2.1 Do século XV ao século XX: uma contextualização histórica

A presença do português em São Tomé e Príncipe, um pequeno arquipélago de duas ilhas situado no Golfo da Guiné a cerca de 250 quilómetros da costa ocidental africana, remonta ao final do século XV, período da descoberta e da primeira colonização das ilhas. De acordo com os dados apresentados por Hagemeyer (2009, no prelo a), o primeiro povoamento foi feito, num primeiro momento, por escravos provenientes da área do delta do Níger (atual Nigéria), em virtude dos laços diplomáticos e comerciais que os portugueses mantinham com o Reino de Benim.

Porém, com o início da fase da plantação de cana do açúcar para exportação e da necessidade de reunir mão-de-obra abundante para o trabalho nos engenhos agrícolas, aos escravos oriundos do delta do Níger rapidamente sucederam aqueles provenientes do Congo e de Angola.

Neste sentido, no século XV confluíram em São Tomé escravos oriundos de regiões onde se falavam (e falam) línguas edóides, bem como de regiões onde se falavam (e falam) línguas bantas, nomeadamente variedades do quicongo e do quimbundo. Foi do contacto entre os portugueses e estes grupos de escravos, com línguas maternas tipologicamente distintas, que resultou um *pidgin* que, tendo-se expandido e nativizado na ilha, deu origem ao proto-crioulo do Golfo da Guiné que evoluiu para o atual santome ou forro.² A ramificação no tempo e no espaço deste proto-crioulo terá dado origem a três outras línguas crioulas: (i) o lung'ie ou língua da ilha, falado na ilha do Príncipe; (ii) o angolar, falado essencialmente nas zonas piscatórias do sudoeste da ilha de São Tomé por uma comunidade de descendentes dos escravos fugidos das roças; (iii) e o fa d'ambô, falado na ilha de Ano Bom, na Guiné Equatorial (e.g. Ferraz 1979; Hagemeyer 2009, 2011, no prelo a).³

Segundo Hagemeyer (2009: 2), a fase inicial do povoamento terá sido, desde logo, “propícia à criouliização[, uma vez que] havia, por um lado, um contacto mais intenso entre portugueses e escravos e, por outro, existia a necessidade iminente de comunicação que implicava uma aproximação, por parte dos escravos, ao código linguístico utilizado por povoadores portugueses”. Por sua vez, a importância do forro, enquanto língua crioula com maior número de falantes em São Tomé, deve-se ao facto de a comunidade alforriada, logo no início do século XVI, ter adquirido um estatuto social privilegiado e de o crioulo constituir a língua-alvo dos escravos recém-chegados (*Ibidem*).

Apesar de terem uma origem comum, estas línguas são, no entanto, independentes. Como refere Hagemeyer (no prelo a), “não obstante a evidente partilha lexical e estrutural, a inteligibilidade mútua entre [elas] é hoje limitada e deve-se, por um lado, à separação no tempo e no espaço e, por outro, às mudanças internas e

² O termo forro tem a sua origem na designação dada aos escravos libertos após receberem a carta de alforria – negros forros (mulheres africanas e filhos que nasciam dos casamentos ou concubinatos entre estas e os colonizadores).

³ A ilha de Ano Bom pertenceu à coroa portuguesa até 1778, ano em que passou para o domínio espanhol como parte integrante da Guiné Espanhola. Desde a sua independência, em 1968, este país, dividido em três territórios descontínuos, um continental e dois insulares, passou a chamar-se Guiné Equatorial (Hagemeyer 1999:74).

externas (como contacto linguístico posterior) que cada uma delas sofreu depois de se ter separado do tronco comum.” Além disso, como refere o mesmo autor, embora o seu léxico seja maioritariamente português, os crioulos do Golfo da Guiné diferem estruturalmente da língua lexificadora, tendo integrado aspetos da gramática das línguas africanas que estiveram na base da sua formação, de modo particular o Edo (e.g. Hagemeyer 2011; Hagemeyer & Ogie 2011).

Até à segunda colonização no século XIX, os crioulos eram as línguas dominantes nas ilhas de São Tomé e Príncipe, com maior destaque para o forro. Contudo, se a primeira colonização, com o ciclo do açúcar, foi fecunda, no sentido em que nele se formaram os crioulos do Golfo da Guiné, a segunda, com o ciclo do café e do cacau, a partir de meados do século XIX, contribuiu em larga medida para a mudança linguística. De facto, após a abolição da escravatura e a recusa dos escravos recém-libertos (os forros) em trabalhar nas empresas agrícolas, a população local era insuficiente para responder à procura de mão-de-obra. Por consequência, foi necessário implementar o regime de contrato que consistia na contratação de trabalhadores provenientes de outras colónias portuguesas, como Cabo Verde, Angola ou Moçambique, bem como do Benim ou do Gabão (Hagemeyer 2009, no prelo a; Seibert 2014).

Segundo dados de Nascimento (2000, *apud* Hagemeyer no prelo a), a partir de 1870, o número de contratados duplicou o número da população total. Ora, paralelamente ao incremento da população, as ilhas de São Tomé e Príncipe veem igualmente a sua diversidade linguística aumentar, uma vez que, para além do português e dos três crioulos autóctones, as línguas maternas dos contratados rapidamente se disseminaram pelo território; destacam-se, entre elas, as línguas bantas, como o quimbundo ou o umbundo, e o crioulo de Cabo Verde, ainda hoje bastante presente em algumas zonas do arquipélago. Porém, apesar do multilinguismo que caracterizava as ilhas, a língua veicular nas empresas agrícolas era o português. Como refere Seibert (2014: 61), “os contratados africanos, chamados serviçais, que constituíam uma nova categoria social no arquipélago, (...) viviam nas senzalas das plantações, especialmente separados dos ilhéus, [*i.e.* os nativos], que os excluía da sua vida social e cultural”, e, por consequência, do contacto com a sua língua. Se, como referimos anteriormente, o período da primeira colonização foi favorável à criouliização, o período da segunda colonização foi determinante para a hegemonia do português, uma vez que era esta, e não o forro, a língua-alvo dos contratados.

De facto, do contacto entre as línguas maternas dos contratados e o português falado nas roças (essencialmente, Água Ize, Monte Café e Agostinho Neto), resultou uma variedade do português, descrita na literatura como o português dos tongas, por assim serem designados os descendentes dos contratados (e.g. Rougé 1992; Baxter 2002, 2004). Esta variedade era, à data, a língua de comunicação veicular nesse espaço, mas mesmo num período mais recente, de acordo com Rougé (1992: 173), os tongas não sabiam falar forro. Hagemeijer (no prelo a) faz notar, no entanto, que, em virtude de o português dos tongas ser falado em diferentes roças e de não haver comunicação entre os contratados de cada uma delas, esta não se trata de uma variedade homogénea. Pelo contrário, é possível que diferentes variedades do português dos tongas tenham emergido em função das idiosincrasias das diferentes roças em que eram faladas. Segundo Lopes & Baxter (2011a: 2) “em boa parte, os seus antepassados só adquiriram o português no trabalho em São Tomé, principalmente a partir de modelos de português L2 falados por trabalhadores colegas e, indiretamente, do português L1 dos administradores”. Além disso, “foi só na década de 1950 que as crianças tongas tiveram acesso pleno à educação, o que levou ao uso de modelos de português mais próximos do português europeu” (Lopes & Baxter 2011b). É possível, portanto, que o português dos tongas, a partir dessa altura, se tenha fundido no português de São Tomé (Baxter 2002), um processo que foi acelerado pelas alterações no sistema social e educativo no período pós-independência. Na verdade, embora atualmente não reste muito desta variedade, certamente o seu legado linguístico está presente no português de São Tomé que, como veremos em seguida, é atualmente a língua dominante no arquipélago.

2.2.2 O pós-independência: a emergência de uma variedade

Os dados sociolinguísticos reunidos em recenseamentos realizados durante o tempo colonial não dão conta do número de falantes por línguas neste período, uma vez que os crioulos nunca foram incluídos (Anuário Estatístico do Ultramar, *apud* Lorenzino 1996: 442). Essas línguas, bem como a sua distribuição etária e geográfica, só começam a ser recenseadas após a independência do país (1981/1987).⁴ Não obstante este facto, alguns estudos dão conta de que, no tempo colonial, o acesso ao português

⁴ Veja-se inclusivamente que, não obstante a sua presença histórica no arquipélago, o angolano e o caboverdiano apenas foram incluídos no último censo, o de 2012.

era limitado aos “são-tomenses com um certo grau de instrução e pertencentes à elite urbana, ou aspirantes a ela”, sendo os crioulos, “enquanto línguas de comunicação quotidiana (...) de uso quase exclusivo da população analfabeta, de localização periurbana e rural” (Mata 2010: 16-17). Na verdade, em virtude da repressão linguística exercida durante o Estado Novo, muitas famílias proibiam os filhos de falar crioulo, de modo a “preparar a sua inserção e o seu sucesso na sociedade colonial”, falando com eles em português, apesar de esta não ser a sua língua materna (*Ibidem*). Por consequência, como continua Mata (2010: 17), “não é, pois, de admirar que se encontrem entre a elite, mesmo em famílias com uma tradição de resistência nacionalista, pessoas que não saibam falar o crioulo” e que, segundo Bragança (2007 *apud* Seibert 2014: 67), “os membros da elite (...) tenham vergonha quando, em determinadas circunstâncias, se veem forçados a falar o crioulo local”.

Ora, após a independência, a escolha do português como língua oficial exclusiva, associada à massificação do ensino e ao aumento da mobilidade social, vem acentuar o uso do português como língua dominante na sociedade são-tomense. Aquela que era considerada a língua da elite e dos domínios altos, passou a ser a língua de todos os contextos comunicativos, altos e baixos, de um grupo cada vez maior de são-tomenses. Por consequência, assiste-se a um aumento gradual da erosão linguística dos crioulos, um processo tipicamente associado a contextos de línguas em contacto, caracterizado pela perda de competência linguística da L1, motivada pela primazia do uso da L2 (e.g. Winford 2004, 2009a,b).⁵

Os dados dos censos do Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe publicados nas últimas quatro décadas, apresentados na Tabela 1, dão conta dessa evolução histórica.

⁵ O fenómeno de erosão linguística é usado igualmente na literatura para dar conta da perda linguística da L1 durante o processo de aquisição e/ou aprendizagem de uma L2 em contextos de emigração (e.g. Seliger & Vago 1991; Schmid 2004; Köpke *et al.* 2007; Flores 2008).

Tabela 1 - Número e percentagem de falantes por língua (RGPH – 1981-2012).

	População Total	Português	Forro	Lung'ie	Angolar	Caboverdiano
1981	96.661	60.519 (63%)	54.387 (56%)	1.533 (2%)	-	-
1991	117.504	94.907 (81%)	69.899 (59%)	1.558 (1%)	-	-
2001	137.599	136.085 (99%)	99.621 (72%)	3.302 (2%)	-	-
2012	187.356	170.309 (91%)	62.889 (34%)	1.760 (1%)	11.413 (6%)	14.725 (8%)

Estes dados sugerem que em 1981 havia mais bilingues em português e em forro do que atualmente. Nessa altura, a disparidade no número de falantes de uma e outra língua não é grande, refletindo a diglossia estável que caracterizava a época colonial (e o período imediatamente após a independência). Porém, uma comparação entre o número de total de falantes por língua e por ano põe em evidência o aumento gradual do número de falantes do português, acompanhado da diminuição acentuada do número de falantes do forro a partir da década de 90. Veja-se que, se, na década de oitenta, a diferença do número de falantes do português e do forro era de (apenas) 6.000 falantes, nos anos noventa, esta ultrapassa os 25.000 falantes. Este decréscimo acentua-se ainda mais nas últimas décadas, sendo que o número de falantes do português em 2012 é claramente superior ao de falantes do forro. Na verdade, com o passar dos anos, acentua-se a tendência para o monolinguismo em português, favorecida quer pela escolarização nesta língua, quer pela ausência de uma política linguística pró-crioula sustentada que permita inverter o estigma deixado pelo regime colonial.

Apesar de evidenciarem a hegemonia do português, os dados dos censos devem, no entanto, ser interpretados com cautela. Na verdade, a análise dos dados estatísticos dos censos implica uma análise mais profunda do que a meramente quantitativa. Por um lado, a diferença no número de falantes de português entre 2001 e 2012 não deve ser entendida como um eventual retrocesso no uso do português. Em vez disso, este facto pode estar relacionado com a inclusão, pela primeira vez, do angolar e do caboverdiano como línguas faladas no arquipélago. Nos censos realizados entre 1981-2001, paralelamente às línguas recenseadas, a população tinha a possibilidade de indicar que falava outra(s) língua(s) – a saber “línguas estrangeiras e não estrangeiras” (RGPH 2003: 48). Porém, por não haver registo efetivo dessas línguas, apenas nos é possível equacionar a possibilidade de o angolar e o caboverdiano terem integrado essa

categoria. Veja-se, no entanto, que, se, em 2001, a percentagem de outras línguas faladas, além das recenseadas, era de 13%, em 2012, esta é de apenas 2%.⁶

Por outro lado, o número de falantes do lung'ie nos dados mais recentes também parece ser excessivamente elevado, uma vez que, segundo Maurer (2009:3), “on Príncipe, there are about twenty to thirty people over sixty and a few younger ones who have a reasonable *active* command of the language”. Os valores apresentados no censo podem ser justificados, no entanto, se considerarmos que cobrem igualmente os habitantes com uso passivo da língua, ou seja, aqueles que, embora não saibam falar, conseguem compreender (em parte) esse crioulo. O mesmo se pode aplicar a alguns falantes que indicam falar forro.

Além disso, como discutimos em R. Gonçalves (2010:16), os dados do censo “não nos permitem extrair conclusões quanto à possibilidade de as línguas identificadas serem adquiridas como L1, L2 ou LE” nem quanto ao nível de proficiência em cada uma delas. Na verdade, perante uma pergunta como a formulada nos censos – *Quais são as línguas que fala?* – “os falantes, cuja língua não dominante se encontra num processo de erosão linguística, como acontece com muitos são-tomenses que falam um dos crioulos nacionais, poderão inclinar-se para respostas diferentes, que estão, possivelmente, relacionadas com a atitude linguística individual ou coletiva perante esta ou aquela língua” (Gonçalves & Hagemeijer 2015a: 92).⁷

Não obstante estes factos, o papel do português como a L1 dominante em São Tomé e Príncipe é inquestionável. Veja-se que, se considerado o número de falantes por língua e por distrito, nos dados do RGPH-2012, não só se verifica que o acelerado processo de nativização do português não se restringe ao distrito de Água Grande, no qual se situa a cidade de São Tomé, como fatores históricos e sociais anteriormente mencionados são refletidos nessa distribuição (cf. Tabela 2). Línguas como o angolar ou o caboverdiano têm maior expressividade nas comunidades de descendentes dos escravos e dos contratados chegados a São Tomé e Príncipe no período da primeira e da segunda colonização das ilhas, respetivamente.

⁶ Veja-se ainda que a diminuição do número de falantes que indicou falar outra língua pode estar também relacionada com o facto de, no âmbito das línguas estrangeiras, em 2001 apenas ter sido considerado o francês, distintamente de 2012 em que o inglês também foi incluído (cf. RGPH 2011-2012).

⁷ Veja-se P. Gonçalves (2012) para estas questões no contexto moçambicano.

Tabela 2 - Percentagem de falantes por língua e por distrito (RGPH-2012).

		Português	Forro	Lung'ie	Angolar	Caboverdiano
São Tomé	Água Grande	91,0	34,1	1,1	3,3	5,0
	Mé-Zochi	92,0	37,4	0,5	3,9	3,3
	Cantagalo	89,9	39,6	0,4	9,4	12,8
	Caué	84,0	11,5	0,2	40,3	3,9
	Lembá	90,0	27,9	0,4	13,5	9,4
	Lobata	91,6	37,5	0,4	2,1	16,4
Príncipe	Santo António	91,3	11,7	7,0	2,3	29,2

Veja-se que as regiões de Cantagalo e Caué, onde a percentagem de número de falantes do português é inferior a 90%, apresentam valores percentuais mais elevados de número de falantes do cabo-verdiano e do angolar, respetivamente. É exatamente no distrito de Caué, onde reside a comunidade angolar⁸, que a percentagem de número de falantes do forro é mais baixa, apenas equiparada ao distrito de Santo António no Príncipe. Nesta ilha, por sua vez, o número de falantes de cabo-verdiano é claramente superior ao de falantes do crioulo do lung'ie, resultado do baixo índice de repatriamentos após a independência (Seibert 2001). O cabo-verdiano é a terceira língua mais falada no arquipélago, a seguir ao português e ao forro (cf. Tabela 1).

De acordo com os dados do último censo (RGPH-2012), a crescente nativização do português é ainda evidenciada pela existência de uma certa homogeneidade no uso do português nas diferentes faixas etárias, distintamente do forro e dos restantes crioulos, cuja percentagem de falantes aumenta gradualmente em função da faixa etária. Quer isto dizer que, enquanto o português é usado de forma transversal por toda a população, os crioulos tendem a ser cada vez menos usados pelos mais jovens (R. Gonçalves 2010).

Apesar de, até à independência, o português em África ter mantido maioritariamente um estatuto de L2 nos diferentes países (P. Gonçalves 2013a; Hagemeyer no prelo b), atualmente uma comparação entre São Tomé e Príncipe e as restantes ex-colónias permite caracterizar o arquipélago do Golfo da Guiné como um contexto único.

A situação de São Tomé é bastante distinta da de Cabo Verde e da Guiné-Bissau, apesar de nos três o português estar em contacto com crioulos de base lexical

⁸ Cf. Hagemeyer (1999) sobre a fixação da comunidade angolar nesta região da ilha a partir da segunda metade do século XVI.

portuguesa. Na verdade, em Cabo Verde há uma estreita relação entre a identidade cabo-verdiana e o seu crioulo, língua materna da maior parte da população, valorizada e promovida pela elite, ao passo que o português é unicamente uma L2, adquirida em contexto formal (e.g. Alexandre no prelo). Na Guiné-Bissau, por sua vez, assiste-se a uma dupla diglossia (e.g. Intumbo 2005), no sentido em que além do crioulo (L1), língua de unidade nacional, e do português (L2), língua oficial, são faladas, como línguas maternas, cerca de 20 línguas africanas pertencentes à família atlântica (e.g. balanta, fula, papel e manjaco) e mande (e.g. mandinga) do Níger-Congo (Couto 2009). De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau relativos a 2009, apresentados por Hagemeyer (no prelo b), o português L1/L2 é falado por 27,1% da população, ao passo que 90,4% da população fala o crioulo como L1/L2.

Firmino (2008) e P. Gonçalves (2010, no prelo) caracterizam a difusão e a valorização do português nas ex-colónias, sobretudo após a independência, como uma fase glotofágica, ou seja, uma fase em que o português ocupa progressivamente o lugar social das línguas nacionais. Ora, o português tem uma dimensão glotofágica muito mais alargada em São Tomé e Príncipe do que em Angola e Moçambique (Gonçalves & Hagemeyer 2015a), a qual, como vimos, está inteiramente dependente das mudanças históricas e sociais decorrentes da segunda colonização. Segundo dados do último RGPH de Moçambique, realizado em 2007, à data, apenas 10,7% da população falava o português como L1 e 39,7% como L2 (e.g. P. Gonçalves no prelo, 2013a). Por conseguinte, o português L1/L2 era falado por cerca de metade da população moçambicana. Estes valores contrastam com os apresentados para São Tomé e Príncipe, onde a percentagem de falantes do português L1/L2 em 1981 já era superior a 50% (cf. Tabela 1). No caso de Angola, de acordo com os resultados do último RGPH, realizado em 2014, o português é falado por 71,15% da população, com maior incidência nos grandes centros urbanos, onde 85% da população fala a língua portuguesa. Na área rural, o português é falado por 49% da população. A língua nacional dominante é claramente o umbundo, falado por 22,96% da população, contra os 8,24% e 7,82% de falantes do quicongo e do quimbundo, respetivamente, e menos de 7% de falantes de outras línguas nacionais.⁹

Em virtude destes factos, é insustentável uma proposta de tratamento das variedades do português em África, como a apresentada por P. Gonçalves (2004/2009:

⁹ Cf. Dados disponibilizados pelo Observatório da Língua Portuguesa: <http://observalinguaportuguesa.org/angola-portugues-e-falado-por-7115-de-angolanos/>.

227) e, em certa medida, recuperada em P. Gonçalves (2013a)¹⁰, de que “tomando como referência, as situações de contacto linguístico em que o português se encontra em cada um dos países onde este foi declarado língua oficial, [se] podem estabelecer duas zonas distintas”: ‘a zona bantu’ (Angola e Moçambique) e a ‘zona dos crioulos’ (Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe).

Na verdade, não só o número de falantes do português L1/L2 é bastante díspar nos diferentes países em que é língua oficial, como, apesar da aparente semelhança de contextos linguísticos, esta proposta de unificação não se materializa em pleno do ponto de vista linguístico (Alexandre, Gonçalves & Hagemeyer 2011). Por exemplo, no que respeita às construções ditransitivas, de que nos ocuparemos no capítulo 3, enquanto a CDO parece ser a estratégia dominante no português de Moçambique para a expressão do argumento com o papel temático de Recipiente, no português de Angola, a estratégia dominante é a CDP encabeçada pela preposição *em*. Na verdade, associada a esta diferença, está o facto de o português estar em contacto com línguas bantas distintas que, como veremos, fazem uso de estratégias diferentes para a realização do argumento dativo. Por outro lado, Alexandre, Gonçalves & Hagemeyer (2011) e Alexandre & Hagemeyer (2013) mostram que o português de São Tomé e de Cabo Verde se distinguem quanto às estratégias de relativização, no sentido em que naquela a estratégia cortadora é dominante, especialmente no domínio dos PPs argumentais. Além disso, importa ainda referir que os crioulos do Golfo da Guiné e os crioulos da Alta Guiné constituem famílias linguísticas tipologicamente distintas (e.g. Hagemeyer & Alexandre 2012), pelo que uma unificação baseada no critério língua crioula é insuficiente e enganadora.

No seu trabalho sobre as variedades pós-coloniais do inglês, Schneider (2007:30-31) discute as fases inerentes ao processo de nativização de uma variedade emergente nesses contextos. O autor propõe um modelo de evolução das variedades

¹⁰ Embora com alguma cautela, apelando à inexistência de dados quantitativos rigorosos, P. Gonçalves (2013:157-158) refere que “na altura da independência das colónias (1975), o português era usado por uma baixa percentagem de falantes, tipicamente como língua segunda (L2)[, e que] o português tem uma relevância menor nos países em que emergiram línguas crioulas – Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe – onde [alegadamente] estas constituem o principal veículo de comunicação oral para a grande maioria da população.” Ora, como consideramos ter mostrado com os dados históricos anteriormente discutidos, o português em São Tomé, antes da independência, já era uma língua veicular para uma grande parte da população. Veja-se o caso dos contratados que eram em maior número do que a população local e cuja língua-alvo era o português e não o forro. Além disso, recorde-se que, no censo realizado em 1981, apenas 6 anos após a independência, cerca de 63% da população declara falar português. Se é certo que estes valores percentuais podem, eventualmente, refletir o estigma do regime colonial perante as línguas crioulas, por outro lado, os dados estatísticos dos censos de 1991, 2001 e 2012 evidenciam o papel do português como língua dominante em São Tomé e Príncipe.

pós-coloniais assente em cinco estádios de desenvolvimento: (i) formação ‘*foundation*’; (ii) imposição da variedade padrão sobre a variedade não padrão ‘*exonormative stabilization*’; (iii) nativização ‘*nativization*’; (iv) imposição de uma variedade não padrão sobre a variedade padrão ‘*endonormative stabilization*’; e (v) diferenciação ‘*differentiation*’; os quais estão inteiramente dependentes de diferentes fatores extralinguísticos, como acontecimentos históricos, políticas e atitudes linguísticas e contacto entre línguas. À luz do modelo de Schneider (2007), o PST encontra-se entre a terceira e a quarta fases do processo de nativização, à semelhança de variedades do inglês de Singapura, da Índia, da África do Sul ou da Nigéria que, não obstante as diferenças histórico-sociais e linguísticas, bem como a ausência de uma nativização generalizada, se encontram, segundo o mesmo autor, em avançado processo de nativização, *i.e.* na ou a caminho da fase 4.

Na verdade, a independência de São Tomé e Príncipe, em 1975, a qual pode constituir para Schneider (2007) um primeiro passo para a nativização de uma variedade de línguas coloniais, foi-no apenas do ponto de vista político; do ponto de vista linguístico, o português é a língua oficial exclusiva. Por consequência, aquela que era já na altura a L1/L2 de uma grande parte dos falantes, descendentes de contratados, impôs-se como a língua dominante. Porém, se, por um lado, se regista a hegemonia crescente do português, enquanto língua materna maioritária, o que contribui para a emergência de uma variedade linguística, por outro, o português europeu padrão continua a constituir a língua-alvo da aprendizagem escolar. Além disso, como referimos anteriormente, associada a uma estabilização do PST, enquanto variedade local reconhecida e aceite como tal pelos seus falantes, estão questões relacionadas com a atitude perante as línguas (o português e os crioulos autóctones), bem como de política de língua, as quais podem ser determinantes no desenvolvimento do processo de nativização do PST.¹¹

2.3 Características do português de São Tomé

Os trabalhos de maior envergadura sobre as variedades do português em África remontam à década de 90 e à publicação do trabalho de P. Gonçalves sobre a estrutura

¹¹ Para uma análise recente das políticas de (ensino de) língua em São Tomé e Príncipe, veja-se Hagemeyer, Gonçalves & Afonso (no prelo).

argumental dos verbos no português de Moçambique (P. Gonçalves 1990) e ao projeto Panorama do Português Oral de Maputo (Stroud & Gonçalves 1997). Desde então, diferentes trabalhos têm sido realizados, muito embora a grande maioria tenha centrado a sua atenção nas variedades moçambicana e angolana. Os estudos sobre as variedades do português de São Tomé e Príncipe, de Cabo Verde e da Guiné-Bissau são ainda bastante limitados.¹²

No que respeita a São Tomé e Príncipe, a investigação tem incidido na variedade urbana falada na cidade de São Tomé (e.g. R. Gonçalves 2009, 2010, 2013a, 2013b, 2015; Brandão 2011; Brandão & Vieira 2012; Alexandre, Gonçalves & Hagemeyer 2011; Gonçalves & Hagemeyer 2015a) ou em subvariedades faladas nas comunidades dos tongas de Monte Café (e.g. Rougé 1992; Baxter 2002, 2004; Lopes 2009; Lopes & Baxter 2011a, 2011b) e de Almoxarife (e.g. Figueiredo 2008, 2010, 2012, 2015), não existindo ainda nenhum trabalho que verse unicamente sobre o português da ilha do Príncipe, maioritariamente em contacto com o crioulo de Cabo Verde. Paralelamente, têm sido igualmente desenvolvidos trabalhos que, partindo da análise de textos escritos por alunos em diferentes ciclos de ensino, discutem a problemática do ensino do português em contacto com os crioulos autóctones, bem como a influência destes no português (e.g. Afonso 2008; Lima Afonso 2009; D'Apresentação 2013).

O desequilíbrio na investigação sobre as variedades do português em África estende-se igualmente às áreas da gramática. Se, por um lado, há vários trabalhos sobre a morfossintaxe e a sintaxe, por outro, são raros os estudos sobre a fonética e a fonologia destas variedades (e.g. Christofolletti 2011).

No âmbito do projeto *Corpus África* do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, foram desenvolvidos estudos que dão conta da existência de fenómenos comuns entre variedades do português em África. A nível do léxico, registam-se neologismos de forma e semânticos; a nível da sintaxe e da morfossintaxe, observa-se a existência de variação nas propriedades de seleção categorial dos verbos, nas estratégias de realização de objetos pronominais, nos padrões de colocação dos clíticos, na concordância nominal e verbal e na seleção de modo e tempo verbais (e.g. Bacelar do Nascimento *et al.* 2008).¹³ Em seguida, apresentaremos algumas características do PST,

¹² Na Cátedra de Português Língua Segunda e Estrangeira da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique), são disponibilizadas bibliografias atualizadas para cada uma destas variedades (http://www.catedraportugues.uem.mz/?target=_home).

¹³ Sobre o léxico de variedades do português, veja-se igualmente Petter (2008).

na sua variedade urbana, que têm sido descritas e discutidas na literatura, com base em dados de produção oral espontânea.¹⁴

2.3.1 Concordância nominal e verbal

No campo da morfossintaxe, a área da concordância nominal e verbal tem revelado particular interesse. Brandão (2011) e Brandão & Vieira (2012) compararam os fatores associados à ausência de concordância nominal e verbal no PST e no PB. As autoras concluem que esse fenômeno é controlado tanto por variáveis linguísticas, como a posição linear em relação ao núcleo do sintagma nominal, no caso da concordância nominal, e a saliência fônica, no caso da concordância verbal, como por variáveis extralinguísticas, como o nível de escolarização. Tipicamente, o núcleo do NP, bem como os elementos à sua direita, são mais afetados pelo apagamento da marca de número, sendo a marcação de plural tendencialmente realizada mais à esquerda nas duas variedades. Quer isto dizer que a marca de plural está tipicamente ausente nos nomes e nos seus adjetivos, muito embora ocorra nos artigos, demonstrativos e possessivos que os antecedem (cf. (4)).

(4)

- a. *Pego nas minhas ferramenta.*
- b. *Não era nos nossos tempo.*

(PST, Brandão & Vieira 2012: 9-10)

Relativamente à concordância verbal, os resultados de Brandão & Vieira (2012) dão conta da existência de um maior apagamento da marca de número em verbos que apresentam pouca diferenciação entre singular e plural, como é o caso de verbos regulares no presente do indicativo. Porém, as variáveis animacidade do sujeito e a posição deste em relação ao verbo também são relevantes nas duas variedades, no sentido em que a marca de 3.^a pessoa do plural é maioritariamente omitida com sujeitos que apresentam o traço [-ANIM] (cf. (5.a)) e/ou quando o sujeito ocorre a seguir ao verbo (cf. (5.b)).

¹⁴ Os trabalhos aqui mencionados tiveram por base *subcorpora* do *corpus* do PST do projeto VAPOR, em análise na presente dissertação (cf. Capítulo V (§5.2)).

(5)

- a. *Aparece algumas oportunidades.*
- b. *Não era nos nossos tempo.*

(*Ibidem*)

Note-se, porém, que não obstante a sua ocorrência no *corpus*, estes fenômenos são bastante restritos. Regista-se apenas 6,6% de apagamento da marca de plural, no caso da concordância nominal, e de 6,8%, no caso da concordância verbal. Além disso, no PST, distintamente do PB, a variável extralinguística parece destacar-se sobre as variáveis linguísticas: a probabilidade de ausência de concordância nominal e verbal diminui conforme aumenta o nível de escolaridade do informante.

2.3.2 Estrutura argumental dos verbos

É na área da sintaxe que têm sido realizados mais estudos sobre o PST. Na linha dos trabalhos desenvolvidos sobre a estrutura argumental dos verbos no PM, R. Gonçalves (2010) dá conta da variação existente ao nível da seleção categorial dos verbos do PST, argumentando a favor de uma mudança no sentido da (di)transitivização direta. Na verdade, embora o *corpus* do PST então analisado apresente um maior número de complementos verbais preposicionados realizados de acordo com a norma europeia (78% vs. 22%), no conjunto dos dados com realização distinta do PE, a omissão de preposições (63%) é significativamente superior à sua substituição (37%), tanto na expressão do objeto indireto como do oblíquo.

Destacam-se duas classes de verbos. Por um lado, como referimos anteriormente, os verbos ditransitivos exibem variação, no sentido em que, além de ocorrerem na estratégia exibida pelo PE que envolve a preposição *a*, admitem igualmente a subcategorização de dois objetos nominais marcados casualmente pelo verbo, numa CDO, bem como a subcategorização de um PP introduzido pela preposição *para*, numa CDP (cf. (1-3a-b), repetidos em (6-8a-b)).

(6)

- a. *Dão dinheiro às pessoas.*
- b. *Dá um bom rendimento ao país.*

(7)

- a. Entrega *senhor* uma cerveja.
- b. Cavalo deu *leão* pontapé.

(8)

- a. Isso cria problema *para homem*.
- b. Mãe tem um sobrinho que faz aguardente, *vende para ela*, ela volta a revender.

Por outro lado, destacam-se os verbos de movimento direcionado, especificamente os verbos *chegar* e *ir* que no PE subcategorizam um complemento oblíquo com o papel temático de Alvo. Neste caso, embora ambos encerrem as noções de mudança de localização e da direção em que se processa o movimento (Levin & Rappaport-Hovav 1995; Amaro 2007), no PST distinguem-se quanto ao tipo de predicado que subcategorizam. O verbo *chegar* subcategoriza tendencialmente um NP ou um PP introduzido pela preposição *em*, ao passo que o verbo *ir*, não obstante a existência de variação, parece preservar maioritariamente a grelha argumental do PE, *i.e.* subcategoriza um PP introduzido pela preposição direcional *a* (cf. (9-11)).

(9)

- a. Assim que eu *cheguei a São Tomé* (...), apanhei lugar logo na Rádio Nacional.
- b. Por vezes eu *vou a uma oficina*, ele não tem peça.

(Gonçalves & Hagemeyer 2015a: 95)

(10)

- a. Quando *chego casa* é dezassete e trinta.
- b. O ano passado aqui também *fui Neves*.

(R. Gonçalves 2010: 131)

(11)

- a. Entrar nesse barco para *chegar em ilhéu*.
- b. A gente sempre *vai no mercado*.

(*Idem*: 137)

Contudo, distintamente dos verbos ditransitivos cuja alternância parece ser generalizada,¹⁵ se considerados outros verbos de movimento direcional cujo complemento oblíquo no PE é introduzido pelas preposições *de*, *para* ou *em*, como *partir*, *vir*, *entrar* e *sair*, verifica-se que as propriedades de subcategorização verbal exibidas são coincidentes com as do PE (cf. (12)).

(12)

- a. *De Bombom* partimos *para Luanda*.
- b. Depois vim *para a cidade* com três anos.
- c. Primeiro dia que eu entrei *na sala de aula* eu tive grande (...) dificuldade para lecionar.
- d. Quando saio *de treino*, vou para casa.

(Gonçalves & Hagemeyer 2015a: 96)

Em suma, a tendência para a transitivização direta ou para a subcategorização verbal com uma preposição distinta do PE é maioritariamente observada com classes verbais que, no PE, selecionam argumentos introduzidos por *a*, em particular quando esta tem um estatuto meramente funcional, como é o de marcador de Caso dativo (R. Gonçalves 2010: 34, 42).

Como defendido em R. Gonçalves (2010) e em Gonçalves & Hagemeyer (2015a), a distinção nas propriedades de subcategorização verbal dos verbos está relacionada com os traços semânticos das preposições envolvidas e, sobretudo, com as propriedades aspetuais dos verbos que subcategorizam os complementos por essas introduzidos. Especificamente, no que respeita aos verbos de movimento direcionado *chegar* e *ir*, defendemos que, ao passo que o verbo *chegar* descreve o culminar de um trajeto com aproximação (e estabilização) no ponto de destino, independentemente da localização do enunciador e do interlocutor, o verbo *ir* denota um afastamento relativamente ao interlocutor (e.g. Levin & Rappaport-Hovav 1995; Bourdin 1999; Cardelli 2004; Amaro 2007). Por consequência, as ocorrências em que o verbo *chegar* subcategoriza um NP podem ser explicadas se se admitir que o evento télico expresso pelo verbo pode ser corroborado, na perspectiva dos falantes do PST, pela seleção de um NP ou de um PP introduzido pela preposição *em*, que tem um traço [-dinâmico] ou

¹⁵ No Capítulo VI, discutiremos a existência de alternância dativa no PST determinada pela existência de subclasses de verbos dativos.

[+estático] (e.g. Mollica, 1996; Bechara, 2002). Por sua vez, o evento atético expresso pelo verbo *ir* é reforçado pela seleção de um PP introduzido pelas preposições *a* ou *para* que têm o traço [+dinâmico]. Veja-se, no entanto, que, à semelhança do observado com o argumento com o papel temático de Recipiente, há variação entre a preposição direcional *para* (46/107 contextos) e a preposição direcional *a* (50/107 contextos) com Alvos especificados com o traço [-permanência] subcategorizados pelos verbos *ir* e *regressar* (R. Gonçalves 2010: 48).¹⁶ Neste sentido, a variação entre as preposições *a* e *para* parece ser generalizada a Recipientes e a Alvos.

2.3.3 Estratégias de anteposição de constituintes

Outros dos aspetos que tem merecido interesse no estudo das variedades não europeias do português, e especificamente do PST, são os mecanismos de extração de constituintes em estruturas sintáticas que envolvem a periferia esquerda da frase, designadamente orações relativas (e.g. Alexandre, Gonçalves & Hagemeyer 2011; Alexandre & Hagemeyer 2013; R. Gonçalves 2015). De acordo com os estudos desenvolvidos sobre o PST, do conjunto das relativas restritivas produzidas, a estratégia cortadora é dominante (cf. (13)), não obstante a coexistência com as estratégias de *pied-piping*, resuntiva e cópia defetiva (cf. (14-16)). A estratégia resuntiva caracteriza-se por envolver um pronome que concorda em género e em número com o antecedente (ou um advérbio, no caso de se tratar de um complemento oblíquo com o papel temático de Locativo), ao passo que na estratégia de cópia defetiva o antecedente da relativa é retomado por um pronome invariável, correspondente à terceira pessoa do singular masculino.¹⁷

(13)

- a. Isto é que é a conclusão; [*que*_i se chegou].
- b. Santa catarina também é uma região ali do norte; [*que*_i eu nunca fui].

(adaptado de Alexandre, Gonçalves & Hagemeyer 2011: 25)

¹⁶ Nos restantes 11 contextos, as preposições *em* e *até* são usadas em detrimento da preposição direcional *a*, com o verbo *ir*.

¹⁷ Cf. Alexandre (2012) sobre as propriedades da estratégia de cópia defetiva no crioulo de Cabo Verde.

(14)

- a. Há palestras_i [*em que*_i as mulheres podem participar].
- b. Tem o grupo do tchiloli formiguinha de Boa Morte_i [*do qual*_i faço parte].

(R. Gonçalves 2015: 339)

(15)

- a. Eu nunca tive assim bisavós ou avós_i [*que eu tivesse vivido com eles*_i] para aprender aquelas línguas assim antigas.
- b. É uma escola_i [*que vai-se lá*_i] (...) e a pessoa quando sai passa um exame de condução.

(R. Gonçalves 2015: 339)

(16)

- a. Praia_i [*que é onde os pescadores vivem nele*_i].
- b. A moça_i [*que eu vivo com ele*_i (...)] nesse momento ela não trabalha.

(*Ibidem*)

No seu estudo sobre a aquisição de *pied-piping* e de *preposition stranding* em inglês L2, Klein (1993, 2001) mostrou que o conhecimento das grelhas argumentais dos verbos, bem como das preposições com as quais estes se combinam, pode influenciar a produção das estratégias que envolvem a extração de PPs. Nesta linha, em R. Gonçalves (2010) sugerimos que, tendo em conta a tendência para a (di)transitivização direta no PST, a ocorrência de relativas como as ilustradas em (13) está relacionada com a reestruturação das grelhas argumentais dos verbos (cf. (9)). Por consequência, em Alexandre, Gonçalves & Hagemer (2011), este tipo de ocorrências foi (cautelosamente) classificado como pseudocortadoras, reconhecendo que as mesmas não são equivalentes às que ocorrem no PE. Na verdade, são cortadoras apenas na perspectiva da gramática do PE, cuja estratégia de relativização canónica é a de *pied-piping*, ou seja, a que envolve o movimento de todo o constituinte preposicionado para a periferia esquerda da frase.¹⁸

¹⁸ Veja-se Alexandre (2000), Arim, Ramilo & Freitas (2005), Fontes (2008) e Valente (2008) sobre a existência de estratégias de relativização de PPs não canónicas no PE, bem como Brito (1995) sobre a impossibilidade de a ocorrência de cortadoras no PE ser condicionada por uma alteração das propriedades de subcategorização verbal.

Em R. Gonçalves (2015), com base na comparação entre dados do *corpus* de produção oral espontânea e os resultados de uma tarefa de produção aplicada a falantes do PST, nos quais o predomínio da estratégia cortadora (76%) sobre a estratégia de *pied-piping* (19%) em relativas é notório, defendemos que tais ocorrências podem ser analisadas como relativas de objeto não preposicionado, semelhantes às que ocorrem com (outros) verbos transitivos, nomeadamente no PE, desde que enunciados como os de (10) e (13) sejam produzidos e/ou aceites pelos mesmos informantes.

Se, por um lado, a produção dessas relativas (pseudocortadoras ou de objeto não preposicionado) é independente da variável extralinguística nível de escolarização, tendo sido mesmo amplamente produzidas por alunos do ensino superior numa tarefa de produção induzida (R. Gonçalves 2015), por outro, as relativas com cópia defetiva ocorrem no *corpus* sobretudo em produções de informantes menos escolarizados. Estes dados corroboram a tendência observada por Brandão (2011) e Brandão & Vieira (2012), sobre a ausência de concordância nominal e verbal, ou seja, estruturas não conformes ao português europeu padrão são maioritariamente exibidas em informantes menos escolarizados. Evidência adicional do efeito da escolarização nas estratégias de relativização é ainda fornecida pelo facto de, na tarefa de elicitación aplicada, as estratégias resuntiva e de cópia defetiva não terem sido produzidas pelos estudantes universitários (R. Gonçalves 2015).

Em R. Gonçalves (2015), discutimos igualmente a possibilidade de as estratégias de extração de constituintes em relativas serem igualmente observadas noutras construções sintáticas que envolvem o movimento de constituintes para a periferia esquerda da frase, designadamente em interrogativas e em construções de clivagem. Tendo por base os resultados da tarefa de elicitación aplicada, mostrámos que a Hipótese da Complexidade Derivacional, proposta por Jakobowicz (2004, 2005) e ampliada por Soares (2006), parece permitir dar conta da maior produção de (pseudo)cortadoras em relativas e interrogativas, por contraste com a maior produção de *pied-piping* em construções de clivagem (cf. (17-18)).

(17)

- a. Este é o filme americano *que os rapazes assistiram*.
- b. *Quem* é que os políticos não falam?

(18)

- a. Foi à família que todos deram os presentes.
- b. Na escola é que as mães puseram os filhos.

Na verdade, o movimento de constituintes preposicionados para a periferia esquerda da frase em relativas e interrogativas envolve uma operação mais custosa em termos derivacionais por estas envolverem o conhecimento dos morfemas-Q (e.g. Guasti & Cardinaletti 2003; Duarte 2011). A operação de *pied-piping* em clivadas básicas e em pseudoclivadas invertidas de *é que* envolve ‘apenas’ o movimento do constituinte para Spec/CP (CP encaixado no caso das clivadas básicas e CP matriz no caso das pseudoclivadas invertida de *é que*). Contudo, o estudo do movimento de constituintes (preposicionados) para a periferia esquerda da frase requer um maior aprofundamento, do qual, por ultrapassar o escopo da presente investigação, não nos ocuparemos aqui.

2.3.4 Construções-Q: lexicalização do núcleo funcional C°

Ainda no campo da periferia esquerda da frase no PST, em R. Gonçalves (2013a) descrevemos a possibilidade de, paralelamente ao preenchimento do núcleo C° por *é que*, o morfema-Q e o complementador coocorrerem em interrogativas (cf. (19-20)).

(19)

- a. *O que é que* produzimos afinal no nosso país?
- b. As pessoas geralmente perguntam *porque é que* eu escolhi corrupção.

(R. Gonçalves 2013a: 459)

(20)

- a. Em que lugar? *Onde que* eu nasci?
- b. Perguntam se S. Tomé tem muito emprego, *quanto que* eu ganho.

(*Ibidem*)

Na verdade, o que distingue estruturas como as exemplificadas acima é o facto de o núcleo de C poder ser preenchido por *é que* naquelas e por *que* nestas, corroborando a assunção de que a coocorrência dos morfemas-Q com os traços formais [+Int, +Q] com complementadores está sujeita a condições variáveis de língua para língua ou entre variedades de uma mesma língua, como proposto em Brito, Duarte & Matos (2003: 466).¹⁹

Na base desta variação a nível do núcleo funcional parece estar a existência de um *input* ambíguo no PE. De facto, nesta variedade, interrogativas e relativas que apresentam a mesma estrutura, *i.e.* envolvem o movimento de um constituinte para a Spec/CP, não admitem a mesma lexicalização do núcleo funcional C: os morfemas com os traços [+Q, +Int] coocorrem com *é que* ou complementador nulo, enquanto os morfemas com os traços [+Q, +Decl] coocorrem apenas com o último.

De facto, na mesma linha, no PST há outras construções que exibem variação a nível da lexicalização do núcleo funcional C, designadamente pseudoclivadas invertidas como as apresentadas em (21-22), em que o foco é marcado tanto por *é que* como por *que*.²⁰

(21)

- a. Em algumas camadas da população *é que* o português e o forro estão, de certa forma, misturadas.
- b. No ano passado *é que* tive a iniciativa de concluí-las.

(*Ibidem*)

¹⁹ Cf. Costa & Duarte (2001), sobre uma mesma abordagem a dados equivalentes no PB.

²⁰ Em R. Gonçalves (2013a), considerámos que, apesar de as pseudoclivadas invertidas de *que* gerarem leituras ambíguas entre clivadas e relativas, designadamente quando o constituinte clivado é um NP sujeito ou objeto (cf. (22.a)), essa ambiguidade é desfeita pelo contexto. Veja-se, em (i), o exemplo (22.a) com contexto alargado.

- (i) - Como é que encontram pessoas?
- As técnicas que usam? Há muitas igreja falam muito de milagre (...) muitos que estão doentes vão à procura, aqueles que estão pobre, não é? A igreja que diz que é possível melhorar meio de vida e usam essa técnica, mas no caso das Testemunhas de Jeová, eles vão de casa em casa em busca de pessoa por meio da Bíblia.

Noutras línguas, por sua vez, essa ambiguidade é desfeita pela introdução de uma coordenada com valor contrastivo. É o caso do crioulo de Cabo Verde (cf. (ii)) (e.g. Alexandre 2011).

- (ii) Mininu ki kume freskinha (e ka katxor).
Rapaz que comer gelado (e NEG cão).
'O rapaz é que comeu o gelado (não foi o cão).'

(22)

- a. A igreja *que* diz que é possível melhorar meio de vida e usam essa técnica.
- b. Quando eu fui *que* eu consegui transitar.

A possibilidade de os morfemas-Q coocorrerem com o complementador ou com *é que* no PST estende-se ainda à relativização. Como referimos em R. Gonçalves (2013a), o *corpus* dá conta da ocorrência de relativas com e sem antecedente expreso que parecem ser focalizadas (cf. (23)), numa estrutura próxima da das interrogativas-Q apresentadas em (20), bem como relativas sem antecedente expreso com *é que*, introduzidas pelo morfema-Q *o que* em contextos de pseudoclivadas básicas (cf. (24)).²¹

(23)

- a. Estou procurar mesmo na área de contabilidade *onde que* eu domino mais.
- b. *Quem que* relaciona mais com ele é a colega que eu trabalho com ele.
- c. Esse centro é *onde que* vai encontrar toda a família.

(24)

- a. *O que é que* nós encontramos na sala é sofá.
- b. *O que é que* falta é condições financeira.

(R. Gonçalves 2013: 463)

Em suma, os dados apresentados nesta secção fornecem evidência não só da existência de variação entre o elemento que lexicaliza o núcleo funcional C no PST, mas também de que o verbo *ser* na forma *é que* perdeu os traços de flexão que permitem considerá-lo um verbo copulativo (veja-se que não há registo no PST destas construções

²¹ Cf. R. Gonçalves (2013a) e Cardoso & Alexandre (2013) sobre a coocorrência do morfema-Q com o complementador ou com *é que* em relativas igualmente no PE não padrão.

- (i) Anuncia um mega-projecto residencial a ser erguido na zona *de onde que* o Governo continua decidido a retirar (...) os populares pobres que ali construíram as suas casas há mais de 20 anos. (CRPC)

- (ii) Aquele quer prender *quem que* não entrega a declaração. (CRPC)

(R. Gonçalves 2013a: 462)

- (iii) *Quem é que* tinha matado o bicho casava com a filha. (Cordial-SIN)

- (iv) No mineiro é *onde é que* ela costuma a pôr. (Cordial-SIN)

(Cardoso & Alexandre 2013: 216, 213)

com o verbo *ser* noutra tempo verbal).²² Por consequência, *é que* é reanalisado como um morfema fixo que lexicaliza C° (e.g. Lobo 2006), o qual, aparentemente, se encontra em variação livre com o complementador *que*. Constitui um argumento adicional a esta análise o facto de no PST não ocorrerem relativas de sujeito ou de objeto com antecedente expresso, introduzidas pelo complementador *que* (Brito, 1991), seguidas de *que*. Numa análise em que *que* lexicaliza C°, a gramaticalidade desses enunciados seria impossível, dado o duplo preenchimento de C°.

2.3.5 Objetos pronominais de 3.^a pessoa

O PST exhibe a possibilidade de os objetos pronominais de 3.^a pessoa serem realizados através da forma clítica *o/a, os/as* ou *lhe/lhes*, bem como da forma forte do pronome *ele/ela, eles/elas* (R. Gonçalves 2009, 2013b). De acordo com o levantamento realizado por R. Gonçalves (2013b), no que respeita aos ODs pronominais de 3.^a pessoa, observa-se uma menor ocorrência do clítico acusativo (44%) do que de outras estratégias, como o uso da forma forte do pronome (45%) ou o clítico *lhe* (11%) (cf. (25-27)).

(25)

- a. Toda a gente sabe que o político tem esse lado que *o* caracteriza.
- b. A minha mãe já faleceu, nem conheci-*a*.
- c. Fiz um pouco de esforço para fazê-*los* entender a língua.
- d. No ano passado é que tive a iniciativa de concluí-*las*.

(R. Gonçalves 2013b)

(26)

- a. Eu falo *ele*, mas (...) é difícil para eu falar essa língua de São Tomé.
- b. A cobra veio, parou mesmo de frente a mim (...). Ele depois disse: se você não atacar *ela*, ela não ataca você.

(*Ibidem*)

²² Veja-se, no entanto, Cardoso & Alexandre (2013) para uma situação distinta em variedades dialetais do PE.

(27)

- a. A ideia era defender tese voltado à linguística. (...) E eu auxiliei-*lhe* a recolher elementos para tal.
- b. A minha maneira de conversar levou-*lhes* a ter uma disciplina muito importante.

(*Ibidem*)

Por sua vez, no que respeita aos OIs pronominais de 3.^a pessoa, e inversamente, regista-se um predomínio do clítico dativo (67%) sobre o uso do pronome forte preposicionado (33%), com predomínio, neste caso, da forma não preposicionada do pronome (18%) em detrimento daquela introduzida por *a* ou *para* (15%) (cf. (1-2.c) e (3.c-d), repetidos em (28-30)). Veja-se que, apesar de se registar a possibilidade de o pronome ser introduzido por *para* ou *a*, não se observa o predomínio do uso de uma preposição sobre a outra (3% de *para* vs. 3% de *a*).²³

(28)

- a. Eu pedi-*lhe* que me levasse para o mercado.
- b. O marido não está-*lhe* a dar todas as soluções adequada.

(29)

- a. *Dou ela* uns cinco contos.
- b. Ele tem que esforçar para dar *ele* estudo.

(30)

- a. Mãe tem um sobrinho que faz aguardente, *vende para ela*, ela volta a revender.
- b. Sempre *digo a eles* que é para esforçar.

Embora os dados dos objetos pronominais ilustrem a existência de variação entre ênclise e próclise, resultados decorrentes da análise de um *subcorpus* do PST (R. Gonçalves 2009) dão conta de que a próclise prevalece em orações principais, na

²³ Os dados relativos à ocorrência do argumento dativo serão discutidos, com maior detalhe, no capítulo VI, sobre a alternância dativa no PST.

presença de marcadores de negação, como *não* ou *ninguém*, e advérbios focalizadores, como *já* ou *só* (cf. (31)). O mesmo se verifica em orações subordinadas (cf. (32)).

(31)

- a. Não *me* precipitei.
- a. Ninguém *me* estende uma mão.
- b. Meu filho já *se* diverte bastante com isso.
- c. Só *se* podia passar com duas deficiências.

(R. Gonçalves 2009)

(32)

- a. Eu não estou a ver aqui muitas que *me* tenham marcado.
- b. Eu pedi-lhe que *me* levasse para o mercado.
- c. Quando *se* diz ter indisciplina escolar...
- d. Se alguém *me* desse pelo menos quinze...
- e. Não andei muito, conforme *lhe* disse.

(*Ibidem*)

Daqui decorre que, não obstante a aparente existência de variação entre próclise e ênclise nos mesmos contextos sintáticos, o padrão de colocação dos clíticos no PST é, como no PE, a ênclise. Além disso, apesar da existência de variação a nível das formas pronominais, regista-se, por um lado, um predomínio do uso da forma clítica na expressão do dativo e, por outro, das formas pronominais fortes na expressão do OD.

2.4 Síntese

Na primeira parte deste capítulo discutimos o processo de transição histórica do português L2 para L1 em São Tomé e Príncipe, desencadeado na segunda metade do século XIX e intensificado no século XX, após a independência. Na verdade, a entrada massiva de contratados em São Tomé, no período das culturas do café e do cacau, contribuiu, em larga medida, para o aumento do número de falantes de português L2. Por motivos histórico-sociais, os locais mantinham-se segregados dos contratados, pelo

que a língua-alvo adquirida por estes era o português e não os crioulos autóctones. Com a independência da colónia e a adoção do português como língua oficial exclusiva e única língua de prestígio, assiste-se a um fenómeno de erosão linguística dos crioulos autóctones, no sentido em que a língua do colonizador se impõe sobre a língua do colonizado. Mostrámos igualmente que o número de falantes do português tem aumentado exponencialmente desde a década de 80, paralelamente a um decréscimo do dos crioulos, sendo que atualmente o português constitui a língua dominante, falada por 90% da população.

Na segunda parte do capítulo, fizemos um levantamento dos estudos desenvolvidos sobre o português oral de São Tomé, os quais tiveram por base o *corpus* (integral ou parcial) que subjaz à presente investigação. Desse modo, apresentámos características desta variedade, algumas das quais se interrelacionam com o tema da dissertação. Especificamente, mostrámos que, no campo da morfossintaxe, embora o PST exiba ausência de concordância nominal e verbal, este fenómeno não é recorrente no *corpus* e está amplamente dependente da variável extralinguística nível de escolarização, a qual, como veremos, será igualmente determinante na produção das estratégias de realização do argumento dativo. Por outro lado, já na área da sintaxe, destacamos os aspetos referidos sobre a reestruturação das grelhas argumentais dos verbos no PST, designadamente aqueles cujo argumento interno tem o papel temático de Recipiente ou de Alvo. Especificamente, vimos que a tendência para a transitivização direta ou para a subcategorização verbal com uma preposição distinta do PE está relacionada com as propriedades aspetuais dos verbos e com os traços semânticos das preposições com as quais se combinam no PE. A preposição *a* é a maioritariamente afetada, em particular quando tem um estatuto meramente funcional, como é o de marcador de Caso dativo. Na verdade, é nesta linha de uma análise sintático-semântica que conduziremos a descrição e discussão dos dados concernentes à realização de CDOs e/ou CDPs no PST, tanto com NPs plenos, como com NPs pronominais. Como vimos, assiste-se a uma reorganização do sistema pronominal no PST, sendo que os objetos pronominais tendem a ser realizados como pronomes fortes sobretudo em detrimento dos clíticos acusativos. Além destas características ao nível do NP e do VP, outras, a nível da periferia esquerda da frase (CP), foram igualmente apresentadas, designadamente as estratégias de relativização e de anteposição de constituintes preposicionados em interrogativas e em construções de clivagem, entre as quais se destaca, por ser dominante no *corpus* do PST, a que envolve o movimento de um NP,

em detrimento de um PP, conhecida na literatura como cortadora (ou de *P-chopping*). Vimos ainda que o PST exhibe variação a nível da lexicalização do núcleo funcional C°, no sentido em que este pode ser lexicalmente preenchido por *é que* ou por *que*, tanto em interrogativas e clivadas, como igualmente em relativas, um fenómeno que atribuímos à existência de um *input* ambíguo do PE, no sentido em que interrogativas e relativas que apresentam a mesma estrutura não admitem a mesma lexicalização do núcleo funcional C nessa variedade.

Nos capítulos seguintes, e para melhor analisarmos posteriormente a existência (ou não) de alternância dativa no PST, daremos conta do estado da arte das construções ditransitivas. Começaremos por examinar a sua distribuição em línguas tipologicamente distintas, com especial enfoque nas línguas românicas e, em particular, no PE, para depois, no capítulo IV, discutirmos as estruturas que lhe estão subjacentes.

3. CONSTRUÇÕES DITRANSITIVAS NAS LÍNGUAS ROMÂNICAS

3.1 Introdução

Neste capítulo ocupar-nos-emos da revisão e discussão de alguns trabalhos realizados no âmbito do estudo das construções ditransitivas, de forma a melhor analisar as propriedades de realização do argumento dativo no PST.

As construções ditransitivas envolvem um predicado verbal com dois argumentos internos, o que recebe Caso acusativo e o que recebe Caso dativo. O argumento dativo, cujas propriedades nos interessa particularmente descrever, pode ser selecionado por classes verbais semânticas distintas. Porém, a mais comum é a que envolve a transferência de uma entidade *y*, o Tema, a partir de uma entidade *x*, a Fonte, para uma entidade *z*, o Recipiente. O verbo *dar* é o geralmente usado na literatura para descrever as construções ditransitivas com esta classe verbal e é considerado por Haspelmath (2013) como o verbo ditransitivo mais frequente em todas as línguas.

Tipicamente, as línguas expressam o argumento dativo com o papel temático de Recipiente mediante uma CDO e/ou uma CDP. A opção pela CDO e/ou pela CDP é classicamente explicada por razões de atribuição de Caso (e.g. Larson 1988; Baker 1988). De acordo com o princípio do Filtro do Caso, todos os NPs foneticamente realizados têm de receber Caso abstrato (estrutural ou inerente) (Chomsky 1981: 49). Porém, há línguas nas quais os verbos exibem a propriedade de atribuir Caso estrutural a mais do que um NP e outras nas quais o Caso estrutural é atribuído apenas a um dos NPs (Recipiente/Tema).

Tendo em conta esta distinção paramétrica a nível do sistema de marcação casual, assume-se na literatura que há línguas que exibem CDOs e línguas nas quais essa propriedade não está disponível. Segundo Haspelmath (2013) que analisou as construções ditransitivas com o verbo *dar* em 378 línguas, 189 exibem a CDP, enquanto 84 legitimam a CDO como a opção não marcada. Além disso, 40 línguas alternam entre a CDO e a CDP.²⁴ Neste sentido, a alternância dativa, como é conhecida na literatura a possibilidade de o argumento dativo com o papel temático de Recipiente ser expresso

²⁴ Na página do WALS (World Atlas of Language Structures) (Dryer & Haspelmath 2013), é possível aceder ao mapa com a distribuição das estratégias usadas nas construções ditransitivas das 378 línguas analisadas: <http://wals.info/feature/105A#3/-19.81/135.09>.

numa CDO ou numa CDP numa mesma língua, não é uma propriedade generalizada nas línguas do mundo.

Além disso, vários autores têm dado conta da existência de uma dicotomia mesmo entre línguas que exibem a CDO, em função de admitirem passivas dativas e acusativas, nas quais ambos os NPs podem constituir o sujeito de frases passivas, ou apenas passivas dativas, por apenas o NP com o papel temático de Recipiente poder ocupar essa posição. Por consequência, assume-se uma distinção entre línguas com CDOs simétricas e línguas com CDOs parcialmente simétricas (e.g. Baker 1988; Bresnan & Moshi 1990; Marantz 1993; Woolford 1993; Cumbane 2008).²⁵

As línguas do grupo banto são geralmente consideradas protótipo daquelas que exibem uma CDO simétrica, uma vez que admitem a passivização dos dois NPs subcategorizados pelo verbo. Em algumas delas, como é o caso do chichewa, a alternância com a CDP é igualmente registada. De acordo com Baker, nesta língua há dois elementos que podem atribuir Caso ao argumento com o papel temático de Recipiente: a extensão applicativa *-er/ir* e a preposição *kwa*. A primeira ocorre na CDO, concebida como uma construção applicativa (cf. (33.a) e (34.a)), enquanto a segunda opera na CDP (cf. (33.b) e (34.b)).

(33)

- a. *Mbidzi zi-na-perek-er-a nkhandwe msampha.*
zebras CS-PSD-hand-to-VF fox trap
'The zebras handed the fox the trap.'
- b. *Mbidzi zi-na-perek-a msampha kwa nkhandwe.*
zebras CS-PSD-hand-VF trap to fox
'The zebras handed the trap to the fox.'

(Chichewa, adaptado de Baker 1988: 229-230)

²⁵ Esta distinção é, na verdade, adaptada de uma proposta inicial apresentada por Baker (1988) e parcialmente alterada por Anagnostopoulou (2003) de que, paralelamente a línguas com CDOs simétricas, como as línguas bantas, há línguas com CDOs assimétricas de dois tipos: (i) línguas como o inglês que apenas exibem passivas dativas; e (ii) línguas como o grego moderno que não admitem a passivização do Recipiente nem do Tema. Consideramos que as características destes três subtipos de línguas que exibem CDOs são captadas de melhor forma, se assumirmos que línguas como (i) exibem CDOs parcialmente simétricas e línguas como (ii) exibem CDOs assimétricas (cf. §3.2.1-3.2.2).

(34)

a. *Ndi-na-tumiz-ir-a mfumu chipanda cha mowa.*
1CS-PSD-send-to-VF chief calabash of beer
'I sent the chief a calabash of beer.'

b. *Ndi-na-tumiz-a chipanda cha mowa kwa mfumu.*
1CS-PSD-send-VF calabash of beer to chief.
'I sent a calabash of beer to the chief.'

(*Ibidem*)

Porém, a língua que exhibe alternância entre a CDP e a CDO e que mais tem sido discutida na literatura é o inglês. É clássico o par exemplificado em (35), que discutiremos nas secções seguintes.

(35)

- a. John gave *Mary* a book.
- b. John gave a book *to Mary*.

Apesar de não integrarem o conjunto das línguas analisadas por Baker (1988) e Haspelmath (2013), os crioulos do Golfo da Guiné (forro, angolár, lung'ie e fa d'ambô) distinguem-se das línguas anteriormente apresentadas por o argumento dativo com o papel temático de Recipiente ser expresso unicamente através de uma CDO (cf. (36-39)). A mesma situação verifica-se igualmente nos crioulos da Alta Guiné (kriol e caboverdiano) (cf. (40)) (e.g. Hagemeijer & Alexandre 2012).

(36)

Ê piji san lenha kopu d'awa.
3SG pedir senhora rainha copo de água
'Ele pediu um copo de água à rainha.'

(Forro, Hagemeijer 2007:80)

(37)

*No tega **pato** kikiê.*
1PL entregar patrão peixe
'Nós entregámos o peixe ao patrão.'

(Angolar, Maurer 1995:111)

(38)

*Pwé sa dá **mínu** dyó.*
Pai ASP dar criança dinheiro
'O pai deu dinheiro à criança.'

(Lung'ie, Bruyn *et al.* 1999: 336)

(39)

*Malía da **pe-d'eli** tabaku.*
Maria dar pai-3SG tabaco
'A Maria deu tabaco ao pai dela.'

(Fa d'Âmbo, Bruyn *et al.* 1999:330-331)

(40)

*No da **Djon** un prenda.*
1PL dar Djon INDF prenda
'Nós demos um presente ao João.'

(Kriyol, Intumbo *et al.* 2013)

Além disso, embora também não tenha sido notado por esses autores, em algumas línguas bantas, nomeadamente no quimbundo e no umbundo, não obstante a existência de alternância dativa, a CDP parece ser a estratégia dominante (cf. (41-42)).

(41)

a. *Nga-bana ma-divulu ku-a-thu.*
1SG.PSD-dar 6-livro LOC-2-pessoa
'Dei o livro às pessoas.'

b. *Nga-bana a-thu ma-divulu.*
1SG.PSD-dar 2-pessoa 6-livro
'Dei as pessoas o livro.'

(quimbundo, adaptado de Hagemeyer, no prelo b)

(42)

a. *Nda-ka a-livulu ko-ma-nu.*
1SG.PSD-dar 6-livro LOC-2-pessoas
'Dei o livro às pessoas.'

b. *Nda-ka o-ma-nu a-livulu.*
1SG.PSD-dar 2-pessoas 6-livro
'Dei as pessoas o livro.'

(umbundo, adaptado de Hagemeyer, no prelo b)

Classicamente, assume-se que, distintamente das famílias de línguas anteriormente apresentadas, o PE e as demais línguas românicas (espanhol, francês e italiano) se inserem num grupo de línguas tipologicamente distinto, por exibirem unicamente uma CDP para a realização do argumento com o papel temático de Recipiente, como mostram os seguintes contrastes de gramaticalidade.

(43)

- a. O João deu um livro *ao Pedro*.
- b. *O João deu (*o*) *Pedro* (um) livro.

(44)

- a. Juan dio el libro *a Pedro*.
- b. *Juan dio *Pedro* el libro.

(45)

- a. Jean a donné un livre à *Pierre*.
- b. *Jean a donné *Pierre* un livre.

(46)

- a. Giovanni ha dato un libro a *Pietro*.
- b. *Giovanni ha dato *Pietro* un libro.

Apesar de a CDO não ser uma propriedade do PE, algumas variedades não europeias do português exibem-na. Desde o estudo pioneiro de P. Gonçalves (1991), sabe-se que os duplos objetos e as passivas dativas fazem parte da gramática do português de Moçambique (PM). O exemplo que tem sido usado na literatura é o apresentado em (47) (e.g. P. Gonçalves 1991, 2002, 2004, 2005, 2010).

(47)

- a. Os pais escondem *os filhos* a verdade.
- b. *Os filhos* são escondidos a verdade (pelos pais).

(P. Gonçalves 2010:100)

Em R. Gonçalves (2010), com base no *corpus* de produção oral espontânea então analisado, verificámos que a reestruturação das grelhas argumentais dos verbos no PST no sentido da (di)transitivização direta é particularmente observada na classe dos verbos dativos dada pela alternância entre a CDO e a CDP (cf. (48-50)).

(48)

- a. Entrega *senhor* uma cerveja.
- b. Cavalo deu *leão* pontapé.

(49)

- a. Isso cria problema *para homem*.
- b. Ele não liga muito *para as meninas*.

(50)

- a. Dão dinheiro *às pessoas*.
- b. Dá um bom rendimento *ao país*.

Além disso, registou-se que o PST também exhibe variação no uso da CDP, ao alternar entre as preposições *a* e *para* para a introdução do PP (cf. (49-50)). A estratégia em (50) é a exibida pelo PE, enquanto a estratégia em (49) é a canónica no português do Brasil (PB) (e.g. Torres Morais & Berlink 2006, 2007; Torres Morais & Lima Salles 2010).

Contudo, muito embora diferentes famílias de línguas exibam a CDO, como agora mostrado, esta não tem as mesmas propriedades em todas estas línguas e variedades linguísticas. Assim, em seguida, descreveremos as propriedades de realização do dativo em línguas com CDOs simétricas e parcialmente simétricas (§3.2.1), que se distinguem entre si por aquelas exibirem passivas dativas e acusativas e estas apenas exibirem passivas dativas; e em línguas com CDOs assimétricas (§3.2.2), por não exibirem nem passivas dativas nem passivas acusativas. Por fim, introduziremos as línguas que não admitem a CDO e expressam o dativo através de uma CDP (§3.2.3), entre as quais, de acordo com a nossa análise, se inscreve o português e as línguas românicas em geral.

3.2 Tipologia de línguas

3.2.1 Línguas com CDOs simétricas e parcialmente simétricas

Considera-se que, do conjunto das línguas que exibem duplos objetos, apenas aquelas em que os dois NPs apresentam um comportamento idêntico são línguas com CDOs simétricas (cf. (51.a)), no sentido em que qualquer um dos dois NPs pós-verbais pode exibir propriedades de objeto primário – *i.e.* ambos podem cliticizar no verbo (cf. (51.b-d)) – e constituir o sujeito de frases passivas (cf. (51.e-f)) (e.g. Bresnan & Moshi 1990). O exemplo clássico dado na literatura para esta tipologia de línguas é o caso do kinyarwanda, uma língua banta falada no Ruanda (e.g. Marantz 1984; Baker 1988).

(51)

- a. *Umugabo y-a-haa-ye umugore igitabo.*
man CS-PSD-give-VF woman book
'The man gave the woman the book.'
- b. *Umugabo y-a-ki-haa-ye umugore.*
man CS-PSD-CO1-give-VF woman
'The man gave it to the woman.'
- c. *Umugabo y-a-ba-haa-ye igitabo.*
man CS-PSD-CO2-give-VF book
'The man gave them the book.'
- d. *Umugabo y-a-ki-ba-haa-ye.*
man CS-PSD-CO1-CO2-give-VF
'The man gave it to them.'
- e. *Igitabo cy-a-haa-w-e umugore (n'umugabo).*
book CS-PSD-give-PASS-VF woman by-man
'The book was given to the woman (by the man).'
- f. *Umugore y-a-haa-w-e igitabo (n'umugabo).*
woman CS-PSD-give-PASS-VF book by-man
'The woman was given the book (by the man).'

(Kinyarwanda, adaptado de Baker 1988:174)

Note-se, porém, que, não obstante o kinyarwanda ser analisado como uma língua com CDOs simétricas, a simetria dos objetos não é necessariamente mantida em todas as circunstâncias. Por um lado, quando um dos objetos é [+ANIM], só ele pode ocupar a posição imediatamente adjacente ao verbo. Na verdade, como referem Morolong & Hyman (1977: 203), a partir de dados do sesotho, uma língua banta falada no norte da África do Sul, se um dos dois NPs apresentar o traço [+ANIM], este deve ocorrer adjacente ao verbo independentemente do seu papel semântico (Beneficiário ou Recipiente). Quando os dois NPs apresentam o mesmo traço de animacidade, as duas

ordens de palavras são possíveis, originando, no entanto, ambiguidade nas interpretações.²⁶

Por outro lado, como observam Hyman & Duranti (1982) e Gavarró (1995), sobre línguas com CDOs ditas simétricas, em construções de posse inalienável – ou seja aquelas em que se estabelece uma relação entre uma entidade e uma parte inerente a esta –, apenas o argumento correspondente ao possuidor pode (i) ocupar a posição adjacente ao verbo; (ii) constituir o sujeito de frases passivas; e (iii) cliticizar no verbo (cf. (52-44)). Por consequência, Hyman & Duranti (1982) defendem que as construções de posse inalienável não podem ser entendidas como verdadeiras CDOs, admitindo que não há efetivamente dois objetos. Os dados que a seguir se apresentam são do haya (ou kihaya), uma língua banta falada na Tanzânia (resultados semelhantes são obtidos para o sesotho (Gavarró 1995)).

(52)

a. *A-ka-hénd ómwáán' ómukôno.*

he-PSD-break child arm

'He broke the child's arm.'

b. **N-ka-hénd ómukôn' ómwáana.*

I-PSD-break arm child

²⁶ Embora a ordem de palavras nas CDOs seja tipicamente Recipiente-Tema, algumas línguas bantas admitem a ordem inversa, como uma estratégia marcada (Bearth 2003: 123-124) (cf. (i)).

(i)

a. Mama a-li- m-pa m-toto ki-tabu
mother 1-PSD 1-give 1-child 7-book

b. Mama a-li- m- pa ki-tabu m-toto
mother 1-PSD 1-give 7-book 1-child

'Mother gave the child a book.' (Swahili, Bearth 2003: 123-124)

Além disso, como referem Morolong & Hyman (1977), quando nenhum dos constituintes é [+ANIM], as duas ordens de palavras são possíveis (cf. (ii)).

(ii)

a. ke-phehétsé mokété lijó.
'I cooked feast food.'

b. ke-phehétsé lijó mokété
'I cooked food feast.' (Sesotho, Morolong & Hyman 1977: 203)

(53)

a. *Ómwáán' a-ka-hénd-w'* *ómukôno.*
child he-PSD-break-PASS arm
'The child's arm was broken.'

b. **Ómukôno gú-ka-hénd-w'* *ómwáana.*
arm CS-PSD-break-PASS child

(Haya, adaptado de Gavarró 1995: 232)

(54)

a. *N-ka-mu-hénd'* *ómukôno.*
I-PSD-him-break arm
'I broke his arm.' (Lit: I broke him the arm.)

b. **N-ka-gu-hénd'* *ómwáana.*
I-PSD-CO-break child

(*Idem*: 233)

Em suma, como ilustram os contrastes acima, mesmo nas línguas com CDOs ditas simétricas, apenas o argumento que codifica posse pode ser entendido como objeto primário. Nesta ordem de ideias, a questão de as construções de posse inalienável poderem (ou não) ser entendidas como CDOs simétricas parece estar dependente do facto de as línguas admitirem (ou não) a cliticização no verbo dos dois objetos.

Outras línguas que parecem ter um comportamento semelhante ao do kinyarwanda, uma vez que qualquer um dos dois NPs da CDO pode ocupar a posição de sujeito de frase passivas, são o norueguês (e.g. Woolford 1993; Holmberg & Platzack 1995) e o japonês (e.g. Baker 1988; Harada & Larson 2009). Os exemplos em (55) mostram que o norueguês exhibe CDOs e passivas simétricas, *i.e.*, ambos os NPs podem constituir o sujeito de frases passivas.

(55)

a. Jon gav *Marit* ei klokke.

‘John gave Mary a watch.’

b. *Jon* vart gitt ei klokke.

‘John was given a watch.’

c. *Ei klokke* vart gitt Jon.

‘A watch was given John.’

(Norueguês, Woolford 1993:682)

Os exemplos em (56) ilustram a ocorrência das mesmas construções no japonês. Muito embora esta não seja verdadeiramente uma língua com duplo Caso estrutural (acusativo), uma vez que os verbos não selecionam dois NPs com a partícula acusativa *o*, Baker (1988) integra-a neste grupo tipológico pelo facto de exibir tanto passivas dativas como acusativas, admitindo que o constituinte seguido da partícula dativa *ni* possa receber igualmente Caso estrutural atribuído pelo verbo.

(56)

a. *John-ga Mary-ni kunsyoo-o atae-ta.*

John-NOM Mary-DAT medal-ACUS give-PSD

‘John gave Mary a medal.’

b. *Mary-ga John-ni kunsyoo-o atae-rare-ta.*

Mary-NOM John-by medal-ACUS give-PASS-PSD

‘Mary was given a medal by John.’

c. *Kunsyoo-ga John-ni Mary-ni atae-rare-ta.*

medal-NOM John-by Mary-DAT give-PASS-PSD

‘The medal was given (to) Mary by John.’

(Japonês, adaptado de Baker 1988:177)

Paralelamente às línguas com as ditas CDOs simétricas, há outras nas quais, apesar de a CDO ser possível (cf. (57-59.a)), os dois NPs não apresentam um

comportamento idêntico: apenas um dos dois NPs apresenta propriedades de objeto primário, *i.e.* pode ser passivizado e ocorrer adjacente ao verbo (e.g. Bresnan & Moshi 1990). É o caso do chimwiini, do grupo banto, bem como os do alemão e do inglês, que aqui caracterizamos como línguas com CDOs parcialmente simétricas (cf. (57-59.b-c)).

(57)

a. *Ni-m-pele* ***Ja:ma*** *kuja*.
 1SG-CS-gave Jama food
 ‘I gave Jama food.’

b. ***Ja:ma*** *Ø-pel-a* *kuja na: mi*.
 Jama CS-gave-PASS food by me
 ‘Jama was given food by me.’

c. ****Kuja*** *i-pel-a* *Ja:ma na: mi*.
 food CS-gave-PASS Jama by me

(Chimwiini, adaptado de Baker 1988:181)

(58)

a. *Sie haben* ***den Jungen*** *das Lied* *gelehrt*.
 they have the boy-ACUS the song-ACUS taught
 ‘They have taught the boy the song.’

b. *?dann ist* ***der Junge*** *das Lied* *gelehrt worden*.
 then is the boy-NOM the song-ACUS taught been
 ‘Then the boy was taught the song.’

c. **dann ist* *den Jungen* ***das Lied*** *gelehrt worden*.
 then is the boy-ACUS the song-NOM taught been

(Alemão, adaptado de Woolford 1993: 686)

(59)

- a. John gave Mary a book.
- b. Mary was given a book.
- c. *A book was given Mary.

Além das línguas com CDOs simétricas e parcialmente simétricas supramencionadas, existe um terceiro tipo que se distingue destas por, apesar de admitir uma CDO, nenhum dos NPs poder constituir o sujeito de frases passivas. É o caso das línguas com CDOs assimétricas, a que nos referiremos em seguida.

3.2.2 Línguas com CDOs assimétricas

Embora a possibilidade de uma língua exibir passivas dativas seja indicativa da existência de uma CDO, não é imperativo que todas as línguas que exibem CDO admitam passivas (dativas). Neste sentido, Anagnostopoulou (2003) propõe a existência de uma subclasse de línguas com CDOs que compreenderia línguas como o grego moderno. Esta língua perdeu a distinção de Caso morfológico entre genitivo e dativo, tendo generalizado o uso do genitivo.²⁷ Para a autora, a estratégia que envolve um Recipiente com Caso genitivo e um Tema com Caso acusativo, ilustrada em (60), é uma CDO.²⁸

²⁷ A perda da distinção de Caso morfológico é tratada na literatura como uma característica das línguas balcânicas. Porém, nem todas seguem o mesmo padrão do grego. Na verdade, distintamente deste, o albanês e o romeno generalizaram o uso do Caso dativo. Por sua vez, no búlgaro a preposição *na*, primeiramente usada apenas para o argumento dativo, introduz igualmente o Caso genitivo (e.g. Catasso 2011).

²⁸ Cf. Anagnostopoulou (2001, 2003) sobre argumentação a favor de que a estratégia com DP genitivo, ilustrada em (60), é uma CDO.

(60)

- a. *O Orestis édose tis Anastasias to fórema.*
the Orestis-NOM gave-3SG the Anastasia-GEN the dress-ACUS
'Orestis gave Anastasia the dress.'

(Grego moderno, adaptado de Bowers & Georgala 2007:1)

- b. *O Gianis estile tis Marias ta grama.*
the Gianis-NOM sent-3SG the Marias-GEN the letter-ACUS
'John sent Mary the letter.'

(Grego moderno, adaptado de Anagnostopoulou 2003:9)

Porém, a passivização do constituinte com o papel temático de Recipiente não dá origem a enunciados gramaticais, como ilustrado em (61) (e.g. Anagnostopoulou 2003; Bowers & Georgala 2007).

(61)

- a. **I Anastasia dóthike to fórema.*
The Anastasia-NOM was-given-3SG the dress-ACUS

(Grego moderno, adaptado de Bowers & Georgala 2007: 4)

- b. **I Maria stalthike to grama.*
The Maria-NOM sent-PASS-3SG the letter- ACUS

(Grego moderno, adaptado de Anagnostopoulou 2003:11)

Por sua vez, a passivização do constituinte com o papel temático de Tema apenas é possível se o Recipiente não for realizado (cf. (62.a-b)). Neste sentido, o grego moderno não exhibe passivas dativas nem passivas acusativas, a partir da CDO, distinguindo-se, por isso, de línguas com CDOs simétricas e parcialmente simétricas.

(62)

a. *To grama tachidhromithike apo tin Ilektra.*
The report-NOM mailed-PASS-3SG from the Ilektra
'The letter was mailed by Ilektra.'

b. **To grama tachidhromithike tu Petru*
The report-NOM mailed-PASS-3SG the Petros-GEN

apo tin Ilektra.
from the Ilektra

(Grego moderno, adaptado de Anagnostopoulou 2003:22)

Note-se, todavia, que, como a autora refere, apenas é possível entender as construções em (60) como CDOs, se se rejeitar a análise clássica de Larson (1988) de acordo com a qual “double object constructions are defined as contexts in which the indirect object is ‘promoted’ to the direct object position, while the Theme is ‘demoted’ to some kind of adjunct” (Anagnostopoulou 2003: 8). A seguir-se essa perspectiva, apenas as construções com dois NPs pós-verbais, em que o Recipiente tem Caso estrutural, podem ser entendidas como CDOs.²⁹

²⁹ Na verdade, o grego moderno exhibe igualmente uma construção em que os dois DPs, Recipiente e Tema, têm Caso morfológico acusativo (cf. (i)), a qual tem sido designada na literatura como uma construção de duplo acusativo para se distinguir daquela ilustrada em (60). Esta construção é restrita a um conjunto limitado de verbos, de que é exemplo o verbo *dhidhaksa* ‘ensinar’. Veja-se, no entanto, que a generalização de que o grego moderno não admite passivas dativas a partir da CDO apenas é válida para a construção que envolve um Recipiente com Caso genitivo. No caso da construção com duplo acusativo, o Recipiente pode constituir o sujeito de frases passivas (cf. (ii)) (cf. Bowers & Georgala 2007: 6)

(i) *Dhidhaksa ta pedhia ghramatiki.*
taught-1SG the children-ACUS grammar-ACUS
'Ensino gramática às crianças'.

(ii) *Ta pedhia didaxthikan grammatiki*
the children-NOM taught-PASS-3PL grammar-ACUS
'The children were taught grammar.'

(Grego moderno, adaptado de Anagnostopoulou 2003: 10-11)

Paralelamente à(s) CDO(s), o grego moderno exhibe igualmente uma CDP, encabeçada pela preposição *se* (cf. (63.a)).³⁰ Neste caso, tal como no inglês, a formação de passivas acusativas a partir da estratégia de CDP é gramatical (cf. (63.b)).

(63)

a. *O Orestis édose to fórema s-tin Anastasías.*
 The Orestis-NOM gave-3SG the dress-ACUS to-the Anastasia
 ‘Orestis gave the dress to Anastasia.’

b. *To fórema dóthike s-tin Anastasías*
 The dress-NOM was-given.3SG to-the Anastasia

apo ton Orésti.
 by the Orestis

‘The dress was given Anastasia by Orestis.’

(Grego Moderno, adaptado de Bowers & Georgala 2007: 1,3)

A proposta de Anagnostopoulou (2003) de que há um subgrupo de línguas com CDOs assimétricas é extensível igualmente ao forro, em contacto com o PST, e ao crioulo de Cabo Verde, se considerarmos que estas línguas, apesar de exibirem CDOs, não admitem passivas dativas (cf. (64)).

³⁰ Veja-se que, no grego moderno, a mesma preposição que introduz o argumento com o papel temático de Recipiente (cf. (63.a)) introduz Alvos [-ANIM] (cf. (i)) e Locativos (cf. (ii)), sendo, portanto, subespecificada para os traços direcional e locativo.

(i) *I Ilektra estile ena dhema s-tin Ghalia.*
 the Ilektra-NOM sent-3SG a parcel-ACUS to-the France
 ‘Ilektra sent a parcel to France.’

(ii) *O Gianis meni s-tin Olandia.*
 the Gianis-NOM lives in-the Holland-ACUS
 ‘John lives in Holland.’

(Grego moderno, adaptado de Anagnostopoulou 2003: 9 e nota de rodapé 1)

(64)

- a. *Ê piji san lenha kopu d'awa.*
3SG pedir senhora rainha copo de água
'Ele pediu um copo de água à rainha.'

(Forro, Hagemeyer 2007: 80)

- b. *N da mininu un libru.*
1SG dar menino um livro
'Eu dei um livro ao menino.'

(Crioulo de Cabo Verde, adaptado de Baptista 2002: 140)

O mesmo se verifica no PST. De acordo com o *subcorpus* do PST analisado em Gonçalves (2010), esta variedade do português não apresenta passivas dativas. A confirmar-se este facto, esta variedade parece enquadrar-se num subconjunto de línguas com CDOs distinto daquele em que se inscreve o PM, por neste a formação de passivas (dativas) a partir da CDO ser gramatical. Além disso, tanto o PST como o PM se distinguem, por sua vez, do PE, que não admite a CDO. Na verdade, o PE, como as restantes línguas românicas, insere-se no grupo de línguas sem CDOs que descreveremos em seguida.

3.2.3 Línguas com CDPs

Tradicionalmente, assume-se que, distintamente das línguas referidas nas secções anteriores, o português e as demais línguas românicas não exibem a possibilidade de o verbo subcategorizar dois NPs, sem a presença de um marcador de Caso, independentemente da ordem dos constituintes (cf. (65-66)), uma vez que estas línguas não expressam morfologicamente os Casos de NPs. Na verdade, no português, a marcação morfológica de Casos persiste apenas no sistema de pronomes pessoais e

morfemas-Q (e.g. Duarte 1987).³¹ Assim, de acordo com o sistema de marcação Casual assumido por Larson (1988) e por Baker (1988), o português e as línguas românicas cujo argumento dativo é encabeçado por *a* (francês, italiano, espanhol) não exibem a CDO, por nestas os verbos atribuírem apenas Caso estrutural acusativo e necessitarem da presença de um marcador de Caso para legitimar o argumento dativo. Por consequência, assume-se tradicionalmente que a única estratégia exibida por estas línguas para a realização do argumento dativo é a CDP (cf. (67-68)) (Cf. (§3.4)).

(65)

- a. *O professor entregou as crianças o livro.
- b. *O professor entregou o livro as crianças.

(66)

- a. *Jean a donné Marie un livre.
- b. *Ils ont envoyé Jean une lettre recommandée.

(Kayne 1984:193)

(67)

- a. O professor entregou um livro às crianças.
- b. O professor entregou às crianças um livro.

(68)

- a. Jean a donné un livre à Marie.
- b. Ils ont envoyé une lettre recommandée à Jean.

(Kayne 1984:193)

No português, o OI é tipicamente expresso por verbos de transferência material/perceptual como *dar*, *dizer*, *comprar*, *vender*, *entregar*, *devolver* ou *enviar* (cf.

³¹ O romeno constitui uma exceção no quadro das línguas românicas, uma vez que preserva a marcação morfológica de Caso dativo. Como referem Diaconescu & Rivero (2005), as estratégias exibidas em (i) assemelham-se àquelas exibidas pelo grego moderno (cf. (60) e (63), respetivamente). A descrição que desenvolveremos sobre as construções ditransitivas das línguas românicas exclui, portanto, o romeno.

(i)

- a. *Mihaela* (ii) *trimite* *Mariei* *o* *scrisoare*.
 Mihaela DAT.CL sends Mary-DAT a letter.
 'Mihaela sends Mary a letter.'
- b. *Mihaela* (*i) *trimite* *o* *scrisoare* *la* *Maria*
 Mihaela DAT.CL sends a letter to Maria
 'Mihaela sends a letter to Mary.'

(Romeno, adaptado de Diaconescu & Rivero 2005: 3-4)

(69.a)), mas pode igualmente ser selecionado por outra classe verbal semanticamente diferente, a dos verbos diretivos, entre os quais se contam os verbos *pedir*, *ordenar*, *propor* ou *sugerir* (cf. (69.b)). Os verbos que selecionam um OI expressam, portanto, uma transferência entre um Agente (argumento externo sujeito) e um Recipiente (OI) (cf. (69.a), embora este argumento interno possa apresentar também o papel temático de Fonte (cf. (70)). Em contextos como os de (70), o papel temático de Recipiente está alinhado com a função sintática de sujeito.

(69)

- a. O João ofereceu um CD *ao Pedro*.
- b. O professor ordenou *ao aluno* que saísse da sala.

(Duarte 2003:289)

(70)

O João comprou esse livro raro *a um alfarrabista do Porto*.

(Gonçalves & Paiva Raposo 2013:1177)

Um dos argumentos que tem sido apresentado contra a existência de CDOs nas línguas românicas, com base no facto de o verbo não atribuir Caso estrutural ao argumento com o papel temático de Recipiente, mas sim ao argumento com o papel temático de Tema, é o facto de apenas este poder ter a função de sujeito em frases passivas (cf. (71.a) vs. (71.b)).

(71)

- a. Um livro foi dado à Maria.
- b. *A Maria foi dada um livro.

Porém, não obstante a assunção clássica de que as línguas românicas não exibem CDOs (e.g. Kayne 1984; Baker 1988), alguns autores têm argumentado em contrário, especificamente para o português e para o espanhol (e.g. espanhol: Masullo 1992; Demonte 1995; Romero 1997; Cuervo 2003; português: Torres Morais 2006, 2012; Torres Morais & Berlinck 2007; Torres Morais & Lima Salles 2010).³² De acordo com a sua análise, construções como as ilustradas em (72) e (73) partilham as mesmas

³² Cf. Diaconescu & Rivero (2005) e Fournier (2010) sobre a alegada existência de CDO no romeno e no francês, respetivamente.

propriedades sintáticas e semânticas da CDP e da CDO do inglês (cf. (35)), sendo que contextos como os de (72.a-73.a) equivalem à CDP e contextos como os de (72.b-73.b) constituem instâncias de CDOs.

(72)

- a. O João deu o livro à Maria.
- b. O João deu-lhe o livro (a ela).
- c. O João deu à Maria o livro que comprou na feira.

(73)

- a. Juan dio el libro a Maria.
- b. Juan le dio el libro a Maria.

Além dos enunciados com clítico no PE (com e sem redobro), Torres Morais (2006) considera ainda que a ocorrência do NP com o papel temático de Recipiente na posição de adjacência ao verbo constitui evidência da existência de uma CDO (cf. (73.c)). Na verdade, no PE (e no espanhol), o argumento dativo ocorre tipicamente na posição à direita do argumento com o papel temático de Tema (OD). Porém, na presença de um NP pesado, o OI pode ocorrer na posição de adjacência ao verbo. Segundo Duarte (2003), para o PE, e Pineda (2012, 2013, 2014), para o espanhol, a ordem de palavras não canônica (V OI OD), semelhante à ordem de palavras na CDO, está relacionada unicamente com a estrutura informacional, *i.e.*, ocorre apenas quando o OD é um NP pesado ou o foco informacional, e não tem efeito na estrutura sintática de base.³³ A proposta de Brito (2014, 2015) é distinta, uma vez que se admite a existência de duas estruturas de base para as construções ditransitivas do português com diferente ordenação de constituintes.³⁴

Pineda (2012, 2013, 2014, 2016) critica as propostas existentes na literatura sobre a existência de CDOs e CDPs nas línguas românicas, e particularmente no espanhol. A autora defende que essas propostas resultam de uma tentativa forçada de aproximar as construções ditransitivas exibidas por essas línguas da alternância dativa típica do inglês. A autora acrescenta ainda que adotar uma análise em que se considere

³³ Cf. Belletti & Shlonsky (1995) sobre a proposta de que nas línguas românicas a ordem V OD OI é não marcada.

³⁴ Cf. (§4.2.3) nesta dissertação.

que a estratégia do espanhol, e das línguas românicas em geral, é uma CDP seria um efeito da tendência para consecutivamente querer espelhar fenômenos do inglês noutras línguas. Porém, não obstante este facto, a sua contraproposta é igualmente polémica. Segundo a autora, a estratégia canónica para a realização do argumento dativo no espanhol, no catalão, no francês (e provavelmente no italiano) é a de duplo objeto, independentemente da presença (explícita) ou não do clítico. Pineda propõe ainda, na linha de Marantz (1993) e Pylkkänen (2002/2008), que a alegada CDO deve ser analisada como uma construção applicativa. Todavia, consideramos que assumir que as línguas românicas exibem uma CDO concebida como uma construção applicativa é apenas uma outra forma de insistir na aproximação das línguas românicas a línguas tipologicamente distintas, sem motivação empírica que a justifique.

Na verdade, como defenderemos em seguida, a proposta de que as línguas românicas exibem CDOs analisadas como construções applicativas comporta diferentes problemas. Desde logo, contrariamente ao proposto por Pylkkänen (2002/2008), não é possível analisar as CDOs do inglês do mesmo modo que as CDOs das línguas bantas (e.g. Larson 2010, 2014). Por consequência, a comparação das construções ditransitivas das línguas românicas com as CDOs do inglês, como defendido por Pineda (2012, 2013, 2014, 2015, 2016), herda os problemas daquela análise.

Nas secções seguintes, discutiremos os argumentos que têm sido apresentados em favor da existência de CDOs nas línguas românicas e mostraremos que os mesmos podem, paradoxalmente, constituir um contra-argumento à sua ocorrência. Alternativamente, defenderemos que as línguas românicas apenas expressam o argumento com o papel temático de Recipiente mediante uma CDP.

3.3 As línguas românicas têm CDOs?

3.3.1 (As)simetrias na relação de c-comando

As assimetrias no comportamento das CDOs do inglês, discutidas por Barss & Lasnik (1986), mostram que o OI (Recipiente) c-comanda o OD (Tema) (cf. (74)). Larson (1988) mostra que as CDPs exibem um comportamento semelhante ao observado nas CDOs, uma vez que apresentam a mesma relação de c-comando

assimétrico. O OD (Tema) c-comanda o OI (Recipiente) (cf. (75)). O exemplo clássico apresentado na literatura para dar conta dessa relação de c-comando assimétrico é o caso dos pronomes reflexos.

(74)

- a. I showed [Mary]_{OI} [herself]_{OD}.
- b. *I showed [herself]_{OI} [Mary]_{OD}.

(75)

- a. I showed [Mary]_{OD} [to herself]_{OI}.
- b. *I showed [herself]_{OD} [to Mary]_{OI}.

(Larson 1988:336-338)

Tal assimetria na relação de c-comando é comprovada igualmente noutros contextos, como é o caso dos pronomes possessivos que são c-comandados pelo seu antecedente quando este é quantificado. Assim, em contextos como os de (76-77), o OI c-comanda o OD na CDO; por sua vez, o OD c-comanda o OI na CDP.³⁵

(76)

- a. I gave [every worker]_{OI} [his]_i paycheck]_{OD}.
- b. *I gave [its]_i owner]_{OI} [every paycheck]_i]_{OD}.

(77)

- a. I gave [every check]_i]_{OD} [to its]_i owner]_{OI}.
- b. ??I gave [his]_i paycheck]_{OD} [to every worker]_i]_{OI}.

(*Ibidem*)

Estas assimetrias mostram que as posições ocupadas pelo OI e pelo OD não são as mesmas nas duas variantes da alternância dativa, pelo que as estruturas assumidas até então para a derivação da CDO, designadamente as propostas por Oehrle (1976), Chomsky (1981) e Kayne (1981, 1984), nas quais os dois NPs se c-comandam mutuamente, são postas em causa.

³⁵ Cf. Barss & Lasnik (1986) e Larson (1988) para outros contextos nos quais se verifica a existência de uma relação de c-comando assimétrico entre o OI e o OD em construções ditransitivas do inglês.

Ora, um dos principais argumentos apresentados em favor da proposta de que o espanhol tem CDO é a de que esta língua exhibe a mesma relação de c-comando assimétrico observada nas construções dativas do inglês. Demonte (1995) e Cuervo (2003a, 2003b), entre outros, defendem que no espanhol a existência dessa assimetria está dependente da presença do clítico dativo, *i.e.* as construções com redobro do clítico seriam equivalentes às CDOs, enquanto as construções sem clítico corresponderiam às CDPs. Compare-se (74-75) com (78-79).

(78)

- a. El tratamiento le devolvió [la estima de sí misma]_{OD} [a María]_{OI}.
- b. *El tratamiento le devolvió [a María]_{OD} [a la estima de sí misma]_{OI}.

(79)

- a. El tratamiento devolvió [a María]_{OD} [a sí misma]_{OI}.
- b. *El tratamiento devolvió [a sí misma]_{OD} [a María]_{OI}.

(Demonte 1995:10)

No entanto, como faz notar Pineda (2013, 2014, 2016), os dados apresentados por Demonte para a questão de c-comando de anáforas são forçados, uma vez que a autora não usa o mesmo tipo de pronome reflexo nas duas construções (cf. *la estima de sí misma* em (78) e *sí misma* em (79)). Segundo Pineda, o contraste de gramaticalidade, e a suposta assimetria na relação de c-comando, deve-se a essa diferença e não à presença do clítico. A autora faz notar que, se em (78.a) se usar o OD *a sí misma*, a frase é agramatical (cf. (80.a)), do mesmo modo que, se em (79.b) se mantiver o OD *la estima de sí misma*, a frase é gramatical (cf. (80.b)).

(80)

- a. *El tratamiento le devolvió [a sí misma]_{OD} [a María]_{OI}.
- b. El tratamiento devolvió [la estima de sí misma]_{OD} [a María]_{OI}.

(Pineda 2013:190)

Para Demonte (1995:11), “the contrast with the other pronoun-quantifier distribution is not as straightforward as [alleged it is] in the preceding case”. Apesar de considerar agramatical (81.b), a autora aceita, embora marginalmente, (82.b).

(81)

- a. La profesora entregó [cada dibujo]_{OD} [a su autor]_{OI}.
- b. *La profesora entregó [su dibujo]_{OD} [a cada niño]_{OI}.

(Demonte 1995:10-11)

(82)

- a. La profesora le pasó a limpio [su dibujo]_{OD} [a cada niño]_{OI}.
- b. ?La profesora le pasó a limpio [cada dibujo]_{OD} [a su_i autor]_{OI}.

(*Ibidem*)

Pineda (2013) acrescenta que, no espanhol, além de o contexto em (81.b) ser gramatical numa leitura distributiva (envolvendo eventos distintos distribuídos no tempo), (82.b) é claramente mais aceitável se se usar o mesmo verbo que nos contextos em (81) (cf. (83)). Além disso, Bleam (2003) observa que, nesse caso, o OD c-comanda o OI, mesmo numa construção com clítico, o que contraria a argumentação de Demonte (1995).

(83) La profesora le entregó [cada dibujo]_{OD} [a su autor]_{OI}.

(Pineda 2013: 200)

Assim sendo, os exemplos apresentados por Demonte (1995) mostram que a presença ou ausência do clítico não é determinante para a gramaticalidade ou agramaticalidade dos enunciados. Além disso, estes contrastes de gramaticalidade afiguram-se incompletos. Os autores não discutiram a (im)possibilidade de o OI ocorrer adjacente ao verbo. Segundo Bleam (2003), a verdadeira assimetria existente na (suposta) CDO e na CDP do espanhol apenas é observada na ordem não canónica V OI OD, na qual o OI c-comanda o OD (compare-se (76) e (84)).

(84)

- a. El editor le envió [a cada autor]_i OI [su_i libro]_{OD}.
- b. *El editor le envió [a su_i autor]_{OI} [cada libro]_i OD.

(Bleam 2003: 237-238)

Porém, não só esta não é a ordem canónica das construções com clítico no espanhol, como tanto (84.a) como (84.b) são agramaticais, ou pelo menos marginais, nas construções sem clítico (cf. (85)) (e.g. Bleam 2003).

(85)

- a. El editor *(le) envió [a cada autor]_iOI [su_i libro]_{OD}.
- b. El editor *(le) envió [a su_i autor]_{OI} [cada libro]_i OD.

(adaptado de Bleam 2003: 237-238)

Na verdade, como refere Demonte (1995: 20), a gramaticalidade da ordem V OI OD depende da presença do clítico: “the order V IO DO ranges from being felt as stylistically marked to having an ungrammatical flavor (...). The structure ‘asks for the clitic’ ” (Demonte 1995: 20).³⁶

Neste sentido, parece que a proposta de que o espanhol exhibe as mesmas assimetrias na relação de c-comando do OD e do OI que o inglês é condicionada pelos dados apresentados (Demonte 1995) ou circunscrita à ordem de palavras não canónica (Bleam 2003). Na proposta de Pineda (2012, 2013, 2014, 2016), não há qualquer relação entre a presença ou ausência do clítico e as assimetrias no comportamento do OI e do OD do espanhol. A autora propõe que, nesta língua, contrariamente ao inglês, a relação de c-comando é simétrica, tal como se verifica no italiano e no francês, de acordo com Giorgi & Longobardi (1991) e Harley (2002) (cf. (86-87)).

(86)

- a. Una lunga terapia psicoanalitica ha restituito [Maria_i]_{OD} [a se stessa_i]_{OI}.
- b. Una lunga terapia psicoanalitica ha restituito [se stessa_i]_{OD} [a Maria_i]_{OI}.

(Giorgi & Longobardi 1991: 42)

(87)

- a. Marie a donné [son_i crayon]_{OD} [à chaque garçon]_i OI.
- b. Jean a présenté [chaque institutrice]_i OD [à ses_i élèves]_{OI}.

(Harley 2002: 62)

³⁶ Veja-se igualmente Perpiñan & Montrul (2006).

O mesmo se aplica, se considerarmos a relação de c-comando entre o OI e o OD nos mesmos contextos sintáticos do português. A marginalidade de (88-89.b) poderia constituir um argumento a favor de que, assumindo que as construções ditransitivas com a ordem V IO OD são CDOs no português (Torres Morais 2006), há uma relação de c-comando assimétrico entre a (alegada) CDO e a CDP. Na verdade, é na base desta suposta assimetria que Brito (2014, 2015) propõe que diferentes ordens de palavras no português têm diferentes estruturas de base subjacentes, sendo o OI gerado numa posição mais alta (apenas) na ordem V OI OD.³⁷

(88)

- a. Entreguei [cada_i livro]_{OD} [ao seu_i autor]_{OI}.
- b. *Entreguei [o seu_i livro]_{OD} [a cada_i autor]_{OI}.

(89)

- a. Entreguei [a cada_i autor]_{OI} [o seu_i livro]_{OD}.
- b. *Entreguei [ao seu_i autor]_{OI} [cada_i livro]_{OD}.

Porém, embora, do ponto de vista da teoria da ligação, (88-89.b) sejam agramaticais, uma vez que as anáforas devem ser correferentes com o seu antecedente, o facto de os mesmos dados serem gramaticais numa leitura distributiva permite corroborar a nossa proposta em contrário. Veja-se que a aceitabilidade desses enunciados parece melhorar se outro elemento com referência dependente for usado (cf. (90)).

(90)

- a. Entreguei [o respetivo_i livro]_{OD} [a cada_i autor]_{OI}. (cf. (88.b))
- b. Entreguei [ao respetivo_i autor]_{OI} [cada_i livro]_{OD}. (cf. (89.b))

Além disso, como faz notar Brito (2001a, 2015), no português, a agramaticalidade de (88-89.b) pode dever-se à dificuldade de leitura do possessivo *seu/sua* como um pronome ligado, uma vez que este é tipicamente interpretado como segunda pessoa (*você*).

³⁷ Cf. (§4.2.3)).

Tendo presente a discussão sobre a relação de c-comando (as)simétrico nas línguas românicas aqui desenvolvida, conclui-se que este aspeto não é, por si só, suficiente para comprovar/contestar a existência de CDOs nas línguas românicas nem a existência de diferentes estruturas subjacentes para as ordens V OD OI e V OI OD. Por consequência, na secção seguinte, discutiremos o comportamento das línguas românicas no que concerne à passivização dos dois NPs pós-verbais das construções ditransitivas. Como referido anteriormente, nas análises clássicas que relacionam a existência de CDOs com a atribuição de Caso estrutural pelo verbo ao argumento com o papel temático de Recipiente, um dos principais diagnósticos para aferir se uma língua tem CDOs é exatamente a possibilidade de exibir passivas dativas (e.g. Larson 1988; Baker 1988).

3.3.2 Passivização

Outro dos argumentos apresentados por Demonte (1995) para defender que o espanhol e o inglês são equivalentes, por (supostamente) exibirem alternância dativa entre CDOs e CDPs está relacionado com a passivização. Porém, Demonte parte do princípio de que o inglês é uma língua com CDOs simétricas, podendo os dois NPs constituir o sujeito de frases passivas. No entanto, no inglês, a formação de passivas acusativas apenas é possível a partir da CDP (cf. (91.a-b) vs. (92.a-b)).

(91)

- a. John gave a book to Mary.
- a. A book was given to Mary.

(92)

- a. John gave Mary a book.
- b. *A book was given Mary.
- c. Mary was given a book.

Ora, se a construção com redobro do clítico do espanhol, bem como a do português (Torres Morais 2006), fosse uma CDO equivalente à do inglês (cf. (91.a)),

esperar-se-ia que o comportamento destas línguas no que concerne à passivização também fosse semelhante, *i.e.*, que fossem legitimadas passivas dativas no espanhol e no português a partir da (suposta) CDO, tal como no inglês (cf. (92.c)). Porém, a formação de passivas dativas no espanhol e no português (bem como nas restantes línguas românicas) é agramatical (cf. (93)).

(93)

- b. *Pedro fue dado el libro (por Juan).
- c. *O Pedro foi dado o livro (pelo João).

É certo que o PE apresenta alguns casos em que o argumento interno com o papel temático de Recipiente pode constituir o sujeito da frase passiva. Porém, tal acontece não com verbos ditransitivos, como os que estamos a analisar, mas sim com verbos de dois lugares com argumento interno OI, como *responder*, *pagar*, *perdoar*, entre outros (Duarte 2013: 435-436) (cf. (94)).

(94)

- a. *Os pedidos de isenção* não foram respondidos a tempo pelos serviços.
(*vs.* Os serviços não responderam a tempo *aos pedidos de isenção*).
- b. *Os operários* foram pagos pela administração.
(*vs.* A administração pagou *aos operários*).
- c. *Os instigadores do rapto* não foram perdoados pelo juiz.
(*vs.* O juiz não perdoou *aos instigadores do rapto*).

De facto, quando o verbo *pagar* subcategoriza um OD e um OI, apenas a passiva acusativa é gramatical (cf. (95)).

(95)

- a. O subsídio de férias foi finalmente pago *aos operários* pela administração.
- b. **Os operários* foram finalmente pagos o subsídio de férias pela administração.
(*vs.* A administração pagou finalmente o subsídio de férias *aos operários*).

Muito embora se pudesse ainda argumentar que há línguas que, apesar de exibirem duplos objetos, não exibem passivas dativas, como o grego moderno (e.g. Anagnostopoulou 2003, 2005), e que o espanhol e o português integrariam esse subconjunto de línguas com CDOs assimétricas (cf. (§3.2.2)), o facto é que não há evidência da existência de línguas nas quais apenas o NP com o papel temático de Tema possa ser passivizado a partir da CDO.³⁸ Além disso, o que o exemplo apresentado por Demonte (1995) mostra é a aceitabilidade de passivas acusativas no espanhol, independentemente da presença do clítico (cf. (96)). O mesmo se observa no português na construção com ou sem (redobro do) clítico (cf. (97)).

(96)

El premio Nobel (le) fue concedido a Cela el año pasado.

(97)

- a. O livro foi-lhe dado (a ela) na semana passada.
- b. O livro foi dado à Maria na semana passada.

Anteriormente vimos que a impossibilidade de formar passivas acusativas a partir da CDO no inglês constitui evidência de que esta é uma língua com CDOs parcialmente simétricas. Numa análise que considere que a ocorrência de CDO numa língua é dependente da possibilidade de o argumento dativo receber Caso estrutural, este é, por si só, um forte indicador de que as construções ditransitivas no espanhol e no português são distintas das do inglês. Na verdade, este é um dos argumentos que comumente tem sido evocado contra a existência de CDOs nas línguas românicas (e.g. Brito 2010). Em seguida, discutiremos um argumento semântico apresentado na

³⁸ Note-se que, como apontado por Woolford (1993), “thematic roles are irrelevant if only one accusative object is present.” Uma vez que apenas o objeto com Caso estrutural pode passivizar, dados do alemão, como os ilustrados abaixo, não podem ser entendidos como contextos em que apenas as passivas acusativas são permitidas a partir da CDO. Nestes casos, o Recipiente tem Caso morfológico dativo.

(i)

- a. *Das Mädchen schenkte dem Jungen ein Buch.*
the girl.NOM gave the boy.DAT a book.ACUS
'The girl gave the boy a book.'
- b. *Ein Buch wurde dem Jungen von dem Mädchen geschenkt.*
a book.NOM was the boy.DAT by the girl given
'A book was given to the boy by the girl.'
- c. **Der Jungen wurde von dem Mädchen ein Buch geschenkt.*
the boy.NOM was by the girl a book given

(Woolford 1993: 686)

literatura em favor da existência de alternância dativa nas línguas românicas, o qual se baseia na distinção entre o evento *cause to have*, tipicamente associado à CDO, e o evento *cause to go to*, associado à CDP.

3.3.3 (In)sucesso da transferência

Diferentes autores têm proposto que a alternância dativa do inglês está associada a dois tipos de eventos: a CDO expressa a mudança de possuidor do Tema, enquanto a CDP lexicaliza a mudança de localização do Tema (e.g. Green 1974; Oehrle 1976; Pinker 1989; Jackendoff 1990; Harley 2002; Krifka 1999, 2004; Rappaport-Hovav & Levin 2008). De acordo com essa proposta, na CDO, estabelece-se uma relação de *cause to have*, na medida em que se descreve o ato de *x* levar *y* – num sentido de causar – a ser possuidor de *z*; na CDP, estabelece-se uma relação de *cause to go to*, por nela se descrever uma mudança de localização – *x* leva *z* a estar em *y*.³⁹ Assim, a CDO tem inerente o sentido do verbo *ter* e a associação a um OI possuidor. Distintamente, a CDP tem inerente o sentido do verbo *ir*, o que não determina que o objetivo seja cumprido. Note-se que o verbo *ir* é um verbo atélico cujo evento que expressa pode estar ou não acabado; além disso, o evento expresso pela CDP pode ou não estar associado a um OI possuidor. Nesta ordem de ideias, tem sido proposto que, por expressarem eventos distintos, as duas variantes da alternância dativa não são semanticamente equivalentes: a CDO encerra a noção de completude/telicidade e implica o sucesso da transferência, propriedade que a CDP não exhibe, dado que o evento que expressa pode ser atélico, *i.e.*, não estar concluído. Assim, para os proponentes desta distinção, em (98.a), o conhecimento foi transmitido e os alunos aprenderam efetivamente o que lhes foi ensinado, enquanto em (98.b), não obstante o conhecimento ter sido transmitido, os alunos podem ou não ter aprendido o que lhes foi ensinado (e.g. Green 1974; Oehrle 1976; Krifka 1999, 2004; Harley 2002).

³⁹ Na base desta distinção está a proposta de Harley (2002) entre P_{Have} e P_{Loc} (cf. §4.1).

(98)

- a. Beth taught the students French.
- b. Beth taught French to the students.

(Krifka 1999: 4)

É com esta distinção em mente que Demonte (1994, 1995) sugere que as construções ditransitivas do espanhol, com e sem clítico, exibem as mesmas propriedades léxico-semânticas das variantes da alternância dativa do inglês. Muito embora Demonte refira que não se trata de a ação não estar concluída nas construções sem clítico, a autora salienta que a construção com redobro do clítico parece desempenhar um papel mais importante no sucesso da transferência do que a CDP: “sentences with dative clitics (different from those without them) express the highest degree of culmination or completeness of the event described by the predicate” (Demonte 1994: 78).

Um dos argumentos apresentados a favor desta análise é o facto de, nas construções ditransitivas do espanhol, a presença de adverbiais de duração condicionar a gramaticalidade dos enunciados (cf. (99.a) vs. (99.b)).

(99)

- a. ??Juan le escribió una carta a su novia durante cinco horas.
- b. Juan escribió una carta a su novia durante cinco horas.

(Demonte 1994: 80)

Porém, o exemplo apresentado pela autora em favor da sua análise, além de controverso, aparenta ser excepcional. De acordo com Demonte (1994), a marginalidade de (99.a) deve-se à combinação de um adverbial temporal com a preposição ‘durante’ com um evento que tende para um fim (télico), sendo que esse geralmente ocorre com expressões atélicas. Nesse sentido, verificar-se-ia o sucesso da transferência supostamente inerente à (alegada) CDO, por oposição à CDP.

Consideramos que o contraste de gramaticalidade exibido em (99) pode ter na base a possibilidade de o evento expresso pelo verbo *escrever* poder ser interpretado como um processo culminado (*accomplishment*) ou um processo (em curso) (*activity*), de acordo com a tipologia proposta por Vendler (1967); ou seja, independentemente da ocorrência de redobro do clítico, a aceitabilidade do adverbial de duração com o verbo

escrever depende do destaque que é feito para a componente culminativa, na qual a carta já está efetivamente escrita (evento télico), ou para a componente processual da situação, na qual o processo de escrever a carta ainda está em curso (evento atélico). Como referem Rappaport-Hovav & Levin (2008: 149), “*read* and similar verbs, [such as *write*], can appear with temporal adverbials compatible with both telic and atelic verbs” (cf. (100)).⁴⁰

(100)

Alex read a newspaper for an hour/in an hour.

(Rappaport-Hovav & Levin 2008: 149)

Além disso, a possibilidade de combinar um adverbial de duração com um predicado de transferência de posse télico parece ser restrita a verbos como *escrever*, *ler* ou *ensinar*, os quais lexicalizam uma transferência incremental de um estado para outro, ou seja, o processo pode ser faseado. Neste sentido, representam *activities* ou *accomplishments*. Numa interpretação que privilegie a componente culminativa do evento expresso por estes verbos, a gramaticalidade de enunciados como os de (99.a) será sempre condicionada pela presença de adverbiais de duração (independentemente da presença do clítico) (cf. Pineda 2016: 129). Tal não acontece se for privilegiada a componente processual do evento, como em (101-102)), com os verbos *ler* e *ensinar*.

(101)

- a. Juan le leyó un libro a su novia durante cinco horas.
- b. Juan leyó un libro a su novia durante cinco horas.

(102)

- a. Juan le enseñó una canción a su novia durante cinco horas.
- b. Juan enseñó una canción a su novia durante cinco horas.

Por sua vez, verbos como *dar*, não obstante serem télicos, lexicalizam uma transferência não incremental. Por consequência, representam *achievements*, eventos sem duração ou com duração breve: “the theme does not incrementally transverse a path

⁴⁰ Sobre verbos (di)transitivos que admitem uma interpretação télica ou atélica, veja-se Kratzer (2004), Rappaport-Hovav (2004), Rothstein (2008), entre outros.

to the recipient (...). None allows modifiers sensitive to an incremental transition.” (Rappaport-Hovav & Levin 2008: 149-150). Considerem-se os seguintes enunciados com o verbo *dar*.

(103)

- a. *Juan le regaló un libro a su novia durante cinco horas.
- b. *Juan regaló un libro a su novia durante cinco horas.

Em suma, não obstante terem sido comumente aceites e retomados na literatura subsequente, os dados apresentados por Demonte (1994), na linha de Green (1974), Oehrle (1976), Krifka (1999), não sustentam a proposta de que no espanhol apenas a construção com redobro do clítico veicula sucesso da transferência.⁴¹

Um segundo argumento apresentado por Demonte (1995: 12), com vista a associar as construções com redobro do clítico à CDO, supostamente a única variante da alternância dativa do inglês que veicula mudança de possuidor, é o facto de o OI poder ser entendido como parte integrante do OD: “the dative is interpreted as *affected*, in the sense that it is taken to be either the possessor or an intrinsic part of the Theme argument”. Assim, de acordo com a autora, o contraste de gramaticalidade em (104), deve-se ao facto de, apenas em (104.a), o OI poder ser entendido, em termos semânticos, como parte integrante do OD.

(104)

- a. Le puse el mantel a la mesa.
- b. *Le puse los platos a la mesa.

(Demonte 1995: 12)

Porém, uma vez mais, parece ser possível mostrar que o contraste de gramaticalidade acima apresentado não está associado (apenas) à expressão do dativo e, como tal, não pode ser entendido como um argumento a favor da existência da alegada CDO no espanhol. Segundo Romero & Moreno Quibén (2001), *apud* Ormazabal & Romero (2010: 11), “in spite of the absence of any structural or morphological change

⁴¹ Do mesmo modo, e pelas mesmas razões, os dados do inglês equivalentes não permitem confirmar que o sucesso da transferência apenas é verificado na CDO. Esta questão será retomada em §3.4.1.

on the sentence, [examples such as (105)] (...) may only receive an integral interpretation”.

(105)

Juan puso los guisantes en lata.

(Ormazabal & Romero 2010: 11)

Por consequência, a argumentação de Demonte (1995) a favor da distinção entre CDOs e CDPs no espanhol parece ser novamente forçada. Os exemplos em (99) e (104) não permitem confirmar que a construção com clítico no espanhol contribui para o sucesso da transferência. Por outro lado, o contraste entre (104) e (105) mostra que uma leitura do OI como parte integrante do OD não está dependente da presença do clítico.

Rappaport-Hovav & Levin (2008) apresentam três fortes argumentos contra a ideia de que a CDO e a CDP no inglês veiculam significados distintos. No nosso entender, os mesmos são válidos para mostrar que as construções com e sem (redobro do) clítico no espanhol e no português não são distintas no que concerne ao sucesso da transferência.

Em primeiro lugar, os verbos *ensinar* e *escrever* lexicalizam *activities/processos*, ou seja, “eventos com duração em que cada porção dessa actividade é do mesmo tipo que a actividade em si” (Oliveira 2003: 135). Porém, nenhum deles tem implicado na sua natureza o sucesso da transferência. Como tal, não se pode esperar que tenham significados distintos consoante as variantes da (suposta) alternância dativa. Na verdade, o sucesso da transferência pode ser negado tanto na CDO como na CDP do inglês (cf. (106)). O mesmo é válido para as construções do português e do espanhol (cf. (107)), independentemente da ordem dos constituintes e/ou da presença do clítico (redobrado).

(106)

- a. I wrote Blair a letter, but I tore it up before I sent it.
- b. I wrote a letter to Blair, but I tore it up before I sent it.

(Rappaport-Hovav & Levin 2008: 148)

(107)

- a. O João escreveu (à namorada) um bilhete (à namorada), mas rasgou-o antes de o enviar.
- b. O João escreveu-lhe (a ela) um bilhete (a ela), mas rasgou-o antes de o enviar.

(108)

- a. Juan escribiò (a sua novia) una carta (#a su novia), pero la rompió antes de enviarla.
- b. Juan le escribiò (a sua novia) una carta (a su novia), pero la rompió antes de enviarla.

Se, por outro lado, atentarmos em verbos do tipo *give* ‘dar’, os quais lexicalizam a mudança do possuidor e, por natureza, implicam o sucesso da transferência, verifica-se que, mesmo no inglês, esse não pode ser negado nem na CDO (cf. (109.a)) nem na CDP (cf. (109.b)) (e.g. Oehrle 1976; Rappaport-Hovav & Levin 2008).

(109)

- a. #My aunt gave my brother some money, but he never got it.
- b. #My aunt gave some money to my brother, but he never got it.

(adaptado de Rappaport-Hovav & Levin 2008: 146)

O mesmo se aplica, uma vez mais, ao português e ao espanhol. Enunciados equivalentes aos de (109) nestas línguas resultam, senão agramaticais, pelo menos marginais, uma vez que a segunda oração é uma contradição da primeira. O evento expresso pelo verbo *dar* está concluído. Além disso, não há qualquer relação entre a presença do clítico (simples ou redobrado) ou da adjacência do OI ao verbo e a telicidade por este veiculada. As alíneas de (110-111) são igualmente marginais/agramaticais.⁴²

⁴² A marginalidade destes exemplos depende de uma interpretação em que X deu dinheiro a Y sem intermediários.

(110)

- a. # A minha tia deu (ao meu irmão) dinheiro (ao meu irmão), mas ele nunca o recebeu.
- b. # A minha tia deu-lhe (a ele) dinheiro (a ele), mas ele nunca o recebeu.

(111)

- a. # Mi tía dio (a mi hermano) dinero (a mi hermano), pero él nunca lo recibió.
- b. # Mi tía le dio (a mi hermano) dinero (a mi hermano), pero él nunca lo recibió.

Por fim, adotar a posição de que a CDO e a CDP têm significados diferentes significaria assumir que o sucesso de transferência é observado em todos os verbos que admitem a CDO. No entanto, apesar de os verbos que expressam posse no futuro poderem ocorrer na CDO do inglês, o sucesso da transferência na mudança de possuidor do Tema não é garantido (cf. (112)) (Rappaport-Hovav & Levin 2008). Novamente, o mesmo se aplica ao português e ao espanhol, independentemente da ordem de palavras e/ou da presença do clítico (cf. (113-114)).

(112)

- a. Max offered the victims help, but they refused his offer.
- b. Sarah promised Catherine her old car, but then gave it to her son instead.

(Rappaport-Hovav & Levin 2008: 146)

(113)

- a. A minha tia ofereceu (ao meu irmão) dinheiro (ao meu irmão), mas ele não o aceitou.
- b. A minha tia ofereceu-lhe (a ele) dinheiro (a ele), mas ele não o aceitou.

(114)

- a. Mi tía ofreció (a mi hermano) dinero (#a mi hermano), pero él lo rechazó.
- b. Mi tía le ofreció (a mi hermano) dinero (a mi hermano), pero él lo rechazó.

Assim, o português e o espanhol assemelham-se ao inglês, na medida em que não se verifica a existência de sucesso da transferência numa construção ditransitiva e não noutra. O (in)sucesso da transferência no inglês e nas línguas românicas não está dependente do evento expresso pela (alegada) CDO (*cause to have*) ou pela CDP (*cause to go to*) mas da (a)telicidade expressa pelo verbo que subcategoriza o OI. Nas palavras de Rappaport-Hovav & Levin (2008: 146), “the meaning inherent in the verb plays a critical role in determining the availability of this inference. (...) When successful transfer is entailed by a verb, the entailment appears in both the *to* and double object variants, while when a verb lacks this entailment, it is absent from both variants.” Também Cuervo (2003a: 84), na linha dos trabalhos precedentes desenvolvidos por Rappaport-Hovav & Levin, defende para o espanhol que “affectedness is not always part of the meaning of possessor datives (...). It is an indirect consequence of the lexical meaning of the verb”.

Em suma, verificámos que o significado expresso por cada verbo permite comprovar que a CDO e a CDP do inglês não têm significados distintos, ao mesmo tempo que tal análise contribui para a nossa argumentação contra a ideia de que o sucesso da transferência apenas é codificado na (alegada) CDO. As diferentes construções ditransitivas do português e do espanhol apresentam as mesmas propriedades léxico-semânticas. É o significado do verbo e não a ordem de palavras e/ou a presença do clítico que determina o sucesso da transferência supostamente implicado apenas na CDO. Na mesma ordem de ideias, é com base na proposta de Levin (2008) e Rappaport-Hovav & Levin (2002, 2008), apresentada para dar conta da possibilidade de alguns verbos ocorrerem apenas numa ou nas duas variantes da alternância dativa do inglês, que distinguiremos e caracterizaremos as construções ditransitivas nas línguas românicas em análise. Por conseguinte, em seguida, argumentaremos a favor da existência de CDPs nas línguas românicas.

3.4. As línguas românicas têm CDPs

3.4.1 (In)existência de movimento

Diferentes subclasses de verbos têm sido propostas na literatura para dar conta da alternância dativa no inglês, centrando a atenção sobretudo na possibilidade de a

expressão de transferência envolver mudança de posse ou movimento do objeto, a referida diferença entre os eventos *cause to have* e *cause to go* (cf. §3.3.3).⁴³

Porém, se seguisse essa análise, o verbo *give* ‘dar’ do inglês, uma vez que não envolve a noção de movimento, mas tão-somente implica a mudança de posse, ocorreria apenas na CDO, o que não se verifica (cf. (35), retomado em (115)).

(115)

- a. John gave a book to Mary.
- b. John gave Mary a book.

O mesmo se aplica a verbos como *spare* ‘poupar’ ou *deny* ‘negar/recusar’ que, para Larson (1988), ocorrem apenas na CDO. Krifka (2004) acrescenta que, por veicularem “prevenção de posse”, este tipo de verbos não envolve nenhum tipo de movimento e conseqüentemente não podem ocorrer na CDP (cf. (116)). Porém, dados de *corpora* de inglês atestam o contrário (cf. (117)).

(116)

- a. Ann denied Beth the icecream.
- b. ??Ann denied the icecream to Beth.

(Krifka 2004: 5)

⁴³ Um dos argumentos mais recorrentes na literatura em favor desta distinção baseia-se na estrutura das expressões idiomáticas do inglês. Harley (2002), e.o, considera que o facto de algumas expressões idiomáticas ocorrerem apenas numa das duas variantes da alternância dativa constitui prova de que estas não são semanticamente equivalentes (cf. (i)). Tal análise prediz a inexistência de expressões idiomáticas como as apresentadas em (i.a) e (i.b) na CDP e na CDO, respetivamente. No entanto, estas predições são invalidadas por dados de *corpora* apresentados por Rappaport-Hovav & Levin (2002, 2008) e Bresnan & Nikitina (2008). Especificamente, expressões idiomáticas com verbos do tipo *give* são atestadas igualmente na CDP (cf. (ii)).

(i)

- a. read x the riot act; lend x an ear; promise x the moon; etc.
- b. send x to the showers; send x to the devil; throw x to the wolves; etc.

(Rappaport-Hovav & Levin 2008: 152)

(ii)

- a. Mr. Major was set to read the riot act to ministers.
- b. Police lend an ear to the victims.
- c. You want to give a wide berth to political discussion.
- d. Gordie Gillespie still can give a piece of his mind to the umps. (*Ibidem*)

Harley (2002: 47) defende que as ocorrências de expressões idiomáticas supostamente associadas apenas à CDO na CDP devem ser interpretadas como “prosodically manipulated cases of well-behaved idioms”, dada a presença de um NP pesado. Porém, como fazem notar Rappaport-Hovav & Levin (2008: 53), a ocorrência de expressões idiomáticas com verbos do tipo *give* na CDP não envolve necessariamente um NP pesado, como mostram os enunciados em (ii.c-d). Para estas autoras, a influência do peso informacional do constituinte é apenas um dos fatores associados à possibilidade de as expressões idiomáticas poderem ocorrer tanto numa como noutra variante da alternância dativa.

(117)

- a. This arrangement *denies* natural light to the body of the spinal corridors.
- b. The soil is unkind and *denies to the cultivator* the means of life.

(<http://www.just-the-word.com/>)

Assim, com vista a dar conta da possibilidade de alguns verbos do inglês poderem ocorrer nas duas estratégias de realização do argumento dativo, Levin (2008) e Rappaport-Hovav & Levin (2002, 2008) propõem uma análise baseada no significado expresso por cada verbo. Readaptando a proposta de Jackendoff (1990),⁴⁴ as autoras sugerem que a tipologia a considerar para dar conta da alternância dativa do inglês passa pela distinção entre os verbos que apenas causam posse, por um lado, e aqueles que simultaneamente envolvem movimento e causam posse, por outro. Contrariamente aos trabalhos realizados anteriormente, os estudos de Levin (2008) e Rappaport-Hovav & Levin (2002, 2008) não associam o evento que causa a mudança de possuidor apenas à CDO. O primeiro grupo, a que chamam *core dative verbs*, ocorre na CDO e na CDP, selecionando um argumento com o papel temático de Recipiente. Por sua vez, o segundo grupo – *non-core dative verbs* – selecionam um argumento com o papel temático de Recipiente ou de Alvo, podendo assim ocorrer na CDO e na CDP, no primeiro caso, ou unicamente na CDP, no segundo. Pertencem à classe de verbos que apenas causam posse: (i) verbos que inerentemente expressam transferência de posse, tais como *give* ‘dar’, *lend* ‘emprestar’, *rent* ‘alugar’; (ii) verbos que expressam a posse no futuro, tais como *allow* ‘permitir’, *offer* ‘oferecer’, *promise* ‘prometer’; e (iii) verbos de comunicação, tais como *tell* ‘dizer’, *show* ‘mostrar’, *ask* ‘perguntar’. Por sua vez, pertencem à classe dos verbos que simultaneamente envolvem movimento e causam posse: (i) verbos que expressam o acto de enviar, como *send* ‘enviar’, *ship* ‘expedir’; (ii) verbos de movimento balístico, como *throw* ‘atirar’; (iii) verbos de movimento direcionado como *bring* ‘levar’ ou *take* ‘trazer’; e (iv) verbos de instrumentos de comunicação, como *telephone* ‘telefonar’. Também Berlinck (1996) e Torres Morais & Berlinck (2007), sobre o português, distinguem verbos de transferência material ou transferência verbal/percetual de verbos que, além da noção de transferência, envolvem movimento, embora não extraíam daí conclusões para as suas análises.

⁴⁴ Rappaport-Hovav & Levin (2008) enunciam dois aspetos que distinguem a sua análise da de Jackendoff (1990): a) a representação semântica da mudança de possuidor do Tema não envolve um caminho (*path*); b) os verbos que ocorrem nas duas variantes da alternância dativa correspondem a uma única entrada semântica, não expressando, por isso, significados distintos.

Rappaport-Hovav & Levin (2008) propõem como protótipo da classe dos *core dative verbs* o verbo *give* ‘dar’ e da classe dos *non-core dative verbs* os verbos *throw* ‘atirar’ e *send* ‘enviar’. Os últimos distinguem-se entre si por apenas os do tipo *throw* ‘atirar’ especificarem o modo segundo o qual é operado o movimento de transferência (verbos de modo de movimento). Rappaport-Hovav & Levin (2008) apresentam vários argumentos em favor da sua análise, os quais retomamos em comparação com os dados do PE.

Rappaport-Hovav & Levin (2008: 133) argumentam contra a existência de movimento em complementos do verbo *give* ‘dar’, apesar de este ocorrer na variante CDP. Note-se que um dos principais argumentos a favor da associação da CDP a um evento que expressa movimento é o uso da preposição *to* ‘para’, homófona daquela que ocorre igualmente em predicados de verbos de movimento, como *go* ‘ir’ ou *turn* ‘voltar’. Porém, de acordo com esta análise, a ocorrência da preposição *to* na CDP não altera a semântica dos verbos que com ela coocorrem.

Um dos argumentos apresentados por Rappaport-Hovav & Levin (2008) a favor da inexistência de movimento na CDP, não obstante a presença da preposição *to*, é o facto de o constituinte subcategorizado por verbos do tipo *give* ‘dar’ poder ser questionado apenas pelo morfema-Q *to whom* ‘a/para quem’ (cf. (118)). Distintamente, o argumento de verbos do tipo *throw* ‘atirar’ e *send* ‘enviar’ pode ser questionado tanto pelo morfema-Q *to whom*, como pelo morfema-Q *where* ‘onde’ (cf. (119-120)).⁴⁵

(118)

- a. To whom did you give the ball?
- b. *Where did you give the ball?

(119)

- a. To whom did you throw the ball? To my brother.
- b. To whom did you send the package? To my brother.

⁴⁵ Rappaport-Hovav & Levin (2008) acrescentam ainda que a existência de contextos em que o próprio verbo *give* ‘dar’ funciona como a Fonte (e o Tema não existia antes do evento) constituem um argumento contra as análises que consideram que os eventos por este expressos envolvem um *path* (de um possuidor para outro) (cf. (i)).

- (i) a) Give a fresh coat of paint to the front door.
- b) One of the Jewish children is a spunky girl, who gave a black eye to the kid with the German roots before the start of the war.

(Rappaport-Hovav & Levin 2008:139)

(120)

- a. Where did you throw the ball? To third base.
- b. Where did you send the bicycle? To Rome.

(Rappaport-Hovav & Levin 2008: 137)

Recorde-se que, para Larson (1988), a preposição que ocorre na CDP com verbos do tipo *give* não é da mesma natureza daquela que ocorre nas CDP com verbos do tipo *donate*. Segundo o autor, com a primeira classe de verbos, a preposição *to* é reduzida a marcador de Caso; com a segunda, é uma verdadeira preposição responsável pela atribuição do papel temático Alvo. Na verdade, como aponta Levinson (2005), o facto de o verbo *donate* ‘doar’ apresentar o mesmo comportamento no teste com interrogativas-Q que os verbos do tipo *send/throw* é considerado pela autora um diagnóstico decisivo para a inclusão deste verbo no grupo dos *non-core dative verbs*. Porém, se em contextos como o de (121.a), a preposição *to* é direcional, em contextos como o de (121.b), a preposição *to* é funcional, à semelhança da que ocorre com *core dative verbs*.

(121)

- a. Where did John donate ten dollars?
John donated ten dollars to the ASPCA. / *John donated ASPCA ten dollars.
- b. Who did John donate ten dollars to?
John donated ten dollars to Kerry. / John donated Kerry ten dollars.

(adaptado de Levinson 2005: 3-4)

Larson (2014: 47), recupera essa distinção e, seguindo Rappaport-Hovav & Levin (2008), conclui que “dative alternations [in English] involve not merely alternation in verbal properties, but concomitant alternation in prepositional features as well. Constructions encoding caused motion deploy an allative [or directional] P, whereas those encoding caused possession employ a special dative P”.

Tal como no inglês, no PE, tanto o argumento subcategorizado por verbos do tipo *dar* como por verbos do tipo *atirar/enviar* pode ser questionado pelo morfema-Q *a quem* (cf. (122-123)).

(122)

- a. - A quem é que deste/ofereceste/emprestaste a bola?
- Dei-a/ofereci-a/emprestei-a ao meu irmão.
- b. *Aonde/onde é que deste/ofereceste/emprestaste a bola?

(123)

- a. A quem é que atiraste a bola? Atirei-a ao meu irmão.
- b. A quem é que enviaste o embrulho? Enviei-o ao meu irmão.

Porém, muito embora os chamados *non-core dative verbs* possam ser igualmente questionados pelo morfema-Q *onde*, nesse caso, como no inglês, o constituinte por estes subcategorizado não pode ser entendido como um Recipiente, mas tão-somente como um Alvo (cf. (124-125)).

(124)

- a. #Aonde é que atiraste os papéis? Atirei-os ao chão.
- b. Aonde é que enviaste o mensageiro? Enviei-o a Lisboa.

(125)

- a. Para onde é que atiraste os papéis? Atirei-os para o chão.
- b. Para onde é que enviaste o mensageiro? Enviei-o para Lisboa.

Além disso, note-se que, no português, enquanto com o verbo *enviar* não parece haver uma distinção na aceitabilidade da preposição *a* ou *para*, os enunciados com o verbo *atirar* parecem ser claramente mais aceitáveis se usada a preposição *para*. A impossibilidade de alguns verbos de movimento do português poderem ocorrer com PPs introduzidos por *a*, não deixando por isso de denotar mudança de localização, foi igualmente observada por Amaro (2007, 2009). De acordo com a autora, “the distribution of goal denoting PPs introduced by *a* is conditioned by the type of movement event denoted by the verb (manner of motion vs. directed motion), but also by Aktionsart properties and other use factors (some manner of motion denoting verbs occur with these PPs, others do not) (Amaro 2009: 251). Na verdade, os verbos *atirar* e *enviar*, não obstante pertencerem à classe dos verbos de movimento, distinguem-se por

o primeiro ser um verbo de modo de movimento e o segundo um verbo de movimento direcionado.

A mesma distinção entre duas classes de verbos dativos e duas preposições homófonas é notada por Ormazabal & Romero (2010b) sobre o espanhol. Nesta língua, como no português, a preposição *a* introduz o argumento dativo, independentemente de o verbo que o subcategoriza veicular apenas transferência de posse ou igualmente movimento do Tema. Em suma, no português (e no espanhol), os *non-core dative verbs* parecem poder subcategorizar tanto um argumento dativo com o papel temático de Recipiente, questionável por *quem*, como um oblíquo com o papel temático de Alvo, introduzido por *a* ou *para*, questionável por *onde*.⁴⁶

A comparação entre os dados do inglês e os das línguas românicas tem como objetivo mostrar que, não obstante as diferenças a nível do sistema de marcação Casual, estas línguas se assemelham no sentido em que exibem duas CDPs, introduzidas por duas preposições homónimas *a* 'to': (i) uma preposição meramente funcional que ocorre com *core* e *non core dative verbs*; e (ii) uma preposição direcional que ocorre exclusivamente com *non core dative verbs*. Em §3.4.4, esta questão será discutida com maior detalhe.

3.4.2 Animacidade

Um segundo critério para a distinção entre *core dative verbs* e *non-core dative verbs* está relacionado com a animacidade do OI. Segundo Rappaport-Hovav & Levin (2008), com os primeiros, a CDP é possível apenas com OIs com o traço [+ANIM], enquanto com os segundos, a CDP pode ocorrer igualmente com OIs com o traço [±ANIM], (cf. (126.a) vs. (126.b-c)).

⁴⁶ É certo que o português exhibe igualmente contextos em que o morfema-Q *quem* é introduzido pela preposição *para* (cf. (i)).

(i) - Para quem é que enviaste o livro?
- Enviei o livro [à Maria]_{OI} [para o Pedro]_{OBL}.

No entanto, o constituinte introduzido por *para* apenas pode ser concebido como o Beneficiário. Neste caso, o constituinte encabeçado por *para* é um verdadeiro PP oblíquo e não um OI (cf. A. Gonçalves & Paiva Raposo 2013: 1176-1180, sobre o estatuto do constituinte com o papel temático de Beneficiário introduzido por *para*).

(126)

- a. I gave the package to Mary/*London.
- b. I sent the package to Mary/London.
- c. I threw the ball to Mary/the other side of the field.

(Rappaport-Hovav & Levin 2008: 138)

Em contraste com o inglês, tanto os *core dative verbs* como os *non-core dative verbs* do PE podem subcategorizar um OI com o traço [\pm ANIM].

(127)

- a. O João deu um livro à Maria/à biblioteca.
- b. O João atirou a bola ao irmão/à parede.
- c. O João enviou o livro à Maria.
- d. O tribunal enviou o arguido a Lisboa.

Porém, os resultados de uma pesquisa no *Corpus* de Referência do Português Contemporâneo (CRPC) pelo verbo *atirar* mostram que, quando este verbo subcategoriza um PP, encabeçado por *a* ou *para*, o argumento é tipicamente [-ANIM] (cf. (128.a-b)). Por outro lado, quando o constituinte apresenta o traço [+ANIM], este é exclusivamente introduzido por *a* (cf. (128.c-d)).

(128)

- a. Falência de têxtil de Castelo Branco atira 170 trabalhadores *para o desemprego*.
- b. Nesse dia, cerca de noventa cidadãos de Boston (...) assaltaram os navios e atiraram *ao mar* a valiosa carga.
- c. Alguns jovens palestinianos atiraram pedras *a um grupo de polícias que se encontrava perto da Mesquita*.
- d. O secretário-geral da CGTP atirou críticas *a praticamente todos os ministros do Executivo do PSD-PP*.⁴⁷

(<http://alfclul.clul.ul.pt/CQPweb/crpcweb23/index.php?thisQ=restrict&uT=y>)

⁴⁷ Note-se, porém, que, neste caso, a combinação do verbo *atirar* com o nome *críticas* funciona como um predicado complexo do tipo <verbo leve+nome deverbal> (atirar críticas = criticar) (cf. (§3.4.3, para argumentos a favor de que um OI selecionado por predicados complexos tem o mesmo comportamento que um OI selecionado pelo verbo pleno).

Estes dados corroboram a possibilidade de, no português, verbos como *atirar* selecionarem tanto um Recipiente [+ANIM], introduzido pela preposição *a*, como um Alvo [-ANIM], introduzido pela preposição *a* ou *para*.

A mesma restrição de animacidade observada em (129.a) para as CDP do inglês tem sido igualmente apontada para a CDO (e.g. Pinker 1989; Jackendoff 1990; Harley 2002; Krifka 1999, 2004; entre outros). Os autores consideram, relativamente a (129.b), que, se um sujeito enviar um embrulho para Londres, não podemos dizer que o destinatário o tem, efetivamente, na sua posse, a menos que Londres seja o nome da organização para onde esse foi enviado, composta por elementos com o traço [+ANIM].

(129)

- a. Ann sent Beth a package.
- b. *Ann sent London a package.

(Krifka 1999: 2)

De facto, associada à proposta de que a CDO e a CDP têm significados distintos está a assunção de que o constituinte com o papel temático de Recipiente apresenta o traço [+ANIM]. Os proponentes dessa análise estabeleceram uma associação não só entre a CDO e um OI possuidor, como também entre este e o traço de animacidade do OI. Nesta ordem de ideias, Demonte (1995: 12) refere, para o espanhol, que a marginalidade de (130.b) se deve ao facto de o OI não poder ser classificado como um verdadeiro possuidor: “the potential possessor either lacks reference or is abstract”.

(130)

- a. Le regalé un libro a cada uno de los asistentes.
- b. (??Le) regalé/doné un libro a la biblioteca.

(Demonte 1995: 12)

No entanto, para Cuervo (2003) e Pineda (2012, 2013, 2014, 2016) tal contraste de aceitabilidade não existe; (130.a-b) são igualmente gramaticais. Pineda acrescenta inclusivamente que a (suposta) CDO do espanhol é possível mesmo em contextos, como os de (131), em que o OI apenas pode ser metaforicamente interpretado como um possuidor.

(131)

El presidente les ofreció las oraciones elegidas a los soldados muertos.

(Pineda 2013: 203)

O mesmo se aplica ao português; como vimos, o OI pode apresentar o traço [±ANIM] (cf. (127) e discussão associada).⁴⁸ Porém, na verdade, a aceitabilidade de enunciados com OI com o traço [-ANIM] no português melhora claramente se, em vez de verbos plenos, forem considerados predicados complexos introduzidos por verbos leves, como *dar* ou *fazer*, seguidos de nome deverbal (cf. (132)). Os exemplos seguintes mostram que, neste caso, prevalecem as propriedades do nome deverbal (é o próprio nome deverbal a selecionar o OI), enquanto em (127) o OI é subcategorizado pelo verbo pleno.

(132)

- a. O João *deu um empurrão* à porta/ao irmão.
- b. A Maria *fez uma visita* ao seu antigo local de trabalho/à família.

Veja-se que, se os predicados complexos de (132) forem parafraseados pelos verbos plenos correspondentes, os enunciados correspondentes são gramaticais (cf. (133)).

(133)

- a. O João *empurrou* a porta/o irmão.
- b. A Maria *visitou* o seu antigo local de trabalho/a família.

No tratamento das construções ditransitivas, tem sido feita uma distinção entre dativos argumentais e não argumentais. Porém, com o contraste entre verbos plenos e verbos leves ora apresentado não pretendemos defender, como Brito (2009), que o OI de predicados complexos não é um dativo verdadeiro. De acordo com a autora, os argumentos com o papel de Recipiente, dependentes de verbos de transferência física/mental, de que *dar* é o exemplo clássico, constituem verdadeiros argumentos, uma vez que mesmo quando não têm o OI expresso é necessário interpretá-lo. Por sua vez,

⁴⁸ Em enunciados como “O João deu um livro *à biblioteca*” (cf. (131.a)) ou “O ministro disse a verdade *à imprensa*”, o OI tem o traço [+ANIM], assumindo-se que constitui uma instituição composta por elementos com o traço [+ANIM].

os argumentos de verbos leves como *dar* ou *fazer*, à semelhança de argumentos de verbos como *pôr*, *colocar*, *construir*, *preparar* ou *cortar*, constituem dativos não argumentais, uma vez que a interpretação do OI não é necessária. Na secção seguinte, argumentaremos a favor de que, independentemente do contraste de animacidade acima apontado, os complementos de predicados complexos introduzidos por verbos leves, como *dar* ou *fazer*, constituem verdadeiros dativos, equivalentes aos subcategorizados por verbos plenos.

3.4.3 Verbos plenos vs. verbos leves

Como referimos anteriormente, no PE, o OI pode ser selecionado por predicados complexos introduzidos por verbos leves, como *dar* ou *fazer*, seguidos de nome deverbal. Duarte, Gonçalves & Miguel (2006), Duarte *et al.* (2009) e A. Gonçalves *et al.* (2009) mostram que os verbos leves constituem uma classe de verbos que se relaciona semanticamente com os verbos plenos correspondentes, apresentando a mesma forma morfofonológica, desprovida de parte do seu sentido básico, que, por isso mesmo, não funciona, por si só, como predicador verbal. Os mais comuns no PE são os verbos *dar*, *fazer* e *ter*, sendo que os dois primeiros podem selecionar um constituinte nominal e com ele formar um predicado complexo (verbo leve + constituinte nominal) (cf. (132), repetido em (134)).⁴⁹

(134)

- a. O João *deu um empurrão* à porta/ao irmão.
- b. A Maria *fez uma visita* ao seu antigo local de trabalho/à família.

De acordo com os estudos supracitados sobre o tema, realizados para o PE, os critérios para a caracterização dos predicados compostos por um verbo leve e um nome deverbal passam pela:

⁴⁹ Cf. Batoréo (1996/2000) sobre predicados complexos formados por outros verbos leves, como *apanhar* ou *tornar* + NP/AdjP/PP.

- (i) *apanhar uma bebedeira*
- (ii) *tornar x rentável*

(i) possibilidade de a sequência ser parafraseada pelo verbo pleno correspondente (cf. (135-136)).

(135)

- a. Os deputados da oposição *deram uma contribuição* para o debate.
- b. Os deputados da oposição *contribuíram* para o debate.

(136)

- a. O primeiro-ministro *fez uma apresentação* da nova lei no Parlamento.
- b. O primeiro-ministro *apresentou* a nova lei no Parlamento.

(Duarte *et al.* 2009: 2-3)

(ii) preservação da estrutura argumental do verbo pleno correspondente (cf. (137-138), cujo contraste entre as alíneas a) e b) mostra que, em ambas, o verbo *dar* seleciona três argumentos e o verbo *fazer* dois).

(137)

- a. O Pedro *deu uma gravata ao pai*.
- b. O Pedro *deu um abraço ao pai*.

(A. Gonçalves *et al.* 2009: 452)

(138)

- a. O Pedro *fez uma casa enorme*.
- b. O Pedro *fez um sorriso triste*.

(*Ibidem*)

(iii) imposição de restrições semânticas ao sujeito: a gramaticalidade dos enunciados com o verbo leve *dar* está dependente de o sujeito apresentar o traço [+HUM] (cf. (139.a) vs. (139.b)) ou de constituir uma entidade composta/originada por elementos com o traço [+HUM] (cf. (139.c)), bem como o papel temático de agente.

(139)

- a. O João deu um empurrão ao carro que estava estacionado.
- b. *A chuva deu um empurrão ao carro que estava estacionado.
- c. A crise deu um novo impulso às negociações comerciais.

(A. Gonçalves *et al.* 2009: 453)

(iv) sensibilidade às propriedades aspetuais do nome. A. Gonçalves *et al.* (2009) propõem que os verbos leves diferem dos verbos plenos por se encontrarem subespecificados para alguns traços aspetuais (cf. (140)).

(140)

- a. fazer: [+dinâmico], [±mudança], [±causa], [±durativo], [-instant]
- b. dar: [+dinâmico], [±mudança], [±causa], [±durativo], [±instant]
- c. ter: [± dinâmico], [± mudança], [± causa], [± durativo], [±instant]

Muito embora Brito (2009) proponha uma distinção entre dativos argumentais e não argumentais, defendendo que os argumentos de predicados complexos introduzidos por verbos leves não constituem verdadeiros dativos, consideramos que os argumentos apresentados por Duarte, Gonçalves & Miguel (2006), Duarte *et al.* (2009) e A. Gonçalves *et al.* (2009), acima referidos, são suficientes para reconhecer que um OI selecionado pelo predicado complexo *dar/fazer* + nome deverbal tem o mesmo comportamento que um OI selecionado pelo verbo pleno.

Além disso, os OIs subcategorizados por verbos plenos e por verbos leves apresentam inclusivamente o mesmo comportamento em resposta aos testes aplicados por Brito (2009) em favor da distinção entre dativos argumentais/não argumentais. De acordo com a autora, argumentos verdadeiros não participam facilmente numa pergunta com *fazer*, tendo como resposta o verbo e o argumento interno OD. No nosso entender, o nível de aceitabilidade de (141.a), com um verbo pleno (*dar*), e de (141.b), com um verbo leve+nome deverbal (*dar um conselho = aconselhar*) é o mesmo. A gramaticalidade dos enunciados depende da presença do clítico na resposta à pergunta com *fazer*.

(141)

- a. O que é que o João fez ao Pedro? Deu *(-lhe) um CD.
- b. O que é que o João fez ao Pedro? Deu *(-lhe) um conselho.

Por sua vez, com verbos como *construir*, *colocar* ou *preparar*, o teste funciona em sentido contrário, *i.e.*, mostra que o dativo subcategorizado por estes verbos não é argumental, podendo participar facilmente numa pergunta como *fazer*, tendo como resposta o verbo e o argumento interno OD (com opcionalidade do OI).

(142)

- a. O que é que o pai fez à filha? Construiu (-lhe) uma casa.
- b. O que é que a mãe fez à filha? Preparou (-lhe) o jantar.
- c. O que é que a costureira fez à dona da casa? Colocou (-lhe) as cortinas.

Do mesmo modo, segundo Brito (2009), apenas são possíveis nominalizações a partir de verbos que selecionam dativos argumentais/verdadeiros. Observa-se o contraste entre verbos como *dar*, por um lado (cf. (143-144)), e verbos como *construir*, por outro (cf. (145)). Uma vez mais, não parece haver distinção entre verbos plenos e verbos leves.

(143)

- a. O pai deu uma casa excelente à filha.
- b. A dádiva de uma casa excelente à filha ajudou-a muito.

(144)

- a. O pai deu um conselho precioso à filha.
- b. A dádiva de um conselho precioso à filha ajudou-a muito.

(145)

- a. O pai construiu uma casa grande à filha.
- b. ?A construção da casa grande à filha ajudou-a muito.

Um último argumento que pode ser usado a favor de que o dativo subcategorizado por verbos plenos e por verbos leves tem o mesmo estatuto argumental

é o teste dos participios (e.g. Fernández-Ordóñez 1999: 1886). De acordo com Fernández-Ordóñez (sobre o espanhol), a prova dos participios é talvez a mais universal entre todas: apenas os participios de verbos que subcategorizem dativos argumentais podem ser construídos com um OI com forma <a+NP>. Assim, se os contrastes de gramaticalidade acima podem eventualmente levantar dúvidas, a distinção entre (146-147) e (148) reforça não só a inexistência de diferença entre dativos de verbos plenos e de verbos leves, como também a distinção entre dativos argumentais/não argumentais.

(146)

- a. O pai deu uma casa à filha.
- b. A casa dada à filha (pelo pai fica em Lisboa).

(147)

- a. O pai deu um conselho à filha.
- b. O conselho dado à filha (pelo pai ajudou-a muito).

(148)

- a. O pai construiu uma casa à filha.
- b. *A casa construída à filha (pelo pai fica em Lisboa).⁵⁰

Em suma, consideramos que as construções ditransitivas que envolvem um predicado complexo formado por um verbo leve e um nome deverbal têm a mesma estrutura que as que envolvem um verbo pleno e que tanto umas como outras se caracterizam pelo facto de o argumento dativo ser introduzido pela preposição *a*. Na secção seguinte, discutiremos a existência de duas preposições homófonas em português (e em inglês), as quais podem introduzir Recipientes e Alvos, respetivamente.

⁵⁰ O enunciado em (148.b) seria gramatical com o OI na forma <para+NP> numa interpretação de Beneficiário.

(i) A casa construída para a filha (pelo pai fica em Lisboa).

3.4.4 Preposição *a* funcional vs. preposição *a* direcional

A proposta de que as construções com a ordem V OI OD / V Cl_{dat} OD correspondem a CDOs, distintamente das construções com a ordem V OD OI que correspondem a CDPs, como apresentada por Torres Morais (2006), na linha dos trabalhos de Demonte (1995) e de Cuervo (2003a, 2003b), significaria assumir que o português (e o espanhol) têm duas preposições diferentes, ou, pelo menos, preposições com diferentes estatutos, a ocorrer no argumento dativo: uma preposição defetiva, com a mera função de atribuir Caso, que ocorreria na (alegada) CDO, e uma verdadeira preposição que ocorreria na CDP.

De facto, para Torres Morais (2006: 253), na CDP, “o OI é um sintagma preposicionado introduzido por uma preposição lexical, *a, de, para*, que contribui para o sentido direcional ou locativo” (cf. (149-151.a)), enquanto, na CDO, “o argumento dativo se realiza como um item lexical (*a*-DP) ou como um clítico dativo de 3.^a pessoa, *lhe, lhes*” (cf. (149-151.b)).⁵¹

(149)

- a. O José enviou uma carta *ao Banco/para Lisboa/*enviou-lhe* uma carta.⁵²
- b. O José enviou uma carta *à Maria / enviou-lhe* uma carta.

(adaptado de Torres Morais 2006: 253)

⁵¹ Dados equivalentes aos apresentados por Torres Morais (2006) tinham sido anteriormente dados para o espanhol por Cuervo (2003.a) (cf. (i-iii)). Do mesmo modo, para esta autora, “*a* in a (clitic-doubled) dative is a case marker, while it is a contentful preposition when it provides a directional meaning” (*Idem*: 43).

(i)

- a. Pablo mandó un diccionario *a Gabi / a Barcelona*.
- b. Pablo (*le*) mandó un diccionario *a Gabi*.
- c. Pablo (**le*) mandó un diccionario *a Barcelona*.

(ii)

- a. Pablo lavó la bicicleta *de Andreína*.
- b. Pablo **(le)* lavó la bicicleta *a Andreína*.

(iii)

- a. Pablo cocinó una torta *para Andreína*.
- b. Pablo **(le)* cocinó una torta *a Andreína*. (Cuervo 2003a: 46, 51)

Distintamente de dativos com o papel temático de Recipiente, a presença do clítico não é opcional com dativos de posse ou beneficiários (cf. (i.b) vs. (ii-iii.b)). Além disso, o redobro do clítico apenas opera quando o constituinte tem o traço [+ANIM] (cf. (i.c)).

⁵² Torres Morais (2006: 253) equipara o constituinte destacado em (i.a) aos enunciados apresentados em (149.a), referindo, no entanto, que tal só é gramatical em português numa interpretação como a de (i.b), concluindo que “a preposição *a* locativa é uma verdadeira preposição nas ditransitivas preposicionadas e [que se] alinha à preposição *para*.”

(i)

- a. O João enviou uma carta *para a Maria*.
- b. O João enviou uma carta [*ao João*] [*para a Maria*].

(150)

- a. O José roubou o relógio *do Pedro*.
- b. O José roubou o relógio *ao Pedro* / roubou-*lhe* o relógio.

(*Ibidem*)

(151)

- a. O José fez um jantar *para a Maria*.
- b. O José fez um jantar *à Maria* / fez-*lhe* um jantar.

(*Ibidem*)

Note-se, porém, que, ao passo que em (150.a-b) e (151.a-b) são destacados constituintes com as mesmas propriedades, dativos de posse e beneficiários, respetivamente, em (149.a-b) são colocados num mesmo par constituintes com diferentes papéis temáticos, designadamente Alvo e Recipiente. Como faz notar Brito (2009: 145), em enunciados como “O José enviou uma carta ao banco”, a interpretação de “ao banco” como um Recipiente (e não um Alvo) apenas é gramatical numa leitura em que “banco” significa por metonímia uma organização para onde “a carta” foi enviada, composta por elementos com o traço [+ANIM]. A agramaticalidade da cliticização por *lhe* evidencia que, na interpretação de Torres Morais (2006), “ao banco” é entendida como um Alvo.

Por outro lado, a distinção estabelecida por Torres Morais entre (150-151), tendo em conta o estatuto da preposição que introduz o dativo, parece ignorar que, como referem Miguel, Gonçalves & Duarte (2011: 390), “os dativos de posse e os benefactivos [/beneficiários se] caracterizam (...) por poderem realizar-se como PPs. No primeiro caso, são introduzidos pelas preposições *de* ou *a*; (...) no segundo caso, são introduzidos por *a* e, em alguns contextos, por *para*. (...) Ambos os constituintes podem ainda realizar-se como clíticos.”

De acordo com a análise clássica desenvolvida por Duarte (1987), e retomada em trabalhos subsequentes sobre o OI no PE (e.g. P. Gonçalves 1991; Torres Morais & Berlinck 2007; Brito 2009), o argumento dativo com o papel temático de Recipiente com verbos do tipo *dar* em português é um NP encabeçado pela preposição *a*, cuja natureza é meramente funcional. Tal é válido, independentemente da ordem dos constituintes:

(i) o clítico dativo *lhe* não substitui complementos preposicionais, mesmo que introduzidos por *a*; apenas substitui o constituinte com a relação gramatical de OI (cf. (152-153) vs. (154)).

(152)

- a. Pensei muito *neles*.
- b. *Pensei-*lhes* muito.

(Duarte 1987: 166)

(153)

- a. Eles assistiram *ao espetáculo*.
- b. *Eles assistiram-*lhe*.

(P. Gonçalves 1991: 104)

(154)

- a. O João deu (*à Maria*) um livro (*à Maria*).
- b. O João deu-*lhe* um livro.

(ii) o OI pode ser controlador de PRO, por oposição a um verdadeiro PP, cujo núcleo é uma preposição plena (cf. (155.a) vs. (155.b)).

(155)

- a. Permitiram *ao João*_i PRO_i apresentar o trabalho mais tarde.
- b. Combinei *com o João*_i PRO_{*i/j} ir ao cinema.

(Duarte 1987: 166)

(iii) a presença da preposição *a* é indispensável em cada membro dos constituintes OI coordenados, independentemente de esta ser contraída ou não com o determinante (cf. (156)).⁵³ O mesmo é válido nas duas ordens de palavras (cf. (157)).

⁵³ O mesmo havia sido proposto para o francês. De acordo com o teste de coordenação, a preposição *a* apenas pode ser omitida no segundo membro de PPs coordenados (e.g. Vergnaud 1974) (cf. (i)).

(iii)

- a. Ils se son assis *sur la table et les chaises*.
- b. *Ils ont acheté cette maison *à Marie et le directeur*.

(156)

- a. O João deu um livro *ao amigo e *(à) amiga*.
- b. O João deu um livro *a um amigo e *(a) uma amiga*.

(157)

- a. O João deu *ao amigo e *(à) amiga* um livro.
- b. O João deu *a um amigo e *(a) uma amiga* um livro.

Veja-se, no entanto, que, na presença de *bare nouns* tanto no singular como no plural (cf. (158)), a omissão da preposição é permitida, uma vez que a preposição tem escopo sobre todo o DP. Uma vez mais, o mesmo é válido nas duas ordens de palavras (cf. (159)).

(158)

- a. O João deu (os) livros *a crianças e (a) velhos*.
- b. Os professores deram mais importância *a Camões e (a) Pessoa*.

(159)

- a. O João deu *a crianças e (a) velhos* os livros que comprou na feira.
- b. Os professores deram *a Camões e (a) Pessoa* uma importância com que os alunos não contavam.

Por sua vez, a coordenação de constituintes preposicionados omitindo a preposição (Duarte 1987: 167) só é possível se o constituinte for *bare* (Brito 2008) ou se, na presença e um determinante, a preposição não for contraída com o determinante (cf. (160-161)).⁵⁴

(160)

- a. Pensei *em férias e (em) viagens* a semana inteira.
- b. Fui *a exposições e (a) concertos* a semana inteira.

(161)

- a. Pensei *no Pedro e *(em) o Luís* a semana inteira.
- b. Fui *ao cinema e *(a) o teatro* na semana passada.
- c. Conversei *com a Maria e (com) a Joana* a tarde inteira.
- d. Isso contribuiu *para o crescimento e (para) a consolidação da empresa*.

(iv) a impossibilidade de no redobro se usar a preposição *para* (cf. (162)) mostra que apenas NPs podem formar uma cadeia com os clíticos.

⁵⁴ Segundo Jaeggli (1982), no espanhol, distintamente do francês (cf. nota de rodapé anterior), a preposição *a* pode ser omitida no segundo membro coordenado (cf. (i.a)), o que tem constituído um argumento a favor de que no espanhol, distintamente do português (do francês e do italiano), o argumento dativo é um PP. Veja-se, no entanto, que, como observado por Cuervo (2003: 40), esse enunciado é agramatical se os NPs que compõem o argumento dativo forem invertidos (cf. (ii.b)). Segundo a autora, tal é possível apenas quando um mesmo Tema é partilhado pelos dois Recipientes. Quando tal partilha é pragmaticamente agramatical, a presença da preposição *a* é requerida (cf. (ii)).

(i)

- a. Les compraron una casa *a María y el director*.
- b. *Les compraron una casa *al director y María*. (Cuervo 2003: 40)

(ii)

- Pablo (les) dió un beso *a Valeria y *(a) la hija*. (Idem: 41)

Neste sentido, se, por um lado, é certo que nesta língua, distintamente do português e do francês, a preposição *a* pode ser omitida no segundo membro coordenado, independentemente da presença do clítico e da especificidade do constituinte (cf. (iii.a-b)), por outro lado, tal é gramatical apenas quando a preposição *a* não é contraída com o artigo *e/ou* o Tema é partilhado pelos dois Recipientes.

(iii)

- a. (Les) dieron (los) caramelos *a María y (a) Pedro*.
- b. (Les) dieron (los) caramelos *a niños y (a) niñas*.

Estes dados constituem para Cuervo (2003.a) evidência de que, distintamente do assumido na literatura, o argumento dativo do espanhol é um NP e não um verdadeiro PP, a menos que seja subcategorizado por verbos que simultaneamente codificam transferência de posse e envolvem movimento: “*a* in a (clitic-doubled) dative is a Case marker, while it is a contentful preposition when it provides a direcional meaning” (Idem: 43).

(162)

- a. Dei-*lhe*_i o livro *a* *ela*_i.
- b. *Dei-*lhe*_i o livro *para* *ela*_i.

(Torres Morais & Berlinck 2007: 13)

Os dados apresentados mostram que o argumento dativo de *core dative verbs* no PE, apesar de aparentemente ser um PP tem propriedades de NP; a preposição *a* tem um estatuto meramente funcional, não se comportando como uma verdadeira preposição, independentemente de o OI ocorrer (ou não) adjacente ao verbo.⁵⁵

O mesmo é válido para verbos do tipo *enviar/atirar* que, além de veicularem transferência de posse, envolvem movimento, quando subcategorizam um Alvo [+ANIM], o qual é interpretado como um Recipiente. Na verdade, se recuperados os dados do CRPC apresentados em (128), e repetidos em (163), verifica-se que apenas os constituintes em itálico nas alíneas (c-d) podem ser substituídos pelo clítico dativo *lhe(s)* (cf. (164.a-b) vs. (164.c-d)).

(163)

- a. Falência de têxtil de Castelo Branco atira 170 trabalhadores *para o desemprego*.
- b. Nesse dia, cerca de noventa cidadãos de Boston (...) assaltaram os navios e atiraram *ao mar* a valiosa carga.
- c. Alguns jovens palestinos atiraram pedras *a um grupo de polícias que se encontrava perto da Mesquita*.
- d. O secretário-geral da CGTP atirou críticas *a praticamente todos os ministros do Executivo do PSD-PP*.

⁵⁵ Além disso, veja-se que, mesmo com verbos de dois lugares com argumento interno OI (*core dative verbs* de comunicação, na terminologia de Rappaport-Hovav & Levin 2008 (cf. §3.4.1)), numa situação em que o verbo estaria disponível para atribuir Caso ao OI, a gramaticalidade de enunciados com essa classe de verbos, depende da presença da preposição *a* (cf. (i)) (e.g. P. Gonçalves 1991, 2002). Este facto tem sido usado na literatura para justificar a impossibilidade de o verbo atribuir Caso ao argumento dativo e de, para tal, necessitar da presença da preposição *a*.

(i)

- a. A rapariga telefonou a um amigo.
- b. *A rapariga telefonou um amigo.

(P. Gonçalves 1991: 106-108)

(164)

- a. *Falência de têxtil de Castelo Branco atira-*lhe* 170 trabalhadores.
- b. *Nesse dia, cerca de noventa cidadãos de Boston (...) assaltaram os navios e atiraram-*lhe* a valiosa carga.
- c. Alguns jovens palestínianos atiraram-*lhe* pedras.
- d. O secretário-geral da CGTP atirou-*lhes* críticas.

Por outro lado, apenas os constituintes em itálico em (163.a.b) podem ser substituídos por um advérbio locativo como *lá*, introduzido por *para* (cf. (165.a-b) vs. (165.c-d)).

(165)

- a. Falência de têxtil de Castelo Branco atira 170 trabalhadores *para lá*.
- b. Nesse dia, cerca de noventa cidadãos de Boston (...) assaltaram os navios e atiraram *para lá* a valiosa carga.
- c. *Alguns jovens palestínianos atiraram pedras *para lá*.
- d. *O secretário-geral da CGTP atirou críticas *para lá*.

No que respeita ao teste da coordenação, os Recipientes subcategorizados por *non-core dative verbs* exibem um comportamento semelhante ao de argumentos de *core dative verbs*, ou seja, a presença da preposição *a* é indispensável em cada membro dos constituintes OI coordenados, independentemente de esta ser contraída ou não com o determinante (cf. (166)). A agramaticalidade é reduzida apenas na presença de *bare nouns* (cf. (167)).

(166)

- a. A Maria enviou uma carta *ao amigo* e *(à) *amiga*.
- b. O João atirou uma bola *a um amigo* e *(a) *uma amiga*.

(167)

- a. O diretor enviou (as) cartas *a alunos* e (a) *professores*.
- b. O rapaz atirou pedras *a carros* e (a) *pessoas*.

No caso dos Alvos [-ANIM], a gramaticalidade depende da ocorrência de *bare nouns* ou de o determinante não ser contraído com o artigo (cf. (168-169)).

(168)

- a. O professor enviou os alunos *a museus e bibliotecas*.
- a. O rapaz atirou pedras *a casas e carros*.

(169)

- a. O professor enviou os alunos *a um museu e (a) um arquivo*.
- b. O professor enviou os alunos *ao museu e *(a)o arquivo*.
- c. O rapaz atirou pedras *a uma casa e um carro*.
- d. O rapaz atirou pedras *à casa e *(a)o carro*.

Ora, os diferentes argumentos que têm sido apresentados em favor do estatuto de NP do argumento dativo no português, se aplicados aos Recipientes subcategorizados por *non-core dative verbs*, parecem sugerir que estamos perante argumentos introduzidos por preposições da mesma natureza. Porém, se considerarmos que há duas diferentes classes de verbos dativos e que os *non-core dative verbs*, distintamente dos *core dative verbs*, podem subcategorizar Recipientes [+ANIM] e Alvos [-ANIM], então, a ideia de Torres Morais (2006) e Torres Morais & Lima Salles (2010) de que há duas diferentes preposições não é totalmente refutável. Porém, na base de tal distinção não está a ordem dos constituintes na frase, mas sim o tipo de verbo que os subcategoriza, bem como o argumento que estas introduzem.

De acordo com Rappaport-Hovav & Levin (2008: 143), “the first object in the double object variant is compatible with a subset of the arguments types which *to* is compatible with”. Por consequência, como vimos, defendem que a possibilidade de os verbos ocorrerem na CDO e/ou na CDP ou apenas na CDP está relacionada com o facto de estes veicularem, no seu significado, um trajeto (*path*). Por sua vez, e seguindo a mesma ideia, Larson (2014: 45) faz notar que, para tal, contribui o estatuto da preposição *to*: “with constructions expressing caused motion, *to* appears to contribute to the notion of ‘goal of motion along a path’. This meaning is absent from *give* + PP, and *to* itself is absent in double object constructions; hence this suggests that *to* makes no semantic contribution in caused-possession frames and is present purely for grammatical reasons (e.g. Case marking)”.

Na verdade, como discutimos anteriormente, enquanto verbos do tipo *dar*, que apenas expressam transferência de posse, subcategorizam exclusivamente argumentos com o papel temático de Recipiente, tipicamente [+ANIM], verbos do tipo *enviar/atirar*, que veiculam transferência de posse e movimento, podem selecionar argumentos com o papel temático de Alvo [\pm ANIM]. Porém, uma vez que, como referem Levin & Rappaport-Hovav (2011: 9), “it is difficult cross-linguistically to interpret animate entities as places, (...) animate Goals are understood as Recipients.”⁵⁶ Por consequência, as preposições que introduzem os Recipientes (de *core* e *non-core dative verbs*) e os Alvos (de *non-core dative verbs*) têm estatutos distintos.

Tanto no inglês como no português (e nas restantes línguas românicas), a preposição *a* que introduz o argumento dativo com o papel temático de Recipiente tem um estatuto meramente funcional, independentemente de estar envolvido um *core* ou um *non-core dative verb*. Assim, segundo a nossa análise, a preposição funcional *a* ‘to’ é homófona da preposição direcional *a* ‘to’. Por outro lado, o português dispõe de duas preposições direcionais, sendo que, na presença de um Alvo [-ANIM], a preposição direcional *a* pode ser substituída pela preposição direcional *para*, em alguns contextos de NPs plenos, e é-o necessariamente quando envolvidos adverbiais locativos, como *lá* ou *cá*.

Tendo como referência o tipo de preposição que introduz o argumento dativo, podemos concluir que o inglês e o português (bem como as demais línguas românicas) exibem duas diferentes CDPs, dependentes de classes de verbos dativos distintas: uma CDP encabeçada pela preposição [-dir] [-loc] *a*, que ocorre com *core* e *non-core dative verbs*, e uma CDP encabeçada pela preposição [+dir] [-loc] *a* (ou *para*), que ocorre exclusivamente com *non-core dative verbs*. As preposições direcionais *a* e *para* “distinguem-se de um modo que recorda a diferença aspetual entre estados episódicos e

⁵⁶ Uma vez que os Alvos com o traço [+ANIM] são interpretados como Recipientes, é esperável que possam ser realizados como objetos primários. Daí que, para alguns autores, enunciados como os exemplificados em (i) sejam considerados gramaticais (e.g. Larson 1988). Ao mesmo tempo, “when an animate is intended to be interpreted as a pure spatial goal, another preposition [rather than *to*] must be used in English” (cf. (ii)) (Levin & Rappaport-Hovav 2011).

(i) John sent *Mary* a letter. / John threw *Mary* a ball.

(ii) The kids threw the ball *at Mary*.

Além disso, como referem as mesmas autoras, Recipientes e Alvos não estão em distribuição complementar, pelo que é possível que coocorram num mesmo enunciado (cf. (iii)) (a propósito, veja-se também Goldberg (1995) e Harley (2002)).

(iii)

a. I sent the package *to Mary* *to London*.

b. Anne is curious as to why her father sent *her* a telegram *to America*.

(Adaptado de Rappaport-Hovav & Levin 2008: 136)

estados permanentes”⁵⁷, ou seja, ao passo que aquela representa “deslocações curtas a um lugar, que pressupõem um regresso mais ou menos rápido ao lugar de origem (...) [esta] “usa-se para representar deslocações de duração mais extensa ou quando não há qualquer pressuposição de regresso rápido ao lugar de origem” (Paiva Raposo & Xavier 2013: 1542-1543). Nesse sentido, as preposições direcionais *a* e *para* distinguem-se no traço [\pm perm], correspondente à duração da permanência do Tema no Alvo do movimento. Indicam-se na Tabela 3 os traços formais das preposições *a* e *para* do PE.⁵⁸

Tabela 3 - Distribuição dos traços formais das preposições *a* e *para* no PE.

Papel temático	Prep.	Core dative verbs	Non-core dative verbs
Recipiente [\pm ANIM]	<i>a</i>	[-dir] [-loc]	
Alvo [+ANIM]	<i>a</i>		[-dir] [-loc]
Alvo [-ANIM]	<i>a</i>		[+dir] [+loc] [-perm]
Alvo [-ANIM]	<i>para</i>		[+dir] [+loc] [+perm]

Tendo desenvolvido até então uma descrição das propriedades do argumento dativo com o papel temático de Recipiente no português europeu, na secção seguinte discutiremos as estratégias exibidas pelas variedades não europeias do português.

3.5. CDOs e/ou CDPs em variedades não europeias do português

3.5.1 Variedades com CDPs

Não obstante o argumento dativo no PE ser expresso unicamente mediante uma CDP introduzida pela preposição funcional *a*, independentemente de estar envolvido um *core* ou um *non-core dative verb*, noutras variedades não europeias do português este constituinte está a ser reanalisado (e.g. Brito 2008). No português do Brasil (PB),

⁵⁷ Sobre a diferença entre estados episódicos e estados permanentes, veja-se, e.o. Carlson (1977/1980), Chierchia (1995), Kratzer (1995), Oliveira (2003) e Cunha (2004).

⁵⁸ Ormazabal & Romero (2010b) também dão conta da existência no basco de duas preposições diferentes, conforme o argumento de *core dative verbs* e *non-core dative verbs*. Ao passo que a preposição *ri* alterna com os clíticos e pode ocorrer tanto com a primeira como com a segunda classe de verbos, a preposição *ra* não alterna com os clíticos e ocorre unicamente com verbos que veiculam movimento. Neste sentido, enquanto a preposição *ri* do basco seria uma equivalente da preposição funcional *a* do português, a preposição *ra* corresponderia à preposição direcional *a/para*.

observa-se uma tendência para a generalização do uso de uma CDP introduzida pela preposição *para* com NPs plenos e/ou pronominais (e.g. Torres Morais 2006; Torres Morais & Berlinck 2006, 2007). No português de Angola, por sua vez, apesar de o dativo ser expresso mediante uma CDP, esta é frequentemente introduzida pela preposição *em*.

O uso da CDP encabeçada pela preposição *para* na expressão do argumento dativo do PB tem sido abundantemente analisado na literatura. De acordo com Torres Morais & Berlinck (2006, 2007), o uso desta estratégia está associado a dois processos históricos: (i) o decréscimo do uso dos clíticos de 3.^a pessoa, a par do recurso à forma oblíqua (*a ele, a ela / a eles, a elas*) e ao objeto nulo; e (ii) a substituição da preposição *a* pela preposição *para* ou *de* com verbos ditransitivos em que o argumento dativo é interpretado como Alvo ou Fonte, respetivamente. Enquanto o primeiro processo se começa a observar gradualmente a partir do final do século XVIII, o segundo é mais recente, tendo começado a manifestar-se essencialmente no século XX e a acentuar-se a partir da década de 90. As autoras acrescentam inclusivamente que os dados de *corpora* mostram que o processo de substituição da preposição *a* por *para*, já consolidado na oralidade, também se encontra bastante avançado no registo escrito.⁵⁹

Atualmente, o uso da CDP introduzida por *para* é predominante, sendo observado tanto com *non-core dative verbs* (cf. (170.a)), como com *core dative verbs*, (cf. (170.b-c)). O uso de *a* no PB parece ser restrito a contextos de NPs pronominais (cf. (170.d)).

⁵⁹ Veja-se igualmente a perda da preposição *a* e dos clíticos *lhe/lhes* em construções com dativos de posse. Segundo Barros (2014: 200-201), as “estruturas com redobro desaparecem no século XX e as construções com [a NP] praticamente se extinguem junto. É nítida a fixação da preferência pelo sintagma [de NP].”

(170)

- a. A tecnologia japonesa *traz para você* sua última imagem: fujichrome Cromo para profissionais, com granulação excepcionalmente fina.
- b. O SCI é o maior banco de dados de informações comerciais da América Latina. Não é à toa que *fornece* informações atualizadas sobre o perfil das pessoas e empresas em qualquer lugar do país *para mais de 25.000 empresas filiadas*.
- c. Se o seu namorado merece mais do que rosas, *dê para ele* os melhores botões.
- d. Segundo seu relato, um empresário do setor de ônibus *contou a ele* ter sido obrigado a aceitar um acordo para pagar 40.000 reais por mês.

(Torres Morais & Berlinck 2006: 81-82, 93, 96)

Como refere, Torres Morais (2006: 246), “estudos sobre o PB atual mostram que, na língua falada, incluindo a dos falantes cultos, e na língua escrita menos formal, há uma tendência em substituir a preposição *a* pela preposição *para* com os verbos ditransitivos de transferência ou movimento. Além disso, os mesmos estudos revelam a competição que se estabelece entre o uso da forma dativa *lhe*, as formas oblíquas *a/para ele/a(s)* e o nulo anafórico.”

Os dados apresentados em (171), que envolvem respectivamente um *non-core* e um *core dative verb*, são igualmente apresentados pelas autoras como exemplos da CDP no PB. Porém, por merecerem uma análise distinta, serão retomados adiante.

(171)

- a. Não dá para ficar de fora dessa promoção. *Mande* sua carta *para a Capricho*.
- b. Na edição especial Capricho/Férias, seção passatempo, nós *pedimos para as meninas* montarem um retrato falado.

(Torres Morais & Berlinck 2006: 90, 94)

No PE, o pronome pessoal forte precedido de *a* ocorre apenas nas construções de redobro do clítico, com interpretação obrigatoriamente contrastiva, o que mostra que o uso da forma pronominal preposicionada é mais restrito nesta variedade do que no PB (cf. (170.d) vs. (172)).

(172)

- a. O João deu-*lhe* um livro *a ela*.
- b. O João deu um livro *a ela*. (*PE/^lPB)

(Torres Morais 2006: 258)

Contudo, começam a registar-se, sobretudo na oralidade, ocorrências da forma pronominal forte em detrimento do clítico dativo de 3.^a pessoa também no PE. Vejam-se os seguintes contextos extraídos do C-Oral-Rom – Portugal.^{60 61}

(173)

- a. Antes de *pregar* um susto *a eles*, tive eu, não é?
- b. *Adjudicaram* então a construção do porto de Sines *a eles*, a primeira fase (...), e depois (...) será aberto concurso e adjudicado a outra empresa qualquer.
- c. Os patrões estavam descansados em Lisboa, tinham que arranjar era o dinheiro para *pagar a eles*.

(C-Oral Rom, Bacelar do Nascimento *et al.* 2005)

Segundo Torres Morais & Berlinck (2007), a mudança na expressão do argumento dativo no PB terá sido despoletada pelos verbos que envolvem movimento, como *remeter*, *enviar*, *levar*, *trazer*, que temos vindo a classificar, na linha de Rappaport-Hovav & Levin (2008), como *non-core dative verbs*. Como referem, até meados do século XX, “a preposição *a* predomina quando o complemento inclui um referente humano. Quando, porém, o referente indica um lugar, as chances de termos a preposição *para* encabeçando o complemento aumentam expressivamente”. Porém, na verdade, contextos como o de (171.a) são igualmente gramaticais no PE, não obstante nesta variedade o argumento dativo ser sempre introduzido pela preposição funcional *a*. Como vimos, verbos do tipo *enviar/mandar* – *non-core dative verbs* – podem selecionar, paralelamente a um Recipiente, um Alvo [-ANIM], o qual pode ser

⁶⁰ O C-Oral-Rom consiste num *corpus* de dados orais das línguas românicas (espanhol, português, francês e italiano) constituído por cerca de 300.000 palavras transcritas de discurso formal e informal para cada língua (Bacelar do Nascimento *et al.* 2005).

⁶¹ A possibilidade de o argumento dativo no PE ser expresso mediante um pronome forte preposicionado é igualmente atestada pelos dados elicitados no âmbito desta investigação (cf. Tabela 2, Anexo 3).

introduzido pelas preposições direcionais *a* ou *para*. Considerem-se, paralelamente a (171.a), os seguintes enunciados extraídos do CRPC-Portugal.

(174)

- a. *Enviamos* forças militares *para operações na ex-Jugoslávia*, mas não *enviamos* polícias *para o Casal Ventoso*”.
- b. As famílias pobres ficam felizes quando *mandam* os filhos *para a escola*.
(<http://alfclul.clul.ul.pt/COPweb/crpcweb23/index.php?thisQ=restrict&uT=y>)

Do mesmo modo, contextos como o apresentado em (171.b), repetido em (175.a), são igualmente gramaticais no PE e não podem ser considerados exemplos de CDP no PB. Tratando-se de um verbo diretivo que denota um pedido, o verbo *pedir* pode subcategorizar uma oração completiva de infinitivo flexionado introduzida por *para*. Neste caso, *para* não é a preposição que introduz o argumento com o papel temático de Recipiente, mas sim um complementador, o qual encabeça a oração infinitiva. Veja-se a possibilidade de a oração de infinitivo flexionado ser substituída pelo clítico acusativo *o* ou pelo demonstrativo *isso* (cf. (175.b-c)). Além disso, se o OI subcategorizado pelo verbo *pedir* ocorrer na posição adjacente ao verbo, é correferente do sujeito PRO da oração de infinitivo flexionado (cf. 175.d)) (e.g. Barbosa & Paiva Raposo 2013: 1930-1931).

(175)

- a. Nós pedimos [*para as meninas montarem um retrato falado*].
- b. Nós pedimo[-*lo*].
- c. Nós pedimos [*isso*].
- d. Nós pedimos [*às meninas*]_i *para* [-]_i *montarem um retrato falado*.

Não queremos com a discussão dos exemplos (171) argumentar contra a generalização do uso de uma CDP introduzida por *para* no PB, mas tão-somente chamar a atenção para a sobregeneralização efetuada por Torres Morais & Berlinck (2006). Na verdade, uma pesquisa no CRPC-Brasil por *core dative verbs* e *non-core dative verbs* permite confirmar que a CDP introduzida por *para* é usada nas duas classes de verbos com argumentos com o traço [+ANIM] (cf. (176)).

(176)

- a. *Deu adeus para os amigos, para pais e irmãos.*
- b. *Atirei a responsabilidade para dona Glória.*

<http://alfclul.clul.ul.pt/CQPweb/crpcweb23/index.php?thisQ=restrict&uT=y>

Na linha do que temos vindo a defender para o PE, o Alvo [-ANIM] de *non-core dative verbs* também não pode ser interpretado como Recipiente no PB (cf. (177)).

(177)

- a. Se não existe laboratório aqui em Teresina, por que não *enviar* as amostras *para Recife*?
- b. *Atirou* a emancipação municipal *para o moinho das reformas constitucionais*.

<http://alfclul.clul.ul.pt/CQPweb/crpcweb23/index.php?thisQ=restrict&uT=y>

Torres Morais & Berlinck (2006) propõem que o PB exhibe dois tipos de construções ditransitivas, sendo que apenas aquelas em que é preservado o uso do marcador de Caso *a*, ainda que de forma residual, constituem as verdadeiras construções dativas.⁶² O uso da preposição *para* (ou *a*, com NPs pronominais) em substituição da preposição funcional *a* terá determinado, no seu entender, a existência de uma CDP ‘verdadeira’. Admitimos, portanto, que o *input* ambíguo do português, *i.e.* a possibilidade de os *non-core dative verbs* subcategorizarem um Recipiente [+ANIM], introduzido exclusivamente pela preposição *a*, ou um Alvo [-ANIM], introduzido pelas preposições *a* ou *para*, possa ter despoletado a mudança na expressão do argumento dativo no PB (e noutras variedades do português). Além disso, o facto de, no PE, os dativos não argumentais com o papel temático de Beneficiário serem introduzidos pela preposição *para* constitui evidência adicional para a reinterpretação das grelhas argumentais dos verbos ditransitivos.

No quadro das variedades africanas do português também se observa uma reanálise da expressão do dativo. Nos trabalhos de Cabral (2005) e de Chavagne (2005) são analisadas as propriedades de seleção categorial dos verbos. Apesar de os autores

⁶² Torres Morais & Berlinck (2006) classificam as verdadeiras construções dativas do PB como CDO, mas anteriormente já argumentámos contra as análises que defendem a existência desta construção no português, pelo que retemos apenas a distinção apresentada entre a CDP introduzida por *a* e a CDP introduzida por *para*.

não terem dedicado especial atenção à expressão do argumento dativo no português de Angola (PA), ambos dão conta da existência de uma tendência para a generalização do uso da preposição *em* a contextos em que o PE usaria a preposição direcional *a*, em argumentos com o papel temático de Alvo e de Fonte, designadamente com verbos de movimento (cf. (178)), bem como a contextos em que o PE usaria a homófona preposição funcional *a*, com verbos de transferência material/perceptual (cf. (179)).⁶³

(178)

- a. Quando cheguei *nesta cidade* foi grande sacrifício.
- b. As palavras que retirei *no texto*.

(PA, Cabral 2005: 104-105)

(179)

- a. Deu *na mãe* a outra metade.
- b. Telefonem *na polícia*.

(PA, Chavagne 2005: 225)

Embora tipicamente se estabeleça uma associação entre as línguas bantas e as CDOs, a (co)ocorrência de CDPs é igualmente possível em algumas delas. Na verdade, a preposição *ku* ‘em’ do quimbundo (e *ko* ‘em’ do umbundo), além de ocorrer com verbos de movimento, introduzindo argumentos com o papel temático de Alvo ou Locativo (cf. (180)), ocorre com verbos ditransitivos, introduzindo, neste caso, o

⁶³ Apesar de o uso da preposição *em* na expressão do argumento dativo parecer constituir uma propriedade distinta do PA, comparativamente às restantes variedades não europeias do português (e.g. Brito 2008), a generalização do uso desta preposição a argumentos com o papel temático de Alvo [-ANIM], Locativo e Fonte, como em (178), não é singular. O PM e o PST também exibem essa possibilidade. P. Gonçalves & Chimbutane (2004) e P. Gonçalves (2010) propõem que a generalização do uso da preposição *em* a argumentos de verbos de movimento direcionado no PM está dependente da influência das línguas bantas, nas quais esta classe de verbos “incorpora preferencialmente ‘movimento’ e ‘percurso’, incluindo a ‘direcção’ (‘origem’ e ‘destino’)”. Neste sentido, os autores propõem que os verbos do PM passariam igualmente a incorporar a informação de direcção e a subcategorizar apenas argumentos locativos, dispensando as preposições *a/para* ou *de* (cf. (i)).

- (i)
 - a) Voltou *em casa*.
 - b) Está a sair *no estúdio*. (P. Gonçalves & Chimbutane 2004:3)

A análise proposta por R. Gonçalves (2010) para o PST é distinta, uma vez que não é reclamado o papel do contacto linguístico para dar conta da possibilidade de verbos de movimento direcionado subcategorizarem um PP, introduzido pela preposição *em*, ou um NP. A análise assumida para dar conta da alteração das propriedades de subcategorização verbal no PST tem na base os traços das preposições envolvidas e, sobretudo, as propriedades aspetuais dos verbos que subcategorizam os complementos por estas introduzidos (cf. R. Gonçalves 2010).

- (ii)
 - a) Primeiro tem que apanhar carro para chegar *Porto Alegre*.
 - b) A gente sempre vai *no mercado*.
 - c) Água já vem *na torneira* com lixívia. (R. Gonçalves 2010: 79-99)

argumento com o papel temático de Recipiente (cf. (41-42), repetidos em (181-182)). A CDO é igualmente possível, muito embora a CDP seja a estratégia dominante no quimbundo e no umbundo para a expressão do argumento dativo (e.g. Hagemeyer, no prelo b). Este facto pode explicar o uso da CDP no PA, distintamente do PM, no qual, à semelhança das línguas bantas aí faladas, a CDO é a estratégia dominante.

(180)

- a. *Mwene w-ala ku-bata*
 ele CS-estar LOC-casa
 ‘Ele está em casa’

(quimbundo, Mingas 2000: 75)

- b. *Ndé ku-Palaia.*
 vai LOC-praia
 ‘Vai à praia.’

(quimbundo, Chatelain 1894: 30)

(181)

- a. *Nga-bana ma-divulu ku-a-thu.*
 1SG.PSD-dar 6-livro LOC-2-pessoa
 ‘Dei o livro às pessoas.’

- b. *Nga-bana a-thu ma-divulu.*
 1SG.PSD-dar 2-pessoa 6-livro
 ‘Dei o livro às pessoas.’

(quimbundo, Hagemeyer, no prelo b)

(182)

- a. *Nda-ka a-livulu ko-ma-nu.*
 1SG.PSD-dar 6-livro LOC-2-pessoas
 ‘Dei o livro às pessoas.’

- b. *Nda-ka o-ma-nu a-livulu.*
 1SG.PSD-dar 2-pessoas 6-livro
 ‘Dei o livro às pessoas.’

(umbundo, Hagemeyer, no prelo b)

A pesquisa nos *corpora* de Cabral (2005) e de Chavagne (2005) não nos permite comprovar, no entanto, se, paralelamente aos NP plenos, o PA exhibe igualmente a possibilidade de os NP pronominais serem introduzidos pela preposição *em*. Aparentemente, nestes casos, é usado o clítico dativo *lhe* (cf. (183)).

(183)

- a. Vou-*lhe* dizer.
- b. Dá-*lhe* boleia.

(Chavagne 2005 – Anexo 1: 93; 231)

Muito embora não discuta as estratégias de realização do argumento dativo no PA, Inverno (2005, 2009) observa que os clíticos acusativos de 3.^a pessoa (*o/a; os/as*) são raros, sendo tendencialmente substituídos por uma forma pronominal (*ele/ela, eles/elas*) ou pelo clítico dativo *lhe/lhes* (cf. 184).⁶⁴ No entanto, os seus trabalhos são baseados na variedade do português de Angola falada na província de Lunda Norte, constituída por menos de 3% da população total de Angola. Além disso, o *lheísmo* não é um fenómeno singular nas variedades não europeias do português, sendo igualmente atestado no PE oral (e.g. Duarte, Matos & Faria 1995; Madeira, Crispim & Xavier 2006).

(184)

- a. Chama *ele*.
- b. É uma sigla porque lemos-*lhe* letra por letra.

(Inverno 2009: 378;192)

Miguel (2003: 65) refere, sobre o português de Luanda, que o uso do clítico *lhe* em contexto acusativo é frequente na linguagem coloquial oral, independentemente do nível de escolaridade do falante, ao passo que o uso da forma pronominal *ele/ela, eles/elas* é mais ocasional.

(185)

- a. Passei na casa dela mas não *lhe* vi.

⁶⁴ Apesar de referir que as formas pronominais *ele/ela, eles/elas*, em contexto de clítico acusativo, eram usadas no português arcaico, Inverno (2005: 140) não considera que o seu uso no PA possa constituir um efeito de contacto linguístico histórico. A autora refere que o uso do português só começou a ser difundido em Angola no final do século XIX e início do século XX.

- b. Levaram as moças (...) e queriam massacrar *elas*.

(Miguel 2003: 64; 72)

Na perspectiva de Inverno (2005: 140), o uso generalizado do clítico *lhe* a contextos como o de (184.b) pode constituir uma estratégia para evitar as alterações morfofonológicas dos clíticos, quando o hospedeiro verbal termina em <r>, <s>, ou <z>. Porém, tal hipótese só seria válida se o padrão de colocação dos clíticos no PA fosse, de forma generalizada, a ênclise. No entanto, segundo Miguel (2003: 101-102), “referindo-nos à população escolarizada, não se pode afirmar que a tendência seja para a próclise ou para a ênclise do pronome ao verbo. (...) [Assiste-se a] uma instabilidade no posicionamento do pronome na frase que se vai reduzindo com o aumento da escolaridade, embora esta não anule essa tendência. Já as camadas mais populares manifestam uma preferência muito forte por colocações proclíticas ao verbo” (cf. (186.a-b) vs. (186.c-d)).

(186)

- a. Vocês nem disseram-*me* nada.
- b. O Congo *se* prepara para as eleições...
- c. Mandeí uma moça *lhe* chamar.
- d. Então *lhe* deixaram ir embora.

(Miguel 2003: 66; 71-73)

Para Mingas (2002) e Miguel (2003), a ocorrência do clítico *lhe* em contexto acusativo, bem como a tendência para a próclise (pelo menos nas camadas menos escolarizadas) deve-se à influência do quimbundo – a língua materna dos falantes. Na verdade, nesta língua, “emprega-se uma única forma do pronome para estes dois complementos” e “a colocação do pronome na frase é sempre proclítica ao radical verbal” (Miguel 2003: 103) (cf. (187-188)).

(187)

Kàbhúlú ka-mù-bhit-ŕle.

12.lebre 12-1-ultrapassar-PSD

‘A lebre ultrapassou-o.’

(quimbundo, adaptado de Miguel 2003: 55)

(188)

Nga-mu-bane ma-honjo.

1SG.PSD-1-dar.PSD 6-banana

‘Eu dei-lhe (algumas) bananas.’

(quimbundo, adaptado de Mingas 2000: 71)

No caso do PST, a situação parece ser distinta. Como referimos em (§2.3.5), o uso do pronome forte é predominante na realização de ODs pronominais, sendo a ocorrência do clítico *lhe* nesses contextos mais residual. Por sua vez, regista-se uma menor ocorrência do pronome forte na realização do argumento dativo do que do clítico *lhe* (R. Gonçalves 2009, 2013). Voltaremos a esta questão no capítulo VI, especificamente para o tratamento da CDO e da CDP com NPs pronominais.

Em suma, algumas variedades do português, designadamente o PA, o PB e o PST exibem a possibilidade de o argumento dativo de *core dative verbs* ser introduzido por uma preposição direcional (*em* naquela e *para* nestas). Por consequência, a existência de uma CDP introduzida por uma preposição mais saliente constitui uma propriedade generalizada destas variedades em contraste com o PE, no qual, como vimos, o argumento dativo é sempre introduzido pela preposição funcional *a*. Paralelamente à reanálise na expressão do argumento dativo nestas variedades, parece observar-se igualmente uma reorganização no sistema pronominal. Os clíticos tendem a ser substituídos por formas pronominais fortes. Contudo, se a existência de uma verdadeira CDP parece ser uma tendência em algumas variedades não europeias do português, como o PB e o PA, noutras a CDO parece ser dominante, como é o caso do PM. O PST parece distinguir-se das demais variedades por exhibir as duas estratégias.

3.5.2 Variedades com CDOs

Paralelamente às variedades não europeias do português que exibem uma CDP, regista-se a possibilidade de alguns verbos atribuírem Caso estrutural ao OI, não necessitando, por isso, da presença da preposição *a*, como marcador de Caso dativo. Esta propriedade é particularmente observada no PM e, como veremos, igualmente no PST.

Como mostram diferentes trabalhos realizados sobretudo a partir da década de 90 e do estudo pioneiro de P. Gonçalves (1991), a expressão do dativo no PM também está a ser reanalisada. Porém, distintamente do PB e do PA, a estratégia usada para a realização do constituinte com a função gramatical de OI é a CDO. Como já referimos anteriormente (§3.1), o PM exhibe a CDO e a possibilidade de o OI constituir o sujeito de frases passivas, integrando, por isso, o grupo de línguas com CDO parciais/assimétricas. O exemplo clássico que tem sido usado na literatura para as duas estratégias é o apresentado em (47), repetido em (189).

(189)

- a. Os pais escondem os filhos a verdade.
- b. Os filhos são escondidos a verdade (pelos pais).

P. Gonçalves tem defendido que, durante o processo de aquisição do português, perante duas línguas com sistema de atribuição casual diferente, e em virtude da existência de um *input* ambíguo no português, os falantes optaram pela seleção do parâmetro disponível na sua língua materna.⁶⁵ O primeiro argumento apresentado pela autora a favor desta análise reside no facto de o argumento dativo no português ser um NP precedido do marcador casual *a* que pode ser cliticizado por *lhe*. Neste sentido, podendo ocorrer sem o marcador de Caso – como mostra o teste de pronominalização (cf. (154.b)) –, os dados do português favorecem a interpretação de que a sua presença não é indispensável para a gramaticalidade das frases. Além disso, seguindo a ideia de Baker (1988) de que nas línguas bantas os verbos admitem a incorporação da

⁶⁵ O grupo de informantes considerado por P. Gonçalves (1990) era constituído por 38 falantes de português L2, que tinham, na sua maioria, o tsonga como L1 (16, *i.e.* 40%). Os restantes são falantes de 10 outras diferentes línguas bantas. Nos seus trabalhos, P. Gonçalves refere-se às línguas bantas em geral, enquanto família linguística, usando, no entanto, o changana como exemplo.

preposição, a autora conclui que os falantes do PM validam a fixação do parâmetro das suas línguas maternas, de acordo com o qual os verbos desta variedade do português passam a atribuir duplo caso.⁶⁶ De facto, no changana, (i) o OI ocorre preferencialmente adjacente ao verbo (cf. (190.a)); (ii) o OI pode constituir o sujeito de frases passivas, contrariamente ao OD (cf. (190.b-c)); e (iii) apenas o OI pode ser recuperado anaforicamente por um marcador de objeto (cf. (190.d-e)).

(190)

- a. Mamani a-nyik-ile n'wana pawa.
 1-mamã 1CS-dar-PSD 1-criança 5-pão
 'A mamã deu criança pão.'
- b. N'wana a-nyik-iw-ile pawa (hi mamani).
 1-criança 1CS-dar-PASS-PSD 5-pão (por 1-mamã)
 'A criança foi dada pão (pela mamã).'
- c. *Pawa li-nyik-iw-ile n'wana (hi mamani).
 5-pão 5CS-dar-PASS-PSD 1-criança (por 1-mamã)
 '(Algum) pão foi dado à criança (pela mamã).'
- d. Mamani a-mu-nyik-ile pawa.
 1-mamã 1CS-1CO-dar-PSD 5-pão
 'A mamã deu-lhe (algum) pão.'
- e. *Mamani a-li-nyik-ile n'wana.
 1-mamã 1CS-5CO-dar-PSD 1-criança
 'A mamã deu-o à criança.'

(Changana, adaptado de P. Gonçalves 2010: 105-107)

⁶⁶ As construções aplicativas das línguas bantas são consideradas exemplo do processo de incorporação da preposição, admitindo-se que o sufixo aplicativo é de natureza preposicional. No caso do changana, que é tomado por P. Gonçalves (2010:104) como exemplo das línguas bantas faladas em Moçambique, a construção de duplo objeto é uma construção aplicativa, “assim designada devido à presença da extensão aplicativa *-el* (equivalente à preposição *a* em português), que constitui um afixo de natureza preposicional”. Porém, veja-se que não há uma extensão aplicativa nos exemplos apresentados em (190) que ilustram um Recipiente. Retomaremos esta questão em (§4.2.2).

Os exemplos em (191) estão na base de um outro argumento apresentado por P. Gonçalves a favor de uma reorganização de parâmetros sintáticos motivada por um *input* ambíguo do PE e na transferência das línguas bantas.⁶⁷ Nestas, os NPs com o traço [+HUM] podem ocupar posições sintáticas proeminentes (e.g. Hyman & Duranti 1982). Consequentemente, os verbos que selecionam argumentos OI e OD com o traço [+HUM] passam a possuir a mesma grelha de subcategorização, ou seja, selecionam um PP regido pela preposição *a* que pode ser cliticizado através do clítico dativo *lhe* (cf. (191)). Neste caso, o uso do clítico *lhe* em contexto de OD constitui um fenómeno distinto daquele observado no PA, bem como do PE (e do espanhol), discutidos na secção anterior.

(191)

- a. Eles elogiaram *a uma pessoa*.
- b. Elogiam-*lhe* muito.

De acordo com os trabalhos realizados sobre o argumento dativo no PM, as mudanças registadas nesta variedade do português, comparativamente ao PE, resultam da fixação do valor de parâmetro da L1 dos falantes, uma língua banta. A existência de um *input* ambíguo no português, quando adquirido como L2, terá motivado os falantes do PM a optarem pela seleção do parâmetro disponível na sua língua materna, permitindo, desde modo, a ocorrência de CDOs, de passivas dativas e a marcação Casual de OIs e ODs de forma indistinta. O português adquirido em Moçambique, em contexto pós-colonial, e não-nativo, tem como principal *input* o resultado de uma aquisição como L2. Por consequência, de acordo com P. Gonçalves (2010), o valor de parâmetro referente à marcação casual é mantido, em vez de ser refixado, ao longo do processo de aquisição, de acordo com o PE.⁶⁸ Estes dados do PM relativamente à expressão do argumento dativo, bem como a análise que deles é feita, têm sido amplamente recuperados na literatura subsequente ao trabalho de P. Gonçalves (1991). Veja-se que, mesmo no trabalho de P. Gonçalves (2010: 95), são considerados os dados recolhidos entre 1977 e 2003. Porém, importa acompanhar a evolução diacrónica da construção da gramática desta variedade do português, verificando se a mudança em

⁶⁷ Note-se, porém, que a contrapartida morfológica não é integrada no PM.

⁶⁸ Para a descrição e análise gramatical das propriedades do PM é adotada a hipótese de *Full Transfer/Full Access* de Schwartz & Sprouse (1994, 1996), assumindo-se que o conhecimento das línguas bantas constitui o estágio inicial na aquisição das propriedades do argumento dativo do português.

termos de número de falantes do português L1/L2 e das línguas bantas, acentuada na última década, teve ou está a ter consequências igualmente nas propriedades do PM. Além disso, os dados apresentados por P. Gonçalves (1991, 2002, 2004, 2010), sobre o uso generalizado de CDOs, incluem exclusivamente *core dative verbs*. Não fica claro, porém, se na presença de *non-core dative verbs*, os informantes preferem igualmente uma CDO ou usam uma CDP introduzida por *a* ou por *para*.⁶⁹

Na secção anterior, fizemos referência à mudança no sistema pronominal das variedades não europeias, destacando o uso dos pronomes fortes *ele/ela, eles/elas* em contexto de OI, bem como do clítico *lhe* em detrimento dos clíticos de OD, designadamente no PST. Tendo presentes esses dados, após a descrição dos dados do PM, é tentador advogar uma mudança convergente em variedades do português. Veja-se, contudo, que a ocorrência do clítico *lhe* em contexto acusativo no PST (e nas restantes variedades) não pode ser analisada do modo que P. Gonçalves (1991, 2010) defende para o PM. Na verdade, o traço de animacidade parece ser determinante no uso do clítico *lhe* em contextos acusativos do PST, uma vez que a totalidade das suas ocorrências no *corpus* envolve entidades com o traço [+HUM] (cf. (27)). Porém, como referimos em R. Gonçalves (2010: 68-69), não consideramos que este fenómeno esteja relacionado com a mudança nas grelhas argumentais dos verbos do PST.

Na verdade, não se observa no PST a ocorrência da preposição *a* a introduzir o constituinte com a relação gramatical de OD (contrariamente ao PM) (R. Gonçalves 2010). Nesse sentido, admitimos, como tem sido proposto na literatura sobre o português e o espanhol L1/L2, que a ocorrência de *lheísmo* é decorrente da fraca saliência fónica do clítico acusativo *o*, em contraste com o clítico dativo *lhe* (e.g. Duarte, Matos & Faria 1995; Fernández-Ordoñez 1993, 1999; Madeira, Crispim & Xavier 2006). O mesmo argumento é corroborado pelos diferentes resultados de produção do clítico acusativo, uma vez que este ocorre maioritariamente quando a forma verbal termina por <r>, <s> ou <z>, sendo tendencialmente substituído pelo clítico *lhe* ou por um pronome forte nos restantes contextos (R. Gonçalves 2013b). Daqui resulta que, no PST, os clíticos acusativos simples tendem a ser substituídos, ao

⁶⁹ Veja-se, no entanto, que, como refere P. Gonçalves (2010: 116), “de acordo com os dados disponíveis, a preposição *para* parece ser selecionada para reger argumentos (...) [dos] verbos *contar, comprar, fazer mal e telefonar*.” Ora, se, por um lado, os verbos *contar* e *telefonar*, bem como o predicado complexo *fazer mal*, constituem *core dative verbs*, sugerindo que a CDP introduzida por *para* também ocorre no PM com esta classe de verbos, embora aparentemente seja menos recorrente do que a CDO, por outro, o verbo *comprar* subcategoriza um Beneficiário (e não um Recipiente), pelo que é esperável que, em convergência com a gramática-alvo do PE, seja introduzido pela preposição *para*.

passo que as variantes morfofonológicas parecem ser preservadas. Este aspeto permite distinguir não só o PST do PM, como também do PB. Na verdade, nesta variedade, as variantes dependentes das propriedades fonológicas do hospedeiro verbal são atestadas quase unicamente na escrita e por efeitos da escolarização. Os clíticos acusativos, bem como as suas variantes alomórficas, são muito raramente atestados em produções de crianças em idade pré-escolar ou de adultos iletrados (e.g. Kato, Martins & Nunes *no prelo*). Além destas estratégias, importa ainda considerar a possibilidade de no PST a estratégia de objeto nulo concorrer com os pronomes *ele/ela*, *eles/elas* na realização do OD, como no PB (e.g. Kato 1993; Pagotto 1996; Nunes 1996; Cyrino 1996; Pires 2005), e/ou de se registar uma sobregeneralização do uso de objeto nulo a contextos não permitidos no português, como em alguns estádios de aquisição do português L1 (e.g. Costa & Lobo 2006, 2011).

3.6 Síntese

As construções ditransitivas que envolvem um argumento dativo com o papel temático de Recipiente têm propriedades distintas em função das línguas nas quais ocorrem. Porém, como vimos, é possível estabelecer correlações mesmo entre línguas tipologicamente distintas. Começámos por verificar que é possível distinguir três grupos de línguas, tendo em conta a ocorrência de CDOs e/ou de CDPs e a passivização do argumento dativo. Por um lado, há línguas com CDOs, as quais podem ser simétricas, parcialmente simétricas ou assimétricas, tendo em conta a possibilidade de tanto o Recipiente como o Tema, apenas o Tema, ou nenhum deles, poder constituir o sujeito de frases passivas. Além disso, é possível estabelecer uma distinção entre línguas que apenas exibem CDO e línguas que, paralelamente à CDO, exibem uma CDP, como é o caso do inglês. Por outro lado, há línguas que apenas expressam o argumento dativo mediante CDPs. É o caso das línguas românicas, nomeadamente o português e o espanhol. A Tabela 4 esquematiza a distribuição de CDOs e CDPs em algumas das línguas tipologicamente distintas referidas ao longo deste capítulo. Destacamos a negrito as que doravante nos interessarão para uma análise contrastiva com o PST.

Tabela 4 - Distribuição de CDOs e CDPs por línguas tipologicamente distintas.

		CDOs			CDPs
		Simétricas	Parcialmente simétricas	Assimétricas	
Línguas Bantas	Kinyarwanda	√			
	Chimwiini		√		
Línguas balcânicas	Grego moderno			√	√
Crioulos (base lexical portuguesa)	Alta Guiné (Crioulo de Cabo Verde)			√	
	Golfo da Guiné (Forro)			√	
Línguas germânicas	Inglês, Norueguês, Alemão		√		√
Línguas românicas	Português, Espanhol (francês, italiano)				√

Não obstante as análises clássicas, diferentes autores têm argumentado a favor da existência de alternância dativa nas línguas românicas. Diferentes argumentos podem ser apresentados em contrário. Na verdade, nestas línguas a subcategorização verbal de dois constituintes nominais não é gramatical; o argumento dativo com o papel temático de Recipiente é introduzido pela preposição funcional *a* ou cliticizado por *li/hes*. Além disso, é unânime que o português e o espanhol não exibem passivas dativas, considerado o principal indicador de existência de CDOs numa língua. Mais ainda, embora os juízos não sejam categóricos, estas línguas parecem exibir uma relação de c-comando simétrico entre o OI e OD, independentemente da ordem dos constituintes, distintamente do inglês. Por fim, o (in)sucesso da transferência não está dependente do evento expresso pela (alegada) CDO ou pela CDP, argumento que tem sustentado as teorias sobre a existência de alternância dativa no inglês e noutras línguas, mas sim da (a)telicidade expressa pelo verbo que subcategoriza o OI (e.g. Rappaport-Hovav & Levin 2008).

Alternativamente, a nossa proposta é a de que, tanto no português como no inglês, há duas diferentes CDPs, cuja ocorrência é justificada pela semântica dos verbos envolvidos e das preposições com as quais estes se combinam. Verbos do tipo *give* ‘dar’ – *core dative verbs* – subcategorizam Recipientes introduzidos por uma preposição [-dir, -loc]. Por outro lado, verbos do tipo *throw* ‘atirar’ e *send* ‘enviar’ – *non-core dative verbs* – subcategorizam Alvos [\pm ANIM]. Os Alvos com o traço [+ANIM] são interpretados como Recipientes e introduzidos por uma preposição [-dir, -loc], ao passo que os Alvos com o traço [-ANIM] são introduzidos por uma preposição [+dir, +loc].

Por consequência, *core* e *non-core dative verbs* podem ocorrer tanto na CDO como na CDP, quando envolvido um Recipiente, enquanto verbos do tipo *atirar/enviar* ocorrem exclusivamente na CDP, quando envolvido um Alvo.

A possibilidade de os *non-core dative verbs* do português subcategorizarem Alvos [\pm ANIM] constitui um *input* ambíguo para a aquisição desta língua como uma L2. Por consequência, e tendo em conta que as variedades não europeias do português são (ou foram primeiramente) adquiridas como uma L2, em função de cada contexto histórico e linguístico, assiste-se a uma mudança linguística na expressão do argumento dativo. Os dados apresentados em (§3.5) permitem-nos verificar que as variedades não europeias do português estão a perder a possibilidade de expressar o argumento dativo mediante uma CDP introduzida pela preposição *a* e a generalizar o uso de uma CDP introduzida por uma preposição mais saliente. Paralelamente, o sistema pronominal parece estar a ser reestruturado; os clíticos *lhe/lhes* e as formas pronominais fortes (e eventualmente os objetos nulos) estão a ser usados em contextos nos quais o PE emprega explicitamente um clítico. Porém, apesar de esta mudança ser aparentemente convergente entre variedades, as estratégias usadas nas diferentes variedades não são em tudo semelhantes. Por um lado, o PB e o PA tendem a usar uma CDP introduzida por uma preposição distinta da usada pelo PE. Porém, enquanto naquela o PP é introduzido pela preposição *para*, nesta tende a ser introduzido pela preposição *em*, particularmente quando envolvidos NPs plenos. A generalização do uso da preposição *em* é observada igualmente em verdadeiros PPs como é o caso dos argumentos oblíquos de verbos de movimento direcionado, parecendo ter na base o contacto com as línguas bantas locais, como o quimbundo e o umbundo. Neste sentido, assumimos que as preposições *para* e *em* do PB e do PA estão a ser reinterpretadas como preposições [\pm dir, \pm loc], podendo deste modo introduzir Recipientes ou Alvos [+ANIM] interpretados como tal.

O PM, por sua vez, exhibe CDOs e passivas dativas. Além disso, no campo dos NPs pronominais com o traço [+ANIM], o uso do clítico *lhe* em contextos de ODs, bem como a introdução do OD pelo marcador de Caso *a*, parece poder distinguir o PM das restantes variedades do português. A Tabela 5 sintetiza as estratégias exibidas pelas variedades do português descritas neste capítulo. Apresentamos igualmente as estratégias exibidas pelo PST, tendo em conta o trabalho desenvolvido em R. Gonçalves (2010), no sentido de destacar o maior leque de estratégias existente nesta variedade, cuja análise desenvolveremos nos capítulos V, VI e VII.

Tabela 5 - Distribuição de CDOs e CDPs por variedades do português.

		PE	PB	PA	PM	PST
CDP₁	Dei um livro ao João .	√		(√)	(√)	√
	Dei- lhe um livro.	√		√	√	√
CDP₂	Dei um livro para o João .		√			√
	Dei um livro no João .			√		
	Dei um livro (a) / para ele .		√	(√)	(√)	√
CDO (+ passiva dativa)	Dei o João um livro.				√	√
	Dei ele um livro.				(√)	√
	(O João) foi dado um livro.)				√	

No capítulo seguinte, discutiremos a estruturas das construções ditransitivas que, em função dos diferentes argumentos discutidos neste capítulo, têm sido propostas na literatura para a (alegada) CDO e CDP do inglês e das línguas românicas, e, tendo em conta os contra-argumentos aqui apresentados, proporemos uma estrutura alternativa.

4. A ESTRUTURA DAS CONSTRUÇÕES DITRANSITIVAS

4.1 Introdução

Neste capítulo discutiremos a estrutura das construções ditransitivas no inglês e no português, tendo por base os paralelos encontrados entre as CDPs destas línguas, os quais, no nosso entender, nos permitirão propor uma análise distinta das correntemente defendidas.

Ao longo dos últimos anos, diferentes autores têm assumido que a CDO e a CDP do inglês são derivadas de forma independente (e.g. Pinker 1989; Jackendoff 1990; Goldberg 1995; Krifka 1999, 2004; Pesetsky 1995; Harley 2002). Tem suportado esta análise o argumento repetidamente apresentado por vários autores de que não há equivalência semântica entre as duas variantes da alternância dativa. Como vimos anteriormente, a CDO distinguir-se-ia da CDP por a primeira envolver a mudança do possuidor do Tema e a segunda envolver movimento literal do Tema.

Pesetsky (1995) propõe que, tanto na CDO como na CDP do inglês, o verbo subcategoriza um PP. Uma vez que o verbo não pode atribuir duplamente Caso objetivo aos seus NPs, Pesetsky propõe que, nas CDO, o verbo subcategoriza um PP cujo núcleo é uma preposição nula, a que chama *G*, que é responsável pela atribuição de Caso ao OD, do mesmo modo que *to* atribui Caso ao NP Recipiente, na CDP. Assim, de acordo com o autor, a posição de especificador de PP é preenchida pelo OD, na CDP, e pelo OI, na CDO. O núcleo realiza-se sob a forma de P e seleciona um NP (OD ou OI, respetivamente). Neste sentido, a preposição *G* da CDO ocorre com verbos que não têm uma leitura direcional, e apenas codificam transferência de posse, enquanto a preposição *to* da CDP ocorre com verbos que envolvem movimento do Tema.

Harley (2002), seguindo a proposta de Pesetsky (1995), também argumenta a favor de uma análise em que tanto na CDO como na CDP está envolvido um PP. Porém, distingue-se deste ao propor que, na CDO, o núcleo do PP é lexicalizado por uma preposição que codifica posse, a que chama P_{have} , e, nas CDP, ocorre uma preposição abstrata que codifica localização, pelo que a designa por P_{loc} .

A mesma ideia de que eventos distintos são veiculados por diferentes estratégias de realização do argumento dativo tem sido adotada nas análises que propõem a existência de um núcleo aplicativo na CDO do inglês e da (alegada) CDO das línguas

românicas (e.g. Marantz 1993; Pytkänen 2002/2008; Cuervo 2003a, 2003b; Torres Morais 2016; Torres Morais & Lima Salles 2010; Pineda 2012, 2013, 2014, 2015, 2016). Porém, qualquer análise que postule que a CDO e a CDP se distinguem por apenas a primeira veicular a mudança de possuidor não permite dar conta, entre outros aspetos, da ocorrência do verbo *give* ‘dar’ do inglês na CDP, uma vez que este não envolve mudança de localização e exprime unicamente transferência de posse (cf. §3.3.3). Como vimos, a análise semântica que é feita da CDO e da CDP por Rappaport-Hovav & Levin (2008), de que demos conta no capítulo anterior, mostra que há duas diferentes classes de verbos dativos e que o (in)sucesso da transferência no inglês e nas línguas românicas não está dependente do evento expresso pela (alegada) CDO ou pela CDP mas da (a)telicidade expressa pelo verbo que subcategoriza o OI. Por esta razão, não é possível (continuar a) associar o evento que causa a mudança de possuidor apenas à CDO.

Por consequência, neste capítulo, recuperaremos as análises clássicas que derivam a CDO a partir da CDP e mostraremos que as análises recentes que seguem uma abordagem não derivacional, postulando a existência de um núcleo aplicativo, para dar conta da CDO do inglês e da ordem V OI OD/V Cl_{dat} OD das línguas românicas, não têm, na verdade, suporte empírico. Além disso, apresentaremos contra-argumentos às análises que defendem que diferentes ordens de palavras no português têm subjacentes diferentes estruturas de base.

Em alternativa, defenderemos que é necessário retomar as análises clássicas que associam a CDO e a CDP à mesma estrutura. Especificamente, defenderemos que uma mesma estrutura permite dar conta da derivação do argumento dativo com o papel temático de Recipiente, tanto em línguas como o inglês como em línguas como o português, independentemente de esse ser expresso mediante uma CDO ou uma CDP. Por sua vez, quando o argumento subcategorizado por um verbo ditransitivo é um Alvo [-ANIM], a construção ditransitiva é derivada de forma independente. É o caso da CDP que envolve *non-core dative verbs* e um verdadeiro PP, no inglês e no português.

A(s) estrutura(s) que proporemos têm por base uma reinterpretação das análises clássicas de Larson (1988) e de Baker (1988, 1996). Porém, embora adotemos a concha de VP, a nossa análise envolve a projeção do OI, e não do OD, em Spec/VP.

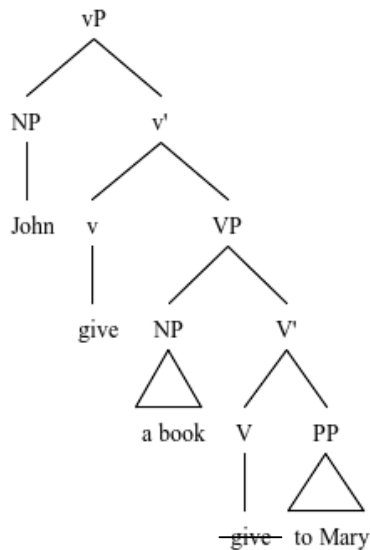
4.2 A CDO e a CDP estão derivacionalmente relacionadas?

4.2.1 As análises clássicas: a concha de VP e a incorporação de P

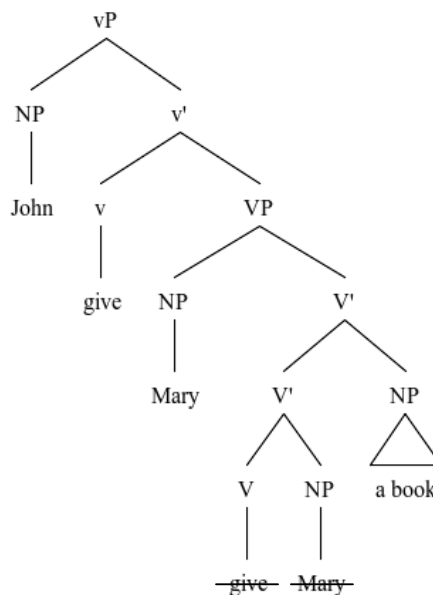
Uma das análises clássicas para a derivação da CDO a partir da CDP é conhecida na literatura como a concha de Larson ou a concha de VP e foi proposta por Larson (1988). O autor propõe que a CDO e a CDP têm uma estrutura hierárquica com dois VPs sucessivos; ou um VP e um vP, no quadro do Programa Minimalista (Chomsky 1995). As estruturas propostas por Larson (1988) para a CDP e a CDO são as apresentadas em (192.a) e (192.b), respetivamente.

(192)

a.



b.



A CDO deriva da CDP, num processo semelhante ao da passivização, assumindo que (i) a preposição *to* que introduz o OI na CDP tem o estatuto de marcador de Caso, podendo ser suprimida e o Caso absorvido pelo verbo; e que (ii) a posição de Spec/VP, onde é gerado o Tema na CDP, é destematizada, ou seja, pode ser preenchida por outro constituinte que não aquele com o papel temático de Tema – o Recipiente. O Tema, por sua vez, ocupa uma posição de adjunção a V', assumindo-se que um papel temático atribuído por V' pode ser igualmente atribuído a um adjunto deste.

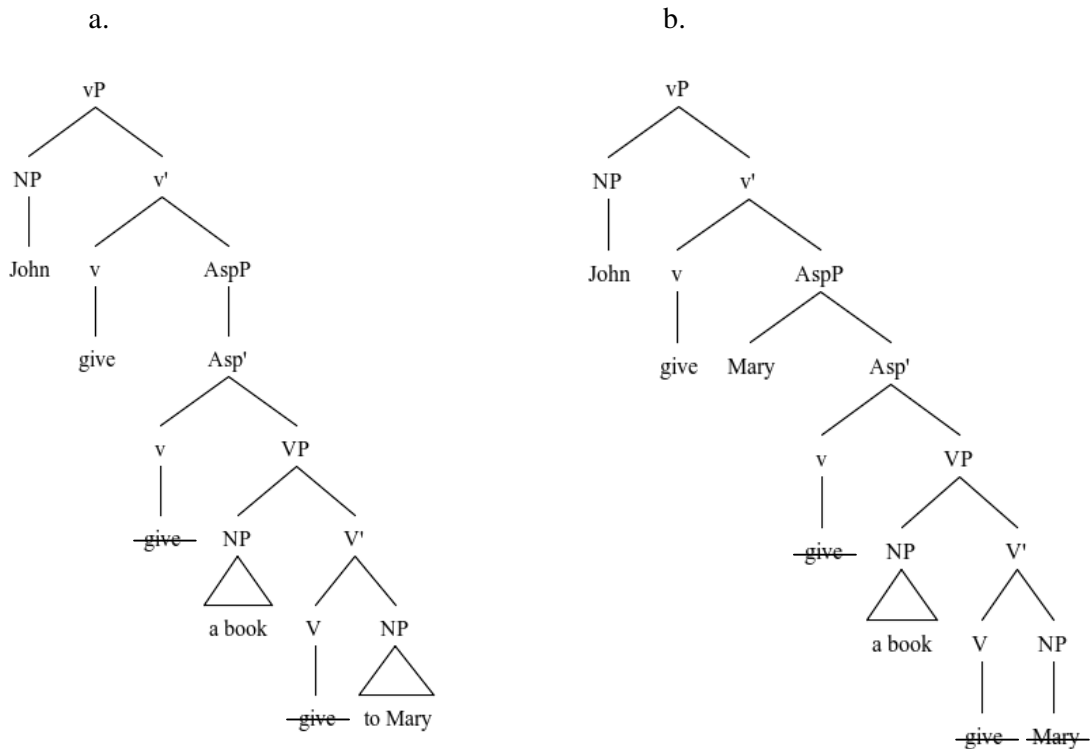
A análise derivacional da CDO a partir da CDP encontra o seu principal suporte na Hipótese de Atribuição Temática Uniforme (UTAH) formulada por Baker (1985): “identical thematic relationships between items are represented by identical structural relationships between those items at the level of D-structure” (*apud* Larson 1988: 350). A UTAH permite, portanto, dar conta da possibilidade de o Tema ser inserido na posição de especificador ou de complemento, na CDP e na CDO, respetivamente, e de o Agente ocupar a posição de especificador do VP mais baixo ou do VP mais alto (respetivamente, VP e *v*P), dependendo de este ser o argumento externo de um verbo ditransitivo ou de um transitivo.

Além da análise proposta por Larson (1988), há outra análise clássica que propõe a existência de uma relação derivacional entre a CDO e a CDP, designadamente a apresentada por Baker (1988). De acordo com este autor, a construção applicativa das línguas bantas e a CDO do inglês partilham a mesma estrutura, uma vez que ambas envolvem a incorporação no verbo de um morfema de natureza preposicional. Porém, enquanto nas línguas bantas a extensão applicativa marca tematicamente o OI, no inglês a preposição é incorporada pelo verbo e é o resultado dessa combinação (verbo + incorporação da preposição) que permite a atribuição do papel temático ao OI; uma vez incorporada a preposição, o NP apenas pode receber Caso do verbo. A principal diferença entre as línguas bantas e o inglês reside, segundo Baker (1988), no facto de o morfema de natureza preposicional ser realizado naquelas e ser nulo nesta.⁷⁰

Para Baker (1996: 17), a análise proposta por Larson (1988) prediz que os verbos apenas podem seleccionar um complemento, sendo que “goals [are] projected as the complements of the verb, while themes are associated with a higher position, as specifier of the VP”. Distintamente da estrutura proposta por Larson (1988), Baker (1996), seguindo Travis (1991), projeta a categoria funcional Asp(ect)P(hrase), interpolada entre os dois VPs sucessivos – aqui representados como VP e *v*P – para Spec da qual é movido o argumento com o papel temático de Recipiente, na CDO. As estruturas da CDP e da CDO são idênticas (cf. (193.a) e (193.b), respetivamente).

⁷⁰ A estrutura subjacente à CDO e à CDP apresentada por Baker (1988) é revista em Baker (1996), uma vez que essa, por envolver uma ramificação ternária, não permitia dar conta das assimetrias de c-comando existentes entre o OI e o OD (cf. (§3.3.1)).

(193)



(adaptado de Baker 1996)

De acordo com a análise proposta por Baker (1996), a possibilidade de o OI ser movido para a posição de Spec/AspP, e não para a posição de Spec/VP, torna desnecessária a destematização dessa posição: “no suppression of the theme argument is necessary to allow dative shift in a [di]transitive structure” (*Idem*: 21). Em certa medida, esta ideia de Baker (1996) será recuperada na nossa análise.

Na secção seguinte, argumentaremos contra a estrutura defendida em estudos recentes, de acordo com a qual as construções ditransitivas do inglês e das línguas românicas envolvem um núcleo aplicativo.

4.2.2 Sobre o núcleo aplicativo

Muitos dos trabalhos recentes, sobretudo desde Pylkkänen (2002, 2008), tendem a interpretar a CDO do inglês (e de outras línguas) como uma construção aplicativo, à semelhança da das línguas bantas. Recorde-se que em algumas línguas bantas, como o chichewa (cf. (33-34), repetido em (194-195), há dois elementos que podem atribuir

Caso ao argumento com o papel temático de Recipiente: a extensão applicativa *-er/ir* e a preposição *kwa*.

(194)

a. *Mbidzi zi-na-perek-er-a nkhandwe msampha.*
zebras CS-PSD-hand-APL-VF fox trap
'The zebras handed the fox the trap.'

b. *Mbidzi zi-na-perek-a msampha kwa nkhandwe.*
zebras CS-PSD-hand-VF trap to fox
'The zebras handed the trap to the fox.'

(Chichewa, adaptado de Baker 1988: 229-230)

(195)

a. *Ndi-na-tumiz-ir-a mfumu chipanda cha mowa.*
CS-PSD-send-APL-VF chief calabash of beer
'I sent the chief a calabash of beer.'

b. *Ndi-na-tumiz-a chipanda cha mowa kwa mfumu.*
CS-PSD-send-VF calabash of beer to chief.
'I sent a calabash of beer to the chief.'

(*Ibidem*)

Na verdade, pelo menos superficialmente, os pares apresentados em (194-195) são paralelos aos pares apresentados nas glosas em inglês. Além disso, como vimos, tanto nas línguas bantas, como no inglês, o argumento com o papel temático de Recipiente da CDO pode constituir o sujeito de frases passivas, o que constituiu um argumento adicional a favor desta associação.

A (aparente) partilha de propriedades entre as línguas bantas e o inglês, designadamente (i) a ordem dos constituintes na CDO; (ii) a ocorrência de passivas dativas; e (iii) a alternância com uma CDP, tem fomentado o aparecimento de análises que postulam a existência de construções applicativas nesta (e noutras) língua(s), designadamente nas línguas românicas. Especificamente, Pylkkänen (2002, 2008)

propõe que as CDOs do inglês são construções aplicativas, assumindo que o dativo é um argumento extra que é aplicado/acrescentado ao predicado verbal.

No entanto, análises como a de Pylkkänen (2002, 2008) e as dos seus seguidores colocam diferentes problemas. Estas análises parecem ignorar que as construções aplicativas das línguas bantas e as CDOs do inglês têm muito mais propriedades distintivas do que em comum. Como faz notar Larson (2014: 62-63), “English double objects are restricted to cases (...) where the applied object has the thematic status of recipient-goal; double object form strictly encodes caused possession. (...) Applicative constructions do not share this restriction, cross-linguistically exhibiting a much wider range of senses than what is found in English.” Assim, Larson (2014) conclui que, do mesmo modo que a CDP que ocorre com *non-core dative verbs* não veicula unicamente movimento do Tema no inglês (cf. §3.4.1), a CDO das línguas bantas não veicula unicamente mudança de possuidor do Tema. Os exemplos seguintes dão conta da existência de construções aplicativas nas línguas bantas, nas quais o NP tematicamente relacionado com a extensão aplicativa não é um Recipiente, mas sim um Beneficiário ou Maleficiário (cf. (196.a-b)), um Instrumental (cf. (197)), um Locativo, independentemente da ordem de palavras (cf. (198))⁷¹, ou um modificador (cf. (199)) (cf. Baker (1988: 236-237)).

(196)

- a. *Mlimi a-ku-i-dul-ir-a mitengo nkhandwe.*
 farmer CS-PRES-CO2-cut-APL-VF trees fox
 ‘The farmer is cutting trees for the fox.’

(Chichewa, adaptado de Baker 1988: 237)

- b. *Kambuku a-na-b-er-a mkango njinga.*
 leopard CS-PSD-steal-APL-VF lion bicycle
 ‘The leopard stole the bicycle from/on the lion.’

(Chichewa, adaptado de Baker 1988: 240)

⁷¹ Veja-se, a propósito, Alsina & Mchombo (1991) e Baker (1992).

(197)

Fisi a-na-dul-*ir-a* mpeni chingwe.
hyena CS-PSD-cut-APL-VF knife rope
'The hyena cut the rope with a knife.'

(Chichewa, adaptado de Baker 1988: 238)

(198)

- a. Alenje a-ku-lúk-*ir-á* míkêka pa-mchenga.
hunters CS-PROG-weave-APL-VF mats 16-3-sand
'The hunters are weaving mats on the beach.'
- b. Alenje a-ku-lúk-*ir-á* pa-mchenga míkêka.

(Chichewa, adaptado de Alsina & Mchombo 1991: 504)

(199)

Nsima iyi ndi-ku-dy-*er-a* njala .
cornmeal this CS-PRES-eat-APL-VF hunger
'I am eating this cornmeal form/because of hunger.'

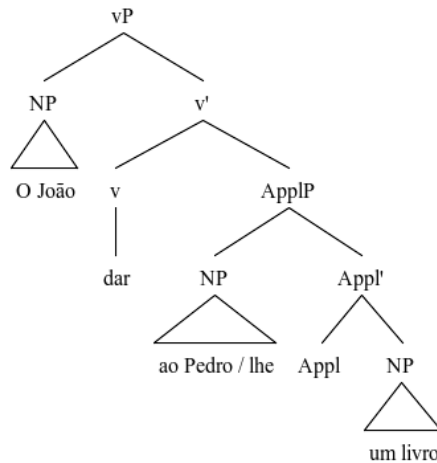
(Chichewa, adaptado de Baker 1988: 468)

As glosas em inglês mostram que, nesta língua, contextos como os de (196-199) envolvem necessariamente um PP.

Como discutimos anteriormente, alguns autores têm defendido que as línguas românicas exibem CDOs. Por analogia com a relação estabelecida entre a CDO do inglês e das línguas bantas (e.g. Marantz (1993) e, mais recentemente, Pylkkänen 2002, 2008), os mesmos têm proposto que a preposição *a* que introduz o argumento dativo no

espanhol e no português é equivalente à extensão applicativa das línguas bantas (cf. (200)).⁷²

(200)



(adaptado de Torres Morais 2006)

Porém, a ideia de que as construções ditransitivas do inglês e das línguas românicas exibem a mesma estrutura que as construções applicativas das línguas bantas envolve outros problemas, designadamente se considerados os dativos não argumentais.

Especificamente contra a proposta de Torres Morais (2006, 2012) de que o português exhibe CDOs e uma construção applicativa, Brito (2009: 149) refere que, “a utilizar-se a ideia do applicativo, esta deveria ser apenas usada para as construções em que o dativo não é argumental. (...) [E]m Português (e noutras línguas) há claramente dativos argumentais e dativos não argumentais, que, por essa razão, se podem considerar acrescentados ao verbo.”

⁷² Veja-se, no entanto, que, nas línguas bantas, os *core dative verbs*, quando subcategorizam um argumento com o papel temático de Recipiente, não envolvem uma extensão applicativa, apresentando-se como verbos ditransitivos não derivados. Considerem-se os seguintes casos com o *core dative verb* prototípico – *dar* (cf. (i-ii)). A extensão applicativa ocorre com este tipo de verbos, quando envolvido, por exemplo, um Beneficiário. Contrastem-se os exemplos (ii) e (iii) do Kinyarwanda.

- (i) *A-ka-inka fishi nkaanga.*
3SG-ASP-give hyena peanuts
'He gave the hyena peanuts.' (Sambaa, Riedel 2009: 27)
- (ii) *Umugabo y-a-haa-ye umugore igitabo.*
man CS-PSD-give-VF woman book
'The man gave the woman the book.' (Kinyarwanda, Baker (1988:174), apresentado em (51.a))
- (iii) *Umugóre a-ra-hé-er-a umugabo ímbwa ibíryo.*
woman CS-PRES-give-APL-VF man dog food
'The woman is giving food to the dog for the man.' (Kinyarwanda, Hoffman 1991: 190)

Pylkkänen (2002, 2008) propôs uma distinção entre aplicativos altos, que ocorreriam nas línguas bantas, e aplicativos baixos, que ocorreriam no inglês e no espanhol (e eventualmente no português). Segundo as suas predições, as línguas com aplicativos baixos “relacionam dois argumentos e implicam transferência, pelo que não podem co-ocorrer nem com verbos estativos nem com verbos inergativos”, enquanto as línguas com aplicativos altos “relacionam um argumento com um evento e não envolvem necessariamente transferência, podendo, assim, co-ocorrer com verbos estativos e com verbos inergativos.” (Miguel, Gonçalves & Duarte 2011: 388).

Todavia, Miguel, Gonçalves & Duarte (2011) mostram que algumas línguas consideradas de aplicativos baixos apresentam igualmente propriedades das línguas com aplicativos altos, designadamente a possibilidade de os dativos de posse ocorrerem com verbos estativos (cf. (201)) e de os dativos pessoais, éticos e enfáticos relacionarem o evento com um dos participantes no discurso (cf. (202)).⁷³

(201)

- a. Juan le respecta las opiniones a María.⁷⁴
- b. O João respeita as opiniões à mulher.

(Miguel, Gonçalves & Duarte 2011: 389)

(202)

- a. Jeanne s'est couru trente km.
- b. Au mont Saint-Michel, la mer te monte à une de ces vitesses!
- c. Sais-me sempre atrasado!

(Miguel, Gonçalves & Duarte 2011: 389)

Além disso, se se considerasse que as construções ditransitivas do português (e do inglês) são construções aplicativas envolvendo um nó aplicativo baixo, ter-se-ia que assumir que estas implicam sempre a transferência do Tema. Na verdade, como vimos, enunciados em que se nega a transferência do Tema com verbos do tipo *dar* são marginais, no caso do português (e do espanhol), independentemente da ordem dos constituintes e da ocorrência de redobro do clítico, uma vez que a segunda oração é uma contradição da primeira (cf. (110-111)). Porém, o sucesso da transferência não é

⁷³ Cf. Miguel, Gonçalves & Duarte (2011) para argumentação contra uma análise que recorra a nós aplicativos para o tratamento dos dativos não argumentais no português e para uma proposta alternativa.

⁷⁴ Os exemplos (201.a) e (202.a-b) apresentados por Miguel, Gonçalves & Duarte (2011) são recuperados de Pujalte (2009) e Boneh & Nash (2009), respetivamente.

garantido quando envolvidos verbos que expressam posse no futuro, como *offer* ‘oferecer’ ou *promise* ‘prometer’ (cf. (112-114)).

Além disso, como nota Larson (2010: 701), a proposta de Pylkkänen (2008) de que “low applied arguments bear no semantic relation to the verb whatsoever: they bear only a transfer-of-possession relation to the direct object” faz previsões falsas. Especificamente, se a relação de transferência de posse fosse operada unicamente entre os dois argumentos, Recipiente e Tema, esperar-se-ia que frases como (204.a) fossem a única interpretação deduzível de frases como (203). Porém, veja-se (205).

(203)

- a. John wrote *Mary that letter*.
- b. $\exists e$ [writing(e) & Agent (e,John) & Theme (e,that_letter) & Goal (e,Mary)]

(204)

- a. John wrote *a letter* and Bill gave *that letter to Mary*.
- b. $\exists e$ [writing(e) & Agent (e,John) & Theme (e,that_letter) & to-the-possession-of (that_letter, Mary)]

(Larson 2010: 701-702)

(205)

John wrote *a letter to Thomas* and Bill gave *that letter to Mary*.

Assim, os dados apresentados nesta secção relativos ao inglês e a outras línguas consideradas por Pylkkänen (2008) línguas de aplicativos baixos mostram que a análise das estruturas dativas como construções aplicativas não é sustentável. Na secção seguinte, discutiremos a proposta alternativa apresentada por Brito (2014, 2015), segundo a qual diferentes ordens de palavras no português têm subjacentes diferentes estruturas de base, e mostraremos que também esta é questionável.

4.2.3 Diferentes ordens de palavras: diferentes estruturas de base

Embora rejeite a existência de CDOs (e de um núcleo aplicativo) nas línguas românicas (e.g. Brito 2009, 2010), Brito (2014, 2015) propõe uma análise das

construções ditransitivas do português que retoma a concha de VP de Larson (1988). Partindo de dados apresentados por Costa (2004, 2009), a autora defende que diferentes ordens de palavras no português têm subjacentes diferentes estruturas de base, ou seja, que as ordens V OD OI e V OI OD / V Cl_{dat} OD são derivadas de forma independente.

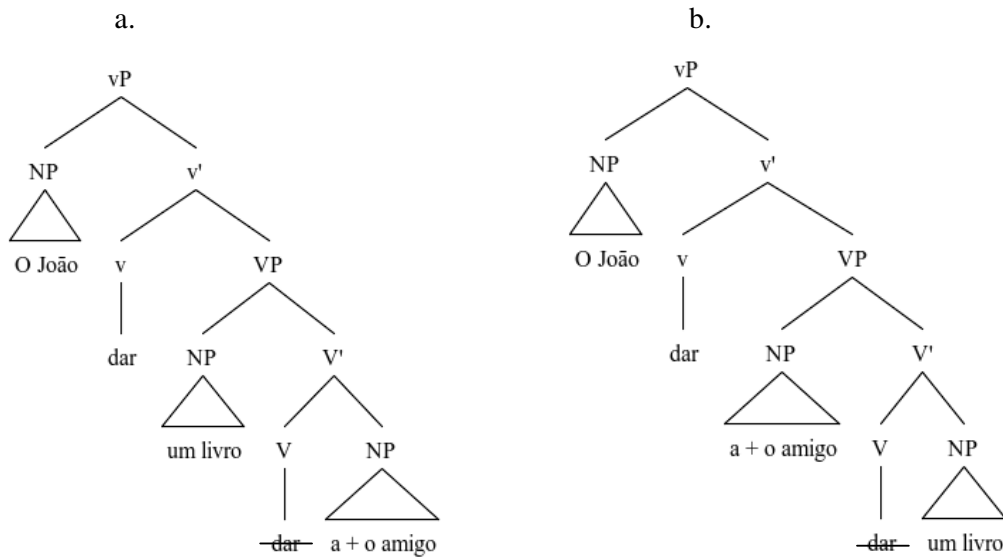
Na verdade, apesar de a ordem canónica no português ser aquela em que o OD precede o OI, este pode igualmente ocupar a posição adjacente ao verbo (i) quando é um clítico (simples ou redobrado); (ii) quando o OD é um NP pesado; ou (iii) por razões de estrutura informacional, em que o tópico precede o comentário, ou seja, a informação dada (OI) precede a informação nova (OD) (e.g. Duarte 2003; Brito 2014) (cf. (206)).

(206)

- a. O João deu o livro à Maria.
- b. O João deu-*lhe* o livro (a ela).
- c. O João deu à *Maria* o livro que comprou na feira.
- d. – O que é que o João deu à Maria?
– Deu à *Maria* um livro.

Contudo, contra Belletti & Shlonsky (1995), Costa (2004, 2009) e Brito (2014) assumem que, embora a ordem canónica no PE seja V OD OI, tal não significa que essa seja a ordem de base mesmo nas construções em que a ordem dos constituintes é invertida. Especificamente, Brito (2014, 2015) propõe que a diferentes ordens de constituintes no PE correspondem diferentes estruturas sintáticas de base, sendo que a ordem V OI OD não é derivada, por *scrambling* do OD, a partir da ordem básica V OD OI, mas sim de forma independente (cf. (207.a) e (207.b)).

(207)



(adaptado de Brito 2014: 107; 112)

Em favor da sua análise, Brito (2014, 2015) recupera dados discutidos em Costa (2004, 2009) que sugerem a existência de “two basic ways of generating the two word orders, even if only one of them is unmarked” (Costa 2004: 147). Um dos argumentos aduzidos é o de que os pronomes possessivos são c-comandados pelo seu antecedente quando este é quantificado, sugerindo que o OD c-comanda o OI, na ordem V OD OI, e que o OI c-comanda o OD na ordem V OI OD, (cf. (88-89) repetidos em (208-209)).

(208)

- a. Entreguei [cada_i livro]_{OD} [ao seu_i autor]_{OI}.
- b. *Entreguei [o seu_i livro]_{OD} [a cada_i autor]_{OI}.

(209)

- a. Entreguei [a cada_i autor]_{OI} [o seu_i livro]_{OD}.
- b. *Entreguei [ao seu_i autor]_{OI} [cada_i livro]_{OD}.

De facto, do ponto de vista da teoria da ligação, os dados apresentados em (208-209) apontam para uma derivação dos OIs e dos ODs gerados na base, uma vez que as anáforas devem ser correferentes do seu antecedente. Porém, como vimos em §3.3.1, e

Brito (2015) reconhece, (208-209.b) são gramaticais numa leitura distributiva, pelo que a sua agramaticalidade (ou marginalidade) pode dever-se à dificuldade de leitura do possessivo *seu/sua* como um pronome ligado, uma vez que este é tipicamente interpretado como segunda pessoa (*você*). Como vimos, a aceitabilidade desses enunciados melhora se outro tipo de elemento referencial for usado (e.g. *respetivo*) (cf. (90)).⁷⁵

O segundo argumento apresentado é o de que construções com elipse e anteposição fornecem evidência a favor de que o verbo e o OD formam um constituinte, sendo o OI inserido numa diferente posição (Costa 2004, 2009).

(210)

Eu dei livros à Maria e o Pedro [~~deu livros~~] à Ana.

(Costa 2009: 96-97)

(211)

O Pedro queria dar os livros ao Rui ontem...

- a. ... e [dar os livros] ele deu ao Rui ontem.
- b. ... e [dar os livros ao Rui] ele deu ontem.
- c. ... e [dar os livros ao Rui ontem] ele deu.

(Costa 2009: 96-97)

⁷⁵ A favor da geração da base da ordem V OI OD, Costa (2009: 96), cujos dados são recuperados por Brito (2014, 2015), apresenta ainda o par que recuperamos em (i).

- (i) a) *Apresentei [a Maria_i]_{OD} [à filha da Maria_i]_{OI}.
- b) Apresentei [à filha da Maria_i]_{OI} [a Maria_i]_{OD}.

Porém, a querer argumentar-se a favor de derivações distintas para diferentes ordens de palavras, o paradigma a considerar deveria ser o que apresentamos em (ii-iii). Assumindo que há duas diferentes estruturas de base em função da ordem de palavras, de acordo com a Teoria da Ligação, (i/ii.a) é agramatical porque o OD c-comanda o OI e (iii.a) é agramatical porque o OI c-comanda o OD, havendo, nos dois casos, uma violação do Princípio C, de acordo com o qual uma expressão referencial deve ser livre.

- (ii) a) *Apresentei [a Maria_i]_{OD} [à filha da Maria_i]_{OI}. (= (i.a))
- b) Apresentei [a filha da Maria_i]_{OD} [à Maria_i]_{OI}.
- (iii) a) *Apresentei [à Maria_i]_{OI} [a filha da Maria_i]_{OD}.
- b) Apresentei [à filha da Maria_i]_{OI} [a Maria_i]_{OD}. (= (i.b))

Contudo, admitindo, como Pineda (2012, 2013, 2016) que o c-comando é simétrico nas línguas românicas, a agramaticalidade de (ii-iii.a) estende-se igualmente às alíneas (ii-iii.b). A gramaticalidade está dependente da omissão de “da Maria” (cf. (iv-v)).

- (iv) a) Apresentei [a Maria_i]_{OD} [à filha (da Maria_i)]_{OI}.
- b) Apresentei [a filha (da Maria_i)]_{OD} [à Maria_i]_{OI}.
- (v) a) Apresentei [à filha (da Maria_i)]_{OI} [a Maria_i]_{OD}.
- b) Apresentei [à Maria_i]_{OI} [a filha (da Maria_i)]_{OD}.

No entanto, os exemplos de Costa (2004, 2009) requerem uma análise mais fina de que Brito (2014, 2015) não dá conta. Na verdade, paralelamente a (210), são possíveis enunciados como o apresentado em (212), o que poderia sugerir também, nessa perspectiva, que o verbo e o OI formam um constituinte, excluindo o OD. Como tal, não constituem argumentos a favor nem contra a existência de diferentes estruturas de base.

(204)

Eu dei à Maria livros e o Pedro [~~deu à Maria~~] garrafas.

Além disso, se se assumir que os enunciados em (211.a-c) são gramaticais, ter-se-á que assumir que (213.a-c) também o são.

(205)

O Pedro queria dar ao Rui os livros ontem...

- a. ... e [dar ao Rui] ele deu os livros ontem.
- b. ... e [dar ao Rui os livros] ele deu ontem.
- c. ... e [dar ao Rui os livros ontem] ele deu.

Nesse sentido, uma vez mais os dados apresentados pelos autores apenas dão conta da existência de duas ordens de palavras nas construções ditransitivas do português, não apresentado evidência a favor de que essas envolvem diferentes estruturas de base. Note-se ainda que, de acordo com os nossos juízos de aceitabilidade, dos contextos apresentados em (211) e (213), apenas (211.c) e (213.c) são gramaticais.

Brito (2014) apresenta ainda provérbios e expressões fixas com diferentes ordens de constituintes (cf. (214-215)).

(206)

- a. *Dá honra a quem não a tem.*
- b. *Dá Deus nozes a quem não tem dentes.*
- c. *Dar pão a quem não tem pão é esmola de carvão.*

(207)

- a. Dar a teu filho *bom nome e bom ofício*.
- b. Dai a cada um *o que é seu*.
- c. Dar a Deus *o que é de Deus* e a César *o que é de César*.

(Brito 2014: 112)

Porém, esses também não podem ser entendidos como argumentos a favor da existência de duas ordens básicas. Note-se que as diferentes ordens de constituintes em (214-215) podem ser justificadas com o mesmo argumento: o OI em (214) e o OD em (215) são NPs pesados (complexos ou longos).

Além disso, se consideradas igualmente expressões fixas, embora sequências como as de (216-217.b) sejam agramaticais, há outras que admitem a interrupção por um OI (cf. (218-219)).

(208)

- a. Dar pérolas *a porcos*.
- b. *Dar *a porcos* pérolas.

(209)

- a. Dar o corpo *ao manifesto*.
- b. *Dar *ao manifesto* o corpo.

(210)

- a. Dar uma mãozinha *ao João*.
- b. Dar *ao João* uma mãozinha.

(211)

- a. Prometer mundos e fundos *aos funcionários*.
- b. Prometer *aos funcionários* mundos e fundos.

Nesse sentido, a agramaticalidade da ordem invertida dos constituintes em (216-217) pode dever-se ao facto de haver expressões mais cristalizadas do que outras.⁷⁶

⁷⁶ Cf. nota de rodapé 43, sobre expressões idiomáticas nas duas variantes da alternância dativa do inglês.

Mais ainda, uma proposta de acordo com a qual diferentes ordens de constituintes são derivadas de forma independente não permite dar conta dos contrastes de gramaticalidade em construções de redobro do clítico (e.g. Gonçalves, Duarte & Hagemeyer 2015, 2016). Em primeiro lugar, veja-se que, no português, o redobro do clítico é possível com um pronome pessoal forte ou com um quantificador simples (cf. (220-221.a-b)).⁷⁷ Distintamente do espanhol, a ocorrência de nomes próprios ou comuns não legitima o redobro (cf. (220-221.c)).

(212)

- a. Os professores ofereceram-*lhes* gelados *a eles*.
- b. Os professores ofereceram-*lhes* gelados *a todos*.
- c. *Os professores ofereceram-*lhe* livros *ao João/ao rapaz*.

(adaptado de Brito, Duarte & Matos 2003: 832)

(213)

- a. Encontrámo-*las a elas* na feira do livro.
- b. Encontrámo-*las a todas* na feira do livro.
- c. *Encontrámo-*las às raparigas* na feira do livro.

(*Ibidem*)

Ora, em construções de redobro do clítico dativo, o OD pode interpor-se entre o clítico e a forma do constituinte redobrado (cf. (222-223)), permitindo derivar enunciados gramaticais.

(214)

Dei um livro *aos meus amigos*.

- a. Dei-*lhes a eles* um livro.
- b. Dei-*lhes* um livro *a eles*.

⁷⁷ No português, as construções de redobro são ainda possíveis com pronomes reflexos ou recíprocos. No primeiro caso, o constituinte redobrado é constituído por um pronome forte e um item anaforizador *próprio/a(s)* ou *mesmo/a(s)* (cf. (i)). No segundo caso, a expressão redobrada assume a forma *um/uma(s) + preposição + outro/a(s)* (cf. (ii)). Com pronomes não reflexos e reflexos, é usada invariavelmente a preposição *a*. Com pronomes recíprocos, a preposição é usada de acordo com a seleção categorial do verbo (cf. (ii.a) vs. (ii.b)).

(i) Nós conhecemo-*nos a nós próprios/a nós mesmos* melhor do que a ninguém.

(ii) a) Eles cumprimentaram-*se um ao outro*.

b) Os carros cruzaram-*se um com o outro*.

(Brito, Duarte & Matos 2003:832-833)

(215)

Os professores deram boas notas a todos os alunos.

- a. Os professores deram-*lhes a todos* boas notas.
- b. Os professores deram-*lhes* boas notas *a todos*.

Porém, em construções de redobro do clítico acusativo, o OI não pode ocupar essa posição. Veja-se a agramaticalidade de (224-225.b).

(216)

Apresentei *a Ana* aos meus amigos.

- a. Apresentei-*a a ela* aos meus amigos.
- b. *Apresentei-*a* aos meus amigos *a ela*.

(217)

Apresentei *a Ana* a todos os meus amigos.

- a. Apresentei-*a a ela a todos* (os meus amigos).
- b. *Apresentei-*a a todos* (os meus amigos) *a ela*.

Em suma, a associação estabelecida no título desta secção não encontra suporte empírico. Como tal, distintamente de Brito (2014, 2015), rejeitamos o tratamento de diferentes ordens de constituintes no PE com diferentes estruturas de base. Por consequência, em seguida argumentaremos a favor de que a CDO e a CDP do inglês, quando envolvido um Recipiente, bem como as diferentes ordens de palavras na CDP do português, partilham a mesma estrutura. Para tal, defenderemos, na linha de Ormazabal & Romero (2010), que é necessária uma reinterpretação das análises clássicas de Larson (1988) e Baker (1988, 1996).

4.3 A CDO e a CDP partilham a mesma estrutura

4.3.1 A reinterpretação dos clássicos

Não obstante a extensa literatura existente sobre alternância dativa, as hipóteses de Larson (1988) e de Baker (1988, 1996), tal como inicialmente formuladas, *i.e.* enquanto abordagens derivacionais, não têm sido amplamente adotadas. As análises dominantes derivam a CDO de forma independente da CDP. Porém, como vimos, essas baseiam-se em assunções sem motivação empírica que as sustente. Só muito recentemente parece observar-se um regresso aos clássicos e uma reinterpretação das análises então propostas. Esta é a posição seguida por Ormazabal & Romero (2010.a-b, 2012). Tendo por base a distinção baseada no significado expresso por cada verbo, proposta por Rappaport-Hovav & Levin (2008), estes autores apresentam aquilo a que chamam uma visão moderna das análises clássicas de Larson (1988) e de Baker (1988, 1996).

Ormazabal & Romero (2010.a-b, 2012) referem que a proposta de Baker (1988, 1996) de que as CDOs do inglês são equiparáveis às construções aplicativas das línguas bantas tem sido mal interpretada, o que derivou num conjunto de trabalhos que postulam a existência de um núcleo aplicativo no inglês (e noutras línguas). Porém, de acordo com Ormazabal & Romero (2010.a: 2), “*applicative constructions, in the descriptive sense the term has in, say, Bantuist studies, are very close in many respects to dative constructions and are better analyzed theoretically as cases of P-incorporation than in terms of applicative projections in the functional component*”. Na verdade, na proposta original de Baker (1988) para o tratamento da CDO no inglês não é projetado um núcleo aplicativo nem se assume que esta língua tem uma extensão aplicativa como as línguas bantas. Pelo contrário, considera-se que, por razões de atribuição de Caso, a preposição *to* é incorporada no verbo, tal como ocorre com a extensão aplicativa das línguas bantas.

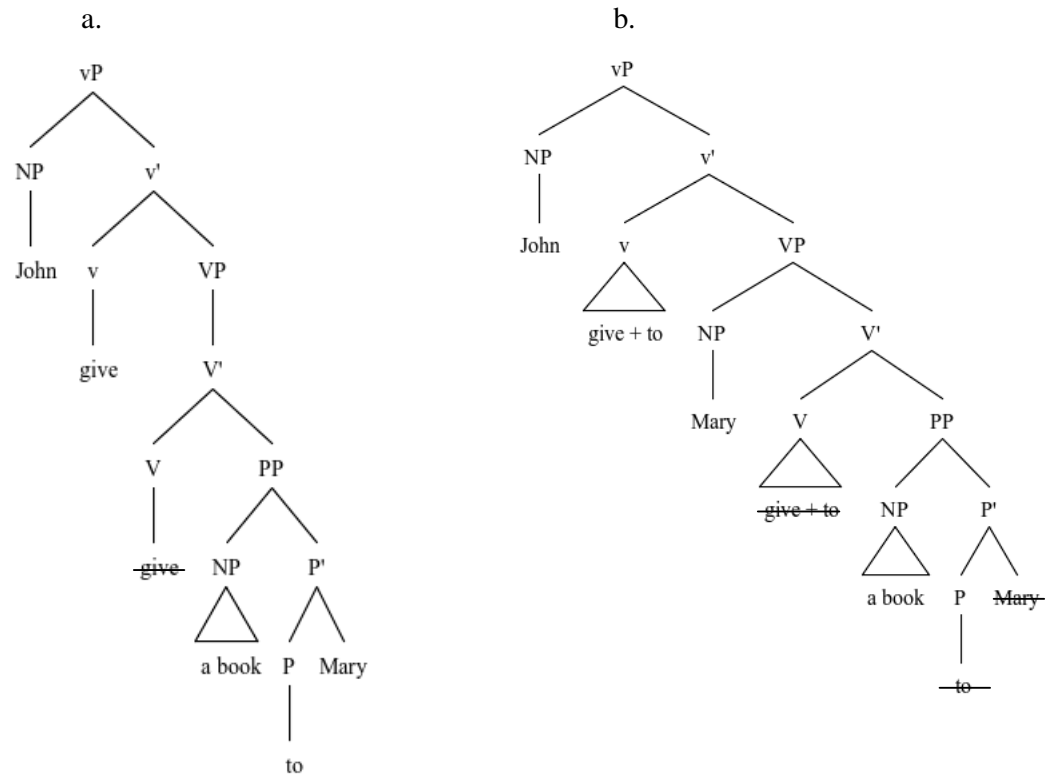
Assim, na análise de Ormazabal & Romero (2010a-b), a CDO e a CDP do inglês não só estão derivacionalmente relacionadas, no sentido em que partilham a mesma estrutura, como o que as distingue é a possibilidade de haver incorporação da preposição naquela e não nesta: “*at some point in the derivation, the option of incorporating the prepositional element makes the two derivations divergent*”

(Ormazabal & Romero 2010.a: 20).⁷⁸ Além disso, para estes autores, apenas algumas línguas admitem a incorporação da preposição, como ocorre no inglês. Noutras, a única estratégia para expressar o dativo é a CDP, independentemente de os verbos envolverem literalmente movimento do Tema (*non-core dative verbs*) e/ou apenas veicularem a mudança de possuidor (*core dative verbs*). É o caso, como vimos, das línguas românicas. Nas línguas bantas, por sua vez, a incorporação da extensão applicativa no verbo é sempre obrigatória.

Na análise proposta por Ormazabal & Romero (2010b) são projetados dois VPs sucessivos, tal como em Larson (1988). Porém, distintamente dessa análise, a sua proposta é a de que tanto o OI como o OD são gerados na posição de complemento do verbo: o OD em Spec/PP e o OI em complemento de P' (numa estrutura que se assemelha à apresentada por Pesetsky (1995) e Harley (2002), para a CDP). Esta análise distingue-se de Baker (1996), por não existir um nó que projeta Asp (cf. (226)).

⁷⁸ De acordo com Bruening (2010, no prelo), não obstante os argumentos empíricos que provam a indistinção semântica da CDO e da CDP (e.g. Bresnan & Nikitina 2008; Rappaport-Hovav & Levin 2002, 2008), especificamente no que concerne às expressões idiomáticas, é possível preservar uma análise de acordo com a qual a CDO e a CDP não estão derivacionalmente relacionadas. Especificamente, este autor propõe que há casos em que as CDPs o são apenas aparentemente. Especificamente, para Bruening (2010, no prelo), esses casos são aquilo que designa por *R(ightward)-dative shifts*, i.e. CDO invertidas com preposição. Porém, esta proposta é polémica e fortemente contestada por Ormazabal & Romero (2012:1), para quem “a regular PP-structure is more adequate empirically, conceptually simpler, and does not induce the problems observed in R-dative shift analysis”. Não discutiremos aqui a análise proposta por Bruening (2010, no prelo); porém, consideramos que os argumentos que temos vindo a apresentar são suficientes para corroborar a adoção da hipótese de que a CDO e a CDP estão relacionadas derivacionalmente.

(218)



(adaptado de Ormazabal & Romero 2010b)

Veja-se que a obtenção da CDO passa pela incorporação da preposição no verbo. Uma vez incorporada, deixa de atribuir Caso ao seu complemento. Por consequência, “the complex verb head targets the complement of the preposition for agreement purposes. (...) The presence of *the book* (...) does not create an intervention effect for this movement because *the book* lacks the necessary features to raise” (Ormazabal & Romero 2010.a: 22-23).

Para estes autores, a não ocorrência de CDOs em algumas línguas tem na base a impossibilidade de a preposição ser incorporada. Na verdade, esta ideia, já presente em Baker (1988), não é muito distinta da ideia de absorção do Caso postulada por Larson (1988). Quando a presença da preposição é redundante para a atribuição de Caso, *i.e.* quando V e P atribuem o mesmo Caso, a preposição pode ser reduzida a marcador de Caso ou, na linha de Baker (1988, 1996) e de Ormazabal & Romero (2010.a-b), incorporada. Nas palavras de Larson (2014: 57): “the double object form is simply a variant that ‘wins’ over the oblique form whenever available; its general unavailability would allow its oblique counterpart to surface.”

Muito embora a estrutura proposta por Ormazabal & Romero (2010.a-b) permita reinterpretar os clássicos e, na linha de Rappaport-Hovav & Levin (2008), dar conta da possibilidade de a CDO e a CDP partilharem a mesma estrutura, quando envolvidos *core (e non-core) dative verbs*, na expressão de Recipientes, a sua adoção prediz que o OD e o OI formem um constituinte. Por consequência, espera-se que o OD e o OI possam, por isso, ser focalizados, distintamente de outros constituintes subcategorizados por verbos de dois lugares que não formam um constituinte. No entanto, no caso do português, (227.d) é, senão agramatical como (228.d), pelo menos, marginal.

(219)

- a. O João deu um livro à Maria/à amiga de infância.
- b. Foi *um livro* que o João deu à Maria/à amiga de infância.
- c. Foi *à Maria/à amiga de infância* que o João deu um livro.
- d. ??Foi *um livro à Maria/à amiga de infância* que o João deu.

(220)

- a. O João pôs esse livro na estante.
- b. Foi *esse livro* que o João pôs na estante.
- c. Foi *na estante* que o João pôs esse livro.
- d. *Foi *esse livro na estante* que o João pôs.

Além disso, se aceitássemos a gramaticalidade de (227.d) como um argumento a favor de que o OD e o OI formam um constituinte, teríamos que assumir o mesmo em contextos como o de (229). Porém, neste caso, “para a Maria” é um dativo não argumental, com o papel temático de Beneficiário.

(221)

- a. O João comprou um livro *para a Maria*.
- b. Foi *um livro* que o João comprou para a Maria.
- c. Foi *para a Maria* que o João comprou um livro.
- d. Foi *um livro para a Maria* que o João comprou.

Assim, embora concordemos com Ormazabal & Romero (2010) quanto à necessidade de reinterpretar as análises clássicas de Larson (1988) e de Baker (1988),

rejeitamos que o OD e o OI possam ser entendidos como um constituinte.⁷⁹ Ao mesmo tempo, e tendo presente que nem mesmo nas CDOs das línguas bantas com *core dative verbs* está envolvida uma extensão applicativa, rejeitamos a ideia da incorporação da preposição.

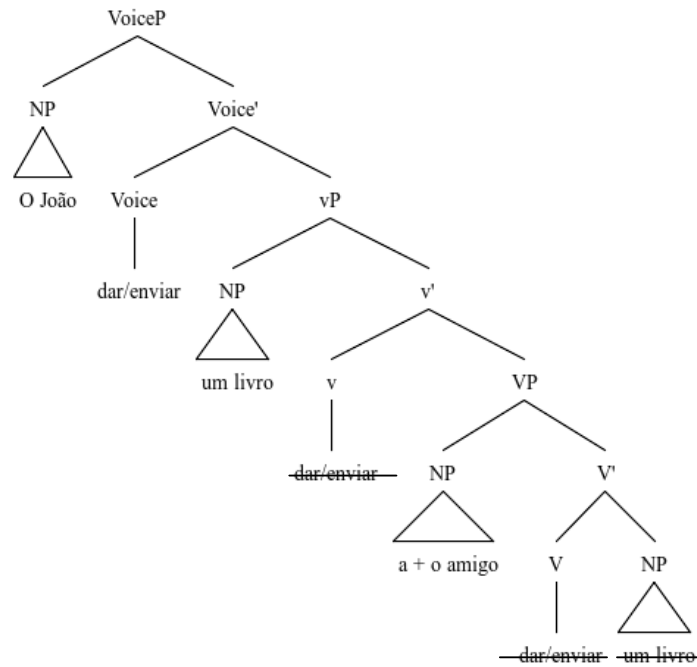
Por conseguinte, em seguida, argumentaremos a favor de que é possível dar conta da realização do argumento dativo com o papel temático de Recipiente no inglês e no português, numa concha de VP clássica, se o OI, e não o OD, for projetado em Spec/VP. Por sua vez, a CDP que envolve um Alvo [-ANIM] nas duas línguas é derivada de forma independente.

4.3.2 A CDO e a CDP com *core (e non-core) dative verbs*

Tendo argumentado contra as análises mais recentes propostas na literatura para o tratamento das construções ditransitivas, e em favor de uma reinterpretação das análises clássicas que envolvem a concha de VP, cumpre agora propor uma estrutura que dê conta dos dados até aqui apresentados. Começaremos por discutir a estrutura que envolve *core dative verbs*. Como vimos, a alternância entre a CDO e a CDP no inglês dá-se apenas com esta classe de verbos, na expressão de Recipientes, e com *non-core dative verbs*, na expressão de Alvos [+ANIM], interpretados como Recipientes. Quando envolvidos *non-core dative verbs*, e Alvos [-ANIM], apenas a CDP é legitimada. Neste sentido, assumiremos, como em Gonçalves, Duarte & Hagemeyer (2015, 2016), que a CDO e a CDP partilham a mesma estrutura, com *core (e non-core) dative verbs* (ou seja, quando envolvido um Recipiente ou um Alvo [+ANIM] interpretado como tal) (cf. (230)).

⁷⁹ Veja-se em Ormazabal & Romero (2010a), uma proposta dos mesmos autores que combina o modelo construcionista de Ramchand (2008) e a abordagem derivacional clássica.

(222)

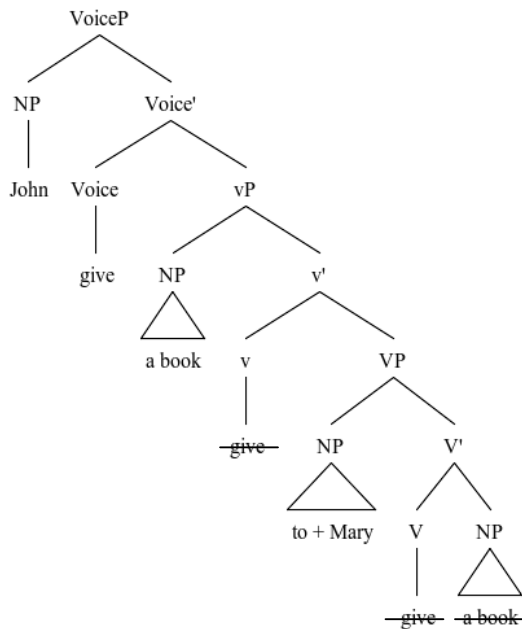


O argumento dativo com o papel temático de Recipiente é um NP, tanto no português como no inglês. As preposições *a/to* têm um estatuto meramente funcional, *i.e.* o marcador de Caso (ou reflexo de *Agree*) entre um núcleo que atribui Caso e um NP. Uma vez que as línguas românicas se distinguem de línguas germânicas como o inglês, por naquelas o OI receber Caso inerente e nestas Caso estrutural, o OD em português tem necessariamente de se mover para a posição de Spec/vP, para receber Caso estrutural, derivando a ordem canónica V OD OI. A ordem de palavras não canónica no português, V OI OD, por sua vez, é derivada por *scrambling* do OI, por motivações discursivas, semânticas e/ou de processamento.

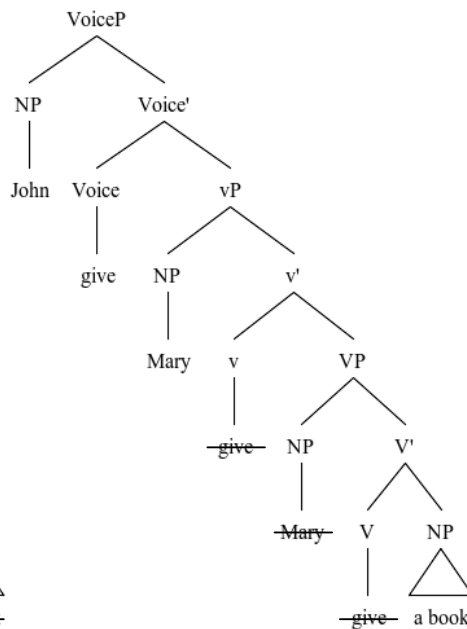
No inglês, tanto o OD como o OI podem mover-se para a posição de Spec/vP. O facto de o OI se mover primeiro do que o OD, ou vice-versa, determina a ocorrência de uma CDO ou de uma CDP, respetivamente. Vejam-se em (231.a) e (231.b) as estruturas relevantes para a CDO e a CDP do inglês com *core dative verbs*.

(223)

a.



b.



Veja-se que, de acordo com a estrutura proposta, é possível dar conta da relação de c-comando simétrico nas línguas românicas (cf. §3.3.1). Na verdade, como refere Harley (2002: 62), a propósito de dados do francês e do italiano, “at some level of representation, the Goal argument may c-command the Theme argument in these [Romance] languages”. É o que acontece, na verdade, ao projetarmos o OI numa posição mais alta do que o OD. Por outro lado, esta estrutura permite dar conta da relação de c-comando assimétrico no inglês, uma vez que o OI c-comanda o OD na CDO e o OD c-comanda o OI na CDP.

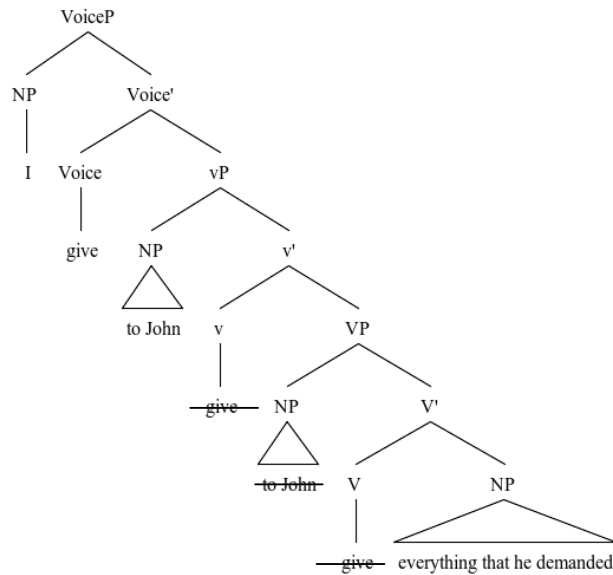
Por outro lado, com a estrutura proposta é ainda possível explicar a gramaticalidade de passivas dativas apenas no inglês. Uma vez que o OD não precisa necessariamente de se mover para a posição de Spec/vP para receber Caso, como acontece no português, o OI pode ocupar essa posição, a partir da qual se move para uma posição de Spec/TP onde pode receber Caso nominativo. Pelas mesmas razões, é explicável a gramaticalidade de passivas acusativas apenas a partir da CDP: se o OD se mover, obrigatoriamente no português, e opcionalmente no inglês, para a posição de Spec/vP, apenas esse constituinte pode, numa posição mais alta, receber Caso nominativo. Além disso, esta estrutura permite igualmente dar conta da gramaticalidade

de passivas em que o OI ocupa a posição de sujeito no PE, com verbos de dois lugares com argumento interno OI (cf. (94)), uma vez que a posição de Spec/vP está disponível.

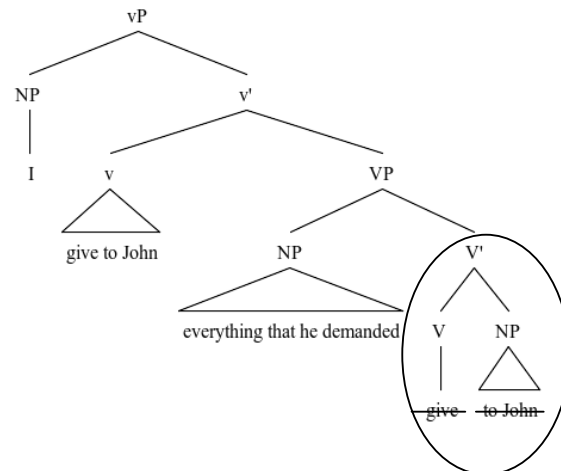
Mais ainda, uma estrutura em que o OI é projetado numa posição mais alta permite dar conta de construções em que a ordem de palavras da CDP do inglês é invertida, face à presença de um OD pesado, não sendo necessário, para tal, como em Larson (1988, 1989), mover todo o V' (cf. (232.a) vs. (232.b)).

(224)

a.



b.



(adaptado de Larson 1988: 349)

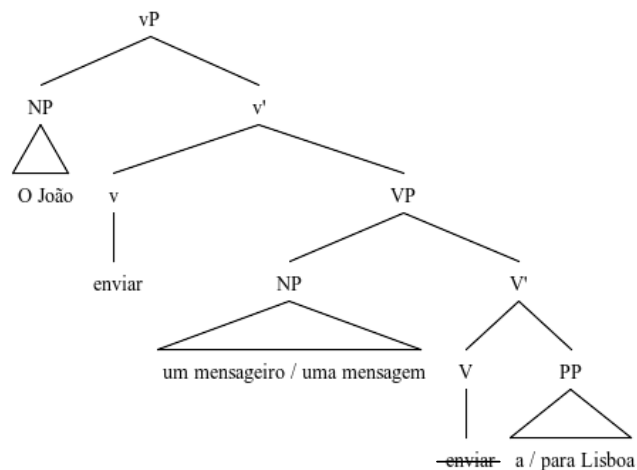
Em seguida, discutiremos a estrutura da CDP com *non-core dative verbs*, quando subcategorizado um Alvo [-ANIM], os quais, como vimos, além de veicularem movimento, podem codificar a transferência de posse.

4.3.3 A CDP com *non-core dative verbs*

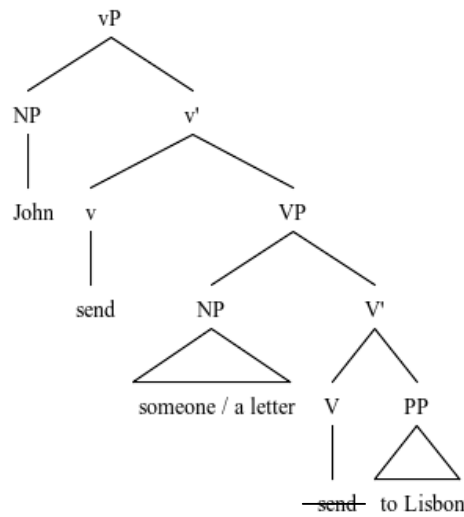
Os estudos sobre as construções ditransitivas parecem ter ignorado até ao trabalho de Rappaport-Hovav & Levin (2008) a existência de duas CDPs no inglês. Porém, como vimos, apesar de ambas envolverem a preposição *to*, a CDP que ocorre com verbos do tipo *give* ‘dar’ (e com verbos do tipo *send* ‘enviar’ e *throw* ‘atirar’, quando envolvidos Alvos [+ANIM]) apenas o é superficialmente, uma vez que a preposição tem um estatuto meramente funcional – marcador de Caso (reflexo de *Agree*). Por sua vez, a CDP que ocorre com *non-core dative verbs*, e Alvos [-ANIM], envolve uma verdadeira preposição, com valor direcional (e locativo). Por consequência, não é possível assumir que as duas CDPs, dependentes dos traços da preposição envolvida, partilham a mesma estrutura.

Para dar conta do argumento de *non-core dative verbs* com o papel temático de Alvo [-ANIM], no português e no inglês, é necessário considerar outra estrutura. Uma vez que este argumento é introduzido por uma preposição [+dir, +loc], é legítimo assumir que é gerado na posição canónica dos PPs, ou seja, em complemento de V. Por sua vez, o Tema é gerado na posição de Spec/VP, numa concha larsoniana (cf. (239-240)).

(239)



(240)



Esta diferença estrutural entre as duas CDPs do inglês permite justificar a inexistência de CDOs com *non-core dative verbs* que subcategorizam Alvos [-ANIM]. Na verdade, uma vez que o OD é projetado numa posição mais alta, e o Oblíquo recebe Caso *in situ* através da preposição, o único constituinte que pode mover-se para a posição em que pode receber Caso nominativo é o OD.

4.4 Síntese

Diferentes análises têm sido propostas na literatura para dar conta da derivação da CDO e da CDP em línguas com (alegada) alternância dativa, como o inglês e as línguas românicas. Muito embora, segundo as análises clássicas de Larson (1988) e Baker (1988), a CDO e a CDP estejam derivacionalmente relacionadas, outros autores, tendo por base a falsa premissa de que as duas estratégias não são equivalentes semânticas, argumentaram a favor de uma derivação independ

ente. Nesse sentido, sobretudo desde os estudos de Marantz (1993) e Pylkkänen (2002/2008), generalizou-se a ideia de que estas línguas, à semelhança das línguas bantas, exibem construções aplicativas. Consideramos que os argumentos apresentados contra estas análises, bem como em favor da existência de duas diferentes CDPs nas línguas em discussão, nos permitem propor uma estrutura alternativa. Assim, na linha de Ormazabal & Romero (2010), julgamos ser necessário reinterpretar as análises

clássicas. Porém, muito embora recuperemos a concha Larsoniana, não é possível assumir que a CDO é derivada a partir da CDP. Na verdade, segundo a nossa análise, as duas estratégias partilham a mesma estrutura, quando envolvidos *core (e non-core) dative verbs* e Recipientes: ambas envolvem dois NPs, apesar de na CDP o NP com o papel temático de Recipiente ser marcado Casualmente por uma preposição funcional. Distintamente da concha de VP clássica, é o OI e não o OD a ser projetado em Spec/VP. Por sua vez, quando envolvidos *non-core dative verbs* e Alvos [-ANIM], a CDP é derivada de forma independente, sendo, neste caso, o Alvo projetado na posição de complemento do V.

Tendo discutido as construções ditransitivas nas línguas românicas e, em particular, no PE, nos capítulos seguintes, analisaremos a expressão do argumento dativo com o papel temático de Recipiente no PST.

5. METODOLOGIA: RECOLHA E TRATAMENTO DE DADOS DO PST

5.1 Introdução

O estudo das construções ditransitivas que envolvem um argumento com o papel temático de Recipiente no PST tem por base a análise de dados de produção oral espontânea e de resultados de uma tarefa de elicitación, recolhidos em São Tomé e Príncipe antes e durante a investigação.

Neste capítulo, começaremos por descrever o *corpus*, dando conta das opções metodológicas seguidas para a recolha, anotação e tratamento dos dados (§5.2). Posteriormente, apresentaremos a tarefa de elicitación pensada para avaliar a aceitabilidade das estratégias de realização do argumento dativo atestadas no *corpus* (§5.3), discutindo os critérios subjacentes à seleção dos participantes, bem como das variáveis testadas.

5.2 *Corpus* de produção oral espontânea

O *corpus* de produção oral espontânea que serviu de base à presente investigação sobre o PST foi recolhido em São Tomé, no âmbito do projeto *Varietades Africanas do Português* (VAPOR) do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL), por membros do projeto.

Dando continuidade a projetos anteriores sobre o português em África realizados pelo CLUL, nomeadamente o *Corpus África*⁸⁰, o projeto VAPOR tem como principais objetivos constituir *corpora* das variedades do português faladas nos países africanos de língua oficial portuguesa e torná-los pesquisáveis em linha. O *corpus* oral do PST é, no momento, o de maior dimensão entre as variedades africanas do português, reunindo entrevistas a mais de 200 informantes (aproximadamente 75 horas de gravação), tendo sido mais de metade recolhida em trabalho de campo realizado no âmbito desta investigação.

⁸⁰ O *Corpus África* consiste num *subcorpus* do *Corpus de Referência do Português Fundamental* (CRPC) (cf. Bacelar do Nascimento *et al.* 1987, 2008; entre outros).

Para a presente investigação, foi usado um *subcorpus* de 65 entrevistas, o que equivale a cerca de 35 horas de gravação e a mais de 280.000 palavras transcritas, numa média de 4000 palavras por entrevista, incluindo as intervenções do entrevistador. Os dados considerados foram recolhidos em dois momentos distintos (2008 e 2011). Parte dos primeiros foi usada em investigação precedente (R. Gonçalves 2010), mas, com vista a ampliar o *corpus* existente e o *subcorpus* anteriormente analisado, novos dados foram posteriormente recolhidos nas duas etapas de trabalho de campo realizado em São Tomé (2011 e 2012).

A recolha dos dados de produção oral espontânea foi efetuada mediante a realização de entrevistas semi-estruturadas a um vasto conjunto de informantes. A sua realização teve por base alguns princípios seguidos em trabalhos precedentes (e.g. Bacelar do Nascimento *et al.* (1987), para o PE, e Justino (2011), para o português de Moçambique). Assim, procurou-se: (i) tornar a situação linguística o mais natural possível; (ii) realizar as entrevistas num ambiente conhecido do entrevistado: em casa, no local de trabalho e/ou de estudo; (iii) propor diferentes temas: educação, família, trabalho, atividades de tempos livres, viagens, línguas de São Tomé e Príncipe, cultura local (música, dança, festas), religião, política, entre outros⁸¹; (iv) dar a máxima liberdade ao entrevistado de falar (ou não) sobre os temas propostos, sendo possível caracterizar as entrevistas mais como diálogos do que como inquéritos/questionários; (v) aproveitar, sempre que se proporcionou, a participação de outro interveniente (geralmente a pessoa por quem o investigador se fez acompanhar), tendo sido possível recolher, nesses casos, produções de dois informantes numa mesma gravação.

Antes do início da entrevista foi solicitada a autorização de realização e gravação da mesma a cada um dos participantes. Para tal, foram dados a conhecer os objetivos gerais da entrevista – recolha de dados pelo CLUL para o estudo do PST – não tendo sido referidos os objetivos específicos que norteiam a presente investigação. Este procedimento permitiu a constituição de um *corpus* disponível não só para este trabalho, como para outros que se pretendam desenvolver posteriormente, de acordo com os princípios reguladores do projeto VAPOR em que a recolha se inscreve.

No início de cada entrevista, foram recolhidas informações de carácter sociolinguístico mediante a realização de perguntas de resposta breve, o que permitiu não só traçar o perfil do informante (nome, idade, local de nascimento, local de

⁸¹ Embora se tenha construído um guião para as entrevistas realizadas pelo investigador, em 2011-2012, os temas variaram de acordo com os interesses e os perfis dos entrevistados.

residência, profissão, nível de escolarização, língua materna e língua mais usada nas interações verbais do quotidiano⁸², local de nascimento e profissão dos pais), como também a sua adaptação ao equipamento de gravação. A cada entrevista foi atribuído um código que é usado para identificação do informante e preservação da sua identidade.

A seleção das entrevistas que compõem o *corpus* do PST foi baseada (i) nos dados sociolinguísticos dos informantes, tendo-se procurado diversificar as variáveis com vista à constituição de um *corpus* tão representativo quanto possível; e (ii) na duração e qualidade da mesma, em termos de proficiência do informante e interesse do conteúdo social, histórico e cultural do discurso por este produzido. Após a recolha e a seleção das entrevistas, estas foram transcritas e revistas na íntegra, por diferentes membros do projeto.⁸³

Os dados sociolinguísticos dos informantes foram registados num ficheiro Excel, de entre os quais se apresentam, em seguida, as variáveis a considerar no presente estudo.

Tabela 6 - Distribuição dos informantes do *corpus* por variáveis sociolinguísticas.

Variáveis		N.º Informantes	Total Informantes
Género	Masculino	34	65
	Feminino	31	
Idade (Média: 34 anos)	18-25	14	65
	26-35	20	
	36-45	14	
	46-71	17	
Nível de escolaridade	0 – 4.º ano	10	65
	5.º ano – 9.º ano	20	
	10.º ano – 11.º ano	25	
	Licenciados (ou a frequentar a licenciatura)	10	

No curso da presente investigação, o *corpus* do PST foi anotado automaticamente, através das ferramentas adaptadas ao português para o CRPC⁸⁴ – etiquetador morfossintático e lematizador (e.g. Mendes *et al.* 2011). A anotação morfossintática foi baseada em 80 etiquetas com categorias principais (cf. Tabela 7).

⁸² No caso de São Tomé e Príncipe estas são coincidentes, uma vez que o português é a L1 da maior parte da população.

⁸³ Informações sobre o projeto e a sua equipa estão disponíveis em: <http://www.clul.ul.pt/pt/investigacao/184-vapor-african-varieties-of-portuguese>.

⁸⁴ Pesquisável em: <http://alfclul.clul.ul.pt/CQPweb/crpcweb23/index.php>.

Para a tokenização do *corpus* foi usada a ferramenta LX-tokenizer (Branco & Silva 2004), que permite remover pontuação e detetar fronteiras de frase, dando conta, entre outros aspetos, de fenómenos como a contração de formas ou o reconhecimento de clíticos nas várias posições. Como resultado do processo de anotação, é possível efetuar pesquisas no *corpus* por palavra(s) ou por (combinação de) etiquetas.

A tabela seguinte ilustra a listagem de etiquetas consideradas relevantes para a pesquisa das estratégias de realização do argumento dativo no *corpus* do PST. Note-se que foram consideradas apenas as ocorrências com verbos ditransitivos, tendo sido, portanto, excluídas as ocorrências com verbos de dois lugares com argumento dativo, como *responder*, *pagar* ou *perdoar*.

Tabela 7 – Etiquetas relevantes para pesquisa de CDOs e CDPs no *corpus*.⁸⁵

ETIQUETA	CATEGORIA	EXEMPLOS
V	Verbos	<i>falou, falaria</i>
INF	Infinitivo	<i>afirmar, dizer</i>
PREP	Preposições	<i>a, para</i>
CN	Nomes comuns	<i>computador, ideia</i>
DA	Artigos definidos	<i>os, as</i>
IA	Artigos indefinidos	<i>uns, umas</i>
DEM	Demonstrativos	<i>este, esses, aquele</i>
POSS	Possessivos	<i>meu, teu, nosso</i>
CARD	Cardinal	<i>dois, dez</i>
QNT	Quantificador	<i>todos, muito, nenhum</i>
IND	Indefinidos	<i>tudo, alguém, ninguém</i>
CL	Clíticos	<i>o, lhe</i>
PRS	Pessoais	<i>ele, elas</i>

No caso da presente investigação, a pesquisa no *corpus* foi efetuada através da combinação das etiquetas relevantes. Num primeiro momento, foi necessário proceder à listagem das combinatórias de etiquetas morfossintáticas possíveis que permitam extrair construções ditransitivas, designadamente a CDP encabeçada por *a* (CDP₁), a CDP encabeçada por *para* (ou *a* com NPs pronominais) (CDP₂) e a CDO. Especificamente, para a extração das estratégias de realização do argumento dativo foi necessário considerar a hipótese de estas envolverem (i) um verbo conjugado ou no infinitivo; (ii) um OD e/ou um OI realizado como um nome comum, precedido ou não de artigo definido/indefinido, demonstrativo, possessivo, cardinal ou quantificador; ou (iii) um

⁸⁵ A partir do manual de pesquisas disponível em: http://alfclul.clul.ul.pt/CQPnet/doc/CRPCmanual.v1_en.pdf.

OD e/ou um OI realizado como um indefinido, um clítico ou um pronome forte, bem como, no caso da CDP₁, a possibilidade de a preposição *a* estar contraída com o determinante.

Uma vez efetuada a pesquisa no *corpus* por cada uma das diferentes combinatórias de etiquetas, foi necessário selecionar as sequências que efetivamente correspondiam a construções ditransitivas e, no conjunto destas, aquelas em que o argumento interno apresenta o papel temático de Recipiente (ou Alvo [+ANIM], interpretado como Recipiente). As construções que envolviam dativos não argumentais, designadamente dativos de posse e Beneficiários, foram excluídas do tratamento dos dados.

Apresentam-se em (241-243) alguns exemplos dos resultados de CDOs e CDPs obtidos através da pesquisa das etiquetas correspondentes.

(241) CDO

- a. Dou_V meus_POSS filhos_CN banho_CN
- b. Deu_V ela_PRS encorajamento_CN
- c. Tirar_INF essa_DEM pessoa_CN dúvida_CN

(242) CDP₁

- a. Dei_V boleia_CN a_PREP uma_IA senhora_CN
- b. Dão_V dinheiro_CN às_PREP+DA pessoas_CN
- c. Pedi_V -lhe_CL explicação_CN
- d. Dar_INF atenção_CN às_PREP+DA suas_POSS mulheres_CN

(243) CDP₂

- a. Entregava_V o_DA dinheiro_CN para_PREP o_DA banqueiro_CN
- b. Dou_V o_DA máximo_CN para_PREP eles_PRS
- c. Mandar_INF dólares_CN para_PREP o_DA meu_POSS irmão_CN

Os dados obtidos foram exportados para um ficheiro Excel, tendo sido organizados por informante (e respetivo nível de escolarização) e por variáveis linguísticas, como a estratégia produzida, o tipo de verbo envolvido, o tipo de NP (pleno ou pronominal) e o traço de animacidade do OI. Uma vez constituída esta base de

dados, foi possível analisar os resultados por variáveis linguísticas e extralinguísticas, tal como apresentaremos e discutiremos no capítulo VI.

5.3 Juízos de aceitabilidade dicotómicos

Para o tratamento das construções ditransitivas com argumento interno com o papel temático de Recipiente, paralelamente à análise dos dados do *corpus* do PST, optou-se por desenhar e aplicar uma tarefa de elicitación, designadamente uma tarefa de juízos de aceitabilidade dicotómicos. Seguindo Bard, Robertson & Sorace (1996), a aceitabilidade distingue-se da gramaticalidade no sentido em que aquela consiste na forma como o falante percebe o estímulo linguístico, ao passo que esta é característica do estímulo linguístico. Nesse sentido, foi pedido aos informantes que formulassem juízos de aceitabilidade sobre um conjunto de frases, apresentadas fora do contexto, marcando-as com √, para “aceito”, ou X, para “não aceito”.

A tarefa de juízos de aceitabilidade dicotómicos foi efetuada no Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe (ISPSTP) – desde 2014, Universidade Pública de São Tomé e Príncipe (UPSTP) – em duas turmas do 1.º ano das licenciaturas em Biologia e Relações Públicas e na turma do 4.º ano da licenciatura em Língua Portuguesa, no ano letivo de 2010-2011. A mesma tarefa foi igualmente aplicada a um grupo de controlo, constituído por 40 alunos do 1.º ano de licenciaturas da área das Ciências da Linguagem da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no ano letivo de 2013-2014.

A tarefa foi apresentada por escrito, tendo sido distribuído um exemplar a cada participante a quem, por sua vez, foi atribuído um código, o qual permitiu preservar a identidade dos informantes. Paralelamente à tarefa de elicitación, os informantes preencheram uma ficha de perfil linguístico, a qual permitiu controlar que se tratavam de falantes nativos do português.

Embora o *corpus* de dados orais seja composto por produções de informantes com diferentes níveis de escolaridade, do 1.º ciclo do ensino básico ao ensino superior, a tarefa foi solicitada apenas a informantes que, à data, frequentavam o ensino superior. A opção pela elicitación de dados apenas junto deste público prende-se com razões que norteiam a emergência e consolidação de uma variedade linguística. Na verdade, os

dados de elicitación permitem verificar, de entre as estruturas atestadas no *corpus* oral, quais as preferidas e as preteridas pelos informantes mais escolarizados. Ao mesmo tempo, permite verificar quais as estruturas que resistem ao efeito da escolarização e que, por isso mesmo, constituem características da variedade são-tomense.

A Tabela 8 apresenta as estruturas testadas na tarefa de elicitación, bem como as variáveis consideradas.

Tabela 8 - Distribuição das estruturas testadas na tarefa de elicitación por variáveis.

Estrutura	Variáveis	
	Tipo de verbo	Animacidade
CDP ₁ com NP pleno	Verbos plenos	[+ANIM] <i>Dizer</i>
CDP ₁ com NP pronominal		
CDP ₂ com NP pleno		[-ANIM] <i>Atirar</i>
CDP ₂ com NP pronominal (<i>a</i>)		
CDP ₂ com NP pronominal (<i>para</i>)	Verbos leves	[+ANIM] <i>Dar</i>
CDO com NP pleno		
CDO com NP pronominal		[-ANIM] <i>Fazer</i>
Passivas Dativas		

A inclusão das passivas dativas na tarefa de juízos de aceitabilidade dicotómicos, não obstante a sua inexistência no *corpus*, tem como objetivo confirmar se esta constitui (ou não) uma propriedade do PST e assim contribuir para a definição do grupo de línguas em que esta variedade do português se insere.

Era nosso objetivo inicial testar o efeito da ocorrência de um verbo leve ou pleno na seleção das estratégias de realização do argumento dativo, pelo que as CDOs e as CDPs foram testadas com dois verbos plenos, *dizer* e *atirar*, e dois verbos leves, *dar* e *fazer*. Além disso, uma vez que pretendíamos igualmente analisar o efeito do traço de animacidade do Recipiente, os verbos *dizer* e *dar* foram testados com constituintes com o traço [+ANIM] e os verbos *atirar* e *fazer* com constituintes com o traço [-ANIM]. Neste sentido, e tendo em conta o número de estratégias por cada verbo (oito), foram testados trinta e dois itens. Paralelamente às estratégias de realização do argumento dativo foram igualmente testadas outras estruturas de interesse para a investigação sobre a sintaxe do português de São Tomé, designadamente estratégias de anteposição de PPs em relativas, interrogativas, clivadas básicas e topicalizações, pelo que, na linha de Gass & Mackey (2011), umas estruturas constituíram distratoras das outras, diminuindo a

probabilidade de os informantes detetarem o(s) tópico(s) em análise.⁸⁶ Ainda assim, foram igualmente incluídos itens distratores que não envolviam nem estratégias de realização do argumento dativo nem estratégias de anteposição de PPs. Todos os itens de teste foram distribuídos de forma aleatória, tendo-se procurado evitar a sequência de duas ou mais frases com a mesma estratégia de realização do argumento dativo ou de anteposição de constituintes (*pied-piping* e/ou cortadora), bem como da realização desta estratégia em frases do mesmo tipo (relativas, interrogativas, clivadas básicas ou topicalizações). Entre cada conjunto de seis itens a testar, foi inserido um distrator, tendo-se alternado entre distrator gramatical e agramatical no PE. Optou-se por considerar apenas como distratores frases simples, sem anteposição de constituintes.

Apresentam-se em (244-247) os itens de teste para o estudo das construções ditransitivas no PST.

(244)

- a. A criança atirou uma pedra ao muro.
- b. A criança atirou-lhe uma pedra.
- c. A criança atirou uma pedra para o muro.
- d. A criança atirou uma pedra a ele.
- e. A criança atirou uma pedra para ele.
- f. A criança atirou o muro uma pedra.
- g. A criança atirou ele uma pedra.
- h. O muro foi atirado uma pedra (pela criança).

⁸⁶ Na sua totalidade, a tarefa de juízos de aceitabilidade dicotómicos era constituída por 112 itens: 32 itens relativos às estratégias de realização do argumento dativo; 64 itens relativos às estratégias de anteposição de constituintes preposicionados; e 16 distratores. Relativamente às estratégias de anteposição de PPs, era nosso objetivo inicial testar o modo como os informantes classificam constituintes nominais e preposicionados, com as funções sintáticas de OI e oblíquo, realizados na periferia esquerda, e verificar de que modo a aceitabilidade de constituintes nominais está relacionada com a tendência para a (di)transitivização direta nesta variedade (Klein 1993, 2001, R. Gonçalves 2010). Foram assim testadas duas estratégias, a estratégia de *pied-piping* – ou de arrastamento da preposição – e a estratégia de *chopping* – ou cortadora – que constituem, respetivamente, a estratégia canónica e a estratégia não canónica mais frequente no PE. No caso do PST, a cortadora é a estratégia de relativização dominante no PST (e.g. Alexandre 2000; Alexandre, Gonçalves & Hagemeyer 2011; R. Gonçalves 2015) (cf. §2.3.3). Porém, uma vez que no decurso da investigação se optou por limitar o estudo às construções ditransitivas, apenas os resultados referentes às estratégias de realização do argumento dativo serão apresentados e discutidos neste trabalho. Remetemos a análise dos restantes para investigação futura.

(245)

- a. A mulher disse a verdade ao marido.
- b. A mulher disse-lhe a verdade.
- c. A mulher disse a verdade para o marido.
- d. A mulher disse a verdade a ele.
- e. A mulher disse a verdade para ele.
- f. A mulher disse o marido a verdade.
- g. A mulher disse ele a verdade.
- h. O marido foi dito a verdade (pela mulher).

(246)

- a. O menino deu um abraço ao pai.
- b. O menino deu-lhe um abraço.
- c. O menino deu um abraço para o pai.
- d. O menino deu um abraço a ele.
- e. O menino deu um abraço para ele.
- f. O menino deu o pai um abraço.
- g. O menino deu ele um abraço.
- h. O pai foi dado um abraço (pelo menino).

(247)

- a. Os turistas fizeram uma visita ao forte.
- b. Os turistas fizeram-lhe uma visita.
- c. Os turistas fizeram uma visita para o forte.
- d. Os turistas fizeram uma visita a ele.
- e. Os turistas fizeram uma visita para ele.
- f. Os turistas fizeram o forte uma visita.
- g. Os turistas fizeram ele uma visita.
- h. O forte foi feito uma visita (pelos turistas).

A opção por testar todas as estratégias de realização do argumento dativo com DPs e não com NPs, como os dados do *corpus* parecem evidenciar ser uma tendência na CDO e na CDP₂, prende-se com o facto de evitar que a aceitabilidade (ou não) das estratégias fosse influenciada por este fator. Na verdade, o objetivo central desta

investigação é aferir a existência de alternância dativa no PST, independentemente da estrutura interna de argumento dativo. A mesma razão esteve na base da construção de itens simples que não envolvessem DPs pesados com o papel temático de Recipiente e/ou de Tema. Procurou-se ainda garantir que o argumento dativo apresentasse o traço de género [+MASC], no sentido de evitar ambiguidades entre o marcador de Caso dativo *a* e o determinante artigo definido feminino *a* sobretudo na CDO.

Após a aplicação da tarefa, as respostas foram transcritas e inseridas num ficheiro Excel. Paralelamente aos itens classificados como aceites (✓) ou não aceites (X), foram contabilizadas as respostas deixadas em branco. Além disso, os itens que, tendo sido corrigidos pelo informante, foram posteriormente classificados aceites (✓), foram contabilizados como não aceites (X).

Embora a tarefa tenha sido aplicada a 65 informantes, foram excluídos da análise os juízos formulados por informantes que viveram fora de São Tomé, designadamente em países de língua portuguesa. Obtivemos, deste modo, um conjunto de 55 informantes, com as características sociolinguísticas apresentadas na Tabela 9.

Tabela 9 – Distribuição dos informantes da tarefa de eliciação por variáveis sociolinguísticas.

Variáveis		N.º Informantes	Total de Informantes
Género	Masculino	30	55
	Feminino	25	
Idade	18-25	27	55
	26-35	25	
	36-45	3	
Nível de escolaridade	1.º ano Biologia	11	55
	1.º ano Relações Públicas	24	
	1.º ano Língua Portuguesa	20	

À semelhança do efetuado para os dados do *corpus*, os dados obtidos a partir dos juízos formulados pelos informantes acima apresentados foram exportados para um ficheiro Excel, tendo sido organizados por informante (e respetivo nível de escolarização) e por variáveis linguísticas, como a estratégia produzida, o tipo de verbo envolvido, o tipo de NP (pleno ou pronominal) e o traço de animacidade do OI. Uma vez constituída esta base de dados, foi possível analisar os resultados por variáveis linguísticas e sociolinguísticas, bem como estabelecer comparações com os dados recolhidos no *corpus*.

5.4 Síntese

Com o objetivo de estudar as construções ditransitivas com o papel temático de Recipiente no PST foram considerados dados de produção oral espontânea e dados elicitados, nomeadamente resultados de uma tarefa de juízos de aceitabilidade dicotômicos. Todos os dados concernentes às estruturas em estudo foram anotados por variáveis linguísticas e extralinguísticas e posteriormente analisados em função destas. No capítulo seguinte, serão apresentados e discutidos os resultados obtidos.

6. A ALTERNÂNCIA DATIVA NO PST

6.1 Introdução

Neste capítulo descreveremos e discutiremos as estratégias exibidas pelo PST para a expressão do argumento dativo com o papel temático de Recipiente em construções ditransitivas. Além da estratégia exibida pelo PE, uma CDP introduzida pelo marcador de Caso *a* (cf. (1), repetido em (248)), o PST exhibe igualmente a possibilidade de expressar o argumento dativo mediante uma CDO ou uma CDP introduzida pela preposição *para* (ou pela preposição *a* quando envolvidos NPs pronominais) (cf. (2-3) repetidos em (249-250)). Os dados do *corpus* do PST aparentemente atestam a ocorrência destas estratégias independentemente de (i) ocorrerem verbos plenos ou leves; (ii) o traço semântico do argumento dativo ser [\pm ANIM]; e (iii) de este ser um NP pleno ou pronominal. A construção de verbos seriais (CVS), embora constitua uma propriedade recorrente no forro, não é atestada no PST e não será, por isso, tratada neste capítulo (cf. Capítulo VII, sobre a CVS no forro).⁸⁷

(248)

- a. Dão dinheiro *às pessoas*.
- b. Dá um bom rendimento *ao país*.
- c. Eu pedi-*lhe* que me levasse para o mercado.

(249)

- a. Entrega *senhor* uma cerveja.
- b. Cavalo deu *leão* pontapé.
- c. *Dou ela* uns cinco contos.

⁸⁷ No *corpus* em análise, aparentemente, regista-se apenas o contexto ilustrado em (i).

(i) Pessoa recebe trezentos conto mês, dá para *comprar saco de arroz põe em casa?* Nem se receber quinhentos conto não dá (= comprar saco de arroz para levar para casa).

(250)

- a. Isso cria problema *para homem*.
- b. Não tenho tempo livre para prestar serviço *para agências [de turismo]*.
- c. Mãe tem um sobrinho que faz aguardente, *vende para ela*, ela volta a revender.
- d. Sempre *digo a eles* que é para esforçar.

Deste modo, o PST distingue-se tipologicamente do PE, ao exibir, paralelamente à CDP introduzida por *a* (CDP₁), uma CDO e uma CDP introduzida por *para* (ou *a* com NPs pronominais) (CDP₂). Por outro lado, o PST distingue-se tipologicamente do forro, ao não exibir CVS.

Veja-se que a possibilidade de o PST exibir uma CDP introduzida por *para*, distintamente do PE, se refere à expressão dos argumentos com o papel temático de Recipiente e não aos argumentos com o papel temático de Beneficiário. Na verdade, neste caso, o PST e o PE convergem ao admitirem que o argumento dativo seja introduzido pela preposição *para* (cf. (251-252)).

(251)

- a. O Marco comprou um carro *para o filho*.
- b. Construí uma casa *para os meus pais*.
- c. A bruxa preparou uma armadilha *para a princesa*.

(Gonçalves & Paiva Raposo 2013: 1177)

(252)

- a. Ela trabalha em casa de alguém. Faz trabalho *para outras pessoas*.
- b. Então, ele também pensou em lançar lá filmes, projetar filmes *para a população*.
- c. Comercializava arte *para ele*.

Em R. Gonçalves (2010), considerámos que a coocorrência de diferentes estratégias de realização do argumento dativo com o papel temático de Recipiente, e nomeadamente a possibilidade de o PST exibir a CDO, está relacionada com a reestruturação das grelhas argumentais dos verbos nesta variedade do português, no sentido da (di)transitivização direta, manifestada, de igual forma, com verbos de outras

classes, a saber *assistir, lembrar, esquecer, gostar, precisar, etc.*⁸⁸ Tipicamente, os verbos com os quais se observa uma mudança na grelha argumental selecionam no PE um argumento introduzido por uma preposição funcional, como *a* ou *de*. Para a mudança nas propriedades de subcategorização verbal terá contribuído, em parte, o contacto com as línguas crioulas faladas no arquipélago, em particular o forro, no qual, por haver um pequeno número de (verdadeiras) preposições, os verbos selecionam tipicamente um NP.⁸⁹

Por outro lado, na senda dos estudos desenvolvidos sobre o PM (P. Gonçalves 1991, 2002, 2004, 2010), considerámos igualmente que a fixação de um parâmetro disponível na língua materna dos falantes – a atribuição de duplo Caso aos argumentos das construções ditransitivas – em detrimento do parâmetro da língua-alvo na qual os verbos apenas atribuem Caso estrutural acusativo era motivada pela existência de um *input* ambíguo no PE. Na verdade, para P. Gonçalves (1991, 2002, 2004, 2010), essa ambiguidade reside no facto de o argumento dativo poder ser um NP precedido do marcador de Caso *a* ou um clítico *lhe/lhes*, o que favorece a interpretação de que a presença da preposição não é indispensável para a gramaticalidade das frases, podendo ser incorporada no verbo como ocorre nas línguas bantas.

Ora, na verdade, uma análise como a proposta por P. Gonçalves (1991, 2002, 2004, 2010) para o PM não permite dar conta da expressão do argumento dativo no PST. Se, por um lado, as variedades convergem ao exibirem a CDO, por outro, o PM e o PST distinguem-se na medida em que aquele, mas não este, exhibe passivas dativas e a possibilidade de o OD ser introduzido pela preposição *a*. Além disso, como temos vindo a mostrar, o argumento de verbos ditransitivos no PE não é introduzido exclusivamente pelo marcador de Caso dativo *a*. Assim, como P. Gonçalves (1991, 2002, 2004, 2010), admitimos que o *input* do PE é ambíguo. Porém, consideramos que essa ambiguidade de *input* reside na própria grelha argumental de verbos ditransitivos – verbos do tipo *dar* (*core dative verbs*) vs. verbos do tipo *atirar/enviar* (*non-core dative verbs*) – e não na

⁸⁸ Muito embora o *corpus* do PST apresente um maior número de complementos verbais preposicionados realizados de acordo com a norma europeia (78% vs. 22%), no conjunto dos dados com realização distinta do PE, a omissão de preposições (60%) é significativamente superior à sua substituição (32%), tanto na expressão do OI como do oblíquo. A ocorrência de inserção de preposição ocorre em apenas 8% dos dados analisados (cf. R. Gonçalves, 2010, p. 32-48).

⁸⁹ O forro tem apenas seis verdadeiras preposições, a saber: *di* ‘of’, *ni* ‘em/de’, *antê* ‘até’, *jina* ‘de/desde’, *sê* ‘sem’ e *ku* ‘com’. Nesta língua, o estatuto funcional das preposições pode ser preenchido por outros elementos lexicais que não apresentam os traços [-N, -V], nomeadamente, nomes [+N, -V], como (*n*)*glêntu* ‘dentro’, *liba* ‘em cima de’ ou *wê* ‘em frente de’; ou verbos [-N, +V], como *be/ba* ‘ir’ (para), *subli* ‘subir’ (para cima), *lentla* ‘entrar’ (dentro), que tipicamente ocorrem na segunda posição nas construções seriais (Hagemeijer 2000, 2001, 2005, 2007) (cf. Cap. VII, §7.2.1 e §7.2.3).

possibilidade de o dativo ser realizado como um NP pleno marcado casualmente por *a* ou como um clítico que preserva Caso dativo.

Como vimos em §3.2.2-§3.2.3 (Cap. III), no PE o argumento com o papel temático de Recipiente, subcategorizado por verbos do tipo *dar* apenas pode ser questionado pelo morfema-Q *a quem* (cf. (122-123), repetidos em (253-254)).⁹⁰ Por sua vez, verbos do tipo *atirar/enviar* subcategorizam um argumento com o papel temático de Alvo [\pm ANIM]. Por essa razão, pode ser questionado pelo morfema-Q *a quem* [+ANIM] ou *onde* [-ANIM] (cf. (124-125), repetidos em (255-256)). Distintamente do argumento com o papel temático de Recipiente [\pm ANIM], e do argumento com o papel temático de Alvo [+ANIM] (interpretado como Recipiente), introduzidos pela preposição funcional *a*, o argumento com o papel temático de Alvo [-ANIM] pode ser introduzido pela homónima preposição direcional *a* ou pela preposição direcional *para* (cf. (253-254) vs. (255-256)).

(253)

- a. - A quem é que deste/ofereceste/emprestaste a bola?
- Dei-a/ofereci-a/emprestei-a *ao meu irmão*.
- b. *Aonde/onde é que deste/ofereceste/emprestaste a bola?

(254)

- a. A quem é que atiraste a bola? Atirei-a *ao meu irmão*.
- b. A quem é que enviaste o embrulho? Enviei-o *ao meu irmão*.

(255)

- a. #(A)onde é que atiraste os papéis? Atirei-os *ao chão*.
- b. Aonde é que enviaste o mensageiro? Enviei-o *a Lisboa*.

(256)

- a. Para onde é que atiraste os papéis? Atirei-os *para o chão*.
- b. Para onde é que enviaste o mensageiro? Enviei-o *para Lisboa*.

⁹⁰ Este argumento interno é tipicamente [+ANIM], muito embora ocorra com o traço [-ANIM] quando subcategorizado por verbos leves, sendo neste caso questionado pelo morfema-Q *a que* (cf. (i)).

(i) *A que é que deste uma pintura?*
Dei uma pintura *às estantes*.

Em suma, o *input* fornecido pelas grelhas argumentais dos verbos dativos no PE é ambíguo. Verbos ditransitivos do tipo *enviar/atirar* podem subcategorizar Recipientes ou Alvos, os quais, por sua vez, podem ser introduzidos por duas diferentes preposições (cf. (257)). Esta ambiguidade pode estar na base da possibilidade de no PST o argumento dativo poder ser introduzido tanto pela preposição *a* como pela preposição *para*.

(257)

- a. *Core dative verbs* (verbos plenos/leves)
 - i. Recipiente [\pm ANIM]: preposição *a* funcional [-dir] [-loc]
- b. *Non-core dative verbs* (tipicamente verbos plenos)
 - i. Alvo [+ANIM] (interpretado como Recipiente): preposição *a* funcional [-dir] [-loc]
 - ii. Alvo [-ANIM]: preposição *a* direcional [+dir] [+loc] [-perm]
 - iii. Alvo [-ANIM]: preposição *para* direcional [+dir] [+loc] [+perm]

Além disso, o facto de, no PE, os dativos com o papel temático de Beneficiário serem introduzidos pela preposição *para* (cf. (251)) pode contribuir igualmente para a ambiguidade do *input*.

Uma das questões centrais desta investigação é verificar se o PST exhibe verdadeiramente alternância dativa e se, nesse caso, esta é determinada por variáveis linguísticas como o tipo de verbo e o traço de animacidade do constituinte em análise. Assim, em (§6.2-6.3), analisaremos a distribuição das estratégias de realização do argumento dativo no *corpus*, bem como os resultados dos juízos de aceitabilidade dicotómicos. Começaremos por fazer uma análise dos dados por informante no sentido de determinar se há grupos de informantes que apenas produzem uma das estratégias de realização do argumento dativo acima apresentadas ou variação/alternância entre a CDO e a(s) CDP(s). Em seguida, discutiremos a estrutura interna do argumento dativo e avaliaremos o papel das variáveis linguísticas tipo de verbo (*core dative verb* vs. *non-core dative verb*, pleno ou leve), bem como traço de animacidade, na produção de CDOs e/ou CDP(s). Discutiremos igualmente em que medida o PST se pode inserir no conjunto de línguas/variedades linguísticas com CDOs verdadeiras/simétricas ou CDOs parciais/assimétricas, tendo como evidência a (in)existência de passivas dativas no *corpus* e nos juízos de aceitabilidade dicotómicos.

Em suma, com a descrição e discussão dos dados das secções seguintes, procuraremos responder às seguintes questões de investigação formuladas no capítulo I:

- (i) O PST exhibe verdadeiramente alternância dativa ou diferentes gramáticas em competição responsáveis pela variação observada nas estratégias de realização do argumento dativo?
- (ii) Tendo em conta o seu sistema de marcação casual, a que tipo de línguas pertence o PST?
- (iii) O PST fornece evidência de que a CDO e a CDP partilham a mesma estrutura?

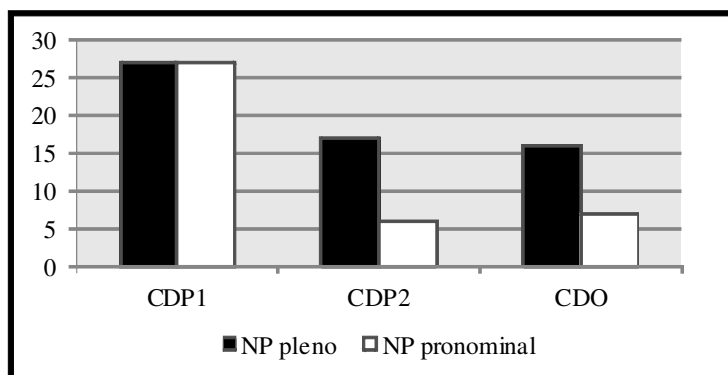
6.2 *Corpus* de produção oral espontânea

6.2.1 Resultados globais

O Gráfico 1 apresenta a distribuição das estratégias de realização do argumento dativo com o papel temático de Recipiente no *corpus*, por NPs plenos e NPs pronominais.⁹¹ Recorde-se que, paralelamente à CDO, o PST exhibe dois tipos de CDP: (i) a que envolve a preposição meramente funcional, o marcador de Caso *a* (CDP₁); e (ii) a que envolve a preposição *para* (ou *a*, quando envolvidos NPs pronominais) (CDP₂), tipicamente associada a verbos que envolvem movimento, que tratámos como preposição direcional, para o PE, na linha de Larson (1988), Levinson (2005) e Rappaport-Hovav & Levin (2008).

⁹¹ Usamos a classificação NP pronominal para todos os contextos em que o argumento não é realizado como um NP pleno, seja ele um clítico, no caso da CDP₁, ou um pronome forte, no caso da CDP₂ e da CDO.

Gráfico 1 - Percentagem de CDOs e CDPs, por NP pleno e pronominal (*Corpus*).



Os dados do Gráfico 1 mostram que a estratégia mais frequente no *corpus* para a realização do argumento dativo é a CDP₁ (54%). Por outro lado, ilustram a existência de duas estratégias alternativas frequentes, a CDP introduzida por *para* (ou *a* com NPs pronominais) e a CDO (23% vs. 23%).

No que respeita à CDP introduzida pelo marcador de Caso *a*, não parece haver efeitos resultantes da ocorrência de NPs plenos ou NPs pronominais, dado que o número de ocorrências é equivalente nos dois contextos. Porém, verifica-se um maior número de ocorrências de CDP₂ (17%) e de CDO (16%), quando envolvidos NPs plenos; efetivamente, no caso dos NPs pronominais, a CDP₂ e a CDO apresentam índices de utilização inferiores (6% vs. 7%, respetivamente). Embora estes valores percentuais não ilustrem o número de ocorrências das preposições *para* ou *a* na CDP₂ com NPs pronominais, note-se que não se observa o predomínio do uso de uma sobre a outra (4 ocorrências de *para* vs. 5 ocorrências de *a*, em números absolutos) (cf. (Tabela 1, Anexo 2)).⁹²

A leitura destes dados requer, no entanto, que diferentes variáveis sejam consideradas. Começamos por analisar, em primeiro lugar, as estratégias de realização do argumento dativo por informante, no sentido de melhor perceber a sua distribuição no *corpus*, e de saber se a coocorrência destas estratégias se concretiza na existência

⁹² Note-se que, se considerada a distinção entre um NP pleno e um NP pronominal do ponto de vista da estrutura informacional, parece ser possível estabelecer uma associação entre o uso de CDP₁ (e de CDP₂) quando o argumento dativo constitui informação nova (68% e 56%, respetivamente) e de CDO quando o argumento dativo constitui informação dada (75%), apenas se considerados os NPs plenos. Os contextos em que são usados NPs pronominais recuperam anaforicamente um antecedente, envolvendo por isso informação dada, independentemente de ocorrerem na CDO ou numa CDP.

efetiva de alternância dativa. Posteriormente, passaremos à análise dos dados por variáveis linguísticas e extralinguísticas.

6.2.2 Distribuição de CDOs e/ou CDPs por informante

Do conjunto de 65 informantes cujas produções constituem o *corpus* do PST, 47 produziram CDOs e/ou CDPs. Os restantes 18 informantes do *corpus* não produziram nenhum enunciado com o argumento com o papel temático de Recipiente. No sentido de perceber se o PST exhibe verdadeiramente alternância dativa, é necessário verificar se, no conjunto desses 47 informantes, há informantes que produzem tanto a CDO como a(s) CDP(s).

A Tabela 10 apresenta a distribuição das estratégia(s) produzida(s) pelos 47 informantes do *corpus* em análise que produziram CDOs e/ou CDPs.

Tabela 10 - Percentagem de informantes por CDOs e/ou CDPs (*Corpus*)

	CDO/CDPs Grupo I	CDPs Grupo II	CDO Grupo III	CDP (a) Grupo IV	TOTAL
N.º de informantes	14 (30%)	11 (23%)	7 (15%)	15 (32%)	47 (100%)

De acordo com os resultados obtidos, é possível distinguir quatro grupos de informantes. Verifica-se que há um grupo de 14 informantes (30%) que usaram a CDO, a CDP₁ e a CDP₂ (a que chamaremos **Grupo I**) e um grupo de 11 informantes (23%) que usaram a CDP₁ e a CDP₂ (a que chamaremos **Grupo II**). Os restantes informantes usaram apenas uma das duas estratégias: 7 informantes (15%) usaram apenas a CDO (a que chamaremos **Grupo III**) e 15 informantes (32%) usaram apenas a CDP₁ (a que chamaremos **Grupo IV**).⁹³ Para tal, contribuem em larga medida os NPs plenos, sendo que o número de ocorrências de CDOs e/ou CDPs com NPs pronominais é bastante mais reduzido (cf. Tabela 1, Anexo 2). Tanto no Grupo I como no Grupo II, a estratégia que envolve um PP introduzido por *para* é maioritariamente produzida com NPs plenos; o uso do clítico dativo *lhe* sobrepõe-se ao de uma forma pronominal introduzida por

⁹³ Note-se ainda que, do conjunto dos 11 informantes que produziram apenas CDPs, 6 produziram tanto a CDP introduzida por *a* como por *para* e 5 produziram apenas a CDP introduzida por *para*.

para ou *a*, distintamente do que tem sido descrito, por exemplo, para o PB (cf. Tabelas 2 e 3, Anexo 2).

No Gráfico 1, referimos a possibilidade de o argumento com o papel temático de Recipiente ser um NP pleno ou um NP pronominal, tendo mencionado que este pode ser um clítico (*lhe/lhes*) ou um pronome forte (*ele/ela(s)*). Contudo, importa descrever igualmente a estrutura do NP pleno, ou seja, referir os elementos que precedem o Nome (N) nas CDO/CDPs do PST. Na secção seguinte, analisaremos a estrutura interna do constituinte com o papel temático de Recipiente por estratégia e grupo de informantes.

6.2.3 Estrutura interna do argumento dativo

O NP é constituído por uma estrutura lexical – os complementos do Nome – e por uma estrutura funcional – os determinantes e os quantificadores (e.g. Brito 2003: 328-370). Nesse sentido, além do nome e, eventualmente dos seus complementos, e.g. um PP que o siga ou um pronome possessivo que tipicamente o preceda (cf. (258.a-b)), esse constituinte pode incluir determinantes (artigos definidos/indefinidos ou demonstrativos) (cf. (259.a-c)), bem como quantificadores (cf. (259.d)). Os determinantes e os quantificadores funcionam como o núcleo da categoria no seu todo, enquanto o nome é o núcleo apenas da parte lexical da categoria (*Ibidem*). Nessa perspectiva, falamos de DPs que contêm NPs.

(258)

- a. Se eu estiver a construir uma casa e comunicar [*à [chefe [do grupo]]*].
- b. Meu pai tinha que enviar [*para [seus pais]*] no Príncipe.

(259)

- a. Ele tem que passar [*o indivíduo*] uma repressão.
- b. Se gente pergunta [*uma criança*] o que é que se cantou, criança não sabe.
- c. Damos razão [*a [essas questões de base]*].
- d. Ao longo do ano, estado tem um plafond para darmos bolsas de estudo [*a [alguns alunos]*].

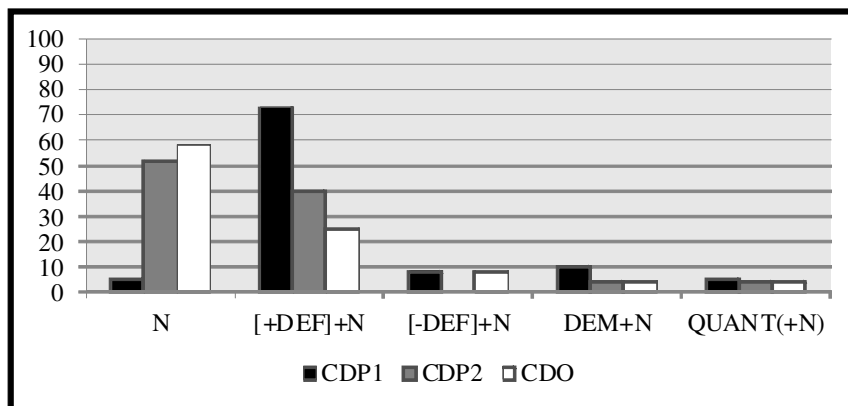
Paralelamente às ocorrências em (259), em que o núcleo do DP é lexicalmente realizado, é igualmente possível encontrar no PST, ocorrências de DPs reduzidos, ou seja, DPs que consistem apenas no nome e, eventualmente, nos seus complementos, muito embora no PE a gramaticalidade destes enunciados esteja dependente da ocorrência de um D^o lexicalmente realizado (e da presença da preposição funcional *a*) (cf. (258.b) e (260)).⁹⁴

(260)

- a. Mãe criou [*criança*] tantos problemas.
- b. Chego em casa, dou [*meus filho*] banho.

O gráfico seguinte dá conta da estrutura (funcional) do constituinte com o papel temático de Recipiente nas diferentes estratégias em análise no *corpus* do PST: (i) Nome (N); (ii) determinante artigo definido + N; (iii) determinante artigo indefinido + N; (iv) determinante demonstrativo + N; e (v) quantificador (+N), já identificadas nos exemplos do *corpus* acima apresentados.

Gráfico 2 - Estrutura interna do argumento dativo por CDOs e/ou CDPs (*Corpus*).



No cômputo geral, regista-se um maior número de ocorrências de DPs com núcleo lexicalmente realizado (67%) do que de DPs reduzidos (33%) (60 vs. 29, em números absolutos). Além disso, verifica-se uma maior incidência de ocorrência de artigo definido com a CDP₁, por um lado, e de DPs reduzidos com a CDO e a CDP₂, por outro. Na verdade, a maior parte das ocorrências da CDP₁ corresponde a contextos em

⁹⁴ Veja-se Longobardi (1994) sobre a possibilidade de existência de Ds nulos.

que o N é precedido do determinante artigo definido (73%) (maioritariamente quando está envolvido um nome do género feminino – 20 vs. 9, em números absolutos), ao passo que a maior parte das ocorrências da CDO e da CDP₂ corresponde à inexistência de determinante/quantificador (52%, no caso da CDP₂ e 58% no caso da CDO) (maioritariamente quando está envolvido um nome do género masculino – 17 vs. 10, em números absolutos). Relativamente aos contextos em que, nestas, ocorre um determinante, e especificamente no que concerne ao traço de definitude, regista-se um maior número de ocorrências de CDOs e/ou CDPs com artigo definido do que com artigo indefinido ou demonstrativo. Na verdade, a ocorrência de demonstrativo ou quantificador no argumento com o papel temático de Recipiente é pouco frequente no *corpus*.

Os dados deste gráfico parecem fornecer evidência a favor de que o Recipiente no PST é, em muitos casos, um DP reduzido, quando envolvidas estratégias distintas daquela que envolve o marcador de Caso dativo *a*. Além disso, parece ser possível estabelecer uma correlação entre o(s) grupo(s) de informantes previamente definidos, em função da produção de CDOs e/ou CDPs, e o tipo de DP envolvido. Se considerada a estrutura do constituinte com o papel temático de Recipiente nas diferentes estratégias em análise no *corpus* do PST, por grupo de informante, verifica-se que o maior número de ocorrências de DPs reduzidos em CDOs é produzido pelo Grupo I, bem como o maior número de ocorrências de DPs com D^o lexicalmente realizado na CDP₁. Observa-se ainda no Grupo I um número equivalente de ocorrências de DPs reduzidos ou com D^o lexicalmente realizado quando envolvida a CDP₂, evidenciando, uma vez mais, a variação que caracteriza este grupo.⁹⁵

Uma vez verificado que a estrutura interna do constituinte com o papel temático de Recipiente está dependente da estratégia de realização do argumento dativo usada, bem como do grupo que a produz, importa agora verificar se a escolha dessa estratégia está dependente de outros fatores linguísticos, como o tipo de verbo e o traço de animacidade do OI ou se, ainda assim, esta é completamente aleatória, e estamos perante diferentes gramáticas em competição. Especificamente, nas secções seguintes

⁹⁵ A ocorrência de DPs reduzidos no PST não se limita aos contextos argumentais acima exemplificados e discutidos. Na verdade, este é um fenómeno recorrente no *corpus*, não só em posições argumentais, como a de sujeito, objeto ou oblíquo, mas igualmente em adjuntos. Vejam-se os seguintes casos abaixo.

- (i)
- a. [Minha mãe] vende no mercado.
 - b. Puseram [chafariz], mas só que não está a correr água.
 - c. Vivo [em [Bairro Militar]].
 - d. O pai de São Tomé não ajuda filho. Só ajuda [momento] de estar perto da mãe.

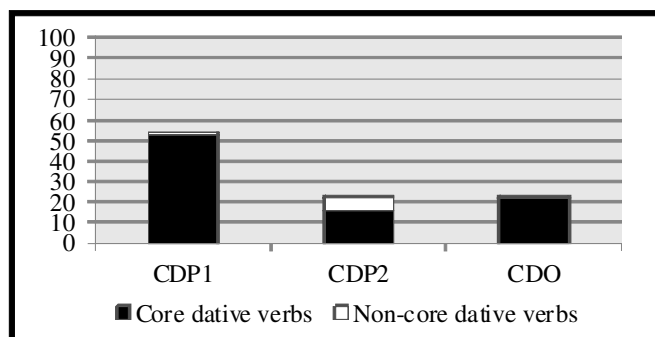
analisaremos a distribuição das estratégias de realização do argumento dativo no *corpus* por variáveis linguísticas. Se a alternância dativa entre CDOs e CDPs for determinada pela semântica dos verbos envolvidos e das preposições com as quais estes se combinam, tendo em conta a discussão teórica desenvolvida no capítulo III, espera-se que: (i) a CDO e a CDP₁ possam ocorrer com verbos do tipo *dar* (*core dative verbs*) e com verbos do tipo *atirar/enviar* (*non-core dative verbs*) na expressão de Recipientes e de Alvos com o traço [+ANIM]; e que (ii) a CDP₂ seja preferida com *non-core dative verbs* (e.g. Rappaport-Hovav & Levin 2008). Além disso, prediz-se igualmente que sejam registadas ocorrências de Recipientes [\pm ANIM] com *core dative verbs*, dependentes da ocorrência de um verbo pleno ou de um verbo leve, e que os Alvos subcategorizados por *non-core dative verbs* sejam exclusivamente [+ANIM], no sentido de poderem ser interpretados como Recipientes.

Posteriormente, analisaremos fatores extralinguísticos, no sentido de melhor caracterizar cada grupo de informantes e avaliar o seu impacto na produção de CDOs e/ou CDPs.

6.2.4 Tipo de verbo ditransitivo

De acordo com Rappaport-Hovav & Levin (2008), no inglês, os *core* e os *non-core dative verbs* podem ocorrer tanto na CDO como na CDP, quando envolvido um Recipiente (ou um Alvo interpretado como tal). Os *non-core dative verbs* ocorrem ainda (exclusivamente) na CDP, quando envolvido um Alvo (locativo). No entanto, se no inglês a preposição funcional *to* é homófona da preposição direcional *to*, o PST exhibe a possibilidade de introduzir o Recipiente mediante duas diferentes preposições, o marcador de Caso *a* (cf. (248)) e a preposição *para* (ou *a*, no caso dos NPs pronominais) (cf. (250)). A questão que se coloca é a de saber se a preferência por uma das preposições a introduzir a CDP no PST está dependente do tipo de verbo envolvido. Neste sentido, o gráfico seguinte apresenta a distribuição das ocorrências de CDOs e de CDPs no *corpus*, por tipo de verbo. Consideraremos, para já, a dicotomia *core dative verbs* / *non-core dative verbs*, relegando o tratamento do efeito de um verbo pleno ou leve para a secção seguinte.

Gráfico 3 - Percentagem de CDOs e CDPs por classe de verbos dativos (*Corpus*).



Uma análise dos verbos que ocorrem na CDO e nas CDPs no *corpus*, tendo em conta a distinção proposta por Rappaport-Hovav & Levin (2008), permite-nos concluir que a maior parte das construções dativas analisadas envolve claramente um verbo do tipo *dar* (136 *core dative verbs* vs. 13 *non-core dative verbs*, em números absolutos). Além disso, não só esta classe de verbos totaliza um maior número de CDOs e/ou CDPs no *corpus*, como o verbo *dar* é o mais frequente. Veja-se na tabela seguinte a distribuição dos verbos ditransitivos do *corpus* por estratégias de realização do argumento dativo.

Tabela 11 - Distribuição de ocorrências de verbos dativos por classe.

N.º de ocorrências	<i>Core dative verbs</i>	<i>Non-core dative verbs</i>
1	alugar, cobrar, deixar, dever, pôr (=criar), prometer, retribuir, rezar (=rogar), solicitar,	atirar, trazer
2 – 5	comunicar, contar, criar, ensinar, entregar, explicar, falar (=dizer), perguntar, permitir, tirar, vender	enviar, levar, mandar
6 – 10	fazer, passar, pedir	
11 – 20	dizer (14 oc.)	
≥ 20	dar (66 oc.)	

Observa-se que, no conjunto das 136 ocorrências de *core dative verbs*, o verbo *dar* ocorre em 66 dos enunciados (49%). Em segundo lugar, destaca-se o verbo *dizer*, o qual ocorre em 14 (10%) dos enunciados. Nos restantes enunciados, são usados outros verbos que inerentemente expressam transferência de posse, como *alugar* ou *vender*;

verbos que expressam a posse no futuro, tais como *permitir* ou *prometer*; bem como outros verbos de comunicação, a saber *perguntar*, *ensinar*, *etc.*, de acordo com as subclasses apresentadas em Rappaport-Hovav & Levin (2008). Por outro lado, no conjunto das 13 ocorrências de *non-core dative verbs*, destaca-se o verbo *levar*, que expressa movimento direcionado, com 5 (38%) ocorrências. Uma análise da distribuição dos verbos por estratégia em que ocorrem permite-nos igualmente verificar que, não obstante a sua presença no conjunto dos enunciados em análise seja maioritária, o fenómeno da alternância não é circunscrito ao verbo *dar*. No conjunto dos 31 verbos que ocorrem mais do que uma vez no *corpus* em construções ditransitivas, apenas 6 ocorrem exclusivamente numa das estratégias em análise (cf. Tabela 6, Anexo 2).

Retomando os dados sintetizados no Gráfico 4, verifica-se que o argumento introduzido pelo marcador de Caso *a* é subcategorizado de forma maioritária por *core dative verbs*. Veja-se em (261) a (única) ocorrência do verbo *enviar*, envolvendo o clítico *lhe*.

(261) Tenho lá um colega que ficou no meu boutique e eu *envio-lhe* peça.

Porém, por outro lado, tanto a CDP introduzida pela preposição *para* (ou *a*, no caso dos NPs pronominais) ocorre em argumentos de *core dative verbs* (cf. (262)), como se registam, embora raras, CDOs com *non-core dative verbs* (cf. (263)).⁹⁶

(262)

- a. *Entregava* o dinheiro *para* o banqueiro.
- b. Algumas [histórias] também que os professores ouviram também que *contavam para os seus alunos*.
- c. Sempre *digo a eles* que é para esforçar, tentar aprender.
- d. Quando estou em casa, *dou* o máximo *para eles*.

⁹⁶ Não obstante o contexto em (263.b) apresentar uma CDO com a ordem não canónica, no sentido em que o argumento dativo não ocorre adjacente ao verbo, cremos que a construção pode ser analisada paralelamente às restantes, admitindo que a ordem invertida está relacionada com a estrutura do dativo, *i.e.* um NP pesado.

(263)

- a. *Mandar as pessoas* palavras.
- b. Quando era pequeno (...) atirava muitas coisas *tudo o que é coisas como fruteira* (fruteira = árvore de fruta-pão).

Se analisada a distribuição das estratégias por esta variável linguística, tendo em conta os grupos de informantes acima definidos, observa-se que as CDP₁ produzidas pelos informantes dos Grupos I, II e IV ocorrem apenas com *core dative verbs*. Excetua-se o contexto apresentado em (261), o qual envolve uma CDP₁ com o *non-core dative verb enviar*, produzido pelos informantes do Grupo IV, *i.e.* aqueles que apenas produzem a CDP introduzida pelo marcador de Caso *a*. Além disso, note-se que se trata de um clítico e não de um NP pleno. Por outro lado, verifica-se que as duas ocorrências de CDOs que envolvem *non-core dative verbs*, correspondentes ao 1% ilustrado no Gráfico 4, foram produzidas por um informante do Grupo III, a que envolve o verbo *atirar* (cf. 263.b)), e por um informante do Grupo I, a que envolve o verbo *mandar* (cf. (263.a)). As duas outras ocorrências do verbo *mandar* em construções ditransitivas do *corpus* envolvem CDP introduzidas por *para* produzidas por informantes do Grupo II (cf. (264)), ao passo que o contexto em (263.a) é único no *corpus*.⁹⁷

(264)

- a. Tive que ajudar mãe trabalhar, para mandar dólares *para o meu irmão*.
- b. Mandar [a criança] *para a mãe* lá no Príncipe.

Relativamente à CDO e à CDP₁, confirmam-se as nossas predições acerca da relação entre a alternância dativa no PST e o tipo de verbo dativo envolvido. No entanto, tanto os informantes do Grupo II como os informantes do Grupo I produzem a CDP₂ não só com *non-core dative verbs* (cf. (264)), mas também (e sobretudo) com *core dative verbs* (cf. (262)), independentemente de se tratar de um NP pleno ou pronominal. Estes dados mostram que no PST há uma generalização do uso da preposição *para* em detrimento da preposição *a* tanto com os chamados *non-core dative verbs* como com os *core dative verbs*. O mesmo está, como vimos, igualmente descrito

⁹⁷ A possibilidade de o *non-core dative verb mandar* no PST ocorrer numa CDO pode ser diretamente atribuída à influência do forro, no qual, como veremos, este verbo exhibe comportamento de *core dative verb* (cf. (290) e discussão associada).

para o PB (e.g. Torres Morais & Berlinck 2006, 2007) (cf. §3.5.1, Cap. III). Na base desta mudança na expressão do argumento dativo, a qual parece ser transversal ao PST e ao PB, pode estar o processamento de um *input* ambíguo do PE. Na verdade, no PE, ao passo que, quando subcategorizado pelos *core dative verbs*, o argumento com o papel temático de Recipiente pode apresentar o traço [\pm ANIM], quando subcategorizado pelos *non-core dative verbs*, o argumento apenas pode ser interpretado como um Recipiente quando apresenta o traço [+ANIM]. Quando apresenta o traço [-ANIM], é um Alvo (Locativo) (cf. (265)).

(265)

- a. Angola é que tem que (...) enviar de novo *para país*. (=para lá)
- b. Outra pessoa que está em casa cuida [da criança] e leva *para escola*. (=para lá)
- c. Abriu uma janela e atirou-se *cá para dentro de casa*. (=para cá)

Evidência adicional sobre o diferente estatuto dos PPs em (262) e em (265) é dada pelo facto de apenas estes poderem ser substituídos por advérbios locativos.

Resta verificar qual o traço de animacidade dos argumentos subcategorizados por *core dative verbs* vs. *non-core dative verbs* na CDP₂ produzida pelos informantes do Grupo I e do Grupo II, no sentido de confirmar que este é tipicamente [+ANIM], não se tratando, portanto, de um Alvo (Locativo). Na secção seguinte, analisaremos a distribuição das estratégias de realização do argumento dativo por traço de animacidade do Recipiente.

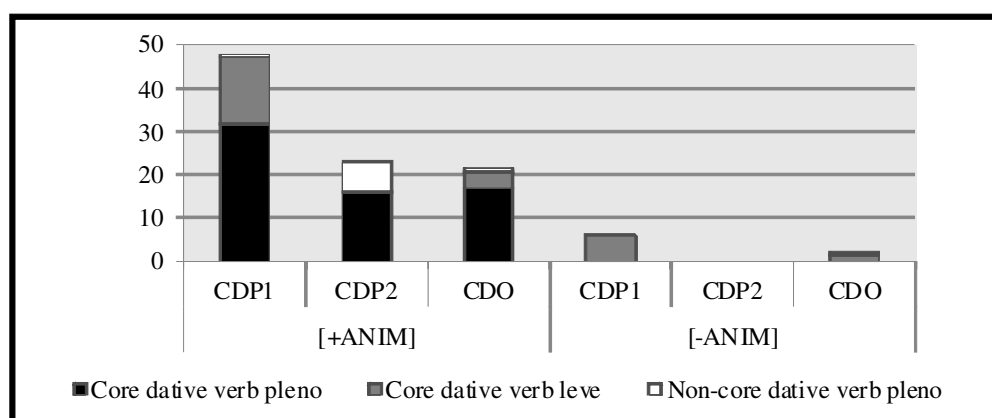
6.2.5 Animacidade do argumento dativo

Como mostrámos em (§3.4.2, Cap. III), associada à distinção entre *core dative verbs* e *non-core dative verbs* está o traço de animacidade do argumento dativo. Importa agora analisar os dados do PST segundo esta variável no sentido de verificar se os contextos classificados como ocorrências de CDP₂ subcategorizados por *core dative verbs* apresentam o traço [\pm ANIM]. Paralelamente, analisaremos a dicotomia verbo pleno/leve, tendo presente que, no PE, embora o argumento dativo seja tipicamente

[+ANIM], este ocorre com o traço [-ANIM], quando envolvidos predicados complexos introduzidos por verbos leves, como *dar* ou *fazer*, seguidos de nome deverbal.

O gráfico seguinte apresenta a distribuição do número de ocorrências de CDPs e de CDOs, com *core dative verbs* e *non-core dative verbs*, por traço de animacidade do argumento dativo. Uma vez que não são registadas ocorrências de verbos do tipo *atirar/enviar* em predicados complexos do tipo <verbo leve+nome deverbal>, consideraremos essa distinção apenas na classe dos verbos de tipo *dar*.

Gráfico 4 – Percentagem de CDOs e CDPs por tipo de verbo e traço de animacidade (Corpus).



Em primeiro lugar, verifica-se que o número total de ocorrências de argumento dativo [-ANIM] é muito inferior ao desse argumento com o traço [+ANIM] (12 vs. 137, em números absolutos). Especificamente, não obstante o baixo índice de frequência, verifica-se que o constituinte com o traço [-ANIM] ocorre exclusivamente com verbos leves. Exceptua-se o contexto referido anteriormente do *non-core dative verb* pleno *atirar* (cf. (263.b)). Por outro lado, a inexistência de argumentos com o traço [-ANIM] subcategorizados por *non-core dative verbs* na CDP₂ põe em evidência que os dados em análise no PST se referem a argumentos com o papel temático de Alvo, interpretados como Recipientes, e não a argumentos com o papel temático de Alvo (Locativo). Além disso, a ausência da CDP₂ com verbos leves evidencia o papel do verbo pleno na ocorrência desta estratégia. Por sua vez, e à semelhança do PE, a CDP₁ ocorre com argumentos dativos [\pm ANIM], envolvendo maioritariamente um *core dative verb* pleno. Como referido anteriormente, apenas é registada uma ocorrência da CDP₁ com o *non-core dative verb enviar* a subcategorizar um argumento com o traço [+ANIM]. Como

vimos, este contexto é produzido pelo grupo de informantes que nas suas produções apenas exhibe esta estratégia e, especificamente, envolve um clítico dativo e não um NP pleno (cf. (261)). No Gráfico 5 destaca-se ainda no campo da CDP₂ com *core dative verbs* o maior número de ocorrências de constituintes com o traço [+ANIM].

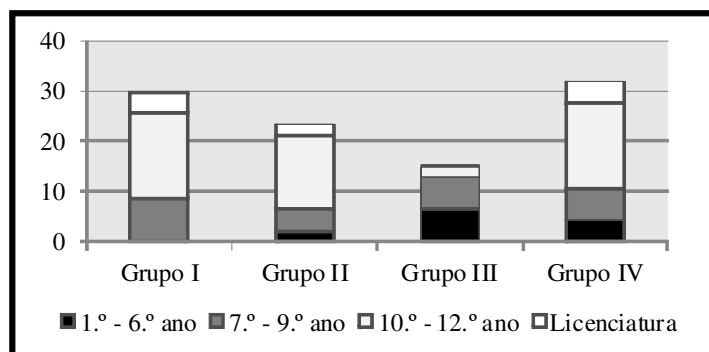
Na secção seguinte, a expressão do argumento dativo no PST será analisada tendo em conta o nível de escolarização dos informantes.

6.2.6 Nível de escolarização

Nas secções anteriores, discutimos os fatores linguísticos implicados na existência de alternância dativa no PST. Nesta secção analisaremos a expressão do argumento dativo segundo a variável extralinguística nível de escolarização, no sentido de perceber se esta pode justificar a diferença observada entre os diferentes grupos de informantes, tendo em conta o facto de produzirem (i) CDOs e CDPs (CDP₁ e CDP₂) (**Grupo I**); (ii) CDPs (CDP₁ e CDP₂) (**Grupo II**); (iii) CDOs (**Grupo III**); ou (iv) apenas a CDP₁ (**Grupo IV**).

Foram considerados três níveis de escolarização: a) 1.º e 2.º ciclos do ensino básico (1.º - 6.º ano); b) 1.º ciclo do ensino secundário (7.º-9.º ano); c) 2.º ciclo do ensino secundário (10.º-12.º ano); d) ensino superior (licenciados ou a frequentar licenciatura). O gráfico seguinte ilustra a distribuição do número de informantes que compõem cada um dos quatro grupos previamente definidos, por nível de escolarização.

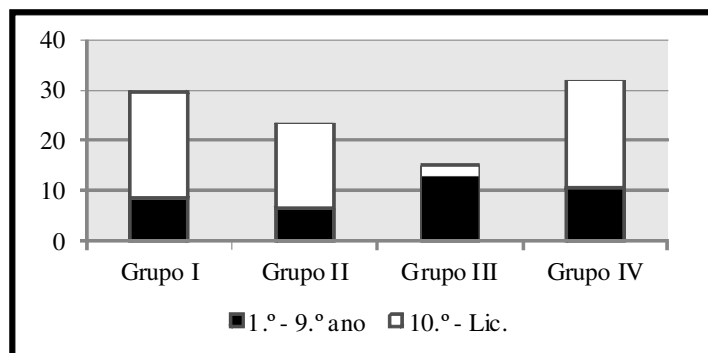
Gráfico 5 - Percentagem de informantes por nível de escolarização (I) (*Corpus*).



Verifica-se que a alternância dativa entre CDO e CDPs (Grupo I) é observada apenas em informantes com nível de escolaridade igual ou superior ao 7.º ano do ensino básico e sobretudo em informantes com o 10.º ou 11.º ano (17%). É a mesma faixa de escolarização que determina o maior número de ocorrências de CDPs, no Grupo II (15%). Por outro lado, regista-se que a maior parte dos informantes que produzem apenas CDOs, ou seja, o Grupo III, se encontra entre o 1.º e o 9.º ano de escolaridade (12%). Por fim, regista-se igualmente que o grupo de informantes que apenas produziu a CDP₁ se encontra no 2.º ciclo do ensino secundário (17%).

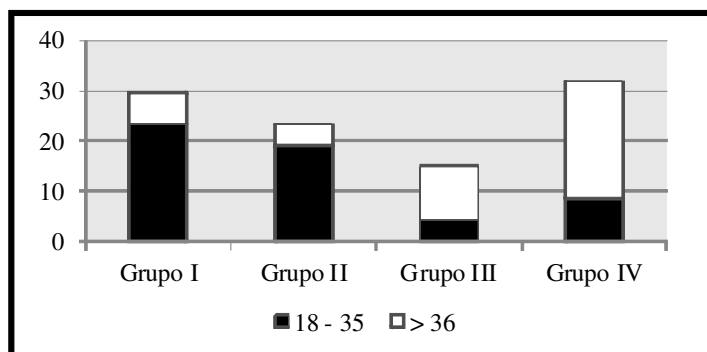
A junção dos valores relativos às duas primeiras colunas (1.º - 9.º ano), por um lado, e os valores relativos às terceira e quarta colunas (10.º ano – licenciatura), por outro, ilustrada no gráfico seguinte, permite-nos concluir que os falantes com mais baixo nível de escolaridade tendem a produzir apenas a CDO (13%), ao passo que os falantes com nível igual ou superior ao ensino secundário tendem a produzir CDPs (17%), a exibir alternância dativa entre CDO e CDPs (21%) ou a produzir apenas a CDP₁, mostrando, nesse sentido, um maior efeito da escolarização (21%).

Gráfico 6 - Percentagem de informantes por nível de escolarização (II) (*Corpus*).



Veja-se ainda que, se considerada a idade dos informantes do *corpus*, por grupo acima definido, se observa que a alternância dativa entre CDO e CDPs (Grupo I), bem como a variação entre CDPs (Grupo II), é maioritariamente registada em informantes com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos. Por outro lado, a ocorrência de CDOs (Grupo III) ou apenas de CDP₁ (Grupo IV) é registada em informantes com idade superior a 36 anos (cf. Gráfico 7).

Gráfico 7 - Percentagem de informantes por idade (*Corpus*).



A maior convergência com a variedade-alvo em informantes com idade superior aos 36 anos de idade (23%) pode dever-se a uma maior exposição ao PE durante o período pré-independência. Por sua vez, o facto de se observar maioritariamente a ocorrência de alternância dativa (23%), e de CDPs (19%), em informantes com idade igual ou inferior aos 35 anos, pode ter na base o facto de ainda se encontrarem em processo de escolarização (ensino secundário e/ou ensino superior) ou de a generalização do uso da CDP₂ constituir uma mudança em curso.

Neste sentido, não só as variáveis linguísticas discutidas nas secções anteriores se apresentam como determinantes para a perceção da alternância exibida pelo PST, como a variável extralinguística nível de escolarização, associada à idade, também reclama a sua importância.

6.2.7 Síntese

A análise dos dados extraídos do *corpus* referentes à realização do argumento dativo permitiu-nos verificar que a ocorrência de CDO e/ou CDPs é regulada por diferentes fatores linguísticos e extralinguísticos.

Na verdade, os dados dão conta do peso da variável tipo de verbo, quer consideremos a dicotomia verbos plenos/verbos leves, quer tenhamos em conta a distinção semântica proposta por Rappaport-Hovav & Levin (2008) entre verbos do tipo *dar* (*core dative verbs*) e verbos do tipo *atirar/enviar* (*non-core dative verbs*). De acordo com os dados do *corpus*, a CDP₁ e a CDO ocorrem (quase) exclusivamente com *core dative verbs*. Porém, ao passo que aquela ocorre independentemente de estar

envolvido um verbo pleno ou leve, esta é preferida com verbos plenos. Por outro lado, a CDP₂ ocorre tanto com *core dative verbs* como com *non-core dative verbs*, mas unicamente quando envolvidos verbos plenos. Além da variável tipo de verbo, o efeito da animacidade do argumento dativo também parece ser relevante, uma vez que tanto a CDO como as CDPs são preferidas quando o constituinte apresenta o traço [+ANIM]. Porém, esta associação pode ser determinada pela baixa ocorrência do constituinte com o traço [-ANIM] no *corpus*. Além das variáveis tipo de verbo e animacidade do Recipiente, a variável NP pleno/NP pronominal também parece desempenhar o seu papel, sobretudo no que respeita à CDP introduzida por *para*. Esta estratégia é maioritariamente produzida com NPs plenos, coocorrendo com o clítico dativo *lhe/lhes*.

A análise dos dados do *corpus* mais detalhada, e por informante, permitiu-nos igualmente concluir que o PST exhibe verdadeiramente alternância dativa, muito embora esta não seja uma propriedade generalizada nos falantes. A alternância dativa observada no PST concretiza-se na coocorrência de CDOs e CDPs, introduzidas por *a* ou *para* (Grupo I), sendo observada sobretudo em informantes com escolarização igual ou superior ao 10.º ano, com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos.

Tendo em conta a análise desenvolvida aos dados do *corpus*, parecemos dispor já neste momento de evidência para responder à nossa primeira questão de investigação:

- (i) O PST exhibe verdadeiramente alternância dativa ou diferentes gramáticas em competição responsáveis pela variação observada nas estratégias de realização do argumento dativo?

Ora, apesar de este não ser um fenómeno generalizado no *corpus*, é um facto que o PST exhibe verdadeiramente alternância dativa, não só no sentido em que os mesmos informantes produzem mais do que uma estratégia, mas igualmente na medida em que a escolha de cada estratégia parece estar dependente do tipo de verbo envolvido. Porém, tendo em conta a distribuição de diferentes estratégias por informantes, os dados do *corpus* fornecem igualmente evidência a favor da existência de diferentes gramáticas em competição no PST.

Em seguida, discutiremos os resultados dos juízos de aceitabilidade dicotómicos que nos fornecerão evidência adicional à existência de alternância dativa no PST e às variáveis pela qual esta é determinada.

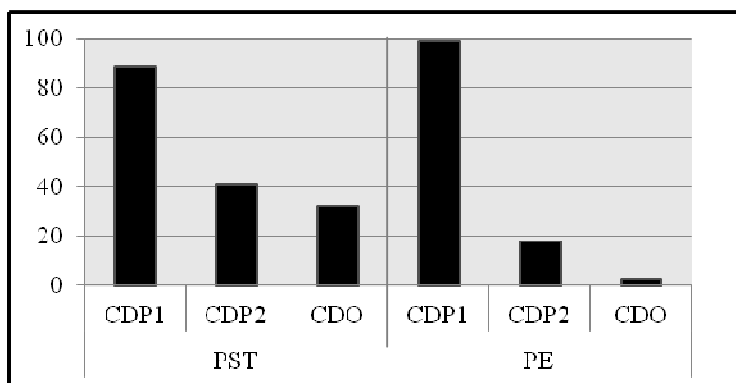
6.3 Juízos de aceitabilidade dicotômicos

6.3.1 Resultados globais

O principal objetivo da aplicação da tarefa de juízos de aceitabilidade que desenhamos é verificar quais, de entre as estratégias de realização do argumento dativo atestadas no *corpus*, são as mais e as menos aceites pelos informantes. Pretende-se, igualmente, verificar se a opção por alguma(s) da(s) estratégia(s) é favorecida por fatores linguísticos como o tipo de verbo e o traço de animacidade do argumento com o papel temático de Recipiente, uma vez que os mesmos se mostraram relevantes na descrição dos dados do *corpus*. Assim, se a alternância dativa sugerida pelos dados do *corpus* constitui efetivamente uma propriedade do PST, espera-se que os juízos de aceitabilidade apresentem resultados semelhantes, ou seja, que se observe a existência de alternância entre CDOs e CDPs. Por sua vez, espera-se que a CDO e a CDP₂ sejam rejeitadas pelo grupo de controlo, uma vez que, como mostrámos em (§3.4, Cap. III), o PE apenas expressa o argumento dativo com o papel temático de Recipiente mediante uma CDP₁.

Os Gráficos 8 e 9 apresentam a percentagem de aceitabilidade de cada uma destas estratégias testadas com NPs plenos e NPs pronominais, no PST e no grupo de controlo, *i.e.* de falantes nativos do PE.

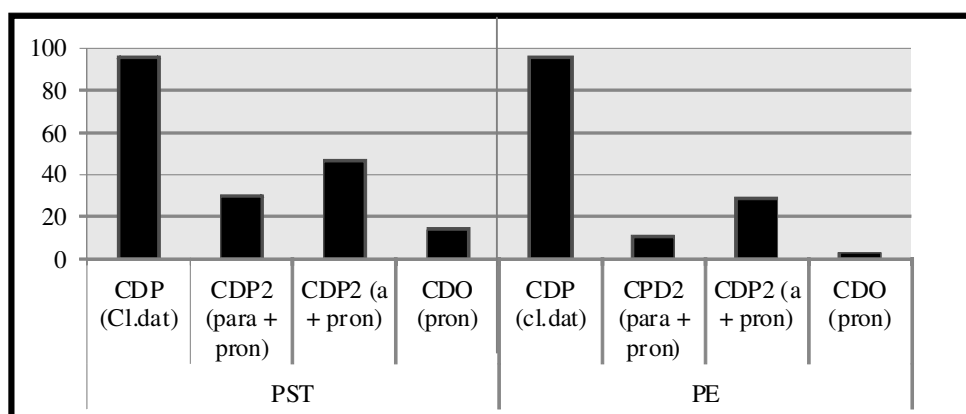
Gráfico 8 - Percentagem de aceitabilidade de CDOs e CDPs com NPs plenos (Tarefa de Elicitação).



No cômputo geral, verifica-se que há uma maior aceitabilidade da CDP que envolve o marcador de Caso *a* do que das restantes estratégias nos dois grupos de

informantes. Porém, enquanto no PST, se observa a variação entre CDPs e CDO, com valores próximos de aceitabilidade da CDO e da CDP₂, no PE, a CDP₁ é claramente a estratégia mais aceite. Além disso, muito embora a CDP₂ seja aceite por alguns informantes do grupo de controlo, a CDO é praticamente excluída. Consideremos, em seguida, os NPs pronominais. No sentido de dar conta da aceitabilidade de uma forma pronominal introduzida pela preposição *para* ou *a*, os respetivos valores da CDP₂ serão apresentados separadamente.

Gráfico 9 - Percentagem de aceitabilidade de CDOs e CDPs com NPs pronominais (Tarefa de Elicitação).



À semelhança do verificado com os NPs plenos, a percentagem de aceitabilidade do clítico dativo *lhe/lhes* é superior à das restantes estratégias, nos dois grupos de informantes. Regista-se, inclusivamente, no caso do PST, uma maior aceitabilidade da CDP₁ quando o NP é pronominalizado do que quando se trata de um NP pleno (96%, naquele, vs. 89%, neste). No campo da CDP₂, tanto os informantes do PST, como os do PE, parecem preferir esta estratégia quando o pronome é introduzido pela preposição *a*, em detrimento da preposição *para* (47% *a* vs. 30% *para*, no PST; 29% *a* vs. 11% *para*, no PE). De facto, esta estratégia é igualmente atestada no PE, ainda que apenas coloquialmente (cf. (173) e discussão associada). Das quatro estratégias de realização do argumento dativo com NP pronominais, a CDO com NP pronominal foi considerada a mais marginal de todas pelos dois grupos de falantes. A CDO com NP pronominais tem uma percentagem de aceitabilidade de apenas 14% no PST, tendo sido praticamente rejeitada pelos falantes nativos do PE (3%), confirmando, portanto, as nossas predições.

Se retomarmos os dados do *corpus* do PST discutidos anteriormente, verificamos que a CDP₁, a estratégia com maior número de ocorrências no *corpus*, é aquela que apresenta um maior índice de aceitabilidade na tarefa de elicitación, de modo particular quando envolve NPs pronominais. Por outro lado, o maior índice de produção da CDO com NPs plenos é igualmente refletido no mais baixo índice de aceitabilidade desta estratégia com NPs pronominais. Por fim, embora a CDP₂ no *corpus* apresente um índice de ocorrência equivalente ao da CDO com NPs plenos e inferior a esta com NPs pronominais, tendo em conta os resultados da tarefa de elicitación, a CDP₂ sobrepõe-se à CDO nos dois contextos. Os juízos de aceitabilidade permitem ainda desambiguar os dados do *corpus* relativamente à produção de CDP₂ com NPs pronominais, no sentido em que os informantes revelam uma maior aceitabilidade desta estratégia quando introduzida pela preposição *a*. cremos que estas diferenças relativamente aos dados do *corpus* podem estar relacionadas com o facto de a tarefa de elicitación ter sido aplicada a um grupo de falantes com nível de escolarização alto. Na verdade, não só a maior aceitabilidade da preposição *a* a encabeçar a CDP₂ com NP pronominais (pronomes fortes) é igualmente observada no grupo de controlo, como, conforme vimos anteriormente, o fator nível de escolarização se mostrou relevante na análise dos dados do *corpus*, já que falantes mais escolarizados exibem estratégias mais convergentes com as exibidas pelo PE. O impacto do factor nível de escolarização nos resultados da tarefa de juízos de aceitabilidade dicotómicos será discutido aprofundadamente adiante (cf. (§6.3.6)).

Porém, uma vez mais, para assumir que a variação expressa por estes dados é o reflexo da existência de alternância dativa, é necessário que os mesmos informantes aceitem tanto a CDO como a CDP. À semelhança do efetuado para os dados do *corpus*, na secção seguinte, analisaremos a distribuição dessas estratégias por informante. Por sua vez, no caso do PE, verifica-se que a CDP₁ é claramente a estratégia dominante, muito embora a CDP₂ seja igualmente aceite pelo grupo de controlo, maioritariamente quando envolvidos NPs pronominais encabeçados por *a* (29%) (cf. Tabela 7, Anexo 3).

6.3.2 Distribuição de CDOs e/ou CDPs por informante

Uma análise dos dados do *corpus* por informante permitiu-nos definir quatro grupos de informantes, conforme o uso da CDO e/ou de CDPs. Além disso, discutimos o facto de, em 47 informantes em cujas produções foram usadas estas estratégias, apenas 30% (*i.e.* 14), exibirem alternância dativa entre CDO, CDP₁ e CDP₂ (**Grupo I**). Os restantes usaram a CDP₁ e a CDP₂ (23%, *i.e.* 11 informantes) (**Grupo II**); apenas a CDO (15%, *i.e.* 7 informantes) (**Grupo III**); ou apenas a CDP₁ (**Grupo IV**) (32%, *i.e.* 15 informantes). No sentido de verificar se os resultados da tarefa de elicitación apontam no mesmo sentido, ou revelam um maior índice de aceitabilidade de alternância dativa, uma vez que esta foi aplicada a informantes com um nível de escolarização mais alto (*i.e.* unicamente a frequentar a licenciatura), foi igualmente avaliada a aceitabilidade da CDO e das CDPs por informante. Recorde-se que a análise dos dados do *corpus* permitiu verificar que a alternância dativa é exibida por falantes com nível de escolarização mais alto (igual ou superior ao 10.º de escolaridade).

A tabela seguinte mostra a distribuição do número de informantes do PST que, tendo respondido à tarefa de juízos de aceitabilidade dicotómicos, aceitaram CDOs e/ou CDPs.

Tabela 12 - Percentagem de informantes por CDOs e/ou CDPs (Tarefa de Elicitación).

	CDO/CDPs Grupo I	CDPs Grupo II	TOTAL
N.º de informantes	41 (75%)	14 (25%)	55 (100%)

Do conjunto dos 55 informantes que responderam à tarefa de elicitación, 41, *i.e.* 75%, aceitam tanto a CDO como as CDPs, exibindo, por isso, alternância dativa. A este grupo de informantes, por concordância com o efetuado aquando da análise dos dados do *corpus*, chamaremos **Grupo I**. Os restantes 14 (25%) aceitam unicamente as CDPs (**Grupo II**). Distintamente dos dados do *corpus*, nenhum dos informantes que respondeu à tarefa de elicitación aceitou exclusivamente a CDO (cf. Grupo III do *corpus*) nem unicamente a CDP₁ (cf. Grupo IV do *corpus*). Uma vez mais, o factor nível de escolarização parece ser determinante, tendo em conta que o Grupo III do *corpus* era constituído por informantes com nível de escolarização igual ou inferior ao 3.º ciclo do

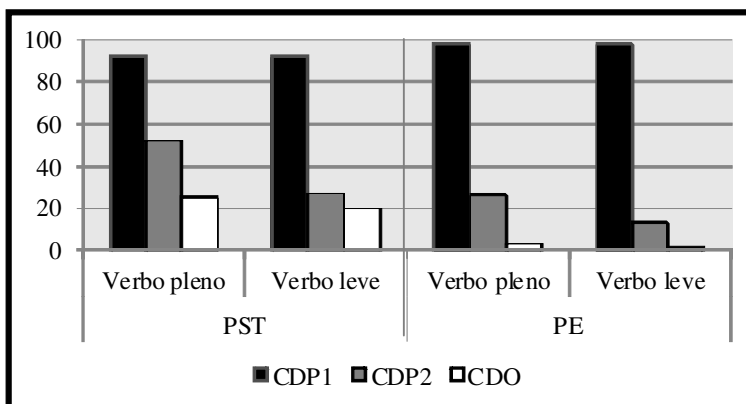
ensino básico e a tarefa de elicitación foi aplicada a estudantes universitários. Contudo, veja-se que, não obstante o facto de no *corpus* haver um grupo de informantes com este nível de escolarização que apenas produz a CDP₁ (Grupo IV), na tarefa de elicitación, os informantes com perfil equivalente aceitam igualmente a CDO e a CDP₂, o que significa que reconhecem estas estruturas como propriedades do PST.

De acordo com a análise desenvolvida para os dados do *corpus*, a escolha de determinada estratégia é favorecida por fatores linguísticos como o tipo de verbo e o traço de animacidade do argumento com o papel temático de Recipiente: a CDO e a CDP₁ ocorrem unicamente com *core dative verbs*, ao passo que a CDP₂ ocorre tanto com os chamados *non-core dative verbs* como com os *core dative verbs* e tipicamente em argumentos com o traço [+ANIM]. Uma vez que a CDP₂ envolve uma preposição que no PE é direcional (*para*, no caso dos NPs plenos ou pronominais, ou *a*, apenas no caso dos NPs pronominais), esperar-se-ia que ocorresse apenas com verbos que simultaneamente envolvem movimento e a mudança de possuidor do Tema. No entanto, no PST parece registar-se uma generalização do uso desta estratégia às duas classes de verbos, independentemente de o argumento dativo ser [\pm ANIM]. Nas secções seguintes, ocupar-nos-emos da análise da aceitabilidade da CDO e/ou das CDPs, segundo as variáveis tipo de verbo e traço de animacidade do argumento dativo, no sentido de perceber se os resultados da tarefa de juízos de aceitabilidade dicotómicos nos permitem extrair conclusões semelhantes às do *corpus* e/ou se nos fornecem evidência adicional à descrição das propriedades do argumento dativo no PST.

6.3.3 Tipo de verbo ditransitivo

De modo a testar o efeito da ocorrência da variável tipo de verbo na seleção das estratégias de realização do argumento dativo no PST, foram testadas, como indicado na secção referente às opções metodológicas (cf. §5.3, Cap. V), enunciados com os verbos *dar* e *fazer* (verbos leves) e com os verbos *dizer* e *atirar* (verbos plenos). Os três primeiros são *core dative verbs*, enquanto o último é o verbo prototípico da classe dos *non-core dative verbs*. Neste sentido, o gráfico seguinte apresenta a percentagem de juízos de aceitabilidade obtidos para cada estratégia, no PST e no PE, por tipo de verbo dativo.

Gráfico 10 – Percentagem de aceitabilidade de CDOs e CDPs por tipo de verbo (Tarefa de Elicitação).



No que concerne ao grupo de falantes do PST, os resultados mostram que não se regista uma preponderância significativa de um dos tipos de verbo nem na CDP₁ nem na CDO, sendo que, tanto com verbos plenos como com verbos leves, a percentagem de aceitabilidade é de 92% para aquela e se situa entre os 20% e os 25% para esta. Recorde-se que no *corpus* do PST, a CDO ocorre maioritariamente com verbos plenos e com argumento dativo [+ANIM]. Recuperam-se em (266-267) os itens de teste relevantes em análise.

(266)

- a. A mulher disse a verdade ao marido.
- b. A criança atirou uma pedra ao muro.
- c. O menino deu um abraço ao pai.
- d. Os turistas fizeram uma visita ao forte.

(267)

- a. A mulher disse o marido a verdade.
- b. A criança atirou o muro uma pedra.
- c. O menino deu o pai um abraço.
- d. Os turistas fizeram o forte uma visita.

Porém, à semelhança dos dados do *corpus*, a aceitabilidade da CDP₂ parece estar associada ao tipo de verbo envolvido. Assim, há uma preferência por verbos plenos, em detrimento de verbos leves (52% vs. 27%). Tal ocorre independentemente de se tratar de

um NP pleno (68% vs. 14%) ou de um NP pronominal introduzido por *para* (46% vs. 15%); quando o NP pronominal é introduzido por *a*, regista-se um maior índice de aceitabilidade desta estratégia com verbos leves (42% vs. 52%) (cf. (268.a-b) vs. (268.c-d)) (cf. Tabela 7, Anexo 3).

(268)

- a. A mulher disse a verdade para o marido / para ele.
- b. A criança atirou uma pedra para o muro / para ele.
- c. O menino deu um abraço para o pai / para ele.
- d. Os turistas fizeram uma visita para o forte / para ele.

(269)

- a. O menino deu um abraço a ele.
- b. Os turistas fizeram uma visita a ele.

Se considerarmos a distinção semântica proposta por Rappaport-Hovav & Levin (2008), a correlação encontrada no PST entre a CDP₂ e verbos plenos é justificada pelo facto de um desses verbos ser um *non-core dative verb*, o verbo *atirar* (cf. (268.b)), o qual no PE selecciona Alvos (Locativos) introduzidos por esta preposição.

No grupo de controlo do PE, a CDP₁ foi considerada gramatical pela totalidade dos informantes, independentemente do tipo de verbo, pleno ou leve, uma vez que a aceitabilidade é de 98%, nos dois contextos. Relativamente à CDP₂, observa-se, como no PST, uma maior aceitação com verbos plenos (26% vs. 13%), tanto com NPs plenos (31% vs. 4%), como com NPs pronominais introduzidos pela preposição *para* (19% vs. 3%). Na presença de um NP pronominal introduzido pela preposição *a*, registam-se percentagens de aceitabilidade equivalentes (28% vs. 31%) (cf. Tabela 8, Anexo 3). Por sua vez, a CDO foi rejeitada pela totalidade dos informantes do PE ($\leq 3\%$ de aceitabilidade), registando-se, porém, um maior índice de aceitabilidade com verbos plenos do que com verbos leves, independentemente de estar envolvido um NP pleno ou pronominal.

Na secção seguinte, apresentaremos os resultados da aceitabilidade das estratégias de realização do argumento dativo, por traço de animacidade, o que nos permitirá confirmar se a CDP₂ é igualmente aceite no PST independentemente do traço de animacidade do constituinte ou se é preferida quando este apresentar o traço [-

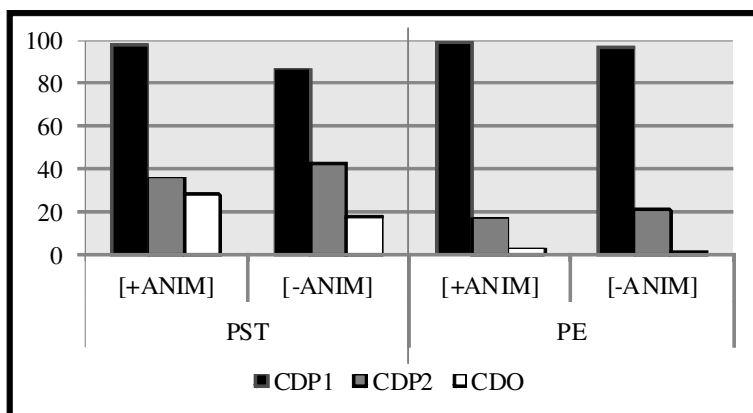
ANIM] e, nesse sentido, o facto de termos testado o verbo *atirar* com um argumento [-ANIM] traz ambiguidade aos resultados. Como temos vindo a referir, no PE, o argumento com este traço de animacidade, subcategorizado por verbos do tipo *atirar/enviar*, é um Alvo (Locativo) e não um Alvo interpretável como Recipiente. Paralelamente, discutiremos de igual modo os juízos formulados pelo grupo de controlo.

6.3.4 Animacidade do argumento dativo

Além do tipo de verbo, os itens testados na tarefa de elicitación foram construídos igualmente tendo em atenção o traço [\pm ANIM] do argumento com o papel temático de Recipiente/Alvo. Obteve-se, assim, uma frase por cada uma das combinações possíveis das variáveis consideradas. Como vimos, no *corpus* o número total de ocorrências de dativos [-ANIM] é muito inferior ao de ocorrências do mesmo argumento com o traço [+ANIM]. Porém, não obstante este facto, verificámos que, apesar de poderem ocorrer com verbos plenos, quando envolvidos constituintes com o traço [-ANIM], estes ocorrem maioritariamente com verbos leves. Além disso, não foram registadas no *corpus* ocorrências do argumento dativo [-ANIM] subcategorizado por *non-core dative verbs*. O enunciado com o verbo *atirar*, usado na tarefa de elicitación, permite preencher os requisitos das ocorrências com pouca (ou nenhuma) expressividade no *corpus*: envolve um *non-core dative verb* e um Alvo com o traço [-ANIM].

No gráfico seguinte, apresentam-se os resultados das ocorrências de CDO e CDPs, por tipo de verbo e por traço semântico do constituinte em análise, no PST e no PE.

Gráfico 11 – Percentagem de aceitabilidade de CDOs e CDPs por traço de animacidade (Tarefa de Elicitação).



No que concerne à CDP₁, não parece haver uma associação nítida entre a estratégia e o traço semântico do Recipiente, no PST, uma vez que a aceitabilidade é de 98% para o traço [+ANIM] e de 87% para o traço [-ANIM]. O mesmo se aplica ao PE, cujos valores de aceitabilidade são de 99% e 97%, respetivamente. Porém, parece registar-se uma maior aceitabilidade de CDP₂ quando o argumento preposicionado apresenta o traço [-ANIM] no PST (36% vs. 43%) e no PE (17% vs. 21%), não obstante a baixa diferença percentual. Por sua vez, a CDO parece ser preferida com argumentos com o traço [+ANIM] (28% vs. 18%). Estes valores referem-se apenas ao PST, uma vez que a CDO foi praticamente rejeitada por todos os informantes do grupo de controlo ($\leq 3\%$ de aceitabilidade). Na secção anterior, verificámos a existência de uma correlação entre o verbo pleno e a CDP₂, tendo sugerido que esta podia estar associada ao facto de um dos enunciados em teste envolver o verbo *atirar* e um Alvo [-ANIM]. Na verdade, os dados ilustrados no Gráfico 13 confirmam essa associação (cf. (268.b)).

O facto de a CDP₂ apresentar uma maior percentagem de aceitabilidade com o verbo *atirar* igualmente nos resultados do grupo de controlo pode dever-se ao facto de estarmos perante um Alvo (Locativo) e não um Recipiente. Nos gráficos seguintes, apresentamos o cruzamento das duas variáveis, tipo de verbo e traço de animacidade do Recipiente/Alvo no PST e no PE.

Gráfico 12 – Percentagem de aceitabilidade de CDOs e CDPs por tipo de verbo e traço de animacidade (PST) (Tarefa de Elicitação).

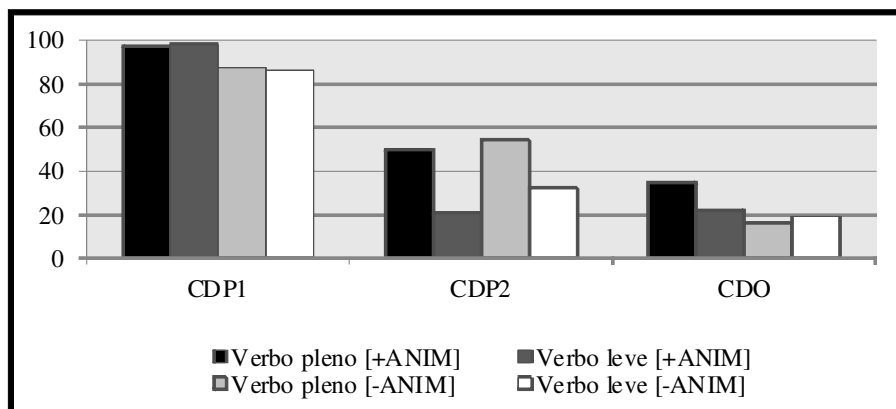
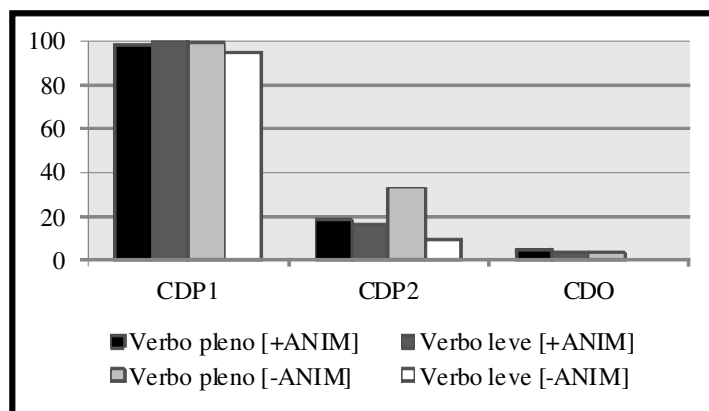


Gráfico 13 – Percentagem de aceitabilidade de CDOs e CDPs por tipo de verbo e traço de animacidade (PE) (Tarefa de Elicitação).



De facto, no PE, a CDP₂ apresenta um maior índice de aceitabilidade quando envolvido o verbo pleno *atirar* e um Alvo [-ANIM] (33%) (cf. (270.a)). Porém, veja-se que no PST a percentagem de aceitabilidade da CDP₂ com o verbo pleno e Alvo [-ANIM] (54%) é equivalente à percentagem de aceitabilidade da mesma estratégia com o verbo pleno e Recipiente [+ANIM] (50%) (cf. (270.b-d)). Além disso, recorde-se que a maior parte das ocorrências de CDP₂ no *corpus* se registaram com *core dative verbs* e Recipientes [+ANIM].

(270)

- a. A criança atirou uma pedra para o muro.
- b. A criança atirou uma pedra para ele.
- c. A mulher disse a verdade para o marido.
- d. A mulher disse a verdade para ele.

Neste sentido, apesar de os resultados do PST e do PE aparentarem ser semelhantes, no sentido em que os dois grupos de informantes preferem a CDP₂ com verbos plenos, na verdade, a razão pela qual o fazem parece não ser a mesma. Por um lado, o facto de o PE preferir esta estratégia com o verbo *atirar* corrobora a possibilidade de este verbo poder combinar-se com a preposição *para* para introduzir argumentos com o papel temático de Alvo, como parece ser o caso. Por outro lado, no PST, a CDP₂ é preferida com verbos plenos (*core* e *non-core dative verbs*), independentemente do traço de animacidade do constituinte, evidenciando a generalização do uso da preposição *para* em argumentos com o papel temático de Recipiente e de Alvo [\pm ANIM].

Conclui-se, então, que o PST exhibe verdadeiramente alternância dativa e que esta é determinada pela semântica dos verbos envolvidos: ao passo que a CDP₁ e a CDO ocorrem exclusivamente com verbos que veiculam transferência de posse, a CDP₂ tende a ocorrer de forma generalizada não só com verbos que veiculam transferência de posse, mas igualmente com aqueles que também envolvem movimento. Além disso, observa-se que a preposição *para*, que no PE é [+dir, +loc], está a ser reanalisada como uma preposição subespecificada quanto aos traços direcional e locativo. É o tipo de verbo envolvido (*core* ou *non-core dative verb*), bem como a animacidade do constituinte por este subcategorizado, que determina a sua ocorrência como uma preposição [-dir, -loc] ou [+dir, +loc].

Resta agora esclarecer se, como outras línguas que exibem alternância dativa, como o inglês, o PST admite a passivização do NP com o papel temático de Recipiente e, nesse caso, se esta aceitabilidade é transversal às duas classes semânticas de verbos. Na secção seguinte, discutiremos os juízos de aceitabilidade sobre as passivas dativas testadas com os verbos plenos *dizer/atirar* e os verbos leves *dar/fazer*.

6.3.5 Passivas dativas

No capítulo III, discutimos a possibilidade de as línguas que exibem CDOs admitirem passivas dativas. Na verdade, de acordo com a literatura, por um lado, há línguas com CDOs simétricas e parcialmente simétricas, por nessas os dois ou um dos NPs pós-verbais exibir(em) propriedades de objeto primário e, por isso, podem constituir o sujeito de frases passivas, a partir da CDO. Por outro lado, há línguas com CDOs assimétricas, nas quais nenhum dos dois constituintes subcategorizados pelo verbo ditransitivo admite a passivização, a partir da CDO. O inglês insere-se no conjunto das línguas com CDOs parcialmente simétricas, uma vez que, apesar de exibir passivas acusativas, estas apenas são possíveis se derivadas da CDP. Por outro lado, os crioulos do Golfo da Guiné, designadamente o forro, com o qual o PST está maioritariamente em contacto, não exibe passivas sintáticas e insere-se, por isso, no subconjunto de línguas com CDOs assimétricas.

Tendo verificado que o PST exibe CDOs, importa esclarecer a que tipo de línguas pertence, tendo em conta a (im)possibilidade de admitir passivas dativas. Não obstante o *corpus* em análise nesta dissertação ser superior (em número de palavras transcritas) ao analisado em R. Gonçalves (2010), continua a não haver evidência da ocorrência de passivas dativas. Porém, uma pesquisa por formas participiais que ocorrem em passivas verbais com *ser* ou em predicados de verbos copulativos como *estar* ou *ficar* no *corpus* permite-nos verificar que esta variedade do português exibe passivas sintáticas (cf. (271)). Segue-se aqui a tipologia tripartida proposta por Duarte & Oliveira (2010) e Duarte (2013), na linha de Embick (2004), de acordo com a qual o português exibe três tipos de participios (eventivos, estativos e resultativos), contrariamente à tipologia clássica que apenas distinguia entre participios de passivas verbais e de passivas adjetivais.

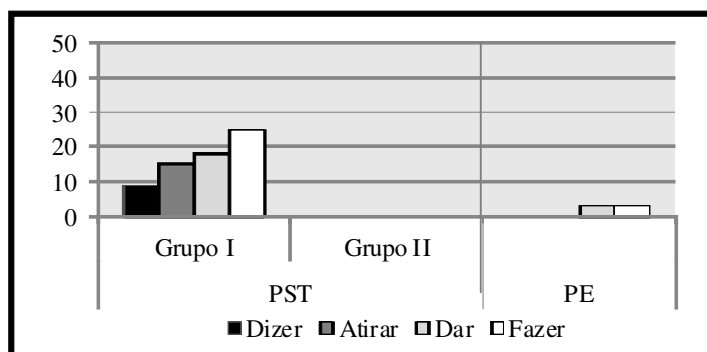
(271)

- a. Todo e qualquer esforço foi feito por ela.
- b. O problema dele não está resolvido ainda.
- c. Todas essas casas ficaram abandonadas durante um certo tempo.

Em seguida, discutiremos os resultados da tarefa de juízos de aceitabilidade dicotômicos obtidos sobre as passivas dativas testadas. Especificamente, espera-se que, a serem admitidas no PST, estas sejam aceites apenas pelos informantes do Grupo I, ou seja, os que exibem alternância dativa. Como vimos, os informantes do Grupo II aceitaram apenas CDP₁ e a CDP₂ (e nenhum dos informantes que responderam à tarefa de elicitación aceitou unicamente a CDO). Além disso, tendo em conta que a CDO é preferida com argumentos [+ANIM] subcategorizados por *core* ou *non-core dative verbs*, espera-se que as passivas dativas sejam rejeitadas quando envolvido o verbo *atirar*. Por outro lado, espera-se que os informantes do grupo de controlo rejeitem, em absoluto, esta construção, uma vez que o PE não exhibe CDOs e, por consequência, não exhibe passivas dativas.

O Gráfico 14 apresenta a distribuição da aceitabilidade de passivas dativas, por tipo de verbo envolvido e por grupo(s) de informantes.

Gráfico 14 - Percentagem de aceitabilidade de passivas dativas por tipo de verbo e grupo de informantes (Tarefa de Elicitación).



Relativamente ao PST, e conforme as nossas predições, a aceitabilidade de passivas dativas foi observada apenas nos informantes do Grupo I, *i.e.* os que exibem alternância dativa. Porém, estas não foram aceites por todos os informantes do Grupo I, nem de forma transversal, no sentido em que um mesmo informante aceita todas as passivas dativas. Além disso, contrariamente ao esperado, esses informantes aceitam passivas dativas independentemente de o argumento passivizado ser um Recipiente ou um Alvo. Ainda assim, na sua maioria, estas foram aceites quando envolvidos verbos leves, de modo particular, o verbo *fazer*.

Confirma-se a rejeição das passivas dativas pelo grupo de controlo; veja-se que apenas dois informantes, num total de 40 que responderam à tarefa de eliciação, aceitaram esta construção. Anteriormente, vimos que, muito embora o PE não exiba CDOs, alguns informantes do grupo de controlo aceitaram esta estratégia, sobretudo quando envolvidos verbos plenos (cf. Tabela 8, Anexo 3). A hipótese de terem sido os mesmos informantes a aceitar os enunciados com a CDO e os enunciados com passivas dativas é infirmada. Na verdade, nenhum destes informantes aceita a CDO correspondente, ou seja, a que envolve o verbo *dar* ou *fazer*.

Uma vez que não foi solicitado a nenhum grupo dos informantes (PST/PE) que corrigisse os itens não aceites, não foi possível comprovar se a interpretação destes enunciados era, efetivamente, de uma passiva dativa. Coloca-se a hipótese de, em vez disso, os enunciados terem sido interpretados como instâncias de topicalização selvagem, construção que se caracteriza pelo apagamento da preposição que introduz o tópico: em lugar de um PP, é anteposto um NP. Esta variante da topicalização é aceite na oralidade desde que o elemento suprimido seja uma preposição sem conteúdo semântico, com o mero papel de atribuidor casual (cf. Duarte 2003: 501), como é, aliás, o caso dos enunciados em (272), os quais envolvem o marcador de caso *a*.

(272)

- a. O pai foi dado um abraço (pelo menino).
- b. O forte foi feito uma visita (pelos turistas).

Apesar de este tipo de topicalização ser amplamente atestado no *corpus* do PST (cf. Gonçalves 2010), e de esta interpretação poder estar na base da aceitabilidade dos enunciados igualmente pelos informantes do PST, esta é uma hipótese a que os nossos dados não permitem dar resposta.

6.3.6 Nível de escolarização

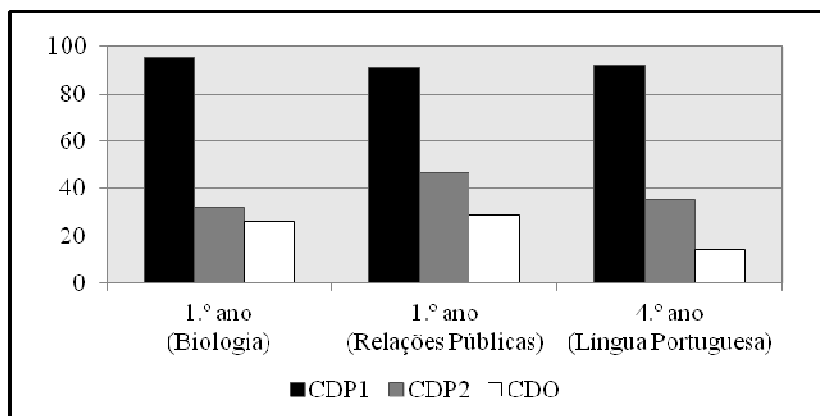
Nas secções anteriores, discutimos os fatores linguísticos implicados na existência de alternância dativa no PST. Nesta secção, discutiremos brevemente o impacto da variável extralinguística nível de escolarização.

Como vimos, no *corpus* é possível distinguir quatro grupos de informantes, tendo em conta o facto de produzirem a CDO e/ou CDP(s). Porém, na tarefa de elicitaco não há um grupo de informantes que aceite unicamente a CDO. Ora, tendo presente que, distintamente do *corpus*, em que os informantes têm diferentes níveis de escolarização, desde o 1.º ciclo do ensino básico até ao ensino superior, a tarefa de juízos de aceitabilidade dicotmicos foi aplicada apenas a informantes a frequentar a licenciatura, a diferença observada entre os dados do *corpus* e os resultados da tarefa de juízos de aceitabilidade dicotmicos parece poder ser justificada pela variável nível de escolarização. Se por um lado não se pode concluir que a escolarização tenha contribuído efetivamente para a perda do uso e/ou da aceitabilidade da CDO (a estratégia é produzida e aceite mesmo em informantes com nível de instrução superior), por outro, fica claro o efeito desta variável extralinguística, na medida em que esses informantes tendem a exibir a alternância dativa ou a usar/preferir unicamente CDP(s) e nenhum deles aceita apenas a CDO.

Na secção referente às opes metodológicas, referimos que a tarefa de elicitaco foi aplicada a três grupos de informantes, tendo em conta o curso (e ano de curso) que,  data, estes se encontravam a frequentar, a saber (i) 1.º ano da licenciatura em Biologia; (ii) 1.º ano da licenciatura em Relações Públicas; e (iii) 4.º ano da licenciatura em Língua Portuguesa. Ao verificarmos que a variável nível de escolarização tem um efeito determinante nos resultados obtidos, se comparados com os do *corpus*, espera-se igualmente que os alunos da licenciatura em Língua Portuguesa apresentem resultados distintos dos restantes. De facto, não só,  data, se encontravam no último ano de curso, como frequentavam uma licenciatura que lhes permitia um maior contacto com a variedade do PE.

O gráfico seguinte d conta dos resultados totais obtidos por grupo de informantes que responderam  tarefa de juízos de aceitabilidade, por (ano de) curso que frequentavam.

Gráfico 15 - Percentagem de aceitabilidade de CDOs e CDPs por nível de escolarização (Tarefa de Elicitação).



Uma leitura dos dados por curso (e ano de curso) dos informantes permite verificar que a CDP₁ tem percentagem de aceitabilidade igual ou superior a 90% nos três grupos. No que concerne à CDP₂ introduzida por *para*, apesar de serem ambos do 1.º ano, os alunos da licenciatura em Biologia apresentam uma menor aceitabilidade da estratégia (32%) do que os alunos da licenciatura em Relações Públicas (47%). Por fim, observa-se ainda que é exatamente o grupo do 4.º ano que apresenta uma menor aceitabilidade da CDO (14%), sendo que os restantes dois grupos apresentam uma percentagem de aceitabilidade equivalente (26% e 29%, respetivamente). Subjacente a esta diferença podem estar variáveis distintas, entre as quais a maior/menor exposição à variedade-alvo durante o tempo de escolarização, a formação do docente, bem como o contacto com o forro, crioulo dominante em São Tomé.

6.3.7 Síntese

A tarefa de elicitação aplicada a 55 informantes do PST permitiu-nos confirmar a existência de alternância dativa nesta variedade, por contraste com o PE no qual a CDP₁ foi maioritariamente aceite.

Na verdade, verificámos que, tal como no *corpus*, é possível distinguir um grupo de informantes do PST que aceita CDOs e CDPs e outro que apenas aceita CDPs. Porém, distintamente do *corpus*, não foi possível identificar um grupo de informantes que aceite unicamente a CDO, facto que atribuímos ao nível de escolarização dos

informantes. Na verdade, no *corpus*, esse grupo de informantes é caracterizado por ter um nível de escolarização igual ou inferior ao 3.º ciclo do ensino básico. Por sua vez, a tarefa de elicitación foi aplicada a informantes a frequentar o ensino superior.

Não obstante a existência de alternância, tal como observado através dos dados do *corpus*, a CDP₁ corresponde à estratégia com um maior índice de aceitabilidade, enquanto a CDO é a estratégia menos aceite. Por sua vez, e distintamente do *corpus*, a CDP₂ é maioritariamente aceite quando envolvida uma forma pronominal introduzida pela preposição *a*. Para tal, cremos contribuir igualmente o nível de escolarização dos informantes. Veja-se que, não obstante o limitado número de ocorrências desta estratégia no *corpus*, os contextos que envolvem a CDP₂ com NPs pronominais encabeçados por *a* foram maioritariamente produzidos por informantes com nível de escolarização igual ou superior ao ensino secundário. Por sua vez, os contextos que envolvem a CDP₂ com NPs pronominais encabeçados por *para* foram produzidos por informantes entre o 5.º e 9.º ano do ensino básico.

Os resultados da tarefa de juízos de aceitabilidade permitiram de igual modo confirmar o que os dados do *corpus* já haviam posto em evidência relativamente ao peso das variáveis tipo de verbo e traço de animacidade do constituinte na produção de CDP₂. Esta estratégia é aceite independentemente de estar envolvido um *core* ou *non-core dative verb* e de o constituinte ser [\pm ANIM], ou seja, um Recipiente ou um Alvo. De acordo com os resultados da tarefa de elicitación, a CDP₁ e a CDO são aceites independentemente do tipo de verbo envolvido, quer se trate da dicotomia verbos plenos/verbos leves, quer se considere a distinção semântica entre *core dative verbs* e *non-core dative verbs*.

Além disso, os resultados da tarefa de elicitación permitiram-nos confirmar a inexistência de passivas dativas no PST. Na verdade, muito embora os itens testados tenham sido aceites por alguns dos informantes, não há correlação entre os juízos de aceitabilidade de CDOs e de passivas dativas, ou seja, aquelas não foram aceites pelos mesmos informantes, nem com os mesmos verbos, que estas. Além disso, o facto de os itens testados com passivas dativas terem sido aceites por alguns informantes do PE sugere que esses receberam uma interpretação distinta da esperada.

Julgamos, portanto, que o facto de o *corpus* do PST não exhibir passivas dativas e de não ser observada uma correlação entre a aceitabilidade dessas e da CDO na tarefa de elicitación nos permite responder à nossa segunda questão de investigação:

- (ii) Tendo em conta o seu sistema de marcação casual, a que tipo de línguas pertence o PST?

No capítulo III, referimos a existência de três grupos de línguas: (i) línguas com CDOs simétricas e parcialmente simétricas, as quais admitem passivas dativas (e.g. Baker 1988; Bresnan & Moshi 1990; Woolford 1993); (ii) línguas com CDOs assimétricas (e.g. Anagnostopoulou 2003) que, não obstante a subcategorização de dois NPs, não admitem que estes constituam o sujeito de frases passivas; e (iii) línguas com CDPs. Neste caso, apenas as passivas acusativas são licenciadas a partir da CDP.

Ora, tendo em conta os dados descritos nas secções anteriores e a distribuição dos informantes do *corpus* e da tarefa de elicitación em função da possibilidade de produzirem/aceitarem CDOs, parece necessário afirmar que a variação observada na expressão do argumento dativo no PST é interna aos próprios falantes (cf. Tabela 13).

Tabela 13 – Distribuição das estratégias de realização do argumento dativo no PST.

	CDP ₁	CDP ₂	CDO	Passivas dativas	Passivas acusativas	Tipo de língua/variedade
Grupo I	√	√	√		√	CDOs assimétricas
Grupo II	√	√			√	CDPs
Grupo III			√		√	CDOs assimétricas
Grupo IV	√				√	CDPs

De acordo com a Língua-I dos informantes do Grupo I e do Grupo III, e tendo em conta a inexistência de passivas dativas, o PST integra o tipo de línguas com CDOs assimétricas; de acordo com a Língua-I dos informantes do Grupo II e do Grupo IV, o PST integra o tipo de línguas com CDPs.

Nesse sentido, assume-se que, para os falantes do Grupo I e do Grupo III, os verbos atribuem duplo Caso estrutural. Por outro lado, assume-se que, para os falantes do Grupo II e do Grupo IV, os verbos apenas atribuem Caso estrutural acusativo; a preposição que introduz a CDP₁ é requerida para a atribuição de Caso dativo.

O facto de, tanto nos dados do *corpus* como nos resultados da tarefa de elicitación, os informantes terem produzido/aceitado a ocorrência de CDP₂ com *core dative verbs* e Recipientes [+ANIM] evidencia uma generalização do uso da preposição *para* a introduzir o argumento dativo nesta variedade. De facto, embora esta seja [+dir,

+loc] no PE, parece estar a ser reanalisada no PST como uma preposição [\pm dir, \pm loc], em função do verbo que subcategoriza o argumento por esta introduzido. A preposição [+dir, -loc] *para* introduz Recipientes [\pm ANIM] com *core dative verbs* e Recipientes [+ANIM] com *non-core dative verbs*, ao passo que a preposição [+dir, +loc] *para* introduz Alvos [-ANIM] com *non-core dative verbs*.

Apesar de ocorrer igualmente com *core dative verbs*, consideramos que não há evidência suficiente para assumir que a preposição *para* já gramaticalizou com esta classe de verbos como uma preposição [-dir, -loc], à semelhança da preposição *a*. Na verdade, se assim fosse, esperar-se-ia encontrar alternância entre a CDO e a CDP₂ nos mesmos informantes, não obstante a ausência de CDP₁. Porém, tal não se observa nos dados do *corpus* nem nos resultados da tarefa de elicitación.⁹⁸

A Tabela 14 apresenta os traços formais da preposição *para* no PST (cf. Tabela 14).

Tabela 14 - Distribuição dos traços formais da preposição *para* no PST.

	<i>Core dative verbs</i>	<i>Non-core dative verbs</i>
Recipiente [\pm ANIM]	[+dir] [-loc]	
Alvo [+ANIM]		[+dir] [-loc]
Alvo [-ANIM]		[+dir] [+loc] [\pm perm]

Em seguida, tendo em conta os dados discutidos nas secções anteriores, proporemos uma estrutura para as construções ditransitivas do PST, dando resposta à terceira questão de investigação.

6.4. A estrutura da CDO e da CDP no PST

A terceira questão de investigação subjacente à análise dos dados do português de São Tomé é a enunciada em seguida:

⁹⁸ Além disso, a ocorrência da CDP₁ apenas com NPs pronominais, em alternância com a CDO e/ou a CDP₂, apenas é registada no *corpus* em três informantes do Grupo I e em dois do Grupo II.

- (iii) O PST fornece evidência de que a CDO e a CDP partilham a mesma estrutura?

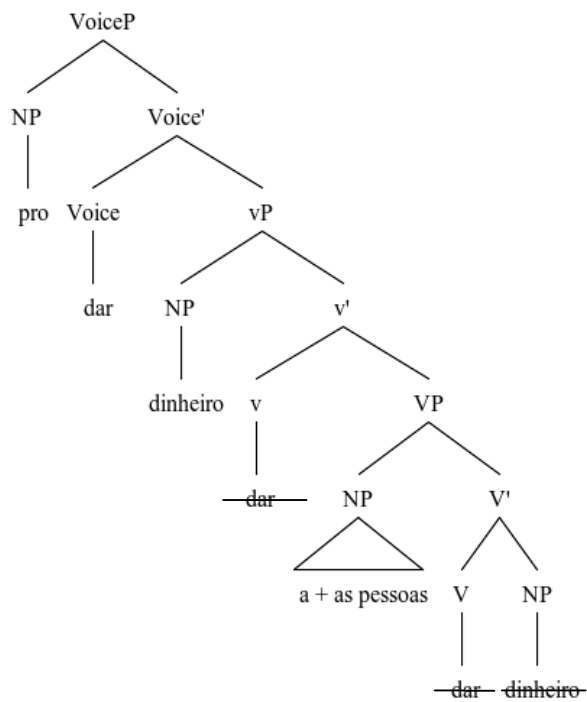
Como referimos no capítulo I, uma resposta afirmativa a esta questão estaria dependente da existência de verdadeira alternância dativa no PST e da sua relação com a semântica dos verbos envolvidos. Como vimos, os dados do *corpus* e os resultados dos juízos de aceitabilidade dicotômicos mostraram que a CDO e a CDP₁ ocorrem efetivamente com *core dative verbs*, ou seja, com verbos do tipo *dar*. Por outro lado, a CDP₂ ocorre de forma generalizada tanto com *core* como com *non-core dative verbs*. Neste sentido, à semelhança do proposto para o inglês, é lícito admitir que a CDO e a CDP₁, que envolve uma preposição [-dir, -loc], partilham a mesma estrutura, ao passo que a CDP₂, que envolve uma preposição [+dir, -loc], é derivada de forma independente. Porém, como vimos, a distribuição das estratégias não é uniforme nos diferentes informantes do *corpus* e da tarefa de juízos de aceitabilidade. Por consequência, a estrutura subjacente a estas estratégias está igualmente dependente do tipo de informante que as produz. Nesse sentido, existem diferentes gramáticas em competição no PST.

Começemos pela gramática dos informantes do Grupo I. Como vimos, tanto no *corpus*, como na tarefa de elicitación, estes exibem três estratégias para a realização do argumento dativo com o papel temático de Recipiente (ou Alvo [+ANIM], interpretado como Recipiente): CDP₁, CDP₂ e CDO. Porém, ao passo que a CDP₁ e a CDO são produzidas exclusivamente com *core dative verbs*, a CDP₂ ocorre tanto com *core* como com *non-core dative verbs*. Ora, embora o PST se assemelhe ao inglês e ao PE nos quais a CDP₁ (e a CDO daquele) pode(m) ocorrer com verbos do tipo *dar* (e do tipo *enviar/atirar*, quando envolvido um Alvo [+ANIM]), distingue-se destas línguas por a CDP introduzida por uma preposição direcional não ocorrer exclusivamente com verbos do tipo *enviar/atirar*. Assim, propomos que, como no inglês, na gramática do Grupo I, os verbos que subcategorizam um Recipiente (ou um Alvo reanalisado como tal) atribuem duplo Caso estrutural e a preposição *a* tem um estatuto meramente funcional. Nesse sentido, à semelhança do que propusemos para o inglês (e para o PE), a CDP₁ e a CDO partilham a mesma estrutura, distinguindo-se no facto de na primeira ser o OD a mover-se para posição de Spec/vP, derivando a ordem V OD OI, e na segunda ser o OI a ocupar essa posição, derivando a ordem V OI OD (cf. §4.3.1, Cap. IV). Apresenta-se

em (273) a derivação da CDP₁ inicialmente apresentada em (1.a) e em (274) a derivação da CDO inicialmente apresentada em (2.a).⁹⁹

(273)

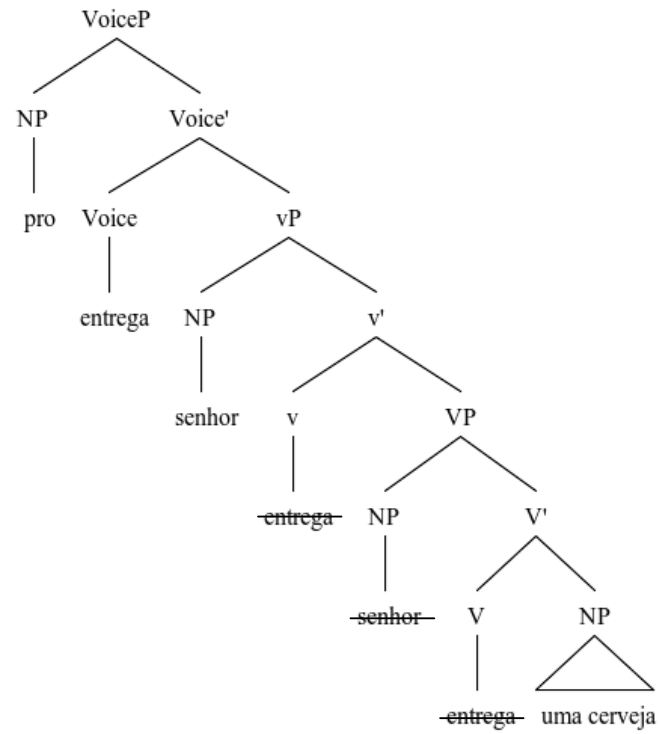
Dão dinheiro às pessoas.



⁹⁹ Cf. (§6.2.3) sobre a estrutura interna do argumento dativo.

(274)

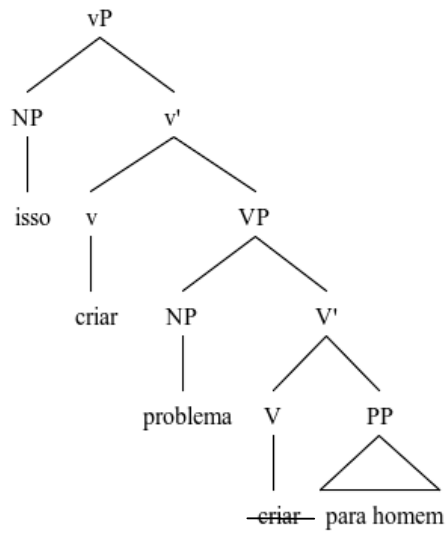
Entrega *senhor* uma cerveja.



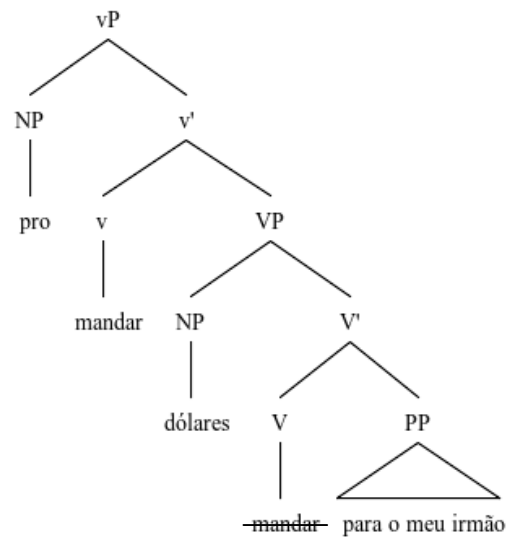
Por sua vez, a CDP_2 é derivada de forma independente, independentemente de o argumento ser um Recipiente subcategorizado por um *core dative verb* (cf. (275.a)) ou um Alvo [\pm ANIM] subcategorizado por um *non-core dative verb* (cf. (275.b) e (276.c)).

(275)

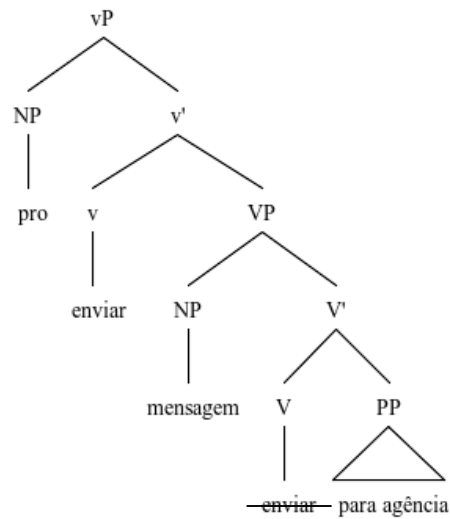
a. Isso cria problema *para homem*.



b. Mandar dólares *para meu irmão*.



c. Enviei mensagem para agência.



Por outro lado, como vimos, os informantes do Grupo II, no *corpus* e na tarefa de elicitación, não produzem/aceitam CDOs, sugerindo que na sua gramática apenas duas estratégias estão disponíveis no PST, a CDP₁ que ocorre exclusivamente com *core dative verbs* e a CDP₂ que ocorre de forma generalizada com *core* e *non-core dative verbs*. Assumimos, portanto, que, à semelhança do PE, os verbos não atribuem Caso estrutural acusativo, necessitando, por isso, que o constituinte com o papel temático de Tema se mova da posição em que é gerado para uma posição em que possa receber Caso, *i.e.* [*Spec/vP*]. Nesse sentido, as únicas estruturas disponíveis na gramática destes falantes são as que estão representadas em (273), para a CDP₁ e (275) para a CDP₂.

Por fim, na gramática dos informantes do Grupo III, apenas do *corpus*, uma vez que não se registou na tarefa de elicitación a existência de informantes que aceitem exclusivamente a CDO, os verbos atribuem duplo Caso estrutural. Por consequência, a estrutura disponível para as construções ditransitivas é a exibida em (274), para a CDO.

7. OS EFEITOS DO CONTACTO LINGUÍSTICO

7.1 Introdução

Tendo analisado os dados do PST e respondido às três primeiras questões de investigação subjacentes a esta investigação, cumpre agora descrever as estratégias exibidas pelo forro, o crioulo maioritariamente em contacto com o PST, e responder à última questão de investigação formulada no capítulo I:

- (iv) Qual o papel do contacto com o forro na expressão do argumento dativo no PST?

Para tal, analisaremos em seguida as estratégias exibidas pelo forro. Como referimos no capítulo I, a estratégia dominante para a expressão do argumento de verbos dativos nesta língua é a CDO. Porém, o forro exhibe igualmente duas outras estratégias, designadamente uma CDP encabeçada pela forma *da* e uma construção de verbos seriais. A questão que se coloca é a de saber em que medida essas podem coocorrer com a CDO, constituindo evidência de alternância dativa, ou são usadas para a expressão de argumentos com um papel temático distinto do de Recipiente. Com o objetivo de darmos conta destas estratégias no forro, e partindo da distinção semântica entre *core* e *non-core dative verbs* proposta por Rappaport-Hovav & Levin (2008), consideraremos variáveis semânticas como o tipo de verbo e o traço de animacidade do constituinte.

Na segunda parte do capítulo, discutiremos a possibilidade de as variedades que emergem em sociedades pós-coloniais serem analisadas na perspetiva da aquisição de L2. Especificamente, proporemos que a hipótese de *Full Transfer/Full Access* de Schwartz & Sprouse (1994, 1996), tipicamente usada nessa área de investigação, permitir explicar o papel do contacto histórico com o forro e do acesso às propriedades universais da gramática na expressão do argumento dativo no PST.

7.2 Construções ditransitivas no forro

7.2.1 CVS e/ou CDP? Sobre o estatuto de *da*

A CDO é uma propriedade generalizada das línguas crioulas (e.g. Bruyn *et al.* 1999; Adone 2004; Dryer & Haspelmath 2013), constituindo, em particular, uma característica dos crioulos atlânticos, designadamente dos crioulos do Golfo da Guiné.¹⁰⁰ Porém, a alternância entre a CDO e a CDP na expressão do argumento com o papel temático de Recipiente nestas línguas tem sido rejeitada na literatura. Em alternativa, diferentes autores têm defendido que a CDO coocorre com uma estratégia tipologicamente marcada que consiste na expressão de eventos complexos mediante sequências de verbos, a chamada construção de verbos seriais (CVS) (Post 1992; Maurer 1995, 2009; Bruyn *et al.* 1999; Hagemijer 2000, 2001; Hagemijer & Ogie 2011). Vejam-se os seguintes dados do forro.

(276)

Ê tlega sun alê tlê-tlêxi kwa se.
3SG entregar Sr. rei RED-três coisa DEM
'Ele entregou estas três coisas ao rei.'

¹⁰⁰ Nos crioulos asiáticos, é usada preferencialmente uma CDP (Michaelis & Haspelmath 2003). No caso do crioulo de Diu, o OI é introduzido por *a* ou *para*. Cardoso (2009) refere que estas preposições parecem exibir o estatuto de preposições meramente funcionais, ocorrendo nos mesmos contextos. De facto, tendo em conta os exemplos em (i-iii), não parece ser possível distinguir o uso de *a* ou *para*, tendo em conta o traço de animacidade do OI, nem a classe de verbos dativos. Regista-se, no entanto, de acordo com o autor, uma preferência por *a*, quando envolvidos NPs pronominais.

- (i) Yo mād-o u preset a mi irmã.
1SG send-PST one present PREP 1SG.POSS sister
'I sent a present to my sister.'
- (ii) Virgilio de-w kãw po Severina.
Virgilio give-PST dog PREP Severina.
'Virgilio gave the/a dog to Severina.'
- (iii) Nos de-w/ mād-o diner po igrej.
1PL give-PST/ send-PST money PREP church
'We gave/sent money to the church.'

(Cardoso 2009: 180-182)

Cf. Bruyn *et al.* (1999) e Michaelis *et al.* (2013) para exemplos de outros crioulos asiáticos, nos quais é usada a CDP, nomeadamente introduzida pela preposição *ku* (papiá kristang, falado na Malásia, e korlai, falado na Índia).

(277)

a. *Samungê ligi mina tlega/tanda sun.*
senhora levantar criança entregar senhor
'A senhora entregou a criança ao senhor.'

b. *Sela non da ãa viva da migu non.*
MOD 1PL dar ART viva dar amigo nosso
'Temos de dar vivas para o nosso amigo / em nome do nosso amigo.'

A CVS é uma propriedade essencialmente restrita das línguas do grupo Kwa e de algumas subfamílias do grupo Benue-Congo, como, por exemplo, as línguas edóides.¹⁰¹ Tendo sido o edo a língua de substrato mais relevante na formação dos crioulos do Golfo da Guiné (Hagemeijer 2011), a difundida ocorrência de CVS no forro (e nos restantes crioulos decorrentes da disseminação deste nas ilhas de São Tomé, Príncipe e Ano Bom) está relacionada com a sua presença na língua de substrato. De facto, como Hagemeijer & Ogie (2011) mostram, o forro e o edo partilham muitas das propriedades das CVS, não obstante o edo admitir um maior número de verbos em primeira e segunda posição e os itens dessa língua exibirem um maior nível de gramaticalização.

Tipicamente, considera-se que uma sequência de verbos corresponde a uma CVS se: (i) implicar uma sequência de dois (ou mais) verbos (e dos seus complementos) que exprimam um único evento; (ii) tiver apenas um sujeito; (iii) tiver uma marca de tempo no primeiro verbo; (iv) puder ter uma marca de negação no primeiro verbo; (v) tiver uma marca pré-verbal de aspeto que possa (opcionalmente) preceder os dois (ou mais) verbos, permitindo iterativizar o evento descrito; (vi) não exibir marcas de coordenação ou de subordinação; e (vii) não apresentar pausas discursivas (cf. Hagemeijer (2000, 2001), sobre serialização verbal no forro). Além dos contextos acima apresentados, o forro exibe CVS com valor direcional (cf. (278.a)), locativo (cf. (278.b)), comitativo (cf. (278.c)) ou instrumental (cf. (278.d)).

¹⁰¹ As CVS ocorrem igualmente em línguas asiáticas, como o mandarim, ou oceânicas, como o Paamese (Hagemeijer 2000: 42).

(278)

- a. *N ga fô stluvisu ba ke.*
1SG ASP sair trabalho ir casa
'Vou do trabalho para casa.'
- b. *Ê saya kanwa pê matu.*
3SG puxar canoa pôr mato
'Ele/a puxou a canoa para o mato.'
- c. *Zon na lêlê Maya xê fa.*
Zon NEG seguir Maya deixar NEG
'O Zon não saiu na companhia da Maya.'
- d. *Zon toma faka kota lanza.*
Zon tomar faca cortar laranja
'O Zon cortou a laranja com a faca.'

(Hagemeijer 2011: 122-126)

Porém, se, na verdade, em (277.a) e em (278.a-d) ocorre uma sequência de dois verbos distintos (e dos seus complementos) que, pelas suas propriedades, corresponde claramente a uma CVS, em (277.b), coocorrem duas formas homófonas de *da*, uma verbal e uma preposicional. De acordo com a literatura, enquanto a forma *da* que ocorre na primeira posição funciona como um verbo, podendo inclusivamente ser substituída por outro semanticamente equivalente, a forma *da* que ocorre em segunda posição funciona como um núcleo funcional híbrido com funções equivalentes às das preposições das línguas europeias (e.g. Hagemeijer (2000: 104-105; 2007:86-87), sobre o forro; Maurer (2009: 109-111), sobre o lung'ie). Neste sentido, o contexto apresentado em (277.b) parece sugerir que, paralelamente à CDO e à CVS, o forro exhibe igualmente uma CDP, introduzida pela forma *da*, cujo estatuto discutiremos, com maior detalhe, em seguida.

Hagemeijer (2000) apresenta diferentes argumentos a favor de que a forma *da* em segunda posição no forro não apresenta traços de verbo e deve ser analisada como uma preposição, distintamente, por exemplo, das formas *ba* e *pê* que preservam traços verbais. De facto, enquanto o sujeito nulo e a elipse de VP são possíveis (cf. (279.b-c))

com *da*, tais fenómenos não permitem derivar enunciados gramaticais na presença de um item lexical com plenos traços de verbo como *ba* (cf. (280.b-c)). A elipse de VP é, no entanto, possível quando envolvida a forma *be* (cf. (280.d)).¹⁰²

(279)

- a. *E tlabá da Glomo?*
 3SG trabalhar dar Glomo
 ‘Ele trabalha para o Glomo?’
- b. *(*E) da Glomo?*
 3SG dar Glomo
 ‘Para o Glomo?’
- c. *E tlabá {*da / *d-e}.*
 3SG work {give/give-3SG}
 ‘(Ele) trabalha.’

(adaptado de Hagemeyer 2000: 107)

(280)

- a. *Andji ku ê subli be?*
 onde que 3SG subir ir
 ‘Para onde é que ele subiu?’
- b. **(Ê) ba losa?*
 3SG ir roça
 ‘Para a roça?’
- c. *Ê subli *(ba losa)?*
 3SG subir ir roça
 ‘Ele subiu para a roça?’

(*Ibidem*)

¹⁰² Sobre a distinção entre os alomorfes *ba* e *be* do forro, cf. Hagemeyer (2005).

- d. *(Ê) *subli* (**be**).
3SG subir ir
'(Ele) subiu.'

(*Ibidem*)

Por sua vez, a clivagem de predicado apenas é possível com *ba*, sendo agramatical com *da* (cf. (281.a) vs. (282.b)).

(281)

- a. **Sa da ku Zon tlabá da Glomo.*
ser dar que Zon trabalhar dar Glomo
'Foi para o Glomo que o João trabalhou.'
- b. *Sa be ku Zon subli ba losa.*
ser ir que Zon subir ir roça
'Como ele foi para a roça foi subindo.'

(*Ibidem*)

Embora estes testes sintáticos atestem que, distintamente de *ba* (e *pê*), a forma *da* não exhibe traços de verbo, em contextos de movimento-Q, esta pode ser abandonada no local de extração sem um pronome invariável (correspondente à 3.^a pessoa do

singular, masculino), ao contrário do que acontece com as (verdadeiras) preposições *ni* ‘em’ ou *ku* ‘com’ (cf. (282-283)).¹⁰³

(282)

[*Kê ngê*]_i *ku Zon tlabá* {*da / *d'e*]_i?
 que pessoa que Zon trabalhar {dar / dar-3SG}
 ‘Para quem é que o Zon trabalhou?’

(283)

- a. [*Andji*]_i *ku mina-ome be* {**ni / n'ê*]_i?
 onde que rapaz ir {em / em-3SG}
 ‘(A/para) onde é que o rapaz foi?’
- b. [*Kê kwa*]_i *ku piskadô bili vwadô* {**ku / ku-e*]_i?
 que coisa que pescador abrir voador {com / com-3SG}
 ‘Com o que é que o pescador abriu o (peixe) voador?’

(adaptado de Hagemeyer 2000: 108)

Para Hagemeyer (2000), a forma *da* tem apenas esta característica dos núcleos verbais, apresentando, de resto, funções equivalentes às das preposições das línguas europeias. Na verdade, ao contrário das preposições, os verbos que ocorrem em segunda

¹⁰³ À semelhança da forma *ba*, a forma *pê* não admite sujeitos nulos, pelo que, ao contrário de *da*, preserva os traços [-N, +V]. Porém, à semelhança desta, *pê* exhibe igualmente os traços [-N, -V], ao admitir elipse de VP e não admitir a ocorrência de um pronome defetivo em contextos de extração. Em suma, a forma *pê* exhibe simultaneamente comportamento de verbo e de preposição, encontrando-se num estágio intermédio de gramaticalização, entre *ba* e *da*, menos e mais gramaticalizado, respetivamente (cf. Hagemeyer 2000: 74-75).

- (i) a. *Andji ku mana dê deta kabêsa pê?* (cf. (279.a-b) e (280.a-b))
 onde que irmã POSS deitar cabeça pôr
 ‘Onde é que a irmã dele deita/põe a cabeça (dela)?’
 b. **(Ê) pê liba meza.*
 3SG pôr cima mesa
 ‘Em cima da mesa.’
- (ii) a. *Ê bloka awa pê lata?* (cf. (279.c) e (280.c-d))
 3SG atirar água pôr lata
 ‘Ele despejou água na lata.’
 b. *Ê blok'e (pê).*
 3SG atirou-3SG (pôr)
 ‘Ele despejou.’
- (iii) *Inen kwali se ku inanse kôyê gweva* {*pê/ *pê-ê/ *pê inen*} (cf. (282))
 3PL cestas DEM que 2PL pegar goiaba {*pôr/ pôr-3SG/ pôr-3PL*}
 ‘Estas cestas em que eles puseram as goiabas.’

posição nas CVS não requerem a presença de um pronome subespecificado para género e número (cf. (284)).¹⁰⁴

(284)

a. *San_i so ê ligi mina tlega [-]_i.*
senhora FOC 3SG levantar criança entregar
'A esta senhora é que ele entregou a criança.'

b. **San_i so ê ligi mina tleg'e_i.*
senhora FOC 3SG levantar criança entregar-3SG

(Hagemeijer & Ogie 2011: 43)

Ora, uma vez que a forma *da* que ocorre na segunda posição em (277.b) exhibe comportamento de preposição, é legítimo considerar que a estratégia de realização do argumento dativo descrita, até então, como de serialização verbal na literatura não pode ser entendida como tal. Em alternativa, essa estratégia deve ser analisada como uma CDP (e.g. Gonçalves & Hagemeijer 2015b). Neste sentido, aparentemente, o forro exhibe alternância entre uma CDO e uma CDP encabeçada pela preposição *da*. Paralelamente, exhibe igualmente CVS, designadamente quando envolvidos verbos como *tlega* e *tanda* 'entregar' (cf. (277.a)) ou *ba* e *pê* (cf. (278.a-b)), em segunda posição. Dado que estas três estratégias do forro não ocorrem em distribuição livre, em seguida, discutiremos os contextos a que a CDO, a CDP e a CVS estão limitadas, tendo em conta variáveis como o tipo de verbo envolvido, bem como o papel temático e o traço de animacidade do constituinte.

No capítulo III, vimos que a alternância dativa do inglês é explicável, através da distinção entre duas classes de verbos ditransitivos. Verbos do tipo *dar* – *core dative verbs* –, por apenas veicularem a mudança de possuidor do Tema, podem ocorrer tanto na CDO como na CDP, ao passo que verbos do tipo *enviar/atirar* – *non-core dative verbs* –, por envolverem a mudança de possuidor do Tema e veicularem movimento, ocorrem unicamente na CDP (a menos que subcategorizem um Alvo [+ANIM] interpretável como Recipiente). Por essa razão, enquanto a primeira classe de verbos subcategoriza Recipientes tipicamente [+ANIM], a segunda subcategoriza Alvos

¹⁰⁴ Cf. Hagemeijer (2000) para argumentação a favor de que contextos como os de (284) não são casos de coordenação assindética.

[±ANIM]. Além disso, ao passo que a CDP na qual ocorrem *core dative verbs* e Recipientes [±ANIM] (ou Alvos [+ANIM]) envolve uma preposição meramente funcional, a CDP na qual ocorrem *non-core dative verbs* e Alvos [-ANIM] envolve uma preposição direcional (Levinson 2005). Nas secções seguintes, discutiremos em que medida a ocorrência de CDOs e/ou de CDPs no forro, bem como da estratégia de serialização verbal, encontra suporte empírico na distinção semântica proposta por Rappaport-Hovav & Levin (2008).

Assumindo que os verbos que subcategorizam um argumento dativo se podem agrupar em duas classes distintas em função da possibilidade de, além de codificarem transferência de possuidor, veicularem movimento, analisaremos os *core dative verbs* em contraste com os *non-core dative verbs* no forro. Paralelamente, consideraremos a distinção entre verbos plenos e verbos leves. Para tal, serão considerados dados do *corpus* do forro analisados em Gonçalves & Hagemeijer (2015b).¹⁰⁵

7.2.2 Alternância entre CDO e CDP?

À semelhança do descrito anteriormente para outras línguas/variedades linguísticas, no forro, os verbos do tipo *da* ‘dar’ ocorrem tipicamente na CDO. Ao grupo dos verbos plenos pertencem: (i) os que inerentemente expressam transferência de posse, tais como *da* ‘dar’, *tlega/tanda* ‘entregar’, *plesa* ‘emprestar’; (ii) os que expressam a posse no futuro, tais como *plêmêtê/plômêtê* ‘prometer’; e (iii) os que expressam comunicação, tais como *fada* ‘dizer’, *punta* ‘perguntar’, *munsa* ‘mostrar’, *pidji* ‘pedir’ ou *xina* ‘ensinar/aprender’, considerando a tipologia proposta por Rappaport-Hovav & Levin (2008) (cf. Cap. III, §3.4.1) (cf. (285-287)).

(285)

Mosu plesa migu se kweka.
 rapaz emprestar amigo DEM cueca
 ‘O rapaz emprestou as cuecas ao seu amigo.’

¹⁰⁵ O *corpus* do forro, organizado no âmbito do projeto “The origins and development of creole societies in the Gulf of Guinea: an interdisciplinary study, desenvolvido no CLUL, é composto por dados escritos e dados orais e compreende mais de 180.000 palavras (Hagemeijer *et al.* 2012). Está acessível em: <http://alfclul.clul.ul.pt/CQPweb/stm/>.

(286)

Ê na plômêtê sungê djêlu fa.
3SG NEG prometer senhor dinheiro NEG
'Ele não prometeu dinheiro ao senhor.'

(287)

N bila mêsê punta Sabinu ãa kwa
1SG novamente querer perguntar Sabinu uma coisa
'Eu quero perguntar outra coisa ao Sabinu.'

Por sua vez, ao grupo dos verbos leves pertencem *da* 'dar' ou *fe* 'fazer' seguidos de nome deverbal (cf. (288-289)).

(288)

Non ka da Sumu gloya.
1PL TMA dar Senhor glória
'Nós glorificamos o Senhor.'

(289)

N fe mwala se ãa favôlô.
1SG fazer mulher DEM um favor
'Eu fiz um favor à mulher.'

Além de exibir CDOs com *core dative verbs*, o forro admite igualmente a sua ocorrência com *non-core dative verbs*, designadamente com o verbo *manda* 'mandar' e com o verbo *sopla* (lit: *soprar*) 'dar'. Note-se que estes verbos se distinguem por aquele ser um *non-core dative verb* pleno e este ser um *non-core dative verb* leve (cf. (290-291)).

(290)

Zon manda tudu ngê mili dobla.
Zon mandar todas pessoas mil dobras
'O Zon mandou mil dobras a todas as pessoas.'

(291)

Ê sopla Zon ãa nkome.

3SG soprar Zon um soco

‘Ele/ela deu um soco ao Zon.’

O nome *nkome* pode igualmente combinar-se com o *core dative verb* *leve da* ‘dar’, ocorrendo, como com o verbo *sopla*, unicamente na CDO (cf. (292)).

(292)

Ê da pêtú ãa nkome.

3SG dar peito um soco

‘Ele/ela deu um soco no peito.’

Não obstante a expressão de Recipientes (ou de Alvos [+ANIM]) no forro ser licenciada unicamente através da CDO, os *core* e os *non-core dative verbs* desta língua exibem igualmente a possibilidade de coocorrerem com a estratégia que envolve a forma *da*. Contrastem-se os contextos seguintes com os apresentados em (288-290).

(293)

Non ka da gloya da Sumu.

1PL TMA dar glória PREP senhor

‘Nós glorificamos (alguém) em nome do Senhor.’

(294)

N fe ãa favôlô da mwala se.

1SG fazer um favor PREP mulher DEM

‘Eu fiz um favor (a alguém) em nome dessa mulher.’

(295)

Zon manda mili dobla da tudu ngê.

Zon manda mil dobras PREP todas pessoas

‘O Zon mandou mil dobras (a alguém) em nome de todas as pessoas.’

Porém, a alternância entre a CDO e a CDP com estes contextos é apenas aparente, uma vez que (293-295) são necessariamente interpretados como Beneficiários. Veja-se igualmente que verbos como *kopla/bendê* ‘comprar/vender’, que especificam a forma como a transferência de posse é efetuada (Levin 2005: 4) e subcategorizam inequivocamente um Beneficiário, ocorrem apenas na CDP (cf. (296-297)).¹⁰⁶

(296)

- a. ...*kopla lédê da miga Tina pa ê ba omali.*
 comprar rede PREP amiga Tina COMP 3SG ir mar
 ‘comprar rede para a amiga Tina para ela ir para o mar.’
- b. **kopla miga Tina lédê.*

(297)

- a. *bendê tela non da blanku.*
 vender terra POSS PREP branco
 ‘vender a nossa terra aos brancos.’
- b. **bendê blanku tela non.*

Neste sentido, ao passo que a expressão de Recipientes no forro é feita exclusivamente através da CDO, independentemente de estar envolvido um *core* ou um *non-core dative verb*, a preposição *da* é usada exclusivamente para introduzir

¹⁰⁶ Veja-se ainda que, no forro, o argumento dativo com o papel temático de Fonte/Origem, selecionado por verbos como *kopla* ‘comprar’, *toma* ‘tomar’ ou *(n)ganha* ‘ganhar’, é introduzido pela expressão *ni mon (di/d)* ‘na mão de’ (cf. (i-ii)).

(i)

San kopla kwa ni mon di tudu ngê se gôdô.
 senhora comprar coisa PREP mão de todas pessoas DEM influente
 ‘A senhora compra coisas a todas estas pessoas influentes.’

(ii)

Mwala sosegadu so ka nganha ni mon d’ome.
 mulher calma FOC TMA ganhar PREP mão PREP-homem
 ‘A mulher calma é que ganha (qualquer coisa) do marido.’

Beneficiários (de diferentes tipos).¹⁰⁷ A impossibilidade de o argumento ser interpretado como Beneficiário deriva na agramaticalidade da CDP (cf. (298-299)).

(298)

- a. *da kume gôxtô.*
dar comer gosto
'dar sabor à comida.'
- b. **da gôxtô da kume.*

(299)

- a. *da ngê benson.*
dar pessoas benção
'dar a benção às pessoas.'
- b. **da benson da ngê.*

Do mesmo modo, a impossibilidade de ser interpretado como Recipiente deriva na agramaticalidade da CDO (cf. (300-301)).

(300)

- a. ...*buka aliba da bwê.*
buscar erva PREP boi
'buscar erva para os bois/ o gado.'
- b. **buka bwê aliba.*

(301)

- a. ...*fe xtlivisu da govenu.*
fazer trabalho PREP governo
'fazer trabalho/trabalhar para o governo/estado.'
- b. **fe govenu xtlivisu.*

¹⁰⁷ Van Valin & LaPolla (1997) estabelecem uma distinção entre três tipos de Beneficiários, a saber (i) *recipient-beneficiaries*; (ii) *deputative beneficiaries*; e (iii) *plain beneficiaries*, os quais no PE seriam, respetivamente, introduzidos por *para* e *por* (ou *em nome de*).

- (i) Comprou um carro *para a Maria*.
- (ii) Foi à reunião *por mim/em meu nome*.
- (iii) Morreu *por mim*.

Os contextos em (293-295) do forro corresponderiam, nesta tipologia, aos *deputative beneficiaries*, ao passo que os contextos em (296-297) corresponderiam aos *recipient-beneficiaries*.

Em suma, o forro não exhibe a possibilidade de expressar Recipientes mediante alternância dativa entre a CDO e a CDP. Embora as duas estratégias estejam disponíveis na língua, são circunscritas a contextos distintos. A CDO é a estratégia dominante para a expressão do argumento dativo com o papel temático de Recipiente, ocorrendo de forma generalizada com *core* e *non-core dative verbs*, tipicamente com argumento dativo com o traço [+ANIM] (contraste-se (260) [-ANIM] com os restantes). Por sua vez, a CDP introduzida por *da* é, como vimos, a estratégia usada no forro para a expressão de Beneficiários [+ANIM].¹⁰⁸ Vejamos, em seguida, em que medida as CVS alternam com a CDP no forro, considerando, uma vez mais, variáveis como o tipo de verbo, o papel temático e o traço de animacidade do constituinte.

7.2.3 Alternância entre CDO e CVS?

Distintamente da CDO que envolve Recipientes [\pm ANIM], subcategorizados por *core dative verbs*, e Alvos [+ANIM], subcategorizados por *non-core dative verbs*, a CVS ocorre apenas com verbos que simultaneamente veiculam transferência de posse e envolvem movimento. Integram a classe dos *non-core dative verbs*: (i) verbos de movimento balístico, como *zuga* ‘atirar’; e (ii) verbos que expressam o ato de enviar, como *manda* ‘mandar’. Por sua vez, na segunda posição da CVS, ocorrem tipicamente verbos de movimento direcionado como *ba/be* ‘ir’ ou *pê* ‘pôr’ (cf. (302-303)).

(302)

- a. Ê *zuga* *kupi* ***ba*** ***liba***.
 3SG atirar cuspo ir cima
 ‘Ele cuspiu para cima/para o ar.’
- b. Ê *zuga* *pixi* ***pê*** ***omali***.
 3SG atirar peixe pôr mar
 ‘Ele atirou o peixe a/para o mar.’

¹⁰⁸ Note-se que em (301) *govenu* deve ser interpretado como uma entidade composta por elementos com o traço [+HUM].

(303)

- a. *Ûa dja, sun manda san ba Txindadji.*
um dia, 3SG mandar 3SG ir Trindade
'Um dia, ele mandou-a para a Trindade.'
- b. *Lêdê manda manhêlu saya kanwa pê liba.*
rede mandar marinheiro puxar canoa pôr cima
'A rede mandou/obrigou o marinheiro a puxar a canoa para cima.'

Paralelamente à CVS, o forro exibe igualmente a possibilidade expressar Alvos mediante a CDP introduzida por *da*. O traço de animacidade é determinante para a distinção entre Beneficiários e Alvos, uma vez que, distintamente daqueles [+ANIM], estes são [-ANIM] (cf. (304)).

(304)

- a. *N ga zuga vunvu se da glentu ke.*
1SG TMA jogar abelhas DEM PREP dentro casa
'Eu vou atirar estas abelhas para dentro de casa.'
- b. *...manda katon da Santome.*
mandar postal PREP São Tomé
'mandou um postal para São Tomé.'

Em suma, não só o forro não exibe alternância entre CDO e CDP para a expressão de Recipientes, como a coocorrência de CDP e CVS para a expressão de Alvos é limitada. Na verdade, se a CDO é a estratégia dominante para a expressão de Recipientes, a CVS é a estratégia mais recorrente para a expressão dos argumentos com o papel temático de Alvo, ambas em detrimento da CDP, usada tipicamente para a expressão de Beneficiários.

7.2.4 Síntese

Os dados descritos e discutidos nas secções anteriores permitem distinguir três estratégias de realização de argumentos de verbos ditransitivos no forro: a CDO, a CDP introduzida por *da* e a CVS. Além de estarem associadas ao papel temático, Recipiente, Beneficiário e Alvo, estas são dependentes de fatores linguísticos como o traço de animacidade e o tipo de verbo. Na tabela abaixo, sintetizam-se as estratégias, bem como a sua relação com os fatores linguísticos em análise.

Tabela 15 - Distribuição de CDOs, CDPs e CVSs no forro por variáveis linguísticas.

		<i>Core dative verbs</i>		<i>Non core dative verbs</i>
		Verbo pleno	Verbo leve	
[+ANIM]	CDO	√	√	√
	CDP (<i>da</i>)	X	√	√
	CVS	X	X	X
[-ANIM]	CDO	√	√	X
	CDP (<i>da</i>)	X	X	√
	CVS	X	X	√

(Gonçalves & Hagemeyer 2015b)

Neste sentido, a distinção semântica entre duas classes de verbos dativos proposta por Rappaport-Hovav & Levin (2008) permite dar conta da distribuição das estratégias de realização do dativo no forro: por um lado, a CDO ocorre tipicamente com *core dative verbs* e é usada para a expressão dos Recipientes (ou de Alvos [+ANIM] com *non-core dative verbs*); por outro, a CVS ocorre exclusivamente com *non-core dative verbs* na expressão de Alvos [-ANIM]; por fim, a CDP introduzida por *da* ocorre com *core dative verbs*, na expressão de Beneficiários [+ANIM], ou com *non-core dative verbs* na expressão de Alvos [-ANIM]. Na secção seguinte, discutiremos em que medida o contacto com o forro e/ou o acesso à Gramática Universal podem explicar as estratégias de realização do argumento dativo atestadas no PST, discutidas no capítulo VI.

7.3 Variedades pós-coloniais e contacto linguístico

7.3.1 A perspetiva da aquisição de L2

Sridhar & Sridhar (1986) referem que a inexistência de comunicação entre a investigação em aquisição de L2 e em variedades de línguas coloniais tem impedido que as duas áreas se subsidiem mutuamente.¹⁰⁹ Na base desta lacuna está, segundo estes autores, o facto de, à data, (i) os estudos sobre variedades pós-coloniais serem essencialmente descritivos (impressionistas e a-teóricos), limitando-se a listar fenómenos, sem examinar a regularidade dos mesmos nem discutir as variáveis linguísticas e extralinguísticas que lhes estão subjacentes; e, paralelamente, de (ii) os estudos sobre aquisição de L2 versarem essencialmente sobre contextos onde esta é a L1 da comunidade, em detrimento dos contextos onde as variedades de línguas coloniais emergem em contacto com as línguas autóctones.

Não obstante a extensa literatura sobre variedades pós-coloniais (essencialmente do inglês) produzida após o texto de Sridhar & Sridhar (1986), esse problema parece permanecer ainda hoje, continuando a ser apontado por vários autores. Para Mesthrie & Bhatt (2008: 159), “with a few exceptions, there is insufficient attention to processes of acquisition in the New English literature”. Segundo van Rooy (2011: 190), “different research traditions pay attention to Foreign Language Englishes and Outer Circle/New Englishes separately, thereby obscuring some of the correspondences. On the other hand, (...) no systematic attention is paid to possible differences between Foreign Language and New Englishes.” Por sua vez, P. Gonçalves (2013b: 2-3) refere que “apesar dos grandes avanços alcançados pela teoria linguística a partir da segunda metade do século XX na área da aquisição de L2, algumas abordagens teóricas e conceitos-chave (...) parecem não ter sido ainda incorporados, de forma consistente”, o que enfraquece a qualidade dos estudos sobre as variedades de línguas coloniais e as torna “uma espécie de ‘parentes pobres’ da família das línguas naturais”. Para a autora, esta atitude discriminatória decorre igualmente dos “preconceitos socioculturais e também raciais” que caracterizavam as sociedades coloniais, que leva(va)m as variedades a serem entendidas como “subprodutos das línguas coloniais – os modelos

¹⁰⁹ Sridhar & Sridhar (1986) referem-se especificamente às variedades pós-coloniais do inglês. Porém, julgamos que as mesmas observações se estendem a variedades de outras línguas coloniais.

‘puros’ e superiores criados pelos colonizadores” (P. Gonçalves 2010: 14).¹¹⁰ Assim, como refere Mesthrie (2004a: 808), “it is necessary to tackle the prejudice against New Englishes [and New Varieties, in general], sometimes evident amongst their own speakers. Although prescriptive-minded critics would prefer to see many of the features identified (...) as errors to be eradicated, their presence must be seen within a broader context. A (...) S[econd] L[anguage] exists within a local ‘linguistic ecology’ ”.

Mesthrie (1992, 2004a) e Mesthrie & Bhatt (2008) argumentam a favor de uma análise das variedades emergentes nestes contextos numa perspetiva da aquisição de L2. De facto, se admitirmos que a designação L2 abrange a língua estrangeira (LE) e a língua segunda (LS), os estudos em aquisição de L2 integram necessariamente os estudos sobre variedades emergentes/nativizadas. Para Leiria, Queiroga e Verdial Soares (2006: 5), enquanto o termo LE “costuma ser usado para classificar a aprendizagem e o uso de uma língua não nativa em espaços onde ela não tem qualquer estatuto sócio-político”, como é o caso do português adquirido no estrangeiro, o termo LS engloba “o uso de uma língua não materna dentro de fronteiras territoriais em que ela tem uma função reconhecida, por exemplo como língua oficial”. Assim, neste caso, podem estar incluídas não só as situações de aquisição em contexto de imersão na comunidade cuja L1 é a língua-alvo, como é o caso do português adquirido por estrangeiros em Portugal, mas também as situações de aquisição em sociedades pós-coloniais, como é o caso do português nos PALOP (Leiria, Queiroga e Verdial Soares, 2006: 5).

Contudo, como referem Sridhar & Sridhar (1986), muito embora existam pontos de contacto entre estas duas áreas de investigação, no sentido em que as variedades de línguas coloniais são (ou foram primeiramente) adquiridas como L2s, uma abordagem que se limite a aplicar as teorias de aquisição vigentes a estes contextos incorreria no tratamento dos seus falantes como falantes de L2 típicos, o que não é totalmente adequado. Na verdade, há diferentes aspetos que distinguem a aquisição de L2 tipicamente estudada na literatura daquela que se desenvolve nas sociedades pós-coloniais.

¹¹⁰ De acordo com Mesthrie & Bhatt (2008: 156), a ausência de diálogo entre os estudos em aquisição de L2 e os estudos sobre as variedades de línguas coloniais é ainda mais surpreendente, quando consideradas variedades faladas exclusivamente como L2s em sociedades pós-coloniais, adquiridas via instrução formal: “given that New Englishes arose mainly in situations of biligualism stimulated by classroom education, it is a natural expectation that they should be characterized, especially at earlier stages of development, in terms of the processes of SLA.”

Primeiro, segundo Sridhar & Sridhar (1986), nos contextos em que as variedades de línguas coloniais emergem, os falantes não estão expostos a um *input* suficiente (e autêntico) da variedade-alvo que lhes permita adquiri-la sem recurso à aprendizagem formal. Porém, por outro lado, consideramos que essa também não é (nem deve ser) ensinada segundo os modelos seguidos quando se trata de uma (verdadeira) LE. Além disso, como aponta P. Gonçalves (2010: 20), a qualidade do *input* a que estão expostos depende, entre outras variáveis, de fatores como a origem social dos falantes e o contexto rural ou urbano em que estão inseridos. Em Moçambique, por exemplo, “nas grandes cidades, os falantes das classes média e alta têm acesso a um *input* relativamente rico e variado, em contexto natural e instrucional, ao passo que nos pequenos centros urbanos, as evidências sobre o português são consideravelmente mais limitadas, sendo fornecidas em contexto instrucional” (*Ibidem*).

Em segundo lugar, ao passo que a aquisição de uma L2 envolve, de uma maneira geral, a possibilidade de praticar a língua-alvo com falantes nativos, as variedades de línguas coloniais são maioritariamente usadas entre falantes da comunidade onde estas emergem. Tipicamente, a variedade-alvo é ensinada por professores que não são falantes nativos dessa variedade, os quais, por sua vez, tiveram professores que também não o eram. Por consequência, os falantes de variedades de língua coloniais podem nunca chegar a interagir ativamente com falantes nativos da variedade-alvo, tendo como *input* desta apenas registos escritos ou áudio-visuais. Ainda assim, e no caso específico dos PALOP e, em particular, do PST, a língua colonial é a língua oficial exclusiva, a única que permite o reconhecimento social e a integração no mercado de trabalho, bem como a única língua de escolarização. Na verdade, como referem Lucchesi & Baxter (2009: 101), nos contextos em que os falantes tendem a abandonar aquelas que historicamente foram as suas L1s e a adotar a L2 como língua dominante, como ocorre em São Tomé e Príncipe, “os dados linguísticos primários de que as crianças que nascem nessas situações dispõem para desenvolver a sua língua materna provêm [tipicamente] (...) de versões de língua segunda desenvolvidas entre os falantes adultos”.

Uma terceira diferença entre a aquisição de L2 ‘típica’ e a que se desenvolve(u) nas sociedades pós-coloniais está relacionada com o fator motivação. Recuperando a distinção apresentada por Sridhar & Sridhar (1986), Mesthrie & Bhatt (2008: 158), referem que “in New English territories, motivations were rarely integrative, given the colour-class stratification and the demographic imbalance between settlers and

indigenous people”. No entanto, se, por um lado, é certo que, nestes contextos específicos, a língua dos colonizadores foi imposta, em detrimento das línguas autóctones, por outro, também não é generalizável a ideia de “the native-speaker norm (...) alienates the non-native speakers from their milieus”, como defendido por Sridhar & Sridhar (1986: 5). Na verdade, se considerada a realidade linguística dos PALOP, “o que melhor caracteriza os falantes (...) é não a sua necessidade de indigenizar o padrão europeu, mas a vontade de alcançar uma convergência com a sua gramática” (P. Gonçalves 2010: 19). Esta motivação integrativa (e não exclusivamente instrumental) está, naturalmente, ainda bastante dependente da história colonial recente e dos preconceitos a ela associados.

Por fim, conceitos como o de interlíngua e o de fossilização, que remontam aos estudos em aquisição de L2 das décadas de 60 e 70 (e.g. Corder 1967; Selinker 1972), e que têm sido usados para caracterizar as variedades de línguas coloniais, não podem ser totalmente transferidos para estes contextos linguísticos. Mesmo assumindo que, durante o processo de aquisição de uma L2, “learner language is systematic and the errors produced by learners do not consist of random mistakes but, rather, suggest rule-governed behavior, (...) interlanguage grammars differ in various ways from the grammar of native speakers” (White 2003: 1-2).¹¹¹ Ora, se se considerasse que as variedades de línguas coloniais constituem interlínguas, estar-se-ia a assumir que essas representam um estágio intermédio de aquisição da variedade-alvo. Porém, como referem Sridhar & Sridhar (1986), o alvo do processo de aquisição nestas sociedades é, em muitos casos, não a variedade padrão, mas a variedade nativizada ou em processo de nativização e, para os falantes dessas variedades, as estruturas ditas fossilizadas constituem propriedades da sua variedade linguística. Assim sendo, “calling the (...) [post-colonial varieties] interlanguages or their structural features fossilizations does violence to both the phenomena and theoretical constructs” (*Idem*: 8).

Como vimos, alguns dos princípios subjacentes aos estudos em aquisição de L2 não podem ser transpostos para os estudos sobre variedades de línguas coloniais, uma vez que estamos perante situações linguísticas claramente distintas. De facto, estas variedades têm sido analisadas sobretudo na perspetiva do contacto linguístico, ou seja,

¹¹¹ A citação de White (2003) recupera a distinção feita por Corder (1967) entre erros sistemáticos/de competência (“errors”) e erros ocasionais/de performance (“mistakes”). Para o autor, ao passo que os primeiros ocorrem repetidamente, pondo em evidência que o falante adicionou à sua gramática uma forma que não existe na língua-alvo, os últimos são menos frequentes e suscetíveis de serem reconhecidos e corrigidos pelo falante.

“the ways in which speakers of different languages influence each other and how their languages are accordingly altered” (Mesthrie & Bhatt 2008: 175). Nessa perspectiva, estes autores apontam a elevada importância que tem sido dada à transferência das línguas autóctones na caracterização das variedades pós-coloniais, mesmo em estudos como o de Sridhar & Sridhar (1986) que reclamam a inexistência de um diálogo mutuamente frutífero entre os estudos de aquisição de L2 e os estudos sobre as variedades emergentes. De facto, para Sridhar & Sridhar (1986: 10), “there seems to be little motivation for being apologetic about claiming I[ndigenized] V[arieties of] E[nglish] to be, in good part, products of transfer”. Porém, consideramos, como Mesthrie & Bhatt (2008: 159), que, pelo contrário, “there is every reason to begin with a hypothesis that as natural languages, New Englishes [and other post-colonial varieties] follow ordinary processes of acquisition, with transfer playing a special (but not exclusive or even a major) role.”

É nesse sentido que, não obstante as diferenças anteriormente apontadas, tendo em conta que as variedades emergem (ou emergiram) numa situação de contacto com línguas autóctones, e que estas constituem (ou constituíram historicamente) as L1s dos falantes, as abordagens teóricas da aquisição de L2 podem ser usadas para explicar (ainda que à distância), os fenómenos observados nas variedades emergentes.¹¹² Na secção seguinte, discutiremos em que medida as hipóteses de aquisição de L2 que têm sido apresentadas na literatura podem (ou não) dar conta dos fenómenos observados nas variedades pós-coloniais e especificamente da variação observada na expressão do argumento dativo no PST.

7.3.2 A abordagem paramétrica no PST

De acordo com o modelo de Princípios e Parâmetros (Chomsky 1981, 1986, 1995), assume-se que a aquisição da linguagem é regulada pela Gramática Universal, um sistema de princípios invariáveis, presentes em todas as línguas, e de parâmetros variáveis de língua para língua. Assim, as diferenças entre línguas e entre variedades linguísticas resultam da fixação de diferentes valores de parâmetro.

¹¹² Sobre o tratamento das variedades de línguas coloniais na perspectiva da aquisição de L2, veja-se igualmente Winford (2003, 2009b) e Siegel (2012).

Distintamente da L1 que é adquirida a partir de um estágio 0, a aquisição de L2 é desenvolvida posteriormente à aquisição da L1. Nesse sentido, nas últimas décadas, os estudos em aquisição de L2 têm debatido o papel do acesso à Gramática Universal e da L1 no estágio inicial da aquisição, bem como da capacidade de os falantes (re)fixarem valores de parâmetro. Especificamente, a discussão faz-se entre a existência de acesso indireto/parcial ou acesso direto/total à Gramática Universal.

Para os proponentes da *Fundamental Difference Hypothesis*, os falantes têm apenas acesso indireto ou parcial à Gramática Universal (e.g. Bley-Vroman 1990), constituindo a L1 o estágio inicial: “L2 acquisition is not constrained by UG, or that it is only constrained by UG insofar as universal properties can be accessed via the L1 grammar” (White 2003: 16). A mesma ideia está subjacente à *Failed Functional Hypothesis* apresentada em Tsimpli & Roussou (1991) e Hawkins & Chan (1997), de acordo com a qual “adult L2 learners are unable to acquire features differing from those found in the L1. In spite of being restricted to L1 parameter values, the interlanguage grammar is able to generate representations that account for the L2 data and that fall within the general constraints of UG” (White 2003: 120). Por consequência, uma das previsões desta hipótese é a de que, quando os valores paramétricos da L1 diferem dos da L2, a transferência da L1 será evidente, pelo menos nos estágios iniciais (Tsimpli & Roussou 1991: 152).¹¹³

Por outro lado, outros autores propõem a existência de acesso direto/total à Gramática Universal, muito embora as opiniões se dividam quanto ao papel da L1. De acordo com os proponentes da *Full Access Hypothesis* (e.g. Flynn & Martohardjono 1994; Flynn 1996; Epstein, Flynn and Martohardjono 1996), “at no stage would the interlanguage grammar actually exemplify L1 parameter settings” (White 2003: 16). Nesta perspectiva, o acesso à GU não é mediado pela L1, pelo que não é expectável que a L1 influencie a L2. Porém, muito embora rejeitem a possibilidade de a L1 constituir o estágio inicial, reconhecem efeitos dessa nas gramáticas da interlíngua e admitem a possibilidade de os valores de parâmetro da L1 e da L2 serem refixados, no caso de não serem coincidentes. Por consequência, a hipótese proposta por estes autores é

¹¹³ Partindo da *Failed Functional Hypothesis* apresentada em Tsimpli & Roussou (1991), mais recentemente, e tendo por base o Programa Minimalista, alguns autores têm proposto outras hipóteses de acesso parcial à Gramática Universal, designadamente a *Representational Deficit Hypothesis* (Hawkins 2000, 2005; Hawkins & Hattori 2006) e a *Interpretability Hypothesis* (Tsimpli & Dimitrakopoulou 2007). Especificamente, de acordo com a hipótese da interpretabilidade, “in cases where a particular morphosyntactic feature is required in the L2 but was not previously activated in the learner’s L1, that feature will no longer be available, due to critical period effects.”

inconsistente, no sentido em que a questão da refixação de parâmetros apenas se coloca se o estágio inicial for a L1; se o estágio inicial for a GU, todos os valores de parâmetro são novos, não havendo, por isso, espaço para a sua refixação (e.g. White 2003: 88-90).

Uma hipótese alternativa que também defende a existência de acesso direto/total à GU, mas admite igualmente a transferência da L1, é a hipótese de *Full Access / Full Transfer* de Schwartz & Sprouse (1994, 1996). De acordo com esta hipótese, e contrariamente às hipóteses anteriores, “there is nothing incompatible in the assumption that both UG and the L1 grammar are implicated. Since the L1 is a natural language, there is no a priori justification for assuming that a representation based on the L1 implies lack of UG constraints or restricted access to UG” (White 2003: 16). Assim, para Schwartz & Sprouse (1996: 40),¹¹⁴ “the initial state of L2 acquisition is the final state of L1 acquisition (Full Transfer) and (...) failure to assign a representation to input data will force subsequent restructuring, drawing from options of UG (Full Access)”. Isto significa que os valores de parâmetro da L1 são imediatamente transferidos para a L2 e que essa gramática constitui o estágio 0 na aquisição de L2. Porém, quando a gramática da L1 não é capaz de acomodar as propriedades da L2 fornecidas pelo *input*, os falantes recorrem à Gramática Universal, fixando um novo valor de parâmetro. Evidência a favor desta hipótese é fornecida pela existência de propriedades da L1 num estágio inicial da interlíngua e a sua subsequente substituição por propriedades da L2, que evidenciam ter havido uma reestruturação da gramática da L1 no sentido da gramática da língua-alvo.

Muito embora não nos seja possível analisar o PST por estádios de desenvolvimento, uma vez que este constitui atualmente a L1 da maior parte da população (e não uma L2), temos presente que esta L1 foi adquirida a partir de variedades interlinguísticas de L2. É nessa perspetiva que consideramos que uma análise por grupo de informantes, tendo em conta a ocorrência de CDO e/ou de CDPs, nos pode fornecer evidência dos diferentes estádios intergeracionais de desenvolvimento no processo de aquisição histórica do português L2 em São Tomé.

O facto de ser possível distinguir no PST grupos de informantes que exibem a CDO (Grupo I e Grupo III), que, como vimos, constitui a única estratégia no forro para a expressão do argumento dativo com o papel temático de Recipiente, fornece evidência contra a hipótese de acesso direto/total à Gramática Universal, sem influência da L1.

¹¹⁴ Veja-se igualmente Schwartz & Sprouse (1994).

Por outro lado, o facto de ser possível distinguir um grupo de informantes que exhibe unicamente a CDP₁ (Grupo IV), a única estratégia disponível na variedade-alvo, sugere que houve uma (re)fixação do parâmetro da língua-alvo, contrariamente ao predito pela hipótese de acesso indireto/parcial à Gramática Universal, uma vez que “this theory assumes the availability of UG principles and the lack of parameter-resetting in case the target grammar adopts a diferente parametric value from L1” (Tsimpli & Roussou 1991: 149). Assim, sendo, tendo em conta as hipóteses apresentadas, consideramos que a proposta de *Full Transfer/Full Access* de Schwartz & Sprouse (1994, 1996), por defender que a influência da L1 e a GU não são incompatíveis, é aquela que melhor nos permite dar conta dos dados do PST, em contacto com o forro, descritos nos capítulos anteriores, bem como tratar as diferenças observadas entre as variedades não europeias do português.

Assim, e em resposta à nossa quarta e última questão de investigação, consideramos que os falantes do PST menos sujeitos ao *input* do PE por via da escolarização fixa(ram) o valor de parâmetro referente à marcação casual daquela que foi historicamente a sua L1, o forro, licenciando a CDO. Como vimos nas secções anteriores, esta é a estratégia usada no forro para a expressão do argumento dativo com o papel temático de Recipiente. Assumindo que os verbos podem atribuir duplo caso, à semelhança do forro, o OD recebe Caso estrutural *in situ*, ficando a posição de [Spec,vP] disponível para o OI, derivando a CDO, ou para o OD, derivando a CDP₁.

Por sua vez, os falantes do PST mais escolarizados, por isso, sujeitos a um maior *input* do PE, tendem a (re)fixar o valor de parâmetro referente à marcação casual: os verbos apenas atribuem Caso estrutural acusativo, pelo que a preposição funcional *a* é requerida para a atribuição Casual ao argumento dativo. Além disso, o OD tem de mover-se para a posição de [Spec,vP] para receber Caso inerente. Neste sentido, os informantes do Grupo IV convergem com a gramática da variedade-alvo.

Acontece que, como vimos no capítulo VI, paralelamente a falantes que fixaram o valor de parâmetro do forro, ao produzirem apenas a CDO (Grupo III), e de falantes que parecem ter (re)fixado o valor de parâmetro, convergindo com o PE, ao produzirem apenas a CDP₁ (Grupo IV), há falantes que exibem alternância dativa entre CDP₂ e CDP₁/CDO (Grupo I) e falantes que produzem CDP₂ e CDP₁(Grupo II), apesar de se encontrarem em avançados níveis de escolarização. De facto, como referem Schwartz & Sprouse (1996: 42), “convergence on the T[arget] L[anguage] grammar is not guaranteed. (...) Either the data needed to force restructuring simply do not exist (...) or

the positive data needed are highly obscure, being very complex and/or very rare.” Na verdade, se considerarmos a ambiguidade do *input* fornecido pelo PE, a nível dos argumentos subcategorizados por *core* e *non-core dative verbs* e dos traços das preposições que os introduzem, verificamos que a evidência fornecida não é suficientemente clara para a (re)fixação do valor de parâmetro da variedade-alvo. Pelo contrário, o *input* fornecido conduz a uma reanálise de *para*, como uma preposição subespecificada quanto aos traços direcional e locativo, a qual pode assim introduzir Recipientes com *core* e *non-core dative verbs*, bem como Alvos. Apesar de a alternância entre CDO/ CDP₁ e CDP₂ não ser uma propriedade exibida pela gramática da variedade-alvo nem pela gramática daquela que historicamente constituiu a L1 dos falantes, é exibida por outras línguas, como o inglês, evidenciando, portanto, o acesso à Gramática Universal.

Muito embora cada estágio da gramática da interlíngua seja sempre conforme à Gramática Universal, o estágio final da aquisição de uma L2 pode diferir de falante para falante. Na verdade, o facto de ser possível distinguir diferentes grupos de informantes no PST, em função das estratégias de realização do argumento dativo exibidas, constitui um reflexo da existência de diferentes gramáticas em competição. Se, por um lado, é certo que o PST é atualmente adquirido como uma L1 pela quase totalidade da população (cf. Cap. II), por outro, o PE continua a ser a variedade-alvo no processo de escolarização. Por consequência, a opção pela gramática que expressa o argumento dativo com o papel temático de Recipiente unicamente através CDP₁, em convergência com o PE, continuará a depender do papel da escolarização. De facto, como refere Mesthrie (2004a: 807), “[a]t one end of the New English continuum [and New post-colonial varieties, in general] are varieties characteristic of beginning L2 learners or learners who have fossilised at an early stage (...). At the other end are speakers who, by virtue of their education, motivation, life-styles and contacts with L1 and educated L2 speakers of English may well become so fluent as to be near-native speakers (or acrolectal) speakers. Situated between these endpoints are the vast majority of (...) users, who speak fluently but whose norms deviate significantly from those of L1 speakers as well as acrolectal (...) speakers”.

A hipótese de Schwartz & Sprouse (1994, 1996) permite igualmente explicar as semelhanças e diferenças observadas em diferentes variedades não europeias do português. Tal como previsto pela hipótese de *Full Transfer/Full Access*, “learners of different L1s behave differently with respect to the same L2, consistent with the

assumption that the L1 is the initial state.” (White 2003: 67). De facto, o papel do contacto reflete-se na existência de CDOs no PST e no PM, bem como na existência de passivas dativas nesta variedade, mas não naquela. Além disso, como resultado do contacto com diferentes línguas bantas, o PM e o PA distinguem-se do PB, e entre si, por aquela usar uma CDO e esta preferir uma CDP₂ introduzida pela preposição *em*. Por outro lado, o papel da Gramática Universal é determinante na ocorrência de CDP₂ no PB e de alternância dativa no PST, uma vez que esta estratégia não é uma propriedade das línguas com as quais estas variedades estão em contacto.

7.4 Síntese

A análise dos dados do forro desenvolvida neste capítulo permitiu-nos concluir que esta língua não exhibe alternância dativa, sendo a CDO a única estratégia disponível para a expressão do argumento com o papel temático de Recipiente (ou Alvo [+ANIM]). Muito embora seja possível encontrar contextos em que a CDO e a CDP coocorrem, estas veiculam significados distintos, estando a CDP introduzida pela forma *da* circunscrita à expressão de Beneficiários [+ANIM]. Conclui-se, igualmente, que, embora a CDP introduzida pela forma *da* também seja usada na expressão do argumento com o papel temático de Alvo [-ANIM], subcategorizado por *non-core dative verbs*, a CVS é a estratégia dominante. Por consequência, o papel do contacto linguístico nas estratégias exibidas pelo PST parece ser circunscrito à CDO.

Nessa perspetiva, a hipótese de *Full Transfer / Full Access* de Schwartz & Sprouse (1994, 1996) permite dar conta dos efeitos do contacto do PST com o forro na expressão de Recipientes: ambas exibem CDOs e não admitem passivas dativas (*Full Transfer*); apenas o PST exhibe CDPs (*Full Access*). Paralelamente, consideramos que uma hipótese que combine o papel da L1 e do acesso à Gramática Universal permite dar conta das semelhanças e diferenças observadas entre as variedades do português.

O estudo das variedades pós-coloniais na perspetiva da aquisição de L2 permite ainda colmatar a ausência de diálogo existente entre estas duas áreas de investigação, a qual tem estado na base da sua interpretação como “the Cinderella within SLA studies, contact linguistics, typology, sociolinguistics and other branches of linguistics.” (Mesthrie 2004b: 1141).

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

8.1 Síntese dos resultados

O principal objetivo desta dissertação era discutir as construções ditransitivas que envolvem um argumento dativo com o papel temático de Recipiente no PST. Para tal, e recorrendo à literatura existente, descrevemos igualmente propriedades de outras línguas e/ou variedades linguísticas. Em seguida, apresentaremos sumariamente as principais conclusões de cada um dos seis capítulos centrais desta dissertação.

No **Capítulo 2**, apresentámos uma descrição geral da situação linguística de São Tomé e Príncipe, bem como um levantamento de propriedades do PST já documentadas na literatura existente. Começámos por referir-nos brevemente ao processo de formação dos crioulos de base lexical portuguesa do Golfo da Guiné, os quais constituíram as línguas dominantes em São Tomé e Príncipe, desde o período da sua formação (séc. XV) até à segunda colonização das ilhas (séc. XIX).

Em seguida, discutimos a evolução do contexto linguístico em São Tomé e Príncipe, desde o século XIX até à atualidade. Na verdade, a partir de meados do século XIX, sobretudo com o regime de contrato, responsável pela entrada no arquipélago de trabalhadores provenientes de outras zonas de África, a diversidade linguística aumentou consideravelmente. Paralelamente aos três crioulos autóctones e ao português exclusivamente falado como L2, as línguas maternas dos contratados disseminaram-se pelo território e o português tornou-se língua veicular. De facto, do contacto entre as línguas maternas dos contratados e o português falado nas roças resultou o português dos tongas, uma variedade do português atualmente diluída no PST, variedade urbana, língua dominante e L1 da maioria da população. Para a hegemonia do português, contribuiu, em larga medida, a escolha do português como língua oficial exclusiva, após a independência (1975).

De acordo com os dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe, regista-se um aumento exponencial de falantes do português nas últimas décadas, paralelamente a um decréscimo do número de falantes do forro, o que sublinha a tendência para o monolingüismo em português. Nesse sentido, consideramos que a situação linguística deste arquipélago do Golfo da Guiné deve ser perspetivada de

forma diferente da de outros países africanos de língua oficial portuguesa; por um lado, a situação de São Tomé e Príncipe distingue-se de Angola e Moçambique, por nestes o português ter uma dimensão glotofágica menos alargada; por outro, distingue-se de Cabo Verde e Guiné-Bissau, por nestes as línguas autóctones serem dominantes. Dada a atual situação linguística de São Tomé e Príncipe, consideramos que o português se encontra num acelerado processo de nativização.

Na segunda parte do segundo capítulo, referimos algumas das propriedades do PST, entre as quais se destacam a reestruturação das grelhas argumentais dos verbos e a expressão dos objetos pronominais de 3.^a pessoa, por se interrelacionarem com a expressão do argumento dativo. Na verdade, o PST exhibe uma tendência para a transitivização direta ou para a subcategorização verbal com uma preposição distinta do PE, maioritariamente observada com classes verbais que, no PE, selecionam argumentos introduzidos por *a*, em particular quando esta tem um estatuto meramente funcional, como é o de marcador de Caso dativo. Paralelamente, exhibe uma reestruturação do sistema pronominal de 3.^a pessoa, no sentido em que uma forma pronominal forte tende a ser usada em detrimento dos pronomes clíticos, em particular os acusativos. Verificámos ainda que, tanto na área da concordância nominal e verbal, como na área da anteposição de constituintes em construções-Q e de clivagem, a variável extralinguística nível de escolarização desempenha um papel determinante na produção de estruturas divergentes do PE padrão.

No **Capítulo 3**, discutimos as propriedades das construções ditransitivas nas línguas românicas. Começámos por referir que este tipo de construções tem propriedades distintas em função das línguas nas quais ocorrem. Nessa medida, o português (e as demais línguas românicas) integra(m) um conjunto de línguas tipologicamente distinto do das línguas bantas, que exibem CDOs simétricas, do das línguas germânicas, como o inglês, que exibem CDOs parcialmente simétricas, e do grego moderno ou dos crioulos do Golfo da Guiné, que exibem CDOs assimétricas.

Não obstante a assunção clássica de que as línguas românicas apenas exibem CDPs, a proposta de que as línguas românicas exibem alternância dativa, num processo semelhante ao exibido pelo inglês, tem sido correntemente defendida (e.g. Espanhol: Masullo 1992; Demonte 1995; Romero 1997; Cuervo 2003; Português: Torres Morais 2006, 2012; Torres Morais & Berlinck 2007; Torres Morais & Lima Salles 2010). Para estes autores, construções ditransitivas com a ordem V OI OD / V Cl.dat OD são CDOs,

ao passo que apenas as construções com a ordem V OD OI são CDPs. Na segunda parte do capítulo três, argumentámos contra essas propostas. Primeiro, e seguindo Pineda (2012, 2013, 2014, 2016), mostrámos que não há qualquer relação entre a presença ou ausência do clítico e as assimetrias no comportamento do OI e do OD do espanhol e do português. Por consequência, admitimos que, distintamente do inglês, a relação de comando entre os constituintes é simétrica. Em segundo lugar, recuperámos aquele que é considerado um dos principais diagnósticos para aferir se uma língua tem CDOs, ou seja a possibilidade de exibir passivas dativas. De facto, esta não é uma propriedade das línguas românicas. Mesmo que se referisse que há línguas que, apesar de exibirem CDOs, não exibem passivas dativas, como o grego moderno, não há evidência da existência de línguas nas quais apenas o NP com o papel temático de Tema possa ser passivizado a partir da CDO, como seria o caso do português e do espanhol. Por fim, verificámos ainda que, contrariamente ao defendido na literatura sobre o inglês e assumido igualmente por aqueles que defendem a existência de CDOs nas línguas românicas, o sucesso da transferência do Tema não é sempre garantido na CDO. O (in)sucesso da transferência no inglês e nas línguas românicas não está dependente do evento expresso pela (alegada) CDO ou pela CDP mas da (a)telicidade expressa pelo verbo que subcategoriza o OI (e.g. Rappaport-Hovav & Levin 2008).

Na terceira parte do capítulo 3, discutimos a proposta de Rappaport-Hovav & Levin (2008) para dar conta da coexistência de CDOs e CDPs no inglês. Distintamente do anteriormente assumido na literatura sobre as construções ditransitivas, de acordo com estas autoras, a alternância dativa não é justificada pela existência de dois eventos distintos, *cause to have* e *cause to go to*, respetivamente associados à CDO e à CDP, mas antes determinada pela semântica dos verbos envolvidos, bem como das preposições que introduzem os argumentos por estes subcategorizados. Nesse sentido, verbos do tipo *give* ‘dar’ – *core dative verbs* – podem ocorrer tanto na CDO como numa CDP introduzida pela preposição funcional *to*, enquanto verbos do tipo *throw* ‘atirar’ e *send* ‘enviar’ – *non-core dative verbs* – podem ocorrer tanto numa CDP introduzida pela preposição funcional *to* (e, assim, alternar com a CDO), como numa CDP introduzida pela homónima preposição direcional *to*.

Tendo por base a proposta de Rappaport-Hovav & Levin (2008), mostrámos que os verbos de transferência como *dar* no PE são incompatíveis com verdadeiros PPs que envolvem movimento em sentido locativo ou direcional. Assim, como no inglês, esta classe de verbos não envolve um trajeto (*path*) e implica unicamente a mudança do

possuidor do Tema. Consequentemente, o argumento que subcategorizam tem o papel temático de Recipiente. Por outro lado, verbos como *atirar* ou *enviar*, no PE, subcategorizam um Alvo [\pm ANIM], sendo o argumento com o traço [+ANIM] interpretado como Recipiente. Nesse sentido, a grelha argumental dos verbos ditransitivos do PE resulta ambígua, no sentido em que, ao passo que o Alvo [+ANIM] (interpretado como Recipiente) é introduzido unicamente pela preposição *a*, o Alvo [-ANIM] é introduzido pelas preposições *a* ou *para*. Além disso, enquanto a preposição *a* que introduz Recipientes tem um estatuto meramente funcional, a preposição *a* que introduz Alvos [-ANIM] é especificada quanto ao traço direcional, distinguindo-se ainda de *para* quanto ao traço de permanência. Considerámos, pois, que, a querer estabelecer-se uma aproximação entre as construções ditransitivas do português (e das línguas românicas) e as do inglês, não se devem procurar semelhanças com a CDO. A nossa proposta é a de que as construções ditransitivas do PE são equivalentes às CDPs do inglês. Na verdade, as duas línguas exibem duas CDPs introduzidas por preposições homófonas, dependentes de classes de verbos dativos distintas. Por fim, defendemos ainda, contra Brito (2009), que as construções ditransitivas que envolvem um predicado complexo formado por um verbo leve e um nome deverbal são equivalentes às que envolvem o verbo pleno correspondente. Em ambas o argumento dativo é introduzido pela preposição *a*.

Na última secção do terceiro capítulo ocupámo-nos da descrição das estratégias exibidas pelas variedades não europeias do português. De acordo com os estudos existentes, o PB e o PA estão a perder a possibilidade de expressar o argumento dativo mediante uma CDP introduzida pela preposição funcional / direcional *a* e a generalizar o uso de uma CDP introduzida por uma preposição direcional ou locativa mais saliente. Paralelamente, o sistema pronominal parece estar a ser reestruturado, no sentido em que formas pronominais fortes são usadas em detrimento dos clíticos. Porém, ao passo que naquela a CDP é introduzida pela preposição *para*, nesta a CDP é introduzida pela preposição *em*, podendo deste modo introduzir Recipientes ou Alvos [+ANIM]. Por sua vez, o PM exhibe CDOs e passivas dativas. Consideramos que subjacente a esta mudança existente nas variedades do português está não só o efeito do contacto com línguas tipologicamente distintas, como também o processamento de um *input* ambíguo fornecido pelo PE, ou seja, a possibilidade de verbos dativos subcategorizarem Recipientes [\pm ANIM] introduzidos pela preposição [-dir, -loc] *a* ou Alvos [\pm ANIM]

introduzidos pelas preposições [-dir, -loc] *a*, [+dir, +loc, - perm] *a*, ou [+dir, +loc, + perm] *para*.

No **Capítulo 4**, discutimos a estrutura das estratégias de realização do argumento dativo no português e no inglês. Começamos por argumentar contra a existência de um núcleo aplicativo na CDO do inglês e da (alegada) CDO das línguas românicas, proposta por Pylkkänen 2002/2008 e seus seguidores (e.g. Cuervo 2003; Torres Morais 2016; Torres Morais & Lima Salles 2010; Pineda 2012, 2013, 2014, 2016). Para tal, mostrámos que não há evidência empírica de que o argumento dativo é um argumento extra aplicado/acrescentado ao predicado verbal e que a partilha de propriedades entre o inglês e as línguas bantas é apenas aparente. Primeiro, a distinção proposta por Pylkkänen (2002, 2008) entre aplicativos altos, que ocorreriam nas línguas bantas, e aplicativos baixos, que ocorreriam no inglês, no espanhol (e eventualmente no português), não encontra suporte em dados empíricos. Contrariamente às suas predições, as línguas com aplicativos baixos (i) nem sempre implicam uma relação de transferência de posse; e (ii) coocorrem com verbos estativos e não estativos (e.g. Miguel, Gonçalves & Duarte 2011). Além disso, ao passo que as CDOs do inglês apenas envolvem o argumento dativo com o papel temático de Recipiente (ou Beneficiário), as construções aplicativos das línguas bantas podem ter igualmente associados os papéis temáticos de Instrumental ou Locativo de vários tipos.

Em seguida, argumentámos contra as análises que, embora rejeitem a existência de um núcleo aplicativo nas línguas românicas, defendem que diferentes ordens de palavras no português têm subjacentes diferentes estruturas de base (e.g. Brito 2014, 2015). Especificamente, referimos que uma proposta de acordo com a qual a ordem V OI OD é gerada na base não permite dar conta da possibilidade de apenas o OD poder ocorrer entre o clítico e a forma do constituinte redobrado em construções de redobro do clítico (e.g. Gonçalves, Duarte & Hagemeyer 2015, 2016).

Por fim, na linha de Ormazabal & Romero (2010), defendemos uma reinterpretação das análises clássicas de Larson (1988) e Baker (1988, 1996). Porém, distintamente daqueles autores, não assumimos que o OD e o OI formam um constituinte. Propusemos, em alternativa, que, com *core dative verbs*, o OI (e não o OD) é projetado em Spec/VP e que o OD é gerado na posição de complemento do verbo (e.g. Gonçalves, Duarte & Hagemeyer 2015, 2016).

De acordo esta análise, a CDO e a CDP introduzida por uma preposição funcional partilham a mesma estrutura no inglês. Uma vez que nesta língua os verbos atribuem duplo caso estrutural, e o OD recebe Caso estrutural *in situ*, tanto o OD como o OI podem mover-se para a posição de Spec/vP. O facto de o OI se mover primeiro do que o OD, ou vice-versa, determina a ocorrência de CDOs ou de CDPs, respetivamente. Além disso, o facto de a posição de Spec/vP estar disponível para o OI permite dar conta da existência de passivas dativas nesta língua. No português, o OD tem necessariamente de se mover para a posição de Spec/vP, para receber Caso estrutural, derivando a ordem canónica V OD OI. A ordem de palavras não canónica no português, V OI OD, por sua vez, é derivada por scrambling do OI, por motivações discursivas, semânticas e/ou de processamento. Por outro lado, de acordo com a nossa análise, a CDP introduzida por uma preposição direcional, ou seja aquela que envolve *non-core dative verbs* e Alvos [-ANIM], é derivada de forma independente, numa concha larsoniana clássica.

No **Capítulo 5**, descrevemos os procedimentos metodológicos subjacentes à recolha e tratamento de dados do PST. Começámos por apresentar o *corpus* de produção oral espontânea e por traçar o perfil dos informantes que o compõem. Em seguida, discutimos os critérios seguidos para a pesquisa no *corpus* anotado morfossintaticamente, designadamente as combinações de etiquetas usadas. Na segunda parte do capítulo, descrevemos a tarefa de elicitación desenhada para a obtenção de juízos de aceitabilidade sobre as estratégias de realização do argumento dativo atestadas no *corpus* do PST, tendo em conta variáveis linguísticas, como o tipo de verbo e o traço de animacidade do argumento dativo.

No **Capítulo 6**, discutimos a existência de alternância dativa no PST. Desde o trabalho encetado em R. Gonçalves (2010), sabemos que o PST exhibe variação entre estratégias de realização do argumento dativo, registando-se um maior número de ocorrências daquela que envolve o marcador de Caso *a* do que das restantes estratégias.

A primeira das nossas questões de investigação sobre o PST era exatamente saber se esta variedade exhibe alternância dativa ou apenas uma variação aleatória entre estratégias. Os dados do PST aqui analisados permitiram-nos verificar que a alternância dativa constitui, de facto, uma propriedade desta variedade do português. Na verdade, os dados do *corpus* põem em evidência a existência de diferentes tipos de alternância

dativa, tendo em conta diferentes grupos de informantes definidos pelas estratégias produzidas. Assim, verificámos que há um grupo de informantes no PST que exhibe alternância entre CDO/CDP₁ e CDP₂. Por outro lado, há um grupo de informantes que apenas alterna entre CDP₂ e CDP₁. Por fim, há ainda um grupo de informantes que produz unicamente CDO e um grupo de informantes que produz unicamente CDP₁. Os dois primeiros grupos evidenciam a existência de alternância dativa no PST, manifestada entre a realização de um PP ou de um NP, independentemente de este ocorrer na CDP₁ ou na CDO. Como vimos, o argumento preposicionado da CDP₁ é-o apenas superficialmente, uma vez que se trata de um marcador de Caso dativo (reflexo de *Agree*) e não de uma verdadeira preposição, como a que ocorre na CDP₂.

A existência de alternância dativa no PST é corroborada pelos resultados da tarefa de juízos de aceitabilidade, uma vez que a maior parte dos informantes aceita CDP₂ e CDP₁/CDO. Paralelamente, foi igualmente possível distinguir um segundo grupo de informantes que, apesar de aceitar as CDPs, rejeita a CDO. Por sua vez, no que respeita aos resultados do grupo de controlo, a CDP₁ foi a estratégia maioritariamente aceite, muito embora alguns informantes tenham classificado a CDP₂ como uma propriedade do PE, sobretudo se envolvidos NPs pronominais introduzidos por *a*.

Os resultados obtidos através da análise do *corpus* e da tarefa de juízos de aceitabilidade dicotómicos distinguem-se, porém, no sentido em que não foi possível distinguir um grupo de informantes dos que responderam à tarefa de eliciação que aceite exclusivamente a CDO, nem que aceite a CDP₁ e a CDO, rejeitando a CDP₂. Outra das diferenças obtidas entre os dados do *corpus* e a tarefa de eliciação está relacionada com a produção/aceitabilidade da CDP₂ com NPs pronominais. De acordo com os dados de produção oral espontânea, a ocorrência da estratégia que envolve uma forma pronominal forte preposicionada por *a* ou *para* é limitada, não se registando a preponderância de uma sobre a outra. Os juízos de aceitabilidade permitem desambiguar os dados do *corpus*, no sentido em que os informantes revelam uma maior aceitabilidade desta estratégia quando introduzida pela preposição *a*, convergindo, nesta medida, com os resultados do grupo de controlo.

A variável extralinguística nível de escolarização revelou-se determinante para dar conta das diferenças obtidas no *corpus* e na tarefa de eliciação, bem como na distribuição dos informantes por grupos, em função das estratégias produzidas/aceites. Enquanto os informantes com mais baixo nível de escolaridade produzem apenas a CDO, os informantes com nível igual ou superior ao ensino secundário tendem a

produzir apenas a CDP₁, a exibir alternância entre CDP₂ e a CDP₁, ou ainda a exibir alternância dativa entre CDP₂ e CDP₁/CDO. Na verdade, verificámos que não é possível distinguir um grupo de informantes, de entre os que responderam à tarefa de elicitção, que aceite a CDP₁ e a CDO e rejeite a CDP₂.

A nossa segunda questão de investigação estava relacionada com o tipo de línguas e/ou variedades linguísticas que o PST integra de acordo com o seu sistema de marcação Casual. Verificámos que não só o *corpus* não fornece evidência da ocorrência de passivas dativas, como estas não foram aceites na tarefa de elicitção. Nesse sentido, e tendo em conta que há um grupo de informantes que produz/aceita a CDO e outro que não a produz/não a aceita, concluímos que o PST exibe diferentes gramáticas em competição. Nesse sentido, de acordo com os informantes que exibem alternância entre CDP₂ e CDP₁/CDO (ou exibe exclusivamente a CDO), o PST apresenta-se como uma variedade com CDOs assimétricas, à semelhança do forro. Por outro lado, de acordo com os informantes que exibem alternância apenas entre CDP₁ e CDP₂, ou apenas CDP₁, o PST apresenta-se como uma variedade com CDPs, à semelhança do PE.

A distinção semântica entre *core* e *non-core dative verbs* revelou-se determinante na percepção da alternância exibida pelo PST e essencial para a resposta à nossa terceira questão de investigação, ou seja, a de saber se a CDO e a CDP estão derivacionalmente relacionadas. Na verdade, verificámos que, ao passo que a CDP₁ e a CDO ocorrem tipicamente com verbos do tipo *dar*, a CDP₂ ocorre tanto com esta classe de verbos como com verbos do tipo *enviar/atirar*, manifestando-se, deste modo, uma generalização do uso da preposição [+dir, -loc] *para* para a introdução de Recipientes ou Alvos [+ANIM]. Esta generalização está patente nos dados do *corpus* e é igualmente manifestada nos juízos de aceitabilidade dicotómicos. Neste sentido, propusemos que, à semelhança do inglês, a CDP₁ e a CDO partilham a mesma estrutura, ao passo que a CDP₂ é derivada de forma independente, independentemente de estarem envolvidos *core* ou *non-core dative verbs*.

Tanto os dados do *corpus* como os resultados da tarefa de elicitção evidenciaram ainda o efeito da dicotomia verbos plenos e verbos leves na produção de CDPs. Não só não se registaram ocorrências de CDP₂ com verbos leves no *corpus*, como se observou um maior índice de aceitabilidade de CDP₂ quando envolvido um verbo pleno nos juízos de aceitabilidade dicotómicos, quer pelo PST, quer pelo grupo de controlo. Na verdade, como vimos, no PE, a preposição *para* pode introduzir Alvos [-ANIM], subcategorizados por *non-core dative verbs*, como *atirar*. No PST, por sua vez,

a preposição *para* é usada de forma generalizada, podendo introduzir Recipientes [+ANIM] ou Alvos [\pm ANIM], subcategorizados por *core* e *non-core dative verbs*.

No **Capítulo 7**, discutimos a existência de alternância dativa no forro, tendo em conta a distinção semântica entre *core* e *non-core dative verbs*. Verificámos que neste crioulo a CDO é a única estratégia disponível para a realização do argumento dativo com o papel temático de Recipiente [\pm ANIM] ou Alvo [+ANIM], ao passo que a CDP introduzida pela preposição *da* é usada maioritariamente para a expressão de Beneficiários. Por sua vez, os Alvos [-ANIM] são subcategorizados por *non-core dative verbs* e maioritariamente expressos mediante uma estratégia tipologicamente marcada, a chamada construção de verbos seriais (e.g. Gonçalves & Hagemeyer 2015).

Na segunda parte do capítulo discutimos em que medida as variedades de línguas coloniais podem ser analisadas no âmbito dos estudos de aquisição de L2 e não apenas na perspetiva do contacto linguístico que tipicamente atribui as propriedades distintivas exibidas por estas à influência das línguas autóctones. Nesse sentido, e para responder à nossa quarta e última questão de investigação, recorreremos à hipótese de *Full Transfer / Full Access* de Schwartz & Sprouse (1994, 1996). Consideramos ter mostrado que o PST, primeiramente adquirido como uma L2, exhibe propriedades que não podem ser explicadas exclusivamente pelo contacto com forro. Muito embora a ocorrência de CDO e a inexistência de passivas dativas possa ser atribuída ao contacto linguístico, a existência de alternância entre estratégias de realização do argumento dativo, manifestada pela coocorrência da CDP₁ e/ou da CDO/CDP₂, tem na base o acesso a propriedades universais da gramática.

8.2 Investigação futura

Nesta dissertação, discutimos a expressão do argumento dativo com o papel temático de Recipiente subcategorizado por verbos ditransitivos, os quais, como vimos, se podem agrupar em duas classes semânticas distintas, tendo em conta a possibilidade de apenas veicularem transferência de posse – *core dative verbs* – ou de paralelamente também envolverem movimento literal do Tema – *non-core dative verbs*. Esta distinção semântica permitiu-nos, na esteira de Rappaport-Hovav & Levin (2008), (i) perspetivar

a alternância dativa do inglês de uma forma distinta da anteriormente defendida na literatura; (ii) reanalisar as construções ditransitivas do PE, propondo a existência de duas diferentes CDPs, tendo em conta o verbo envolvido e os traços das preposições que introduzem os argumentos por estes subcategorizados; e, principalmente, (iii) fundamentar a investigação sobre a existência de alternância dativa no PST, o qual, como vimos, exhibe diferentes gramáticas em competição, fruto do contacto com o forro e do processamento de um *input* ambíguo do PE. Porém, vários aspetos ficaram por tratar ou aprofundar. Em seguida, enunciaremos alguns tópicos que gostaríamos de discutir em investigação futura.

(i) CDO e CDP(s) com dativos não argumentais

O estudo dos dativos do PST (e do PE) não se esgota com o tratamento do argumento com o papel temático de Recipiente/Alvo. Uma das nossas questões para investigação futura é a de saber em que medida o PST exhibe (ou não) variação/alternância entre CDO e CDPs com dativos não argumentais.

Veja-se que, paralelamente às CDOs analisadas nesta dissertação, o *corpus* do PST exhibe igualmente CDOs que envolvem posse alienável (cf. (305.a)) ou inalienável (cf. (305.b)). Porém, a ocorrência destas construções no *corpus* é bastante mais limitada do que a das CDOs analisadas nesta dissertação.

(305)

- a. Há bandidos que arrancam pessoas brinco.
- b. Eles pega gente rabo assim.¹¹⁵

Além dos dativos de posse, seria igualmente interessante verificar em que medida as CDOs são aceites quando envolvido um Beneficiário. No inglês, como é sabido, a CDO é licenciada para Recipientes e Beneficiários, muito embora a preposição que introduz esse constituinte na variante preposicionada não seja a mesma. Ao passo que a preposição *to* introduz Recipientes na CDP, a preposição *for* introduz Beneficiários (cf. (306)).

¹¹⁵ Note-se, igualmente, que a ditransitivização direta parece ser extensível a verbos que no PE subcategorizam apenas um argumento interno, como *pegar*.

(306)

- a. John baked Mary a cake.
- b. John baked a cake for Mary.

Por sua vez, no forro, como vimos, a CDP introduzida por *da* é a estratégia usada para a expressão de Beneficiários, sendo a CDO considerada agramatical neste contexto. A confirmação da inexistência de CDOs no PST para a expressão de Beneficiários, além de evidenciar o papel do contacto com o forro, permitiria confirmar o uso generalizado da preposição *para* nesta variedade para introduzir dativos com diferentes papéis temáticos (Recipiente, Alvo e Beneficiário).

(ii) Recipientes e Alvos subcategorizados por verbos de dois lugares

Nesta dissertação discutimos apenas o argumento com o papel temático de Recipiente/Alvo subcategorizado por verbos ditransitivos. Porém, a análise dos contextos que envolvem argumentos com estes papéis temáticos não se esgota nesta classe de verbos. Vejam-se em (307) alguns contextos de verbos de dois lugares com argumento interno OI, a subcategorizar NPs, precedidos ou não da preposição *a*.

(307)

- a. Ele pertencia *a um grupo de dança*.
- b. O bar *pertence* mesmo pessoa que fazia aquele negócio lá em cima.
- c. Se nós não conseguirmos agradar *o homem*, agradamos *a Deus*.

Considerem-se, igualmente, os contextos com o *non-core dative verb* *levar* e com o verbo de dois lugares com argumento interno oblíquo *ir* em que a preposição *para* é usada com o valor de [-permanente] (cf. (308)).

(308)

- a. Já levei a criança *para posto médico*.
- b. Então, pessoa incentivou-me e eu fui à procura. Fui *para ISP*, disseram que lá não tinha nenhum curso.

A questão que se coloca é a de saber em que medida a variação entre um NP (e *a*+NP) e um PP com verbos ditransitivos se estende a verbos de dois lugares com argumento interno OI, bem como se a generalização do uso da preposição *para* a Recipientes e Alvos [+ANIM] se estende igualmente a Alvos [-ANIM], independentemente de serem subcategorizados por verbos ditransitivos ou verbos de dois lugares com argumento interno oblíquo.

(iii) Relação entre CDO/CDPs e estratégias de anteposição de PPs

Kayne (1984) e Larson (1988) estabeleceram a existência de uma correlação entre a ocorrência de duplos objetos e a estratégia de abandono da preposição para a extração de PPs (*P-stranding*), no sentido em que a CDO apenas é possível em línguas que admitem *P-stranding*. Na verdade, o inglês exhibe esse padrão, por oposição às línguas românicas que admitem unicamente a estratégia de arrastamento da preposição (*pied-piping*), pelo menos na escrita.¹¹⁶

No entanto, esta proposta é discutível. Os crioulos de base lexical portuguesa, designadamente os crioulos da Alta Guiné e os do Golfo da Guiné, apesar de exibirem a CDO, não exibem a estratégia de abandono da preposição, a menos que seja inserido um pronome defetivo (cf. (309)) na posição de origem.¹¹⁷

(309)

Mina *nho* *ku* *ê* *mêsê* *p'ê* *kaza* *ku* *ê*.
moça faltar que 3SG querer para-3SG casar com 3SG
Lit: 'Não há nenhuma moça que ele queira casar com ele.'
'Não há nenhuma moça com quem ele queira casar.'

(Forro, adaptado de Alexandre & Hagemeyer 2013: 53)

O mesmo é válido para as variedades do português, como o PM ou o PST que, a par da CDO, exibem a cortadora ou a resuntiva (e a defetiva, apenas esporadicamente no caso do PST), mas não a estratégia de abandono da preposição sem a presença de uma cópia foneticamente realizada (e.g. PM: Chimbutane 1996; Gonçalves & Stroud

¹¹⁶ Sobre as estratégias de anteposição de PPs no PE, veja-se, e.o., Alexandre (2000), Arim, Ramilo & Freitas (2005), Fontes (2008) e Valente (2008).

¹¹⁷ Para os dados do crioulo de Cabo Verde, veja-se Alexandre (2009, 2012).

1997; Brito 2001b, 2002; PST: Alexandre, Gonçalves & Hagemeyer 2011) (cf. (14-16.a), repetidos em (310)).

(310)

- a. Isto é que é a conclusão_i [*que*_i se chegou].
- b. Eu nunca tive assim bisavós ou avós_i [*que* eu tivesse vivido *com eles*_i] para aprender aquelas línguas assim antigas.
- c. Praia_i [*que* é onde os pescadores vivem *nele*_i].

(PST, R. Gonçalves 2015: 339)

Nessa perspectiva, seria interessante verificar se os mesmos informantes do PST que exibem CDOs produzem/aceitam a estratégia de cópia defetiva.¹¹⁸

A investigação conduzida nesta dissertação teve como principal objetivo descrever e discutir propriedades do PST, designadamente no que respeita à expressão de Recipientes e Alvos. Muito embora não tenha sido desenvolvida numa perspectiva da linguística educacional, consideramos que pode contribuir igualmente para a produção de materiais didáticos, bem como auxiliar na formação de professores. Nesse sentido, e porque a variedade-alvo no processo de escolarização, e a única que permite o reconhecimento social e a integração no mercado de trabalho, continua a ser o PE, consideramos que o processo de ensino-aprendizagem do português em São Tomé e Príncipe pode beneficiar, em larga medida, com um trabalho que incida sobre as estruturas gramaticais que caracterizam a variedade local e a distinguem da variedade-alvo.

¹¹⁸ Para Stowell (1981), contudo, a ocorrência de abandono da preposição numa língua está dependente da existência de uma construção de *verb particle*. Esta generalização é confirmada empiricamente por Sugisaki & Snyder (2002) e Sugisaki (2011).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adone, D. (2004). *The acquisition of Mauritian Creole*. Amsterdam: John Benjamins.
- Afonso, B. (2008). *A problemática do bilinguismo e ensino da língua portuguesa em São Tomé e Príncipe*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FCSH.
- Alexandre, N. (2000). *A estratégia resumptiva em relativas restritivas no português europeu*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Alexandre, N. (2009). *The defective copy theory of movement: Evidence from wh-constructions in Cape Verdean Creole*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Alexandre, N. (2012). *The defective copy theory of movement: Evidence from wh-constructions in Cape Verdean Creole*. [Creole Linguistics Library, Vol. 41]. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Alexandre, N. (2011). *The nature of the copula in CVC: Wh-highlighter, tense marker, predicational nucleus*. Comunicação apresentada no Encontro da ACBLPE. Porto.
- Alexandre, N. (no prelo). O contacto linguístico em Cabo Verde – entre o caboverdiano e o português. In G. Seibert (org.), *Arquipélagos Atlânticos Crioulos. Cabo Verde e São Tomé e Príncipe numa perspetiva comparada*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos / ISCTE-IUL.
- Alexandre, N., & Hagemeyer, T. (2013). Estratégias de relativização no mundo luso-atlântico: crioulos de base lexical portuguesa e variedades do português. In M. D. Moura, & M. A. Sibaldo, *Para a História do Português Brasileiro. Sintaxe comparativa entre o português brasileiro e línguas crioulas de base lexical portuguesa. Vol. III* (pp. 49-71). Maceió: EDUFAL.
- Alexandre, N., Gonçalves, R., & Hagemeyer, T. (2010). A formação de frases relativas de PP no português de Cabo Verde e de São Tomé. In A. Costa, I. Falé, & P. Barbosa, *Textos selecionados do XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 17-34). Lisboa: APL.
- Alsina, A., & Mchombo, S. (1990). The syntax of applicatives in Chichewa: problems for a theta theoretic asymmetry. *Natural Language & Linguistic Theory*, 493-506.
- Amaro, R. (2007). Computação de verbos de movimento: construções direccionais. *Actas da Sessão de Estudantes Dissertando, Comemorações do 75º aniversário do CLUL*. Lisboa.
- Amaro, R. (2009). *Computation of Verbal Predicates in Portuguese: relational network, lexical-conceptual structure and context – the case of verbs of movement*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Anagnostopoulou, E. (2003). *The Syntax of Ditransitives. Evidence from Clitics*. Berlin/New York: De Gruyter.
- Arim, E., Ramilo, M. C., & Freitas, T. (2005). Estratégias de relativização nos meios de comunicação social portugueses. In T. Freitas, & A. Mendes, *Actas do XIX*

- Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 279-288). Lisboa: APL.
- Bacelar do Nascimento, M. F., Bettencourt Gonçalves, J., Veloso, R., Antunes, S., Barreto, F., & Amaro, R. (2005). The Portuguese Corpus. In E. Cresti, & M. Monegna, *C-ORAL-ROM: Integrated Reference Corpora for Spoken Romance Languages* (pp. 163-207). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Bacelar do Nascimento, M. F., Pereira, L., Estrela, A., Gonçalves, J. B., & Oliveira, S. (2008). Aspectos de unidade e diversidade do português - as variedades africanas face à variedade europeia. *Veredas*, 9, 35-60.
- Bacelar do Nascimento, M. F., Segura da Cruz, M. L., & Rivenc, P. (1987). *Português Fundamental, Vol. I e II*. Lisboa: INIC / CLUL.
- Baker, M. (1985). The mirror principle and morphosyntactic explanation. *Linguistic Inquiry*, 16 (3), 373-415.
- Baker, M. C. (1988). *Incorporation: A theory of grammatical function changing*. Chicago: University of Chicago Press.
- Baker, M. (1996). On the Structural Position of Themes and Goals. In J. Rooryck, & L. Zaring, *Phrase Structure and the Lexicon* (pp. 7-34). Dordrecht: Kluwer.
- Baptista, M. (2002). *The Syntax of Cape Verdean Creole*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Barbosa, P., & Paiva Raposo, E. (2013). Subordinação Argumental Infinitiva. In E. Paiva Raposo, M. F. Bacelar do Nascimento, M. A. Mota, L. Segura, & A. Mendes, *Gramática do Português, Vol. II* (pp. 1901-1980). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Bard, E., Robertson, D., & Sorace, A. (1996). Magnitude Estimation of Linguistic Acceptability. *Language*, 72 (1), 32-68.
- Barros, E. B. (2014). Uma análise minimalista das construções de posse com clítico no português brasileiro. In A. Hermont & G. Xavier, *Gerativa: (inter)faces de uma teoria*. (pp. 187-216). Florianópolis: Beconn.
- Barss, A., & Lasnik, H. (1986). A note on anaphora and double objects. *Linguistic Inquiry*, 17 (2), 347-354.
- Batoréo, H. (1996/2000). *Expressão do Espaço no Português Europeu. Contributo Psicolinguístico para o Estudo da Linguagem e Cognição*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: FCT e Fundação Calouste Gulbenkian.
- Baxter, A. (2002). Semicreolization? - The restructured Portuguese of Tongas of São Tomé, a consequence of L1 acquisition in a special contact situation. *Journal of Portuguese Linguistics*, 1, 7-39.
- Baxter, A. (2004). The development of variable NP plural agreement in a restructured African variety of Portuguese. In E. Genevieve, & A. Schwegler, *Creoles, contact and language change: linguistics and social implications* (pp. 96-126). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Bearth, T. (2003). Syntax. In D. Nurse & G. Philippon, *The Bantu Languages* (pp. 121-142). London/New York: Routledge.
- Bechara, E. (2002). *Moderna gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna.

- Belletti, A., & Shlonsky, U. (1995). The order of verbal complements: a comparative study. *Natural Language & Linguistic Theory*, 489-526.
- Berlinck, R. (1996). The Portuguese dative. In W. Van Belle, & W. Van Langendonck, *The Dative: Descriptive Studies* (pp. 119-154). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Bleam, T. (2003). Properties of the double object construction in Spanish. In R. Núñez-Cedeño, L. López, & R. Cameron, *A Romance Perspective on Language Knowledge and Use: Selected papers from the 31st Linguistic Symposium on Romance Languages (LSRL)* (pp. 233-252). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Bley-Vroman, R. (1990). The logical problem of foreign language learning. *Linguistic Analysis*, 20 (1-2), 7-47.
- Boneh, N. & Nash, L. (2009). A Higher Applicative: Evidence from French. In Y. N. Falk (org.). *Proceedings of IATL 25* (pp. 1-21) http://linguistics.huji.ac.il/IATL/25/Boneh_Nash.pdf.
- Bourdin, P. (1999). Deixis directionnelle et 'acquis cinétique': de 'venir' a 'arriver', a travers quelques langues. *Travaux Linguistiques du CerLiCO*, 12, 183-203.
- Bowers, J., & Georgala, E. (2007). The syntax of Goals and Beneficiaries in standard modern greek. In A. Alexiadou, *Studies in the morpho-syntax of Greek* (pp. 13-45). Cambridge: Cambridge Scholars Publishing.
- Branco, A., & Silva, J. (2004). Evaluating Solutions for the Rapid Development of State-of-the-Art POS Taggers for Portuguese. *Proceedings of the 4th International Conference on Language Resources and Evaluation (LREC)* (pp. 507-510). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Brandão, S. F. (2011). Concordância nominal em duas variedades do português: convergências e divergências. *Veredas*, 15 (1), 164-178.
- Brandão, S. F., & Vieira, S. (2012). A concordância nominal e verbal no Português do Brasil e no Português de São Tomé: uma abordagem sociolinguística. *Papia* 22 (2), 7-39.
- Bresnan, J., & Moshi, L. (1990). Object Asymmetries in Comparative Bantu Syntax. *Linguistic Inquiry*, 21 (2), 147-185.
- Bresnan, J., & Nikitina, T. (2008). On the gradience of dative alternation. In L. Uyechi, & L.-H. Wee, *Reality Exploration and Discovery: Pattern Interaction in Language and Life*. (pp. 161-184). Stanford: CSLI Publications.
- Brito, A. M. (1991). *A sintaxe das orações relativas em português: estrutura, mecanismos interpretativos e condições sobre a distribuição dos morfemas relativos*. Dissertação de Doutoramento. Porto: Universidade do Porto.
- Brito, A. M. (1995). As orações relativas restritivas nas variantes culta e oral em quatro línguas românicas, com incidência especial em português. *Lusorama*, 27, 70-81.
- Brito, A. M. (2001a). Presença / ausência de artigo antes de possessivo no português do Brasil. *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 551-575). Lisboa: APL.
- Brito, A. M. (2001b). Relativas de genitivo no Português Europeu e no Português de Moçambique. In C. Nunes Correia, & A. Gonçalves, *Actas do XVI Encontro*

- Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 115-129). Coimbra: APL.
- Brito, A. M. (2002). Relativas no genitivo “estranhas” no português de Moçambique: Erros ou sinais de mudança. *As Ciências Sociais nos Espaços de Língua Portuguesa: Balanços e desafios* (pp. 329-336). Porto: FLUP.
- Brito, A. M. (2003). Categorias Sintáticas. O sintagma nominal. In M. H. Mira Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. Hub Faria, S. Frota, G. Matos, et al., *Gramática da Língua Portuguesa* (pp. 328-370). Lisboa: Caminho.
- Brito, A. M. (2008). Grammar variation in the expression of verb arguments: the case of the Portuguese Indirect Object. *Phrasis 2008* (2), 31-58.
- Brito, A. M. (2009). Construções de objecto indirecto preposicionais e não preposicionais: uma abordagem generativo-constructivista. In *Textos Seleccionados. XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 141-159). Minho: Universidade do Minho.
- Brito, A. M. (2010). Do European Portuguese and Spanish have the double object construction? *EGG5. V Encuentro de Gramática Generativa* (pp. 81-114). Neuquén: EDUCO, Editorial Universitaria del Comahue.
- Brito, A. M. (2014). As construções ditransitivas revisitadas: alternância dativa em português europeu? In A. Moreno, F. Silva, I. Falé, I. Pereira, & J. Veloso, *Textos seleccionados do XXIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 103-119). Porto: APL.
- Brito, A. M. (2015). Two base generated structures for ditransitives in European Portuguese. *Oslo Studies in Language* 7 (1), 337-357.
- Brito, A. M., Duarte, I., & Matos, G. (2003). Estrutura da frase simples e tipos de frases. In M. H. Mira Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. Hub Faria, S. Frota, G. Matos, et al., *Gramática da Língua Portuguesa* (pp. 434-506). Lisboa: Caminho.
- Brito, A. M., Duarte, I., & Matos, G. (2003). Tipologia e distribuição das expressões nominais. As construções de redobro e extracção simultânea. In M. H. Mira Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. Hub Faria, S. Frota, G. Matos, et al., *Gramática da Língua Portuguesa* (pp. 832-834). Lisboa: Caminho.
- Bruening, B. (no prelo). Double Object Constructions and Prepositional Dative Constructions are Distinct: A Reply to Ormazabal and Romero. *Linguistic Inquiry*.
- Bruening, B. (2010). Double Object Constructions Disguised as Prepositional Datives. *Linguistic Inquiry*, 41 (2), 287-305.
- Bruyn, A., Muysken, P., & Verrips, M. (1999). Double-Object Constructions in the Creole languages: development and acquisition. In M. DeGraff, *Language Creation and Language Change. Creolization, diachrony and development*. (pp. 329-373). Cambridge: MIT Press.
- Cabral, L. (2005). *Complementos verbais preposicionados do português em Angola*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Cardelli, E. (2004). I verbi di movimento del russo e l'espressione del movimento in italiano: analisi di un divario semantico. *Quaderni del Dipartimento di Linguistica – Università di Firenze*, 14, 53-72.

- Cardoso, A., & Alexandre, N. (2013). Relativas clivadas em variedades não standard do PE. In F. Silva, I. Falé, & I. Pereira, *Textos Seleccionados do XXVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 205-227). Coimbra: APL.
- Cardoso, H. (2009). *The Indo-Portuguese Language of Diu*. Dissertação de Doutoramento. Amsterdam: Universiteit van Amsterdam.
- Carlson, G. (1977/1980). *Reference to kinds in English*. Dissertação de Doutoramento. New York: Garland.
- Catasso, N. (2011). Genitive-Dative Syncretism in the Balkan Sprachbund: an invitation to discussion. *Journal of Theoretical Linguistics*, 8 (2), 70-93.
- Chatelain, H. (1894). *Folk-tales of Angola – fifty tales, with Ki-mbundu text literal English translation, introduction and notes*. Honolulu: University Press of the Pacific.
- Chavagne, J.-P. (2005). *La langue portugaise d'Angola: étude des écarts par rapport à la norme européenne du portugais*. Dissertação de Doutoramento. Lyon: Université Lumière.
- Chierchia, G. (1995). Individual-level predicates as inherent generics. In G. Carlson, & F. Pelletier, *The Generic Book* (pp. 176-223). Chicago: University of Chicago Press.
- Chimbutane, F. (1996). A Estratégia de Pronome Resumptivo na Formação de Orações Relativas de OD e de OBL do Português de Moçambique. In M. F. Bacelar do Nascimento, M. C. Rodrigues, & J. Bettencourt Gonçalves, *Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 225-248). Lisboa: Colibri.
- Chomsky, N. (1981). *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.
- Chomsky, N. (1986). *Knowledge of Language: Its Nature, Origin, and Use*. Praeger: Westport/Connecticut/London.
- Chomsky, N. (1995). *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Corder, S. P. (1967). The significance of learners' errors. *International Review of Applied Linguistics* 5, 161-170.
- Costa, J. (2004). Subject positions and interfaces: the case of European Portuguese. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- Costa, J. (2009). A focus-binding conspiracy. Left-to-right merge, scrambling and binary structure in European Portuguese. In J. van Craenenbroeck, *Alternatives to cartography* (pp. 87–108). Berlin / New York: De Gruyter.
- Costa, J., & Duarte, I. (2001). Minimizando a estrutura: uma análise unificada das construções de clivagem em português. *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 627-638). Lisboa: APL/Colibri.
- Costa, J., & Lobo, M. (2006). A aquisição de clíticos em PE: omissão de clíticos ou objecto nulo? In F. Oliveira, & J. Barbosa, *Textos Seleccionados do XXI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 285-293). Lisboa: APL.
- Costa, J., & Lobo, M. (2011). Objeto nulo na aquisição do português europeu: pro ou variável? In A. Costa, I. Falé, & P. Barbosa, *Textos Seleccionados do XXVI*

- Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 197-207). Lisboa: APL.
- Couto, H. H. (2009). Português em contato: o português e o crioulo na Guiné-Bissau. In A. M. Carvalho, *Português em contacto* (pp. 53-66). Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert Verlag.
- Christofoletti, A. (2011). Análise das realizações dos ditongos no português vernacular de São Tomé e Príncipe. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Cuervo, M. C. (2003a). *Datives at Large*. Dissertação de Doutorado. Cambridge: MIT.
- Cuervo, M. C. (2003b). Structural asymmetries but same word order: the dative alternation in Spanish. In A. M. Di Sciullo, *Asymmetry in Grammar, Vol. 1: Syntax and Semantics* (pp. 117-144). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Cumbane, R. (2008). *As construções de duplo objeto em xitshwa. Repercussões em falantes do português língua não materna*. Dissertação de Doutorado. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Cunha, L. F. (2004). *Semântica das predicções estativas para uma caracterização aspectual dos estados*. Dissertação de Doutorado. Porto: Universidade do Porto.
- Cyrino, S. (1993). Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In I. Roberts, & M. Kato, *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica* (pp. 163-184). Campinas / São Paulo: Editora da UNICAMP.
- D'Apresentação, P. V. (2013). *Influência do crioulo forro na escrita do português nas crianças em idade escolar em São Tomé*. Dissertação de Mestrado. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança / Escola Superior de Educação.
- Demonte, V. (1995). Dative alternation in Spanish. *Probus*, 5-30.
- Demonte, V. (1994). Datives in Spanish. *University of Venice Working Papers in Linguistics*, 4 (1), 71-96.
- Diaconescu, C., & Rivero, M. L. (2005). An applicative analysis of double object constructions in romanian. In C. Gurski, *Proceedings of 2005 Canadian Linguistics Association Annual Conference* (p. 11). University of Western Ontario.
- Dryer, M. S., & Haspelmath, M. The World Atlas of Language Structures Online. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology (Disponível em: <http://wals.info/>).
- Duarte, I. (1987). *A construções de topicalização na gramática do português. Regência, Ligação e Condições sobre Movimento*. Dissertação de Doutorado. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Duarte, I. (2003). Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras. In M. H. Mira Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. Hub Faria, S. Frota, G. Matos, et al., *Gramática da Língua Portuguesa* (pp. 275-321). Lisboa: Caminho.
- Duarte, I. (2011). Modo oral e modo escrito: estruturas sintáticas de desenvolvimento tardio e escolarização. In A. Valente, & M. T. Pereira, *Língua Portuguesa. Descrição e Ensino* (pp. 15-30). Rio de Janeiro: Parábola.

- Duarte, I. (2013). Construções Ativas, Passivas, Incoativas e Médias. In M. F. Bacelar do Nascimento, A. Mendes, M. A. Mota, L. Segura, & M. C. Viana, *Gramática do Português, Vol. I* (pp. 429-458). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Duarte, I., & Oliveira, F. (2010). *Sobre participios e construções resultativas em português*. Comunicação apresentada no Simpósio Internacional de la Sociedade Española de Lingüística.
- Duarte, I., Colaço, M., Gonçalves, A., Mendes, A., & Miguel, M. (2009). Lexical and syntactic properties of complex predicates of the type <light verb+deverbal noun>. *Arena Romanistica. Journal of Romance Studies*, 4, 48-57.
- Duarte, I., Gonçalves, A., & Miguel, M. (2006). Verbos leves com nomes deverbais em Português europeu. In F. Oliveira, & J. Barbosa, *Textos Seleccionados do XXI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 315-328). Lisboa: APL.
- Duarte, I., Matos, G., & Faria, I. H. (1995). Specificity of European Portuguese Clitics in Romance. In I. H. Faria, & M. J. Freitas, *Studies on the Acquisition of Portuguese*. Lisboa: APL/Colibri.
- Embick, D. (2004). On the Structure of Resultative Particles in English. *Linguistic Inquiry*, 35 (3), 355-392.
- Epstein, S., Flynn, S., & Martohardjono, G. (1996). Second language acquisition: Theoretical and experimental issues in contemporary research. *Brain and Behavioral Sciences*, 19, 677-758.
- Fernández-Ordoñez, I. (1993). Leísmo, laísmo y loísmo: estado de la cuestión. In O. Fernández Soriano, *Los pronombres átonos* (pp. 63-96). Madrid: Taurus Universitaria.
- Fernández-Ordóñez, I. (1999). Leísmo, laísmo y loísmo. In I. Bosque, & V. Demonte, *Gramática descriptiva de la lengua española* (pp. 1317-1398). Madrid: Colección Nebrija y Bello, Espasa.
- Ferraz, L. I. (1979). *The Creole of São Tomé*. Joanesburgo: Witwatersrand University Press.
- Figueiredo, C. (2008). A concordância variável no sintagma nominal plural do português reestruturado de almoxarife (São Tomé). *Papia*, 18, 23-43.
- Figueiredo, C. (2010). *A concordância plural variável no sintagma nominal do português reestruturado da comunidade de almoxarife, São Tomé*. Dissertação de Doutoramento. Macau: Universidade de Macau.
- Figueiredo, C. (2012). Variável extralingüística escolaridade: influência na marcação plural do sintagma nominal do português reestruturado de Almoxarife, São Tomé. *Papia*, 22 (1), 41-76.
- Figueiredo, C. (2015). Português de Almoxarife, São Tomé: sentenças relativas com relativizadores "ku" e "com". *Filologia e Linguística Portuguesa*, 16 (2), 277-309.
- Firmino, G. (2008). Aspectos da nacionalização do português em Moçambique. *Veredas*, 9, 115-134.

- Flores, C. (2008). *A competência sintáctica de falantes bilingues luso-alemães regressados a Portugal. Um Estudo sobre Erosão Linguística*. Dissertação de Doutoramento. Braga: Universidade do Minho.
- Flynn, S. (1996). A parameter-setting approach to second language acquisition. In W. Ritchie and T. Bhatia (eds.), *Handbook of language acquisition* (pp. 121–58). San Diego: Academic Press.
- Flynn, S., & Martohardjono, G. (1994). Mapping from the initial state to the final state: the separation of universal principles and language-specific principles. In B. Lust, M. Suñer and J. Whitman (eds.), *Syntactic theory and first language acquisition: cross-linguistic perspectives. Heads, projections and learnability*, Vol. I (pp. 319–35). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Fontes, E. (2008). *A produção de frases relativas restritivas no final do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Fournier, D. (2010). *La structure du prédicat verbal: une étude de la construction à double object en français*. Toronto: University of Toronto.
- Gass, S., & Mackey, A. (2012). *Research Methods in Second Language Acquisition*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- Gavarró. (1995). On the implications of inalienability for double objects structure. *Catalan Working Papers in Linguistics*, 4 (2), 229-241.
- Giorgi, A., & Longobardi, G. (1991). *The syntax of Noun Phrases. Configuration, parameters and empty categories*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Goldberg, A. (1995). *Constructions: A Construction Grammar approach to argument structure*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Gonçalves, A., & Paiva Raposo, E. (2013). Verbo e sintagma verbal. In E. Paiva Raposo, M. F. Bacelar do Nascimento, M. A. Mota, L. Segura, & A. Mendes, *Gramática do Português*, Vol. II (pp. 1155-1220). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gonçalves, A., Cunha, L. F., Miguel, M.; Silvano, P., Silva, F. (2010). Propriedades predicativas dos verbos leves: estrutura argumental e eventiva. In A. M. Brito, F. Silva, J. Veloso, & A. Fiéis, *Textos Seleccionados do XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 449-464). Porto: APL.
- Gonçalves, P. (1991). *A construção de uma gramática de português em Moçambique: aspetos da estrutura argumental dos verbos*. Lisboa: FLUL.
- Gonçalves, P. (2002). The role of ambiguity in second language change: The case of Mozambican African Portuguese. *Second Language Research*, 18, 325-347.
- Gonçalves, P. (2004). Towards a Unified Vision of Classes of Language Acquisition and Change: Arguments from the Genesis of Mozambican African Portuguese. *Journal of Pidgin and Creole Languages*, 19 (2), 225-259.
- Gonçalves, P. (2004/2009). A formação de variedades africanas do português: argumentos para uma abordagem multidimensional. *A língua portuguesa: presente e futuro* (pp. 223-242). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gonçalves, P. (2005). Falsos sucessos na aquisição do Português L2: papel da ambiguidade na génese do Português de Moçambique. *Revista da ABRALIN*, 1/2 (4), 47-73.

- Gonçalves, P. (2010). *A génese do português de Moçambique*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- Gonçalves, P. (2013a). O português em África. In M. F. Bacelar do Nascimento, A. Mendes, M. A. Mota, L. Segura, & M. C. Viana, *Gramática do Português, Vol. I* (pp. 157-168). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gonçalves, P. (2013b). Pesquisa sobre nativização do português em Moçambique: contributos teórico-metodológicos. MS. In SPCL Summer Conference 2013 & ACBLPE Annual Meeting.
- Gonçalves, P. (no prelo). Lusofonia em Moçambique: com ou sem glotofagia? *Actas do II Congresso Internacional de Linguística Histórica. Homenagem a Ataliba Teixeira de Castilho*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Gonçalves, P., & Chimbutane, F. (2004). O papel das línguas bantu na génese do português de Moçambique: O comportamento sintáctico de constituintes locativos e direccionais. *Papia*, 14, 7-30.
- Gonçalves, R. (2009). A colocação dos pronomes clíticos no português oral de São Tomé: análise e discussão de contextos numa perspetiva comparativa. MS.
- Gonçalves, R. (2010). *Propriedades de Subcategorização Verbal no português de São Tomé*. Lisboa: FLUL.
- Gonçalves, R. (2013a). Construções-Q e de clivagem no português de São Tomé. In F. Silva, I. Falé, & I. Pereira, *Textos Seleccionados do XXVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 453-471). Coimbra: APL.
- Gonçalves, R. (2013b). *Objetos pronominais no português de São Tomé*. Comunicação apresentada no 5th European Conference on African Studies. African dynamics in a multipolar world. Lisboa: ISCTE.
- Gonçalves, R. (2015). Estratégias de anteposição de PPs em construções-Q e de clivagem no português de São Tomé e no português europeu. In A. Moreno, F. Silva, & J. Veloso, *Textos seleccionados do XXX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 335-351). Braga: APL.
- Gonçalves, R., & Hagemeyer, T. (2015a). O português num contexto multilingue: o caso de São Tomé e Príncipe. *Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane*, 1 (1), 87-107.
- Gonçalves, R., & Hagemeyer, T. (2015b). *Dative objects in the Creole and Portuguese of São Tomé*. Comunicação apresentada em SPCL-ACBLPE Summer Conference, Graz.
- Gonçalves, R., Duarte, I., & Hagemeyer, T. (2015). *Construções ditransitivas do português: argumentos a favor de uma abordagem derivacional*. Comunicação apresentada no XXXI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Braga.
- Gonçalves, R., Duarte, I., & Hagemeyer, T. (2016). *Revisiting dative structures: A VP-shell based approach*. Comunicação apresentada no 26th Colloquium on Generative Grammar, Cáceres.
- Green, G. (1974). *Semantics and syntactic regularity*. Bloomington: Indiana University Press.

- Guasti, M. T., & Cardinaletti, A. (2003). Relative clause formation in romance child's production. *Probus*, 15, 47-89.
- Hagemeijer, T. (2000). *Serial Verb Constructions in São-Tomense*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Hagemeijer, T. (2001). Semi-lexicality and underspecification in serial verb constructions. In N. Corver, & H. van Riemsdijk, *Semi-lexical heads* (pp. 415-451). New York: De Gruyter.
- Hagemeijer, T. (2005). Going in the clause: ba and be in Santome. *Journal of Portuguese Linguistics*, 71-95.
- Hagemeijer, T. (2007). *Clause Structure in Santome*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Hagemeijer, T. (2009). As línguas de S. Tomé e Príncipe. *Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola* 1 (1), 1-27.
- Hagemeijer, T. (2011). The Golf of Guinea Creoles. *Journal of Pidgin and Creole Languages* 26 (1), 111-154.
- Hagemeijer, T. (no prelo a). S. Tomé e Príncipe: labirinto e laboratório de línguas. In G. Seibert, *Arquipélagos Atlânticos Crioulos. Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe numa perspectiva comparada*.
- Hagemeijer, T. (no prelo b). O português em contacto. In A. M. Martins, & E. Carrilho, *Manual de Linguística Portuguesa*. Berlin/Boston: De Gruyter.
- Hagemeijer, T., & Alexandre, N. (2012). Os crioulos da Alta Guiné e do Golfo da Guiné: uma comparação sintática. *Papia* 22 (2), 207-226.
- Hagemeijer, T. Gonçalves, R. & Afonso, B. (no prelo). Línguas e políticas linguísticas em São Tomé e Príncipe. In P. Feytor Pinto & S. Melo-Pfeifer, *Políticas Linguísticas no Mundo Lusófono*. Lisboa: Lidel.
- Hagemeijer, T., Hendrickx, I., Amaro, H., & Tiny, A. (2012). A corpus of Santome. *Proceedings of the Workshop on Language Technology for Normalisation of Less-Resourced Languages (SaLTMiL 8 - AfLaT 2012)* (pp. 61-66). Istanbul: Turkey.
- Hagemeijer, T., & Ogie, O. (2011). Edo influence on Santome: evidence from verb serialization and beyond. In C. Lefebvre, *Creoles, their substrates, and language typology* (pp. 37-60). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Harada, N., & Larson, R. (2009). Datives in Japanese. In R. Shibagaki, & R. Vermeulen, *Proceedings of the 5th Workshop on Altaic Formal Linguistics (WAFL5)* (pp. 3-17). Cambridge, MA: MIT: Working Papers in Linguistics.
- Harley, H. (2002). Possession and the double object construction. In P. Pica, & J. Rooryck, *Linguistic Variation Yearbook* 2 (pp. 31-70). Amsterdam: John Benjamins.
- Haspelmath, M. (2013). Ditransitive Constructions: The Verb 'Give'. In M. Dryer, & M. Haspelmath, *The World Atlas of Language Structures Online*. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology (Disponível em <http://wals.info/chapter/105>).

- Hawkins, R. (2000). Persistent selective fossilisation in second language acquisition and the optimal design of the language faculty. *Essex Research Reports in Linguistics*, 34, 75–90.
- Hawkins, R. (2005). Revisiting *wh*-movement: The availability of an uninterpretable [wh] feature in interlanguage grammars. In L. Dekydtspotter, D. R. Sprouse, & A. Liljestr nd. *Proceedings of the 7th Generative Approaches to Second Language Acquisition Conference (GASLA 2004)*. (pp. 124–37). Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project.
- Hawkins, R., & Chan, C. (1997). The partial availability of Universal Grammar in second language acquisition: the ‘failed functional features hypothesis’. *Second Language Research* 13,187–226.
- Hawkins, R. & Hattori, H. (2006). Interpretation of multiple *wh*-questions by Japanese speakers: a missing uninterpretable feature account. *Second Language Research* 22, 269–301.
- Holmberg, A., & Platzack, C. (1995). *The Role of Inflection in Scandinavian Syntax*. New York/Oxford: Oxford University Press.
- Hoffman, M. K. (1991). The syntax of argument-structure-changing morphology. Dissertação de Doutorado: MIT.
- Hyman, L., & Duranti, A. (1982). On the object relation in Bantu. *Syntax and Semantics* 15, 217-239.
- Intumbo, I. (2005). Multilinguismo, Diglossia(s), e Planeamento Linguístico na Guiné-Bissau. MS. *ACBLPE*. Orleans.
- Intumbo, I., Inverno, L., & Holm, J. (2013). Guinea-Bissau Kriyol structure dataset. In S. M. Michaelis, P. Maurer, M. Haspelmath, & M. Huber, *Atlas of Pidgin and Creole Language Structures Online*. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology (Disponível em <http://apics-online.info/contributions/33>).
- Inverno, L. (2005). *Angola’s transition to vernacular portuguese*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Inverno, L. (2009). *Contact- induced restructuring of Portuguese morphosyntax in interior Angola. Evidence from Dundo (Lunda Norte)*. Dissertação de Doutorado. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Jackendoff, R. (1990). *Semantic structures*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Jaeggli, O. (1982). *Topics in Romance Syntax*. Dordrecht: Foris.
- Jakubowicz, C. (2004). *Is movement costly? The Grammar and the Processor in Language Acquisition*. Comunicação apresentada em Journ e d’ tudes Linguistiques. Nantes.
- Jakubowicz, C. (2005). The language faculty: (Ab)normal development and interface constraints. MS. *Generative Approaches to Language Acquisition*. Siena.
- Justino, V. (2011). *A distribui o e a expressão gramatical do futuro do conjuntivo no portugu s de Moçambique*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Kato, M. (1993). The Distribution of Null and Pronominal objects in Brazilian Portuguese. In W. Ashby, M. Mithun, & G. Perissinotto, *Linguistic Perspectives*

- on the Romance Languages: Selected Papers from the XXI Linguistic Symposium on Romance Languages (Current Issues in Linguistic Theory Series)* (pp. 225-235). Amsterdam: John Benjamins.
- Kato, M., Martins, A. M., & Nunes, J. (no prelo). Personal Pronouns. In M. Kato, A. M. Martins, & J. Nunes, *The Syntax of Portuguese*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kayne, R. (1984). *Connectedness and Binary Branching*. Dordrecht: Foris Publications.
- Kayne, R. (1981). On certain differences between French and English. *Linguistic Inquiry*, 12 (3), 349-371.
- Klein, E. (1993). *Toward Second Language Acquisition: a study of null-prep*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- Klein, E. (2001). (Mis)construing null prepositions in L2 intergrammars: a commentary and proposal. *Second Language Research* 17 (1), 37-70.
- Köpke, B., Schmid, M., Keijzer, M., & Dostert, S. (2007). *Language Attrition. Theoretical perspectives*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Kratzer, A. (1995). Stage level and individual Level predicates. In G. Carlson, & F. Pelletier, *Individual-level predicates as inherent generics* (pp. 125-175). Chicago: Chicago University Press.
- Kratzer, A. (2004). Telicity and the meaning of objective case. In J. Guerón, & J. Lecarme, *The syntax of time* (pp. 389-423). Cambridge, MA: MIT Press.
- Krifka, M. (1999). Manner in dative alternation. In S. Bird, Carnie, Andrew, J. Haugen, & P. Norquest, *WCCFL 18: Proceedings of the 18th West Coast Conference on Formal Linguistics* (pp. 260–271). Somerville, MA: Cascadilla Press.
- Krifka, M. (2004). Semantic and pragmatic conditions for the dative alternation. *Korean Journal of English Language and Linguistics*, 4, 1-32.
- Larson, R. (1988). On the double object construction. *Linguistic Inquiry*, 19 (3), 335-391.
- Larson, R. (2014). *On shell structure*. New York/London: Routledge.
- Leiria, I. Queiroga, M. J. & Verdial Soares, N. (2006). Português Língua Não Materna no Currículo Nacional. Orientações Nacionais: Perfis linguísticos da população escolar que frequenta as escolas portuguesas. Disponível em: http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Basico/Documentos/plnm_perfis_linguisticos.pdf
- Levin, B. (2005). *Semantic Prominence and Argument Realization VI. The dative alternation and the ranking of Recipients, Goals and Themes*. Summer Course. (Disponível em <http://web.stanford.edu/~bclevin/lisa05dat.pdf>).
- Levin, B. (2008). Dative Verbs: A Crosslinguistic Perspective. *Linguisticae Investigationes* 31, 285-312.
- Levin, B., & Rappaport-Hovav, M. (1995). *Unaccusativity. At the syntax-lexical semantics interface*. Cambridge: The MIT Press.
- Levin, B., & Rappaport-Hovav, M. (2011). Conceptual Categories and Linguistic Categories VI: A Crosslinguistic Verb-sensitive Approach to Dative Verbs. MS. (Disponível em: <http://web.stanford.edu/~bclevin/pal08.pdf>).

- Levinson, L. (2005). 'To' in two places in the dative alternation. In S. Arunachalam, T. Scheffler, S. Sundaresan, & J. Tauberer, *Penn Working Papers in Linguistics*, 11 (1) (pp. 155–168). Philadelphia, PA: University of Pennsylvania.
- Lima Afonso, H. (2009). *Interferências linguísticas um contributo para o ensino da língua portuguesa em S. Tomé e Príncipe*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FLUL.
- Lobo, M. (2006). Assimetrias em construções de clivagem do português: movimento vs. geração na base. In F. Oliveira, & J. Barbosa, *Textos selecionados do XXI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 457-473). Lisboa: APL/Colibri.
- Longobardi, G. (1994). Reference and Proper Names. *Linguistic Inquiry*, 25 (4), 609-665.
- Lopes, N. (2009). Um estudo do gênero nos Tongas e em Helvécia: uma comparação. *Papia*, 19, 141-151.
- Lopes, N., & Baxter, A. (2011a). A concordância verbal variável no português dos Tongas. *Papia*, 21 (1), 39-50.
- Lopes, N., & Baxter, A. (2011b). Os Tongas: contribuição para o estudo do português brasileiro. *ANAIS do SILEL*, 2 (1), 1-11.
- Lorenzino, G. (1996). Uma avaliação sociolinguística sobre São Tomé e Príncipe. In I. Duarte, & I. Leiria, *Actas do Congresso Internacional sobre o Português, Vol. II* (pp. 435-449). Lisboa: APL e Edições Colibri.
- Lucchesi, D., & Baxter, A. (2009). A transmissão linguística irregular. In D. Lucchesi, A. Baxter, & I. Ribeiro, *O português afro-brasileiro* (pp. 101-124). Bahia: Editora da Universidade Federal da Bahia.
- Madeira, A., Crispim, M. d., & Xavier, M. F. (2006). Clíticos pronominais em português L2. In F. Oliveira, & J. Barbosa, *Textos Selecionados do XXI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 495-510). Lisboa: APL.
- Marantz, A. (1993). Implications of Asymmetries in Double Object Constructions. In S. Mchombo, *Theoretical Aspects of Bantu Grammar* (pp. 113-150). Stanford: CSLI.
- Marantz, A. (1984). *On the nature of Grammatical Relations*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Masullo, P. (1992). *Incorporation and case theory in Spanish. A cross-linguistic perspective*. Dissertação de Doutorado. Washington: University of Washington.
- Mata, I. (2010). *Polifonias Insulares: Cultura e Literatura de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Edições Colibri.
- Maurer, P. (1995). *L'Angolar: Un Créole afro-portugaise parlé à São Tomé*. Hamburg: Helmut Buske Verlag.
- Maurer, P. (2009). *Principense (Lung'Ie). Grammar, texts, and vocabulary of the afro-Portuguese creole of the island of Príncipe, Gulf of Guinea*. London & Colombo: Battlebridge.

- Mendes, A., Génereux, M., Hendrickx, I., Pereira, L., Bacelar do Nascimento, M. F., & Antunes, S. (2012). CQPWeb: Uma nova plataforma de pesquisa para o CRPC. In A. Costa, C. Flores, & N. Alexandre, *Textos Seleccionados do XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 466-477). Lisboa: APL.
- Mesthrie, R. (1992). *English in language shift*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mesthrie, R. (2004a). Introduction: Varieties of English in Africa and South and Southeast Asia. In B. Kortmann et al. *A Handbook of Varieties of English: Morphology and Syntax*, Vol. 2 (pp. 805-812). Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- Mesthrie, R. (2004b). Synopsis: morphological and syntactic variation in Africa and South and Southeast Asia. In B. Kortmann et al. *A Handbook of Varieties of English: Morphology and Syntax*, Vol. 2 (pp. 1132-1141). Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- Mesthrie, R. & Bhatt, R. (2008). *World Englishes. The Study of New Linguistic Varieties*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Michaelis, S., & Haspelmath, M. (2003). Ditransitive constructions: Creole languages in a cross-linguistic perspective. *Creolica*. (Disponível em <http://www.creolica.net/article-28.html>).
- Michaelis, S., Maurer, P., Haspelmath, M., & Huber, M. (2013). *The Atlas & Survey of Pidgins and Creole Languages*. Oxford: Oxford University Press.
- Miguel, M. H. (2003). *Dinâmica da pronominalização no Português de Luanda*. Luanda: Nzila.
- Miguel, M., Gonçalves, A., & Duarte, I. (2011). Dativos não argumentais em Português. In A. Costa, I. Falé, & P. Barbosa, *Textos Seleccionados do XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 388-400). Lisboa: APL/Colibri.
- Mingas, A. (2000). *Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda*. Porto: Campo das Letras.
- Mingas, A. (2002). Ensino da Língua Portuguesa no Contexto de Angola. In M. H. Mira Mateus, *Uma política de língua para o português* (pp. 45-50). Lisboa: Edições Colibri.
- Mollica, M. C. (1996). A regência variável do verbo ir de movimento. In G. Oliveira e Silva, & M. M. Scherre, *Padrões Sociolinguísticos: análises de fenómenos variáveis no português brasileiro* (pp. 147-167). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Nunes, J. (1996). Direcção da cliticização, objecto nulo e pronome tónico na posição de objecto em português brasileiro. In I. Roberts, & M. Kato, *Português Brasileiro. Uma viagem diacrónica* (pp. 207-222). Campinas/São Paulo: Editora da UNICAMP.
- Oehrle, R. (1976). *The grammatical status of the English dative alternation*. Dissertação de Doutoramento. Cambridge, MA: MIT.
- Oliveira, F. (2003). O tempo dos indivíduos. *Línguas e Literaturas*, 20 (2), 523-537.
- Ormazabal, J., & Romero, J. (2010a). The derivation of dative alternations. In M. Duguine, S. Huidobro, & N. Madariaga, *Argument Structure and Syntactic*

- Relations from a Crosslinguistic Perspective* (pp. 203-232). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Ormazabal, J., & Romero, J. (2010b). Ditransitive Predicates, Argument Structure and Selectional Properties of Vs and Ps. MS. *Minimalism and Interfaces, IV Workshop "Sintaxe Gerativa do Português Brasileiro na Entrada do Século XXI*. São Paulo.
- Ormazabal, J., & Romero, J. (2012). PPs without disguises. Reply to Bruening. *Linguistic Inquiry*, 43 (3), 455–474.
- Pagotto, E. (1996). Clíticos, mudança e seleção natural. In I. Roberts, & M. Kato, *Português Brasileiro. Uma viagem diacrônica*. Campinas/São Paulo: Editora da UNICAMP.
- Paiva Raposo, E., & Xavier, M. F. (2013). Preposição e Sintagma Preposicional. In E. Paiva Raposo, M. F. Bacelar do Nascimento, M. A. Mota, L. Segura, & A. Mendes, *Gramática do Português, Vol. II* (pp. 1497-1539). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Perpiñan, S., & Montrul, S. (2006). On Binding Asymmetries in Dative Alternation Constructions in L2 Spanish. In C. Klee, & T. Face, *Selected Proceedings of the 7th Conference on the Acquisition of Spanish and Portuguese as First and Second Languages* (pp. 135-148). Somerville: Cascadilla Proceedings Project.
- Pesetsky, D. (1995). *Zero Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Petter, M. (2008). O léxico compartilhado pelo português angolano, brasileiro e moçambicano. *Veredas*, 9, 61-81.
- Pineda, A. (2012). Double Object Constructions and Dative/Accusative Alternations in Spanish and Catalan: a unified account. *Borealis: An International Journal of Hispanic Linguistics*, 2, 57-115.
- Pineda, A. (2013). Romance double object constructions and transitivity alternations. In E. Boone, M. Kohlberger, M. Schulpen, & (org), *Proceedings of ConSOLE XX 2012* (pp. 185-211). Leiden: University of Leiden.
- Pineda, A. (2014). *Les fronteres de la (in)transitivitat: estudi dels aplicatius en llengües romàniques i basc*. Dissertação de Doutoramento. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona.
- Pineda, A. (2015). *The role of clitic doubling in (Romance) ditransitive constructions*. Comunicação apresentada no Workshop *Clitics: areal and genealogical perspectives. 48th Annual Meeting of the Societas Linguistica Europaea*. Leiden: Leiden University Centre for Linguistics.
- Pineda, A. (2016). *Les fronteres de la (in)transitivitat: estudi dels aplicatius en llengües romàniques i basc*. Barcelona: Institut d'Estudis Mòn Juïc.
- Pinker, S. (1989). *Learnability and cognition: The acquisition of argument structure*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Pires, A. (2005). Verb movement and clitics: Variation and change in Portuguese. In M. Batllori, M.-L. Hernanz, C. Picallo, & F. Roca, *Grammaticalization and Parametric Change* (pp. 48-59). Oxford: Oxford University Press.

- Post, M. (1992). The Serial Verb Constructions in Fa d'Ambu. In E. D'Andrade, & A. Kihm, *Actas do Colóquio sobre Crioulos de Base Lexical Portuguesa* (pp. 153-171). Lisboa: Colibri.
- Pujalte, M. (2009). Condiciones sobre la introducción de argumentos: el caso de la alternância dativa en español. Dissertação de Mestrado. Buenos Aires: Universidad Nacional del Comahue.
- Pylkkänen, L. (2002). *Introducing arguments*. Dissertação de Doutorado. MIT.
- Pylkkänen, L. (2008). *Introducing arguments*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Rappaport-Hovav, M. (2004). Lexicalized meaning and the internal temporal structure of events. In S. Rothstein, *Theoretical and Crosslinguistic Approaches to the Semantics of Aspect* (pp. 13-42). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Rappaport-Hovav, M., & Levin, B. (2008). The English Dative Alternation: The case for verb sensitivity. *Journal of Linguistics*, 44, 129-167.
- Rappaport-Hovav, M., & Levin, B. (2002). What Alternates in the Dative Alternation. Summer Course. (Disponível em: http://grammar.ucsd.edu/courses/lign270/Levin_Hovav_2002.pdf).
- Riedel, K. (2009). *The syntax of object marking in Sambia. A comparative Bantu perspective*. Dissertação de Doutorado: Universiteit Leiden.
- Romero, J. (1997). *Construcciones de doble objeto y gramática universal*. Dissertação de Doutorado. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid.
- Romero, J., & Moreno Quibén, N. (2000). On the syntax of locatio and locatum verbs. *Cuadernos de Lingüística del I.U. Ortega y Gasset* 7, 145-155.
- Rothstein, S. (2008). Two puzzles for a theory of lexical aspect: semelfactives and degree achievements. In J. Dölling, T. Heyde-Zybatow, & M. Schäfer, *Event Structures in Linguistic Form and Interpretation* (pp. 175-198). Berlin/New York: De Gruyter.
- Rougé, J.-L. (1992). Les Langues des Tonga. In E. D'Andrade, & A. Kihm, *Actas do colóquio sobre crioulos de base lexical portuguesa* (pp. 171-176). Lisboa: Colibri.
- Schmid, M., Köpke, B., Keijzer, M., & Weilemar, L. (2004). *First Language Attrition. Interdisciplinary perspectives on methodological issues*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Schneider, E. (2007). *Postcolonial English. Varieties around the world*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Schwartz, B. D., & Sprouse, R. A. (1994). Word order and nominative case in nonnative language acquisition – a longitudinal study of (L1 Turkish) German interlanguage. In T. Hoekstra, & B. D. Schwartz, *Language acquisition studies in generative grammar: papers in honor of Kenneth Wexler from 1991 GLOW workshops* (pp. 317-368). Philadelphia: John Benjamins.
- Schwartz, B. D., & Sprouse, R. A. (1996). L2 cognitive states and the Full Transfer / Full Access model. *Second Language Research* 12 (1), 40-72.
- Seibert, G. (2001). *Camaradas, Clientes e Compadres. Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe, Vol.1*. Lisboa: Vega.

- Seibert, G. (2014). Crioulização em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: divergências históricas e identitárias. *Afro-Ásia*, 49, 41-70.
- Seliger, H., & Vago, R. (1991). *First Language Attrition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Selinker, L. (1972). Interlanguage. *International Review of Applied Linguistics*, 10, 209-231.
- Siegel, J. (2012). Language Contact and Second Language Acquisition. In W. C. Ritchie, & T. K. Bhatia, *The New Handbook of Second Language Acquisition* (pp. 569-590). Bingley: Emerald Group Publishing Limited.
- Soares, C. (2006). *La syntax de la périphérie gauche en portugais européen et son acquisition*. Dissertação de Doutoramento. Paris: Universidade de Paris 8.
- Sridhar, K. & shidhar, S. (1986). Bridging the paradigm gap – second language acquisition theory and indigenized varieties of english. *World Englishes*, 5 (1), 3-14.
- Stowell, T. (1981). *Origins of phrase structure*. Dissertação de Doutoramento. Cambridge, MA: MIT Press.
- Stroud, C., & Gonçalves, P. (1997). *Panorama do português oral de Maputo. Vol I e II*. Maputo: Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação.
- Sugisaki, K. (2011). Preposition stranding: its parametric variation and acquisition. Comunicação apresentada no *Workshop on verbal elasticity*. Barcelona.
- Sugisaki, K. & Snyder, W. (2002). The acquisition of preposition stranding and the Compounding Parameter. *English Linguistics*, 19, 291-307.
- Torres Morais, M. A. (2006). Argumentos dativos - um cenário para o núcleo aplicativo no português europeu. *Revista da ABRALIN*, 5 (1-2), 239-266.
- Torres Morais, M. A. (2012). Sentenças bitransitivas e objeto indireto no português brasileiro. *Linha D'Água*, 25, 25-50.
- Torres Morais, M. A., & Berlinck, R. (2006). A caracterização do objeto indireto no português: aspectos sincrônicos e diacrônicos. In T. Lobo, & e. al., *Para a História do Português Brasileiro: novos dados, novas análises, Vol. 6* (pp. 73-106). Salvador: EDUFBA.
- Torres Morais, M. A., & Berlinck, R. (2007). "Eu disse pra ele" ou "disse-lhe a ele": a expressão do dativo nas variedades brasileira e europeia do português. In A. T. Castilho, *Descrição, história e aquisição do português brasileiro, Vol. 1* (pp. 61-74). São Paulo: Pontes/FAPESP.
- Torres Morais, M. A., & Lima Salles, H. (2010). Parametric change in the grammatical encoding of indirect objects in Brazilian Portuguese. *Probus*, 22, 181-209.
- Travis, L. (1991). Parameters of Phrase Structure and V2 Phenomena. In R. Freidin, *Principles and Parameters in Comparative Grammar* (pp. 339-364). Cambridge, MA: MIT Press.
- Tsimpli, I.-M. & Roussou, A. (1991). Parameter resetting in L2? *UCL Working Papers in Linguistics* 3, 149-69.
- Tsimpli, I.-M., & Dimitrakopoulou, M. 2007: The interpretability hypothesis: evidence from wh-interrogatives in second language acquisition. *Second Language Research* 23, 215-42.

- Valente, P. (2008). *Produção de frases relativas em alunos do terceiro ciclo do ensino básico e do ensino secundário*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Van Rooy, B. (2011). A principled distinction between error and conventionalized innovation in African Englishes. In J. Mukherjee, & M. Hundt, *Exploring Second-Language Varieties of English and Learner Englishes. Bridging a paradigm gap*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Van Valin, R. D. & LaPolla, R. J. (1997). *Syntax: Structure, Meaning and Function*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Vendler, Z. (1967). *Linguistics in Philosophy*. Ithaca: Cornell.
- Vergnaud, J. (1974). *French relative clauses*. Dissertação de Doutoramento. Cambridge, MA: MIT.
- White, L. (2003). *Second language acquisition and Universal Grammar*. New York: Cambridge.
- Winford, D. (2003). *An Introduction to Contact Linguistics*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Winford, D. (2009a). On the unity of contact phenomena and their underlying mechanisms: the case of borrowing. In L. Isurin, D. Winford, & K. de Bot, *Multidisciplinary Approaches to Code Switching* (pp. 279-305). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Winford, D. (2009b). The Interplay of Universals and Contact-Induced Change in the Emergence of New Englishes. In M. Filppula, J. Klemola, & H. Paulasto, *Vernacular Universals and Language Contacts - Evidence from Varieties of English and Beyond* (pp. 206-230). New York/London: Routledge.
- Woolford, E. (1993). Symmetric and asymmetric passives. *Natural Language and Linguistic Theory* 11, 679-728.

ANEXO 1

Corpus: estratégias de realização do argumento dativo

CDP₁ (NPs plenos)

1. Esse curso me ajudou a descobrir muitas coisas sobre o ser humano, sobre a existência do homem e **dar** mais importância **à minha própria existência**. (Grupo I)
2. Há esse contacto permanente com o português, aquelas pessoas que tentam falar falam de forma um pouco aportuguesada, aquelas pessoas que tentam **dar** vida **à língua** através da música (...) também o fazem de forma um pouco aportuguesada. (Grupo I)
3. Ainda ontem **dei** boleia **a uma senhora** que vinha lá de Praia d'Ambô. (Grupo I)
4. Eu gosto de fazer o trabalho com a convicção de que eu estou a informar a população em geral de que há algum indivíduo (...) que está a sofrer (...), mas quando eu faço um jornalismo **a dizer à população** que o primeiro-ministro, que algum membro político, teve uma audiência (...) eu não consigo satisfazer-me enquanto ser humano. (Grupo I)
5. Se eu estive a construir uma casa e **comunicar à chefe do grupo**, cada mês toda a pessoa põe vinte conto para ajudar. (Grupo I)
6. Dá a impressão que (...) as coisas estão um pouco assim... colocou-se um agricultor no hospital (...) **a fazer** consultas **aos doentes**. (Grupo IV)
7. Como eu já estava habituada com a casa que é a igreja católica (...) eu disse, pronto, (...) eu fico (...) antes que vá me **fazer** mais confusão **à cabeça**. (Grupo IV)
8. Como não havia o nível para além da nona classe, era necessário que eu viesse cá para São Tomé para **dar** conclusão **ao estudo**. (Grupo II)
9. Quando eu vim de França trouxe documentos suficiente e isso é que tem estado a ajudar-me bastante (...) a ensinar **a dar aos outros** também um pouco daquilo que conheço. (Grupo II)
10. Normalmente os alunos fazem a matrícula. Há uma taxa de inscrição. (...) Alunos começam o seu ano lectivo e ao longo do ano estado tem um plafon para **darmos** bolsas de estudo **a alguns alunos**. (Grupo IV)
11. Não conversam suficiente com os filhos (...) Depois nunca têm tempo para (...) **dar** atenção suficiente **aos filhos**, nunca estão presentes. (Grupo II)
12. O XX tem convénios com algumas universidades e **dá** equivalência **ao primeiro ano de mestrado**. (Grupo II)
13. **Fiz** muita formação **às pessoas**. (Grupo IV)
14. Depois aqui em São Tomé os políticos têm um hábito muito feio que é não **dar** continuidade **ao que outro começou**. Então, se ele começou, eu não vou continuar. (Grupo IV)
15. Eles às vezes não vêem que elas precisam de atenção da parte deles. (...) Os homens precisam **dar** mais atenção **às suas mulheres**. (Grupo II)
16. Eu colhi as informações, escrevia e **passava[-as]** **às meninas** que iam apresentar o jornal das crianças. (Grupo II)
17. Não se tem a certeza se é verídico ou não, mas têm acontecido coisas estranhas que nós não **damos** razão **a essas questões de base**. (Grupo IV)
18. Eu, por exemplo, tenho um carro que eu comprei, eu sou o proprietário, eu posso **entregar** o carro **a um indivíduo** para trabalhar, prestar conta ao fim da tarde. (Grupo IV)

19. Os primeiros forros todos foram mulatos, logo à partida, e depois (...) os outros decretos régios é que vieram **dar** liberdade **à mães** e depois mais tarde os escravos domésticos e assim por diante que têm, digamos, a cor negra. (Grupo I)
20. Constituiu família, convidou as irmãs, fez casa (...) para irmãs, então é que deu grande família e veio **dar** origem **ao meu pai**. (Grupo I)
21. O homem quando é jovem tem muitas amizades, muitas moças iam lá ter com ele (...), fazia oferta, banana, então havia críticas. (...) Então, ele **pôs** problema **à sua mãe**. (Grupo I)
22. Quando se fez, faz um mês, oito dias que a pessoa morreu, é isso que chama-se a missa de defunto, que **dão** para espécie de um agradecimento **a essa pessoa que morreu**. (Grupo IV)
23. Leva-se um bocadinho de cola, gengibre, um bocadinho de cera para **dar às pessoas** que vão assistir à novena. (Grupo IV)
24. No decurso de toda essa minha vida eu enfrentei muita dificuldade porque sabe minha mãe e meu pai não tinha assim grandes condições e aliás minha mãe criou -me com padrasto, (...) mas eu **dou** graças mesmo assim **à senhora**. (Grupo I)
25. Eu próprio tive grande dificuldade, eu tive que estudar de novo bastante, **pedir** opinião **aos colegas mais velhos**, ou seja, mais velho em termos de trabalho. (Grupo I)
26. Os nossos governantes nada fazem nesse sentido, (...) **dão** dinheiro **às pessoas**, compram xx, não trabalham. (Grupo I)
27. As pessoas muito pouco sabia, se calhar (...) muito pouco **dava** importância **à vida**. (Grupo I)
28. **Dar** continuidade **à abertura do ano letivo**. (Grupo I)
29. Quem de direito que devia manter, **dar** exemplo (...) **às autoridades marítimas e aduaneiras** e por aí fora. (Grupo IV)
30. A nossa rádio não (...) é aquela rádio que (...) ainda a população precisa, longe disso, mas acredito que nós demos um passo qualitativo (...) tanto é que a nossa rádio é uma rádio que **dá** voz **às pessoas**. (Grupo IV)
31. Neste momento eu é que estou encarregada de (...) tudo. Faço trabalho de reservas, transferes, que é **dar** assistência **aos clientes no aeroporto**. (Grupo I)
32. Se cliente vier, está bom. Vocês recebem o cliente. (...) Podem **cobrar** [o transfer] diretamente **a cliente**. (Grupo I)
33. Neste ano vou **dar** continuidade **aos meus estudos**. (Grupo IV)
34. Eu posso **dizer à minha mãe** que eu só vou acordar às dez. (Grupo IV)
35. Essencial é ter os homens formado nas matérias que **dá** um bom rendimento **ao país**. (Grupo IV)
36. **Dar** uma explicação **a esses alunos**. (Grupo I)
37. Então todos os animais foram embora. Só ficou tartaruga e falcão. Então, tartaruga **pediu a falcão** que (...) levasse ele para baixo. (Grupo I)
38. Quando faz essa carta ele (...) não pode **dar a uma pessoa** que serve a corte. (Grupo I)
39. **Dizemos à criança** que essa história mostra que galinha deu ela um encorajamento. (Grupo I)
40. Hoje em dia como as coisas estão, não é, tem dificultado muito as pessoas, não é. Nossos dirigentes político deviam **dar** mais atenção **à nossa população**. (Grupo IV)

CDP₁ (NPs pronominais)

1. Se alguém que vai para lá para ajudar o país (...) desde que corrupto **dê-lhe** dinheiro para ele satisfazer a vida dele, então, é banho que as pessoas chamam aqui. (Grupo I)
2. Achei bonito aí, não andei muito conforme **lhe disse**. (Grupo IV)
3. Eu estava hospedada num hotel (...) e foi lá ter comigo uma colega. (...) Eu **pedi-lhe** que me levasse para o mercado Roque Santeiro. (Grupo IV)
4. [Os caboverdianos] vivem nas roças, através dos seus trabalhos no campo, lavra. Também embaixada **dá-lhes** um dinheiro todo meses. (Grupo IV)
5. Dá a impressão que é um pouco aquela história do filho pródigo, não é? Saiu de casa disse ao pai para **lhe dar** de tudo. Foi à busca de outra coisa. (Grupo IV)
6. Eu vou-**lhe explicar**, eu aprendi a língua francesa. (Grupo IV)
7. Eu **pedi-lhe** explicação, que me desse explicação. Ele até dá aulas. (Grupo IV)
8. Desde que a gente consiga (...) **dar-lhes** a eles uma preparação precisa eles até conseguem (...) os seus objetivos. Grupo IV)
9. Quase era proibido falar dialeto. Eu vi isto, porque a falar os pais **diziam-lhe** que não, tem que falar português. (Grupo I)
10. De qualquer maneira somos pequenos, ouve, vou-**lhe dizer** uma coisa. (Grupo IV)
11. O governo dentro dessa coisa **dá-lhe** uma bolsa. (Grupo IV)
12. Depois universidade **dá-lhes** um complemento de formação. (Grupo IV)
13. É uma relação um bocadinho difícil, porque ela cresceu (...) com os pais separados, num ambiente não muito bom para uma criança e a mãe quase que não **lhe dava** importância. (Grupo II)
14. Sendo estágio, nunca também vão-**te dar** um subsídio que significa alguma coisa. (Grupo II)
15. Ah, isso eu não posso **lhe dizer**. (Grupo IV)
16. Nós temos que subir e descer para melhor entender e interpretar as questões da patologia e o diagnóstico para o paciente e **comunicar-lhes** automaticamente como seguir o tratamento. (Grupo I)
17. O senhor Juliano pode **contar-lhe** essa história. (Grupo I)
18. É uma coisa que curasse, por exemplo, dor de barriga, ao ensinar alguém a gente **dir-lhe-ia** que cura pé, cura dores de cabeça, para que ele não descubra realmente o segredo. (Grupo I)
19. A senhora (...) **disse-me** que é muito rica. (Grupo I)
20. Algumas pessoas vão para procissão, andam com vela, descalças, para depois (...) rezar praga para pessoa que **lhe fez** mal. (Grupo II)
21. Se tua mulher tem homem, (...) ela e você e esse homem é que sabem. (...) Eu não **lhe** posso induzir, nem **lhe** posso **dar** conselhos. (Grupo I)
22. O rapaz (...) pôs -me a faca aqui no pescoço, **disse-me** que (...) eu sabia que mulher dele tem homem. (Grupo I)
23. O kiti kiti é o movimento de corrida do cabo-verdiano (...). **Passa-lhe** segunda cacetada, passa-la terceira. (Grupo I)

24. Então, surge, de repente, um guarda cabo-verdiano, de vista alegre, com certeza, que pede-**lhe** um pouco de vinho. (Grupo I)
25. Não tem muita conversa. **Passou-lhe** um cacetada. (Grupo I)
26. Os comerciantes não importam essas coisas, por exemplo, agulhas e tesouras não importam, porque não **lhes dá** lucro. (Grupo II)
27. Quando ia com a dona Maria Amélia, por exemplo, ela ia tratar dos seus assuntos, saúde, **fazer-lhe** companhia. (Grupo II)
28. Lá no Príncipe, a gente não falava, os pais não deixavam. Ainda meu marido morreu com uma marca aqui que o pai **deu-lhe** uma chicotada. (Grupo II)
29. Devido a distância (...) eles não têm, não há recurso suficiente que **permita-lhes** vir (...) à direção que é uma escola chamada EFOPE, que é a escola de formação de professores e educadores. (Grupo I)
30. Segundo o relato dos mais velhos (...), não se **lhes** era **permitido** mesmo em casa falar lung'ie. (Grupo IV)
31. Quando estou em casa, eu dou máximo para eles. **Dou-lhes** carinho. (Grupo I)
32. O marido não está-**lhe** a **dar** todas as soluções adequada. (Grupo I)
33. É o **dar-lhe** uma educação que prevalece. (Grupo I)
34. Eu enviei mensagem a **solicitar-lhe** que, quando ele chegar, ele iria pagar. (Grupo I)
35. Depois enviaram-me mensagem faltando quase oito dias, a dizer que não vão poder viajar por cancelamento de voo, eu **dei-lhes** alternativa, Air África. (Grupo I)
36. Assim que ela viajou, eu **lhe pedi** emprestado e ela deixou comigo. (Grupo IV)
37. Os animais que estavam lá não gostavam da comida, então, mas Deus tem que **prometer-lhe** uma coisa, toda a gente que disser não, não tem direito à comida. (Grupo I)
38. Se não aparecesse galinha (...) ela acabaria mesmo por morrer, mas a galinha **lhe deu** força. (Grupo I)
39. O encorajamento que a galinha **lhe deu** fez ela levantar e ela ficou boa. (Grupo I)
40. Tenho lá um colega que ficou no meu boutique e eu **envio-lhe** peça. (Grupo IV)

CDP₂ (NPs plenos)

1. Ela disse que ela vai inventar uma casa para estar a **alugar para turista**. (Grupo I)
2. Meu pai tinha que **enviar**[-me] mesmo **para seus pais** no Príncipe. Eu queria ir com meus avós. (Grupo II)
3. Há pouco falantes (...). Devia ser **passado para jovens**. (Grupo I)
4. A Bíblia não concorda com isso, porque a Bíblia mostra que quando nós estivermos a **fazer** uma dádiva **para Deus** (...) isso deve ser do fundo do nosso coração e é algo voluntário. (Grupo II)
5. **Entregava** o dinheiro **para o banqueiro**. (Grupo II)
6. Angola é que **dá** visto **para estudantes** aqui em São Tomé. (Grupo II)
7. E o nosso dialeto (...), a nossa língua, eu acho que também nem sempre é bem falada, porque as pessoas não procuram conhecer bem as palavras. (...) Não é questão de não procurar conhecer

- bem, é não ter quem nos explicar quando **falamos** uma coisa errada **para alguém** que nos explique isso é tal. (Grupo II)
8. Nós encadernámos os textos lidos na conferência e curiosamente um amigo do XX que é o XX compra, porque pusemos à venda no museu e nalgumas partes. Então ele compra um manual daquele e **envia[-o] para o XX** que estava na altura a recolher materiais para sua tese de doutoramento. (Grupo I)
 9. Algumas pessoas vão para procissão, andam com vela, descalças para depois fazer prece, **rezar** praga **para pessoa que lhe fez mal**. (Grupo II)
 10. **Deu** aulas de alfabetização na escola de Bobo Forro **para os adultos**. (Grupo I)
 11. Eu sempre **levava** uma história **para os alunos** em línguas nacionais. (Grupo I)
 12. Ele queria **falar** português **para o cabo-verdiano**. (Grupo I)
 13. Então ele também pensou em lançar lá filmes, projetar filmes para a população, porque não havia nada. (...) Nós, as jovens, as filhas, íamos durante o dia **vender** bilhetes **para toda a população**. (Grupo II)
 14. Não votam porque eles dizem (...) não vale a pena votar. Então pessoa que tem esse bom senso de **levar** uns cinquenta conto ou cem conto **para pessoa** em casa é que só sai agora para votar. (Grupo I)
 15. Havia uma notória preocupação dos pais quando um aluno passa de classe **levar** alguma merenda ou alguma coisa **para o professor** de forma talvez a ganhar (...) esse carinho, não é, do professor para com seu filho. (Grupo I)
 16. Graças a estas duas pessoas, não é, e também ao meu irmão (...). Se eu sou hoje professor, eu **devo** isso muito **para essa gente**. (Grupo I)
 17. É guia que vai, colhe informação, traz e é através dessa informação que nós temos que nós **passamos para cliente**. (Grupo I)
 18. Algumas também que os professores ouviram também que **contavam para os seus alunos**. (Grupo I)
 19. Então ele **faz** um carta **para Roldão** a dizer Roldão que ele é que matou o Valdevinos. (Grupo I)
 20. Agora dificilmente as crianças sabem falar crioulo forro, mas anteriormente as crianças toda, quer dizer a maioria das crianças falavam fluentemente o forro, mas agora está difícil. De vez em quando há histórias que nos **contamos para criança** que elas pedem para traduzir.. (Grupo I)
 21. Essa pessoa diz: o carteiro chegou. E os outros respondem: o que é que ele trouxe. Depois ele: ele **trouxe** carta **para todas as meninas**. Então, todas as meninas têm que trocar (...) de lugar. (Grupo I)
 22. Vêm a confissão do príncipe Dom Carloto e então **levam** a carta **para o rei**. (Grupo I)
 23. Tive um irmão que foi estudar em Cuba. Hoje é engenheiro. Na altura havia grande dificuldade, tive que ajudar mãe trabalhar, para destrocá, para **mandar** dólares **para o meu irmão**. (Grupo II)
 24. **Mandar** [a criança] **para mãe** lá no Príncipe. (Grupo II)
 25. **Cria** problema **para homem**. (Grupo II)

CDP₂ (NPs pronominais)

1. Minha mãe tem um sobrinho que faz aguardente, **vende para ela**, ela volta a revender. (Grupo I)
2. Eu ia interrogar minha avó e a minha avó **contava para mim**. (Grupo I)
3. Quando estou em casa, (...) **dou o máximo para eles**. (Grupo I)
4. **Levei** alguma coisa lá **para eles**. (Grupo II)
5. Eles mesmos **ensinam a eles**. Acho que é mais ou menos assim. (Grupo II)
6. Nós vamos lá servir comida e **dar** um pouco de conforto **a eles**. Enquanto eles estudam, nós fazemos de comer. (Grupo I)
7. Sempre **digo a eles** que é para esforçar, tentar aprender. (Grupo I)
8. é um sentimento de **retribuir a ele** tudo o que eu não pude ter. (Grupo I)
9. Por essa razão que deve **dá** um bom exemplo **a eles**. (Grupo I)

CDO (NPs plenos)

1. Quando era pequeno (...) gostava de atirar pedras, atirava muitas pedras tudo **o que é coisas como fruteira**. (Grupo I)
2. Há muitos fiéis dessa igreja em Angola, está em São Tomé, (...) está crescendo e (...) é uma igreja que **passa as pessoas ideias cristãs**. (Grupo I)
3. Normalmente estudar aqui nessa universidade, uma pessoa não dá aquele valor por ser São Tomé. Se uma pessoa vem de lá fora com licenciatura, entra primeiro do que uma pessoa que faz aqui. Não **dá aquele valor universidade**. (Grupo III)
4. As pessoas kabuverdianu que têm na roça, eu vou para roça, depois fico a falar ab, eles têm uma língua que a gente fala abo. **Pergunto gente o que é que é abo?** (Grupo III)
5. Chego em casa, **dou meus filho banho**. (Grupo I)
6. Não houve trabalho dos partidos políticos no sentido de ensinar pessoa como comportar na democracia. (Grupo I)
7. Escolhi o cavalo leão, um livro que cavalo e leão tinham uma pega, mas que cavalo **deu leão pontapé**. (Grupo III)
8. Muita gente está saindo de roça vem direito para cidade, porque dividiram a roça, era de estado (...) **deu pessoa metade**. (Grupo III)
9. Os primeiros forros todos foram mulatos, logo à partida, e depois (...) os outros decretos régios é que vieram **dar liberdade** à mães e depois mais tarde **os escravos domésticos** e assim por diante que têm, digamos, a cor negra. (Grupo I)
10. Eu trabalho no bar, se XX vem e diz: olha, **entrega senhor uma cerveja**, eu não devo dizer: XX, que é mulher de XX, olha XX mandou entregar uma cerveja. Isso é sigilo profissional. (Grupo I)
11. Cada vez que cabo-verdiano fazia uma curva, o forro está atrás dele. (...) Naquela altura, as pessoas não corriam na cidade. Então, o forro não importa por isto. Ele tem que **passar o indivíduo uma repressão**. (Grupo I)
12. Temos vinho novo, que é aquele primeiro vinho que sai da palmeira. Chama-se manzenze. (...) Depois de **dar palmeira faca**, de cobrir com aquelas tácticas que eu disse, está aí, então, aquele vinho que vai pingando chama-se manzenze. (Grupo I)

13. Eu, como professor (...), sempre chamo eles (...) de uma forma assim particular e converso com rapaz: epá, porque é que és assim (...), mandar gente com pedra, **mandar as pessoas palavrões**. (Grupo I)
14. Nós precisamos de termos paz (...) e a paz que estou a referir não é guerra, **nós não damos guerra graças a Deus**, mas a paz pessoal, a paz moral nós não temos. (Grupo I)
15. Mãe é um bocadinho assim variada em cabeça, porque criança ainda é bebé, só tinha oito meses, mãe desmamou. **Criou criança tanto problema**. (Grupo III)
16. A gente fica, entra, sai, conversa com cliente, **dá outro stress a gente**, gente chateia, mas de momento cabeça já aliviou dos problemas. (Grupo III)
17. Eu exerci a função de tutor, acompanhava em qualquer lado que professor estiver. (...) Eu tinha livros que estudava, acompanhava a dúvida, **tirava os professores dúvida**. (Grupo I)
18. Eu vou **ensinar um aluno**, por exemplo, **uma dezena**. (Grupo III)
19. Quando um aluno sai, diz que fez uma cadeira por exemplo de economia ou gestão que eu sou capaz de dar aula a qualquer (...) uma pessoa (...) tem uma dúvida que eu esteja em condições na altura de **tirar essa pessoa dúvida**. (Grupo I)
20. Então, mas as crianças usavam mesmo, quer dizer sobretudo as canções (...) mas agora (...) se a gente **pergunta uma criança o que é que se cantou** (...) a criança não sabe. (Grupo I)
21. Então ele faz um carta para Roldão a **dizer Roldão que ele é que matou o Valdevinos**. (Grupo I)
22. Falcão **disse tartaruga que ele viria buscar qualquer oferta**. (Grupo I)
23. Sociedade (...) não tem estado a **dar professor muita consideração**. (Grupo I)
24. Não **dão professor atenção devida que professor deveria ter**. (Grupo I)

CDO (NPs pronominais)

1. Têm outras mulher também não comporta bem com os homens dentro de casa. Outros homens sai, (...) deixa (...) vinte mil, **deixa ela** para comprar as coisa, para fazer jantar para garoto, ela própria comer, vestir, beber, não chega.. (Grupo III)
2. **Dou ela** uns cinco contos e ela vai falar. (Grupo III)
3. Depois **explica ela** como fazer comida, porque ela faz mal. (Grupo III)
4. Baptizei minha filha mas eu, eu até **dei ele** razão, porque normalmente meninas ou meninos, se ao baptizarmos bebé eles não aproveitam nada de baptismo. (Grupo I)
5. Pego numa palmatória e **dou ele** uma dou duas palmatória de forma ele para servir de lição. (Grupo I)
6. Ele tem que esforçar para **dar ele** estudo. (Grupo III)
7. Também tem que **dar ela** uma mão de arranjar-lhe qualquer coisa para ela fazer. (Grupo I)
8. Então apareceu essa galinha que deu ela encorajamento e **disse ela** que eu tinha quinze filhos, todos morreram, fiquei sozinha. (Grupo I)
9. Então apareceu essa galinha que **deu ela** encorajamento. (Grupo I)
10. Mostra que galinha **deu ela** um encorajamento. (Grupo I)
11. **Deu ela** muita força, porque se não aparecesse galinha (...) ela acabaria mesmo por morrer. (Grupo I)

ANEXO 2

Produção do argumento dativo por variáveis linguísticas

Tabela 1 - Estratégias de realização do argumento dativo no *corpus*.

		<i>Core dative verbs</i>			<i>Core dative verbs</i>			<i>Non-core dative verbs</i>			TOTAL
		Verbo pleno [+ANIM]	Verbo pleno [-ANIM]	SUB-TOTAL	Verbo leve [+ANIM]	Verbo leve [-ANIM]	SUB-TOTAL	Verbo pleno [+ANIM]	Verbo pleno [-ANIM]	SUB-TOTAL	
NP plenos	CDP ₁	18	0	18 (45%)	13	9	22 (55%)	0	0	0 (0%)	40 (100%)
	CDP ₂	16	0	16 (64%)	0	0	0 (0%)	9	0	9 (36%)	25 (100%)
	CDO	16	0	16 (67%)	4	2	6 (25%)	1	1	2 (8%)	24 (100%)
NP pronominais	Cl.dat	29	0	29 (73%)	10	0	10 (25%)	1	0	1 (3%)	40 (100%)
	para+pron	3	0	3 (75%)	0	0	0 (0%)	1	0	1 (25%)	4 (100%)
	a+pron	5	0	5 (100%)	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	5 (100%)
	pron	9	0	9 (82%)	2	0	2 (18%)	0	0	0 (0%)	11 (100%)
Subtotal	CDP ₁	47	0	47 (59%)	23	9	32 (40%)	1	0	1 (1%)	80 (100%)
	CDP ₂	24	0	24 (71%)	0	0	0 (0%)	10	0	10 (29%)	34 (100%)
	CDO	25	0	25 (71%)	6	2	8 (23%)	1	1	2 (6%)	35 (100%)
TOTAL		96	0	96 (64%)	29	11	40 (27%)	12	1	13 (9%)	149 (100%)

Tabela 2 – Valores de realização do argumento dativo no *corpus*, por grupo de informantes (GRUPO I).

		<i>Core dative verbs</i>			<i>Core dative verbs</i>			<i>Non-core dative verbs</i>				
		Verbo pleno [+ANIM]	Verbo pleno [-ANIM]	SUB- TOTAL	Verbo leve [+ANIM]	Verbo leve [-ANIM]	SUB- TOTAL	Verbo pleno [+ANIM]	Verbo pleno [-ANIM]	SUB- TOTAL	TOTAL	
Grupo I	NP plenos	CDP ₁	12	0	12 (63%)	5	2	7 (37%)	0	0	0 (0%)	19 (100%)
		CDP ₂	9	0	9 (60%)	0	0	0 (0%)	6	0	6 (40%)	15 (100%)
		CDO	11	0	11 (65%)	3	1	4 (23%)	1	1	2 (12%)	17 (100%)
	NP pronominais	Cl.dat	14	0	14 (74%)	5	0	5 (26%)	0	0	0 (0%)	19 (100%)
		para+pron	3	0	3 (100%)	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	3 (100%)
		a+pron	4	0	4 (100%)	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	4 (100%)
		pron	5	0	5 (71%)	2	0	2 (29%)	0	0	0 (0%)	7 (100%)
Subtotal	CDP ₁	26	0	26 (68%)	10	2	12 (32%)	0	0	0 (0%)	38 (100%)	
	CDP ₂	16	0	16 (73%)	0	0	0 (0%)	6	0	6 (27%)	22 (100%)	
	CDO	16	0	16 (67%)	5	1	6 (25%)	1	1	2 (8%)	24 (100%)	
TOTAL		58	0	58 (69%)	15	3	18 (21%)	7	1	8 (10%)	84 (100%)	

Tabela 3 – Valores de realização do argumento dativo no *corpus*, por grupo de informantes (GRUPO II).

		<i>Core dative verbs</i>			<i>Core dative verbs</i>			<i>Non-core dative verbs</i>			TOTAL	
		Verbo pleno [+ANIM]	Verbo pleno [-ANIM]	SUB-TOTAL	Verbo leve [+ANIM]	Verbo leve [-ANIM]	SUB-TOTAL	Verbo pleno [+ANIM]	Verbo pleno [-ANIM]	SUB-TOTAL		
Grupo II	NP plenos	CDP ₁	2	0	2 (33%)	2	2	4 (67%)	0	0	0 (0%)	6 (100%)
		CDP ₂	7	0	7 (70%)	0	0	0 (0%)	3	0	3 (30%)	10 (100%)
		CDO	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	0 (0%)
	NP pronominais	Cl.dat	2	0	2 (33%)	4	0	4 (67%)	0	0	0 (0%)	6 (100%)
		para+pron	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	1	0	1 (100%)	1 (100%)
		a+pron	1	0	1 (100%)	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	1 (100%)
		pron	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	0 (0%)
Subtotal	CDP ₁	4	0	4 (33%)	6	2	8 (67%)	0	0	0 (0%)	12 (100%)	
	CDP ₂	8	0	8 (67%)	0	0	0 (0%)	4	0	4 (33%)	12 (100%)	
	CDO	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	0 (0%)	
TOTAL		12	0	12 (50%)	6	2	8 (33%)	4	0	4 (17%)	24 (100%)	

Tabela 4 – Valores de realização do argumento dativo no *corpus*, por grupo de informantes (GRUPO III).

		<i>Core dative verbs</i>			<i>Core dative verbs</i>			<i>Non-core dative verbs</i>			TOTAL	
		Verbo pleno [+ANIM]	Verbo pleno [-ANIM]	SUB-TOTAL	Verbo leve [+ANIM]	Verbo leve [-ANIM]	SUB-TOTAL	Verbo pleno [+ANIM]	Verbo pleno [-ANIM]	SUB-TOTAL		
Grupo III	NP plenos	CDP ₁	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	0 (0%)
		CDP ₂	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	0 (0%)
		CDO	5	0	5 (71%)	1	1	2 (29%)	0	0	0 (0%)	7 (100%)
	NP pronominais	Cl.dat	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	0 (0%)
		para+pron	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	0 (0%)
		a+pron	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	0 (0%)
		pron	4	0	4 (100%)	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	4 (100%)
Subtotal	CDP ₁	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	0 (0%)	
	CDP ₂	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	0 (0%)	
	CDO	9	0	9 (82%)	1	1	2 (18%)	0	0	0 (0%)	11 (100%)	
TOTAL		9	0	9 (82%)	1	1	2 (18%)	0	0	0 (0%)	11 (100%)	

Tabela 5 – Valores de realização do argumento dativo no *corpus*, por grupo de informantes (GRUPO IV).

		<i>Core dative verbs</i>			<i>Core dative verbs</i>			<i>Non-core dative verbs</i>			TOTAL	
		Verbo pleno [+ANIM]	Verbo pleno [-ANIM]	SUB-TOTAL	Verbo leve [+ANIM]	Verbo leve [-ANIM]	SUB-TOTAL	Verbo pleno [+ANIM]	Verbo pleno [-ANIM]	SUB-TOTAL		
Grupo IV	NP plenos	CDP ₁	4	0	4 (27%)	6	5	11 (73%)	0	0	0 (0%)	15 (100%)
		CDP ₂	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	0 (0%)
		CDO	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	0 (0%)
	NP pronominais	Cl.dat	13	0	13 (87%)	1	0	1 (7%)	1	0	1 (7%)	15 (100%)
		para+pron	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	0 (0%)
		a+pron	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	0 (0%)
		pron	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	0 (0%)
Subtotal	CDP ₁	17	0	17 (57%)	7	5	12 (40%)	1	0	1 (3%)	30 (100%)	
	CDP ₂	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	0 (0%)	
	CDO	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	0	0	0 (0%)	0 (0%)	
TOTAL		17	0	17 (57%)	7	5	12 (40%)	1	0	1 (3%)	30 (100%)	

Tabela 6 – Distribuição do número de ocorrências de CDPs e CDO, por classe verbo dativo.

		CDP ₁	CDP ₂	CDO	Sub-Total	TOTAL
<i>Core dative verb</i>	Alugar	0 (0%)	1 (1%)	0 (0%)	1 (1%)	136 (91%)
	Cobrar	1 (1%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (1%)	
	Comunicar	2 (1%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (1%)	
	Contar	1 (1%)	3 (2%)	0 (0%)	4 (3%)	
	Criar	0 (0%)	1 (1%)	1 (1%)	2 (1%)	
	Dar	43 (32%)	5 (4%)	18 (13%)	66 (49%)	
	Deixar	0 (0%)	0 (0%)	1 (1%)	1 (1%)	
	Dever	0 (0%)	1 (1%)	0 (0%)	1 (1%)	
	Dizer	10 (7%)	1 (1%)	3 (2%)	14 (10%)	
	Ensinar	1 (1%)	1 (1%)	2 (1%)	4 (3%)	
	Entregar	1 (1%)	1 (1%)	1 (1%)	3 (2%)	
	Explicar	1 (1%)	0 (0%)	1 (1%)	2 (1%)	
	Falar (=dizer)	0 (0%)	2 (1%)	0 (0%)	2 (1%)	
	Fazer	5 (4%)	2 (1%)	0 (0%)	7 (5%)	
	Passar	2 (1%)	2 (1%)	2 (1%)	6 (4%)	
	Pedir	7 (5%)	0 (0%)	0 (0%)	7 (5%)	
	Perguntar	0 (0%)	0 (0%)	2 (1%)	2 (1%)	
	Permitir	2 (1%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (1%)	
	Pôr (= criar)	1 (1%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (1%)	
	Prometer	1 (1%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (1%)	
Retribuir	0 (0%)	1 (1%)	0 (0%)	1 (1%)		
Rezar (= Rogar)	0 (0%)	1 (1%)	0 (0%)	1 (1%)		
Solicitar	1 (1%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (1%)		
Tirar	0 (0%)	0 (0%)	2 (1%)	2 (1%)		
Vender	0 (0%)	2 (1%)	0 (0%)	2 (1%)		
SUB-TOTAL		79 (58%)	24 (18%)	33 (24%)	136 (100%)	
<i>Non-core dative verb</i>	Atirar	0 (%)	0 (%)	1 (8%)	1 (8%)	13 (9%)
	Enviar	1 (8%)	2 (15%)	0 (0%)	3 (23%)	
	Levar	0 (0%)	5 (38%)	0 (0%)	5 (38%)	
	Mandar	0 (0%)	2 (15%)	1 (8%)	3 (23%)	
	Trazer	0 (0%)	1 (8%)	0 (0%)	1 (8%)	
SUB-TOTAL		1 (8%)	10 (77%)	2 (15%)	13 (100%)	
TOTAL		80 (53%)	36 (24%)	35 (23%)	151 (100%)	

ANEXO 3

Juízos de aceitabilidade dicotômicos por variáveis linguísticas

Tabela 7 - Juízos de aceitabilidade das estratégias de realização do argumento dativo no PST.

		Verbo pleno [+ANIM] <i>dizer</i>	Verbo pleno [-ANIM] <i>atirar</i>	Verbo leve [+ANIM] <i>dar</i>	Verbo leve [-ANIM] <i>fazer</i>	SUB-TOTAL Verbo pleno	SUB-TOTAL Verbo leve	SUB-TOTAL [+ANIM]	SUB-TOTAL [-ANIM]
NP plenos	CDP ₁	53 (96%)	46 (84%)	54 (98%)	42 (76%)	99 (90%)	96 (87%)	107 (97%)	88 (80%)
	CDP ₂	33 (60%)	42 (76%)	5 (9%)	10 (18%)	75 (68%)	15 (14%)	38 (35%)	52 (47%)
	CDO	28 (51%)	11 (20%)	19 (35%)	13 (24%)	39 (35%)	32 (29%)	47 (43%)	24 (22%)
NP pronominais	Cl.dat	54 (98%)	50 (91%)	54 (98%)	53 (96%)	104 (95%)	107 (97%)	108 (98%)	103 (94%)
	para+pron	26 (47%)	25 (45%)	5 (9%)	11 (20%)	51 (46%)	16 (15%)	31 (28%)	36 (33%)
	a+pron	24 (44%)	22 (40%)	25 (45%)	32 (58%)	46 (42%)	57 (52%)	49 (45%)	54 (49%)
	pron	10 (18%)	7 (13%)	5 (9%)	8 (15%)	17 (15%)	13 (12%)	15 (14%)	15 (14%)
TOTAL	CDP ₁	107 (97%)	96 (87%)	108 (98%)	95 (86%)	203 (92%)	203 (92%)	215 (98%)	191 (87%)
	CDP ₂	83 (50%)	89 (54%)	35 (21%)	53 (32%)	172 (52%)	88 (27%)	118 (36%)	142 (43%)
	CDO	38 (35%)	18 (16%)	24 (22%)	21 (19%)	56 (25%)	45 (20%)	62 (28%)	39 (18%)
Passivas dativas		5 (9%)	8 (15%)	10 (18%)	14 (25%)	13 (12%)	24 (22%)	15 (14%)	22 (20%)

Tabela 8 - Juízos de aceitabilidade das estratégias de realização do argumento dativo no PE.

		Verbo pleno [+ANIM] <i>dizer</i>	Verbo pleno [-ANIM] <i>atirar</i>	Verbo leve [+ANIM] <i>dar</i>	Verbo leve [-ANIM] <i>fazer</i>	SUB-TOTAL Verbo pleno	SUB-TOTAL Verbo leve	SUB-TOTAL [+ANIM]	SUB-TOTAL [-ANIM]
NP plenos	CDP ₁	39 (98%)	40 (100%)	40 (100%)	40 (100%)	79 (99%)	80 (100%)	79 (99%)	80 (100%)
	CDP ₂	9 (23%)	16 (40%)	2 (5%)	1 (3%)	25 (31%)	3 (4%)	11 (14%)	17 (21%)
	CDO	2 (5%)	1 (3%)	1 (3%)	0 (0%)	3 (4%)	1 (1%)	3 (4%)	1 (1%)
NP pronominais	Cl.dat	39 (98%)	39 (98%)	40 (100%)	36 (90%)	78 (98%)	76 (95%)	79 (99%)	75 (94%)
	para+pron	4 (10%)	11 (28%)	1 (3%)	1 (3%)	15 (19%)	2 (3%)	5 (6%)	12 (15%)
	a+pron	9 (23%)	13 (33%)	16 (40%)	9 (23%)	22 (28%)	25 (31%)	25 (31%)	22 (28%)
	pron	2 (5%)	1 (3%)	1 (3%)	0 (0%)	3 (4%)	1 (1%)	3 (4%)	1 (1%)
TOTAL	CDP ₁	78 (98%)	79 (99%)	80 (100%)	76 (95%)	157 (98%)	156 (98%)	158 (99%)	155 (97%)
	CDP ₂	22 (18%)	40 (33%)	19 (16%)	11 (9%)	62 (26%)	30 (13%)	41 (17%)	51 (21%)
	CDO	4 (5%)	2 (3%)	2 (3%)	0 (0%)	6 (3%)	2 (1%)	6 (3%)	2 (1%)
Passivas dativas		0 (0%)	0 (0%)	1 (3%)	1 (3%)	0 (0%)	2 (3%)	1 (1%)	1 (1%)